



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRASDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA

ROSANE BARROS DE MELO

**POETA, PROFESSOR, INTELLECTUAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE FRANCISCO
FERREIRA DE VILHENA ALVES PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE
(1868 a 1905)**

BELÉM – PA

2024

ROSANE BARROS DE MELO

**POETA, PROFESSOR, INTELLECTUAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE FRANCISCO
FERREIRA DE VILHENA ALVES PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE
(1868 a 1905)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Escola Básica.

Linha de Pesquisa: História da Educação Básica

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Aviz do Rosário.

BELÉM – PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M528p MELO, Rosane Barros de.
POETA, PROFESSOR, INTELLECTUAL : AS CONTRIBUIÇÕES DE FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE (1868 a 1905) / Rosane Barros de MELO. — 2024.
217 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maria José Aviz do Rosário Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém, 2024.

1. História da Educação Paraense. 2. Intelectuais da Educação. 3. História dos intelectuais no Pará. I. Título.

CDD 370.98115

ROSANE BARROS DE MELO

**POETA, PROFESSOR, INTELLECTUAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE FRANCISCO
FERREIRA DE VILHENA ALVES PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE
(1868 a 1905)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Escola Básica.

Linha de Pesquisa: História da Educação Básica

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Aviz do Rosário.

Aprovada em: 08 / 09 / 2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria José Aviz do Rosário (Orientadora)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profa. Dra. Clarice Nascimento de Melo (Avaliadora interna)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (Avaliador externo)
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Profa. Dra. Renato Pinheiro da Costa (Suplente)
Universidade Federal do Pará - UFPA

*“Por isso disse, que a instrucção é a base da liberdade.
Instrui o povo e elle será completamente livre”*

(Vilhena Alves, 1871)

AGRADECIMENTOS

Ao dono de Toda Ciência, Sabedoria e Poder. A Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Sem Ele, com toda certeza, eu não conseguiria essa conquista.

A Universidade Federal do Pará, que, em sua feição mais genuína, é um centro de produção, de preservação, de compartilhamento, de disseminação e de transmissão do conhecimento, de formação humanística, científica e tecnológica, por meio das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria José Aviz do Rosário, pela parceria nesses dois anos de mestrado, por ter acreditado no meu potencial enquanto pesquisadora e me ajudado em todo o percurso que tracei longe de casa, possibilitando experiências que marcaram minha vida pessoal e acadêmica.

À Professora Dra. Clarice Melo pelo compartilhamento de seus conhecimentos, pois ainda que não fosse minha orientadora ajudou-me a amadurecer essa pesquisa com a todas as dicas e sugestões em meio as discussões que ocorreram nas aulas de atelier e vivência.

Ao professor José Claudinei Lombardi, por ter aceitado participar da minha banca examinadora contribuindo de forma primorosa para o avanço deste trabalho.

À professora Amélia Mesquita enquanto coordenadora do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica por sempre estar tão disposta a ajudar e orientar.

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) pelo apoio financeiro que possibilitou minha estadia na capital enquanto cursava as disciplinas e participava dos eventos.

Ao meu esposo Luê e filhas de quatro patas Amora e Nami, por amenizarem as dores, preocupações e anseios desse percurso.

À minha mãe, Rosiléa, por toda força e incentivo em minha vida pessoal e profissional.

Ao meu pai, José Raimundo, que sempre disse que eu seria uma grande líder e que eu iria alcançar caminhos nunca percorridos por ele.

Ao meu amigo Sidney Braga, por me acolher em seu apartamento enquanto cumpria com a disciplinas do programa dando-me todo suporte necessário para estudar com tranquilidade enquanto estava longe de casa.

Aos colegas de turma, especialmente, aos que fazem parte do GEPHE e HISTED-Br seção Pará, por todas as trocas nas aulas de atelier e vivência.

A todos, que de forma direta e/ou indireta contribuíram para a construção deste trabalho, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo da História da Educação Paraense e sua temática versa sobre intelectuais, sendo o seu objeto as contribuições de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, doravante Vilhena Alves, para a instrução pública paraense. O autor está entre os autores paraenses que mais produziram obras escolares no estado e participou de forma ativa dos anos finais do período imperial ao início da Primeira República no Brasil, o que se reflete em uma extensa produção intelectual concebida em um período marcado por grandes transformações políticas, educacionais, sociais e culturais, que por sua vez influenciaram para a construção de grande parte de seus estudos. Para tal reflexão estabeleceu-se como objetivo principal: Compreender como se constituíram as contribuições de Francisco Ferreira de Vilhena Alves na função de professor/intelectual para a instrução pública paraense entre 1868 e 1905. E como objetivos específicos foram elencados os seguintes: a) Apresentar o contexto histórico-educativo paraense dos anos finais do século XIX e início do século XX; b) Refletir sobre o papel e o comportamento social dos intelectuais no período; e c) Verificar como se deu a trajetória profissional e intelectual do professor Vilhena Alves. Foi possível perceber que Vilhena Alves se destacou como professor e intelectual paraense por meio de estudos que versavam sobre temas variados como ensino de português, geometria, aritméticas elementares, astronomia, traços biográficos de intelectuais, exercícios e orientações didáticas escolares, legislação educacional, além de outros temas que estão refletidos em sua extensa produção. O que segundo Karl Marx, evidencia os profundos traços da questão da atividade humana tanto consciente quanto transformadora por meio de sua práxis em um propósito transformador do mundo (Pereira, 2021). Conclui-se que o intelectual se revela como um intelectual orgânico ligado à classe burguesa, pois estava intimamente ligado aos projetos do Estado Burguês de Vigia e Belém. Seu maior legado era uma de suas maiores preocupações, a promoção de novas maneiras de pensar, de desenvolver a inteligência e aperfeiçoar o espírito da mocidade paraense. Portanto, sem sombra de dúvidas, Francisco Ferreira de Vilhena Alves era um intelectual de seu tempo.

Palavras-chave: História da Educação Paraense; Intelectuais da Educação; História dos intelectuais no Pará.

ABSTRACT

This research is part of the field of the History of Education in Pará and its theme is intellectuals. Its object is the contributions of Francisco Ferreira de Vilhena Alves, henceforth Vilhena Alves, to public education in Pará. The author is among the Pará authors who produced the most school works in the state and participated actively from the final years of the imperial period to the beginning of the First Republic in Brazil, which is reflected in an extensive intellectual production conceived in a period marked by major political, educational, social and cultural transformations, which in turn influenced the construction of a large part of his studies. The main objective of this study was to understand how the contributions of Francisco Ferreira de Vilhena Alves as a teacher/intellectual to public education in Pará between 1868 and 1905 were constituted. The specific objectives were as follows: a) To present the historical-educational context of Pará at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century; b) To understand the role and social behavior of intellectuals and c) To verify the professional and intellectual trajectory of Professor Vilhena Alves. It was possible to see that Vilhena Alves stood out as a teacher and intellectual from the state of Pará through studies on a variety of subjects such as the teaching of Portuguese, geometry, elementary arithmetic, astronomy, biographical traits of intellectuals, school exercises and teaching guidelines, educational legislation, as well as other subjects that are reflected in his extensive output. According to Karl Marx, this shows the deep traces of the question of human activity, both conscious and transformative, through its praxis in order to transform the world (Pereira, 2021). Therefore, the intellectual reveals himself as an organic intellectual linked to the bourgeois class, as he was closely linked to the projects of the bourgeois state of Vigia and Belém. His greatest legacy was one of his greatest concerns, the promotion of new ways of thinking, of developing intelligence and perfecting the spirit of the youth of Pará. Without a doubt, Francisco Ferreira de Vilhena Alves was an intellectual of his time.

Keywords: History of Education in Pará; Education intellectuals; History of intellectuals.

LISTA DE QUADROS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Dissertações e teses sobre intelectuais paraenses | 21 |
| Quadro 2: Artigos produzidos por Vilhena Alves para a Revista de Educação e Ensino de 1891 a 1895 | 183 |
| Quadro 3: Artigos produzidos por Vilhena Alves para a Revista A Escola de 1900 a 1905 | 188 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 1: Francisco Ferreira de Vilhena Alves (1848-1912) | 72 |
| Imagem 2: Vista do município de Vigia | 73 |
| Imagens 3 e 4: Jornal O Liberal do Pará, n. 28, 1869..... | 76 |
| Imagem 5: Jornal do Pará, ano VII, n. 28, 1869 | 77 |
| Imagens 6 e 7: Jornal O Liberal do Pará, n. 209, 1871 | 78 |
| Imagem 8: Jornal O Liberal do Pará, n. 224, 1871 | 79 |
| Imagem 9: Documento expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública em 1873 | 80 |
| Imagens 10, 11 e 12: Relato das comemorações da sociedade 28 de setembro, 1884 | 84 |
| Imagem 13: Lista de formandos da antiga Escola Normal | 87 |
| Imagem 14: Capa da Revista da Sociedade de Estudos Paraenses | 88 |
| Imagem 15: Convite publicado em jornais da época e exposto na obra <i>Antologia Amazônica</i> , 1904 | 89 |
| Imagem 16: Membros da Associação Letras Mina Literária | 90 |
| Imagem 17: Contracapa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará | 91 |
| Imagem 18: Exposição sobre Vilhena Alves na obra <i>Anthologia Amazonica poetas paraense</i> | 93 |
| Imagem 19: Escola de Ensino Técnico do Pará Vilhena Alves | 95 |
| Imagem 20: <i>Monodias: Collecção de Poesias</i> , 1868 | 104 |
| Imagens 21, 22 e 23: Poesia A Filha das Selvas | 106 |
| Imagens 24 e 25: Poesia Grito da Guerra | 107 |
| Imagens 26 e 27: Poesia Nenia | 108 |
| Imagens 28 e 29: Poesia - A oração | 109 |
| Imagem 30: Poesia - Quando eu morrer | 109 |
| Imagens 31 e 32: Poesia Gonçalves Dias | 110 |
| Imagens 33 e 34: Poesia Gonçalves Dias | 111 |
| Imagens 35 e 36: Epigrammas | 111 |
| Imagens 37 e 38: Poesia Dor Filial | 112 |
| Imagens 39, 40, 41, 42: Poesia Passado e Presente | 113 |
| Imagens 43 e 44: Poesia Passado e Presente | 114 |
| Imagem 45: Enlevos poeticos: collecção de versos, 1871 | 116 |
| Imagem 46, 47 e 48: Hymno para o mez de Maria | 118 |
| Imagens 49 e 50: Poesia Dia de Finados | 119 |
| Imagens 51, 52 e 53: Poesia Nenia do Tymbira | 120 |
| Imagens 54, 55 e 56: Poesia Minha Mae | 121 |
| Imagens 57 e 58: Poesia No Album de F. M. | 122 |
| Imagem 59: <i>Miscellanea Litteraria</i> , 189? | 124 |
| Imagem 60: Considerações sobre a liberdade de imprensa, 1892 | 125 |
| Imagem 61 e 62: Considerações sobre a liberdade de imprensa, 1892 | 125 |
| Imagem 63: Considerações sobre a liberdade de imprensa, 1892 | 125 |
| Imagem 64 e 65: D. Antonio de Macedo Costa, 1891 | 127 |
| Imagem 66: D. Antonio de Macedo Costa, 1891 | 128 |
| Imagem 67: 13 de maio, 1893 | 128 |
| Imagem 68: 13 de maio, 1893 | 129 |
| Imagem 69: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque | 130 |
| Imagens 70 e 71: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque | 131 |
| Imagem 72: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque | 132 |
| Imagem 73: Resposta de Severiano Bezerra d'Albuquerque para Vilhena Alves | 133 |
| Imagem 74 e 75: Resposta de Severiano Bezerra d'Albuquerque para Vilhena Alves | 134 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 76 e 77: Ensino Obrigatório | 136 |
| Imagem 78 e 79: Instrução da mocidade | 137 |
| Imagens 80 e 81: Livros Escolares | 138 |
| Imagens 82 e 83: Livros Escolares | 139 |
| Imagens 84: Selecta Litteraria, 1900 | 140 |
| Imagem 85: Oferecimento da Selecta Litteraria, 1900 | 141 |
| Imagem 86: Prefácio da Selecta Litteraria 1900 | 142 |
| Imagem 87: Recorte do Regulamento Geral do Ensino Primário | 143 |
| Imagem 88 e 89: Artigo - O Pará | 144 |
| Imagem 90 e 91: Carta de felicitação em dia de aniversário natalício | 145 |
| Imagem 92: Primeira Grammatica da Infancia, 1897 | 147 |
| Imagem 93: Lexicologia | 148 |
| Imagem 94: Sintaxe | 148 |
| Imagem 95: Exercício | 149 |
| Imagem 96: Anuncio de venda da Segunda Gramática da Infancia | 150 |
| Imagem 97: Grammatica portugueza: curso superior, 1895a | 151 |
| Imagem 98: Análise sintática | 152 |
| Imagem 99: Análise Lógica | 152 |
| Imagem 100 e 101: Modelo de Análise Léxica | 153 |
| Imagens 102, 103, 104 e 105: Modelo de Análise Lógica | 154 |
| Imagem 106: Compendio de Analyse Moderna: lexicologica e syntactica, 1895b | 155 |
| Imagens 107 e 108: Dedicatórias do autor | 156 |
| Imagem 109: Crítica sobre análise gramatical | 157 |
| Imagem 110: Divisão da Gramática proposta por Vilhena Alves | 158 |
| Imagem 111: Modelo de Analyse lexicologica | 159 |
| Imagem 112: Modelo de Analyse syntactica: lexica e logica | 160 |
| Imagem 113: Segunda Grammatica da Infancia, 1897 | 161 |
| Imagem 114: Introdução da Segunda Grammatica da Infancia | 162 |
| Imagens 115 e 116: Exercícios da Segunda Grammatica da Infancia | 163 |
| Imagem 117: Exercicios de Portuguez, 1900 | 165 |
| Imagem 118: Contracapa da gramática Exercicios de Portuguez | 165 |
| Imagem 119: Estudo da sintaxe em Exercicios de Portuguez | 167 |
| Imagens 120, 121 e 122: Exercicios de fhonologia | 168 |
| Imagens 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129: Exercicios de taxonomia | 168 |
| Imagem 130: Exercicios de morfhologia | 169 |
| Imagens 131, 132 e 133: Exercicios de Syntaxe | 170 |
| Imagens 134 e 135: Primeiro período de analise lexicológica | 171 |
| Imagens 136 e 137: Segundo período de analise lexicológica | 171 |
| Imagens 138, 139 e 140: Segundo período de analise lexicológica | 172 |
| Imagens 141 e 142: Primeiro período de análise sintática | 173 |
| Imagens 143 e 144: Segundo período de análise sintática | 173 |
| Imagem 145: Lições de Astronomia planetária | 175 |
| Imagem 146: Lições de Astronomia planetária | 176 |
| Imagem 147: Programa da Quermesse Redentora do Atheneu Paraense | 177 |
| Imagens 148 e 149: Artigo Dr. Santa Helena Magno | 178 |
| Imagem 150: Capa da Revista de Educação e Ensino | 180 |
| Imagem 151 e 152: Assunptos gramaticais – Adverbio | 184 |
| Imagem 153: Vilhena Alves como redator da revista da Sociedade de Estudos Paraenses | 185 |
| Imagem 154: Vilhena Alves adoece | 186 |

| | |
|---------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 155: Capa da Revista A Escola | 187 |
| Imagem 156: Epígrafe da revista a Escola | 187 |
| Imagem 157: Compendio de Systema Metrico Decimal | 190 |
| Imagem 158: Estudo da Leitura | 200 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Tema, objeto e relevância da pesquisa | 13 |
| 1.2 Problematização e questões de investigação | 17 |
| 1.3 Objetivos | 20 |
| 1.4 Escritas sobre intelectuais na região norte do Brasil | 20 |
| 1.5 Tessituras metodológicas | 23 |
| 1.5.1 Tipo de pesquisa | 23 |
| 1.5.2 A coleta de dados | 25 |
| 1.5.3 Análise dos dados | 27 |
| 1.6 Estrutura da dissertação | 29 |
| 2 O CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DO PARÁ | 31 |
| 2.1 O contexto histórico-educativo brasileiro do final do século XIX e início do XX: alguns apontamentos | 31 |
| 2.2 A instrução pública no Pará imperial (1868 a 1889) | 37 |
| 2.3 A instrução pública na primeira república no Pará (1889 a 1905) | 42 |
| 3 HISTÓRIA DOS INTELECTUAIS | 51 |
| 3.1 Os estudos sobre intelectuais | 51 |
| 3.2 Intelectuais e a escola | 55 |
| 3.3 Os intelectuais no Pará nos anos finais do século XIX e início do XX | 60 |
| 3.4 A importância dos estudos sobre professores como intelectuais | 65 |
| 4 FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES: UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL | 72 |
| 4.1 A vida de Vilhena Alves: percursos formativos | 73 |
| 4.1.1 Vilhena Alves: Um intelectual da burguesia? | 95 |
| 4.2 Pelos caminhos da educação: a produção intelectual de Vilhena Alves | 102 |
| 4.2.1 Obras Literárias | 103 |
| 4.2.2 Livros de Ensino | 146 |
| 4.2.3 Artigos em Periódicos: jornais e revistas | 173 |
| 4.3 A hegemonia (ou luta de classes) por trás da produção gramatical no final do século XIX: as gramáticas do professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves | 191 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 202 |
| REFERÊNCIAS | 205 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema, objeto e relevância da pesquisa

Esta pesquisa insere-se no campo da História da Educação do Pará e sua temática versa sobre intelectuais sendo o seu objeto as contribuições de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, doravante Vilhena Alves, para a instrução pública paraense. Não só no que diz respeito ao magistério exercido pelo professor, mas também dando visibilidade à sua produção intelectual, tais como gramáticas, livros de leitura, estudos vinculados às revistas pedagógicas do período e outros, os quais eram produzidos com a finalidade de contribuir para a instrução pública. Tendo em vista que, a história deste intelectual é de grande importância por contribuir para a composição do campo da história da educação paraense.

As primeiras indagações acerca do assunto ocorreram quando decidi enveredar pelos caminhos das letras, ao passar no curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa (2017 a 2021), na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, mais precisamente a partir do convite para ingressar no Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), em 2017. Em uma das aulas do curso, a professora Raimunda Dias Duarte fez a socialização dos objetivos do grupo liderado por ela. Assim, ao me interessar pela história do grupo surgiu o convite para que eu participasse dele.

O grupo em questão, era dividido em pesquisas direcionadas para Livros de Leitura e Gramáticas produzidos por autores paraenses, tais como Francisco Raymundo Corrêa de Faria, Ezequiel Lisboa, Augusto Meira, Filipe Pinto Marques, Julio Cesar Ribeiro de Souza, Domiciano H. P Cardoso (Cônego), Francisco Ferreira de Vilhena Alves, Paulino de Almeida Brito, Sabino da Luz e Laudelino Batista. A partir de então, passei a admirar a história e a obra de diversos educadores paraenses do século XIX e início do século XX, entre eles está o objeto deste estudo, Francisco Ferreira de Vilhena Alves.

De 2018 a 2019, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq e aprofundar meus estudos sobre a história dos livros didáticos na Amazônia paraense, os quais se iniciaram no grupo como voluntária e posteriormente foram desenvolvidos como bolsista. Como dito anteriormente, iniciei os estudos com os livros de leitura, mas em 2018 passei a contribuir com as pesquisas do projeto: “A produção de gramáticas na Amazônia paraense (1820 a 1920)” que se estendeu até o ano de 2019.

De 2020 a 2021, o projeto foi reformulado e minha bolsa foi renovada. Assim desenvolvi as pesquisas do projeto: “A produção de gramáticas na Amazônia paraense (1870 a 1920) e o processo de gramatização no Brasil”, no qual fiz o aprofundamento do que, possivelmente,

poderia ter influenciado os professores/intelectuais daquele período a produzirem essas gramáticas. Foi quando me deparei com a temática da Gramatização do Português Brasileiro. Para deixar registrado, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, p. 65). Nesse período, José Veríssimo (1985, p. 55), ao falar sobre o livro escolar, afirma que não bastava que o livro fosse escrito por brasileiros, mas era fundamental que ele fosse “brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime”. Esses sentimentos nacionalistas, que afloraram nos intelectuais do século XIX, acabaram se textualizando a partir de novas filiações e novas orientações para os estudos gramaticais. É neste contexto que a produção de gramáticas se estabelece na então província do Pará.

Nos dois primeiros projetos citados, sobre a produção de gramáticas na Amazônia paraense, fez-se necessário fazer uma busca por fontes que indicassem para a produção de gramáticas no estado nos anos finais do século XIX e início do século XX. Foi quando passei a encontrar gramáticas que ainda não haviam sido catalogadas pelo Grupo de Estudo e comecei o processo de catalogação e busca por novos dados. Ao todo foram encontradas 19 gramáticas, sendo que deste total, cinco foram produzidas por Vilhena Alves, dentre elas estão: *Grammatica portuguesa* (1895), *Compendio de analyse moderna: lexicologica e syntatica* (1895), *Primeira Grammatica da Infancia* (1896), *Segunda Grammatica da Infancia* (1897), *Exercicios de português* (1900). O autor está entre os que mais produziram obras escolares no estado. Além dessas obras há dados que indicam que havia muitas obras no prelo, mas conforme Eidorfe Moreira (1979) muitos de nossos gramáticos ficaram no obscurecimento, absorvidos pela rotina do magistério, que por si só não é fácil. Outros até chegaram a compendiar as diversas experiências no campo do ensino sem, no entanto, terem a oportunidade de publicá-las. Ainda conforme o autor, em poucas matérias o estado do Pará foi tão favorecido como em Gramática, e a prova disso está no destaque que a gramática tinha na bibliografia escolar paraense daquele período, especialmente, pelo interesse que havia no ensino e difusão da língua.

A ideia inicial era estudar dois intelectuais paraenses, então comecei a construção do projeto “*A docência e a produção intelectual dos professores Paulino de Brito e Vilhena Alves (1850 A 1920): contribuições para a história da educação primária paraense*”, no entanto, ao ingressar no programa, em agosto de 2022, e começar a cursar a disciplina de Ateliê de Pesquisa I, a orientadora do projeto, profa. professora Maria José Aviz do Rosário, orientou-me a delimitar o objeto de estudo, levando em consideração que o tempo de desenvolvimento da

pesquisa poderia ser curto para se fazer uma abordagem consistente sobre vida dos dois intelectuais. Dessa forma, optei pelo professor/intelectual Francisco Ferreira de Vilhena Alves e o projeto passou por uma primeira modificação e ficou intitulado como “*Docência e produção intelectual: as contribuições de Francisco Ferreira de Vilhena Alves para a instrução pública paraense (1868 a 1905)*”. No entanto, durante a qualificação a examinadora interna alertou para o fato de o título do trabalho se assemelhar com outro trabalho já examinado por ela, então, após a qualificação houve uma alteração, a saber “Poeta, Professor, Intelectual: As Contribuições de Francisco Ferreira de Vilhena Alves para a Instrução Pública Paraense (1868 a 1905)”.

Durante as orientações verificou-se que, também, era necessário rever o recorte temporal, então foi delimitado o período de 1868 a 1905. Este recorte justifica-se pelo início das atividades de Vilhena Alves, pois sua primeira produção foi no ano de 1868, com uma coleção de poesias e conforme Eidorfe Moreira (1979), o encerramento de suas atividades didáticas no plano da bibliografia se deu em 1900, com a obra *Selecta Literaria*. No entanto, o professor Vilhena Alves dedicou-se também às atividades de editoração na *Revista de Educação e Ensino*¹ do período de 1891 a 1895, na qual divulgava vários de seus estudos sobre assuntos gramaticais. E a posteriori dedicou-se, na função de redator na *Revista a Escola*² do período de 1900 até 1905, na qual escrevia sobre diversos assuntos referentes à educação.

Além desse recorte, outra proposição foi estudar o professor como um intelectual paraense/brasileiro. Tendo em vista que esse notável intelectual teve em sua docência e na sua produção intelectual: artigos, discursos, pareceres, obras didáticas diversas, o que se constitui em um legado riquíssimo, tanto no quesito educacional quanto cultural, para a Amazônia. O que coloca Vilhena Alves na posição de uma figura importante na história da educação no estado do Pará. Nesse sentido, um dos passos fundamentais para entender Vilhena Alves como um intelectual de sua época, foi buscar em Antonio Gramsci (1982) os fundamentos desta categoria, o qual distingue os intelectuais em orgânicos e tradicionais.

No caso do objeto deste estudo pode-se defini-lo como um intelectual orgânico que, criado em um determinado momento histórico, acaba carregando consigo um papel muito importante não só de organizar, mas também de conscientizar o grupo ao qual pertence modificando assim a sua própria realidade.

¹ Esta revista foi fundada no ano de 1891 e aborda diversos temas educacionais.

² Essa revista era mensal e foi fundada no ano de 1900 e versava sobre temas educacionais.

A necessidade de pesquisar sobre a vida de Vilhena Alves, se deu por diversos motivos entre eles a pouca quantidade de estudos sobre intelectuais do estado, e a falta de estudos referentes à vida e às obras deste intelectual, além do desejo de compreender como que se constituiu as contribuições desse intelectual em um momento histórico marcante que é os anos finais do Império e o início da Primeira República. Então, visualizei nisto a oportunidade de trazer a público uma pesquisa que pudesse preencher essa lacuna ainda presente na historiografia paraense.

Assim, as inquietações que surgiram a partir dessa constatação me impulsionaram a tentar reescrever a história, a fim de colocar Vilhena Alves na posição que sempre lhe foi negada, além do desejo de compreender o passado. Pois, conforme Nunes (2008, p. 39) “qualquer busca nos arquivos tem origem numa inquietação que exige, paradoxalmente, humildade e ambição”, humildade para reconhecer a minha ignorância sem, no entanto, utilizá-la como desculpa em favor de possíveis falhas, mas como alavanca da curiosidade e da elaboração de uma nova erudição, e “ambição para persistir na totalização de uma prática (e na reflexão sobre ela) que extraia sua originalidade e sua competência, não da dependência de modelos já existentes, mas justamente do criterioso desencanto com o conhecimento produzido e da ousadia de afirmar a própria voz no diálogo com os outros”.

Esse conjunto de descobertas possibilitaram-me visualizar a viabilidade da investigação, o que foi sendo reforçado pelo fato de se terem disponíveis diversas fontes escritas pelo professor. Nesse sentido, o caminho que se abria oportunizando-me pesquisar sobre a atuação de Vilhena Alves, se revelou como um itinerário seguro de investigação para firmar o propósito deste estudo, que é trazer novos olhares e conhecimentos para a pesquisa em história da educação na Amazônia Paraense. Portanto, trazer ao conhecimento da sociedade a história de nossos intelectuais, no que se refere à construção da carreira de magistério, produção intelectual etc., constitui uma importante contribuição para os estudos em História da Educação Básica, especialmente no estado do Pará.

No que se refere ao estudo, ele possui importância pessoal, acadêmica e social. Pessoal porque o meu primeiro contato com Vilhena Alves ocorreu enquanto eu ainda estava engatinhando na pesquisa acadêmica, na graduação, e ali pude perceber que havia algo que eu podia fazer para que professores/intelectuais não caíssem no obscurantismo do campo da história da educação. Assim, a pesquisa, para mim, representa o resgate da história não só de Vilhena Alves, mas de professores que acabam sendo engolidos pela carreira de magistério sem sequer terem o devido reconhecimento.

A relevância acadêmica se dá pela inserção da história de Vilhena Alves no cenário das pesquisas em história da educação. Além disso, visa contribuir com a primeira linha de História da Educação Básica no Pará, do Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, situado na Universidade Federal do Pará, fortalecendo estudos e pesquisas, que buscam a partir das diferentes abordagens históricas discutir sobre o nível de ensino hoje denominado de educação básica, em diversos tempos e espaços, alicerçando e contribuindo para a construção de pesquisas que enfoquem a história de professores/intelectuais que deram importantes contribuições para a instrução/educação na Amazônia Paraense. Além de se configurar como uma possível fonte para futuras pesquisas em história da educação brasileira, em especial do Pará.

Quanto à relevância social, através dessa investigação buscou-se fazer a reconstituição da história de um importante personagem, a fim de recuperar uma parte importante da história social do estado do Pará ao resgatar as significativas contribuições que Vilhena Alves deu para a instrução pública no estado.

1.2 Problematização e questões de investigação

Ao colocar o professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves na posição de intelectual e pesquisar mais sobre a temática, verificou-se que os estudos sobre os intelectuais ainda não fazem parte da preocupação de muitas culturas e tradições acadêmicas, nesse sentido, esse problema ganha visibilidade por meio de diferentes histórias nacionais, em especial as histórias políticas, que acabaram sendo decisivas para a produção de pesquisas em países como França e Itália que passaram a discutir sobre o papel e o comportamento social dos intelectuais, o que acabou promovendo a consolidação deste gênero de estudos nos países citados (Vieira, 2015).

No Brasil, esses estudos começam no segundo quartel do século XIX, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com estudos do gênero biografias de intelectuais, sendo, no entanto, incomuns no contexto acadêmico, na verdade, as pesquisas históricas e sociológicas sobre intelectuais se afirmaram, de forma gradativa, com o surgimento e o desenvolvimento das universidades no país, desde a segunda metade do século XX, ainda assim, esses estudos ainda são escassos (Vieira, 2015).

No estado do Pará, também não houve uma preocupação mais efetiva com estudos sobre intelectuais, conforme o levantamento realizado inicialmente, os quais demonstram que existem poucos trabalhos, entre dissertações e teses, no estado. Nesse sentido, há muito que se fazer, tendo em vista que estes estudos são bem recentes na região e revelam a urgência em se escrever a respeito de importantes intelectuais do estado, para que essas histórias não caiam no

esquecimento e as futuras gerações possam conhecer o papel e o comportamento social de personagens importantes para a instrução pública nos anos finais do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, escrever sobre a história de intelectuais possui grande relevância, pois existem acervos riquíssimos que, ainda que dispersos, fragmentados e de difícil acesso, estão disponíveis para quem se dispõe a desbravar essas fontes históricas.

Como é possível perceber, o recorte temporal deste estudo está situado nos anos finais do Império e início da Primeira República no Brasil, neste período o sistema educacional era denominado como Instrução Pública e pode-se perceber que ainda que tenha ocorrido essa transição, de Império para República, não houve tanta alteração na vida econômica e social do povo brasileiro, pelo menos não de imediato, evidenciando que na verdade só houve alteração do regime político, e se tratando da instrução pública, esta estava em total atraso, com uma rede escolar primária bastante precária, e conforme Cardoso (2013) para tentar tirar o Brasil do atraso educacional, os liberais republicanos visualizaram na educação um elemento primordial para difusão de ideias como ordem, progresso e civilização, no entanto, os modelos que ganharam destaque no período eram modelos de instrução europeia. Dessa forma, o sujeito que vai desencadear esse processo civilizatório é o professor, que, segundo a visão da intelectualidade local, estava imbuído da missão de regenerar o povo brasileiro e encaminhá-lo para a vida nacional (Cardoso, 2013).

Na Província do Grão-Pará, é marcante a figura do professor nesse processo e como o domínio da leitura e da escrita passaram a ser visualizados como algo que poderia levar a população, ou melhor, a elite, a ascender socialmente, as ideias educacionais acabaram sendo fundamentadas nas ideologias iluministas e civilizatórias, pois o Estado viu nisso um instrumento também de controle, tendo em vista que, a Elite Brasileira almejava os moldes da cultura europeia e assim passou a importar as práticas culturais de lá, especialmente, por meio de autores que representavam a cultura das humanidades clássicas. Objetivava-se com isso, que os alunos, supostamente, se tornassem cidadãos do mundo civilizado (Coelho, 2013).

Quando se olha para a instrução pública paraense, pode-se perceber que Vilhena Alves participou de forma ativa dos anos finais do período imperial ao início da Primeira República no Brasil, e como se verá mais adiante, possui uma extensa produção intelectual, os quais foram concebidos em um período marcado por grandes transformações políticas, educacionais, sociais e culturais, que por sua vez influenciaram para a construção de grande parte de seus estudos. Dessa forma, o vigiense se destacou como professor e intelectual paraense por meio de estudos que versavam sobre temas variados como ensino de português, geometria, aritméticas elementares, astronomia, traços biográficos de intelectuais, exercícios e orientações didáticas

escolares, legislação educacional, além de outros temas que estão refletidos em sua extensa produção.

Mas, infelizmente, ao olharmos para o cenário das pesquisas em educação, não é essa condição que se vê, pois não há estudos sobre a vida deste professor. Na verdade, não se trata somente da falta de estudos sobre a vida deste, mas de muitos outros intelectuais paraenses. Isso pode ocorrer por muitos fatores, dentre eles, porque não há preocupação em inserir neste contexto intelectuais que tenham proposições diferentes das do sul e sudeste; ou ainda por pensarem de forma diferente da elite do período. Fato é que, há muitas lacunas em estudos dessa ordem e, conseqüentemente, muitos intelectuais não têm papel de destaque e por conseguinte não são colocados em evidência. A exemplo disso, podemos citar o intelectual paraense José Veríssimo Dias Matos, que ganhou projeção nacional, mas para isso teve que se transferir para o Rio de Janeiro e atuar como professor, e posteriormente diretor na Escola Normal e no Ginásio Nacional, passando a figurar entre os intelectuais da chamada “geração de 1870”. Claro que a intenção aqui não é tirar o mérito de Veríssimo, até porque muitos já tentaram descredibilizá-lo como intelectual, mas demonstrar que para ter uma projeção nacional ele precisou sair de seu estado natal, enquanto Vilhena Alves e tantos outros ficaram aqui e acabaram caindo em certo esquecimento.

Além disso, deve-se frisar que quase toda a história da educação paraense ainda se encontra em processo de construção. Por esta razão, a discussão em torno da historiografia da educação revela grandes dificuldades, especialmente, no que se refere a sanar as diversas lacunas teóricas ainda existentes, dentre elas os estudos de gênero, de instituições escolares, dos intelectuais e tantos outros. Isso também pode explicar o fato de a história paraense não aparecer nas discussões sobre a História da Educação Brasileira, dando a impressão de que não temos história, pois não estamos na grande maioria dos livros que abordam a história da educação no Brasil. Nesse sentido, nosso intuito é contribuir para o preenchimento de uma das tantas lacunas que ainda existem na historiografia brasileira e paraense, tendo em vista que a história da educação está fortemente ligada à uma classe controladora da produção material, a qual conforme Costa e Rosário (2020) foi transformada em ideias e introduzida quase como lei natural, como verdades absolutas, sendo apresentada em forma de padrões políticos, morais ou religiosos.

Por esta razão, deve-se reconhecer que muitos pesquisadores da história da educação têm se esforçado em sanar essas lacunas e como consequência acabam adquirindo certa competência no âmbito historiográfico. No entanto, esses esforços não partiram de historiadores de ofício, o que se apresentava como um problema, pois muitos historiadores ao organizarem

as “várias histórias”, não incluíram a história da educação como parte da história, assim, esse esforço surge da iniciativa de muitos educadores que buscaram estabelecer um diálogo do campo histórico - educacional no Brasil, estabelecendo um novo campo do saber. Como é o caso dos grupos Grupo de Estudos e Pesquisa em História e Educação (GEPHE) e História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR-Secção-PA) que foram criados na tentativa de se consolidar os estudos e pesquisas em História da Educação da Região Amazônica, a fim de que os estudos produzidos nesta área de conhecimento pudessem fazer parte do debate nacional, contribuindo assim para a construção de referências para as pesquisas em história da educação, bem como a inserção na historiografia nacional (Costa e Rosário, 2020).

Atentando para o fato de que Vilhena Alves atuou na gestão e docência em diversas escolas do Pará, foi autor de vários livros didáticos, e a partir do entendimento da caracterização dos intelectuais, bem como suas representações nos anos finais do século XIX e início do XX, o estudo procurou responder às seguintes questões: Como o contexto histórico-educacional de meados do século XIX e início do século XX contribuiu para a formação docente de Francisco Ferreira de Vilhena Alves? Como se constituiu a sua trajetória profissional e produção intelectual? Como a trajetória profissional de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, no período de 1868 a 1905, o revela como intelectual de seu tempo?

1.3 Objetivos

A problemática desenvolvida nesta pesquisa em torno da falta de estudos sobre história de intelectuais, especialmente do intelectual vigiense Francisco Ferreira de Vilhena Alves envolve uma reflexão do seu papel em um momento histórico que fora marcante para o cenário educacional nacional e regional, que foram os anos finais do Império e o início da Primeira República.

Para tal reflexão estabeleceu-se como objetivo principal: Compreender como se constituíram as contribuições de Francisco Ferreira de Vilhena Alves na função de professor/intelectual para a instrução pública paraense entre 1868 e 1905.

E como objetivos específicos foram elencados os seguintes: a) Apresentar o contexto histórico-educativo paraense dos anos finais do século XIX e início do século XX; b) Refletir sobre o papel e o comportamento social dos intelectuais no período; e c) Verificar como se deu a trajetória profissional e intelectual do professor Vilhena Alves.

1.4 Escritas sobre intelectuais na região norte do Brasil

Este levantamento, de dissertações e teses, em programas de pós-graduação em Educação, da região norte do Brasil, deu-se com a finalidade de verificar como está sendo discutido o tema Intelectuais na produção do conhecimento em história da educação, a fim de reconhecer não só as contribuições temáticas como identificar as lacunas existentes na produção. Sendo realizado em Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, tais como: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Estadual de Roraima (UERR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Por meio deste levantamento foi possível constatar que as produções acadêmicas sobre o tema Intelectuais, na região norte, ainda correspondem a um número bem reduzido, na qual foram encontradas quatro dissertações e duas teses de doutorado, que se coadunam com a intenção desta pesquisa, levando em consideração temas voltados para “intelectuais”, “produção didático-pedagógica” e “produção intelectual”.

Quadro 1: Dissertações e teses sobre intelectuais paraenses

| INSTITUIÇÃO | PROGRAMA | DISSERTAÇÃO | TESE | AUTOR(A) | ANO DE DEFESA |
|-------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|---------------|
| Universidade Federal do Pará - UFPA | Programa de pós-graduação em educação – PPGED | UM ESTUDO SOBRE INTELECTUAIS NEGROS NA ACADEMIA ENTRE 1970 E 1990: trajetória acadêmica de Florentina Silva Souza | | Édina do Socorro Gomes Rodrigues | 2011 |
| | Programa de pós-graduação em educação – PPGED | A produção intelectual e a docência de Domingos Sylvio Nascimento: Contribuições para a História da Educação no Pará (1903 – 1947) | | Bianca F. de Oliveira | 2016 |
| | Programa de pós-graduação em educação – PPGED | | A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes | Ana Maria Maciel Corrêa | 2017 |

| | | | | | |
|--|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|------|
| | | | Bibas e a educação do Pará | | |
| | Programa de pós-graduação em educação – PPGED | A História de um intelectual orgânico em defesa da educação na Amazônia: Manoel do Carmo e a Casa Familiar Rural de Gurupá-PA | | Maria do Socorro da Silva Guimarães | 2017 |
| | Programa de pós-graduação em educação – PPGED | | Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20 | Andreson Carlos Elias Barbosa | 2017 |
| | Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB | PROFESSORA MARIA ANNUNCIADA RAMOS CHAVES: contribuições para a História do Brasil e ao ensino de História no contexto do nacional-desenvolvimentismo. | | Smile De Souza Golobovante | 2020 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em relação ao levantamento das obras a respeito do professor Vilhena Alves, foi encontrado somente uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, que se propôs a analisar a obra *Selecta Litteraria*, cujo título é *A letra nacional: análise discursiva do ensino de leitura na 1ª República (1889-1930) no Pará na obra Selecta Litteraria, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves*, a qual foi defendida em 2019. Mas não entrou no levantamento por não ser um estudo sobre o intelectual em si, mas sobre uma obra escrita por ele.

O levantamento priorizou teses e dissertações, no entanto, vale citar que existem dois outros trabalhos encontrados a respeito do intelectual, um deles é o artigo produzido pelo professor Dr. Iran Abreu Mendes, intitulado *Francisco Ferreira Vilhena Alves e os Saberes Aritméticos na Revista A Escola: Revista Oficial de Ensino (1900-1905)*, no qual buscou-se informações sobre saberes elementares aritméticos, para o ensino primário, presentes em exemplares dessa revista.

O outro, foi um trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de História da Educação, pela professora Dra. Maricilde Oliveira Coelho, intitulado *Para despertar no coração da mocidade o sentimento de amor à pátria: o livro Seleta Literária, do professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves*, neste, a autora apresenta um pouco da atuação do vigiense na instrução pública, bem como suas obras voltadas ao ensino.

No entanto, não foi encontrada nenhuma pesquisa que focasse diretamente a vida de Vilhena Alves (1848-1912), bem como seu magistério, além disso, verificou-se que o vigiense ainda não tinha sido colocado na posição de intelectual. Por isso, pretende-se trazer ao conhecimento do público as contribuições do professor Vilhena Alves, no período delimitado por esta pesquisa. Tendo em vista que “o passado é inacabado, no sentido de que o futuro o utiliza de inúmeras maneiras. Daí a possibilidade, e para nós exigência, de que cada geração reescreva a ou as histórias daqueles que a antecederam” (Nunes, 2008, p. 38).

Pode-se perceber, que, infelizmente, há um certo apagamento da história de professores(as)/intelectuais paraenses que tanto contribuíram para a instrução pública no estado e por meio do levantamento foi possível verificar que são poucas as pesquisas sobre a temática dos intelectuais em programas de Pós-graduação em Educação na região norte.

1.5 Tessituras metodológicas

Considerando a perspectiva até aqui apresentada, e já com uma intenção de pesquisa esboçada, consideramos que o melhor caminho a seguir é o da metodologia qualitativa, pois é uma abordagem que busca focar o social como um mundo de significados, o qual é passível de investigação a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais, conforme aponta Minayo e Sanches (1993), dessa forma, considera-se que esta abordagem seja a mais adequada para esta pesquisa, tendo em vista que o intelectual estudado não tem papel de destaque quando olhamos para a historiografia paraense, por isso ao investigarmos essa temática pretendemos não só abordar os desdobramentos dos fatos tentando fazer história, mas também reescrever sobre a história de Vilhena Alves (Costa, 2010).

1.5.1 Tipo de pesquisa

O caminho metodológico traçado neste estudo foi a pesquisa histórica, a qual é entendida como uma construção social, tendo em vista que a história se dá em um processo contínuo, constituído por rupturas e discontinuidades, uma vez que não é um mero amontoado de acontecimentos. Por isso, levando em consideração que “a pesquisa histórica é um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto”, o desejo de compreender a

trajetória de sujeitos outros, constitui o “ato inaugural” que me instiga a verificar que o desejo que se manifestou nas produções de Vilhena Alves, é o que me leva a passar horas consultando arquivos na intenção de copiar informações e criar ou recriar ideias (Nunes, 2008, p. 37). Além disso, ao utilizar a pesquisa histórica é necessário adotar uma abordagem teórico-metodológica para fundamentar determinada análise, assim optou-se por utilizar a concepção materialista da história de Marx, pois concordando com Hobsbawn este é o melhor guia para se fazer uma análise sobre a sociedade humana e as mudanças que ocorrem nessa sociedade, assim como, das diferentes atividades e ocupações nas quais Vilhena Alves estava inserido.

Para Rodrigues (2010, p. 35) “embora exista uma regularidade nos fenômenos sociais, a vontade humana intervém nos acontecimentos históricos. São os próprios homens que fazem a sua história, mas não de modo arbitrário, senão sob certas condições determinadas”, assim, ao fazer uma abordagem da história da educação, deve-se “evitar as formulações tradicionais que a concebem como uma atividade teórica e prática que descreve ‘objetivamente’ como os povos produziram, transmitiram e distribuíram seus saberes”. Ainda conforme a autora,

A pesquisa histórica exige que o pesquisador tenha domínio do conteúdo histórico e pressupõe o prévio conhecimento da metodologia do trabalho científico, ou seja, a capacidade de conhecer e utilizar técnicas, instrumentos de coleta e procedimentos para a análise das fontes coletadas, referentes a um determinado objeto de pesquisa (Rodrigues, 2010, p. 35).

A pesquisa histórica do tipo documental trabalha com fontes primárias e “utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem passar por novas análises de acordo com os objetivos da pesquisa” (Rodrigues e França, 2010, p. 55 *apud* Costa, 2014, p. 17). Além disso, para Melo (2010) fonte histórica é toda e qualquer peça que nos ajude a obter informações e notícias a respeito do passado histórico-educativo, assim, ao citar Júlio Reis Berrio, o autor afirma que a classificação documental pode ser ordenada em sete grupos: 1) documentos escritos, 2) sonoros, 3) pictóricos, 4) audiovisuais, 5) mobiliários, 6) arquitetônicos, 7) documentos de utilidade escolar.

Margarita Rodrigues, segue uma classificação tradicional e afirma que as fontes podem ser organizadas da seguinte forma:

Segundo a classificação tradicional – ainda utilizada pelos historiadores – as fontes podem organizar-se em: a) **Fontes escritas:** realizadas sobre material duro ou em pedra; também sobre material brando (papiro, pergaminho ou papel, códices ou documentos soltos); ou fontes impressas (crônicas, históricas, coleções de documentos, edições críticas de manuscritos). Essas fontes são também chamadas de documentais. b) **Fontes materiais:** aqueles vestígios que não são documentos, tais como utensílios, móveis, vestimentas, fósseis, pinturas, construções, monumentos, entre outros. c) **Fontes orais ou tradicionais:** são informações e conhecimentos de

fatos históricos que se transmitem e se mantêm pela tradição oral, mas que, quando são escritas, se transformam em fontes escritas (Rodrigues, 2010, p. 42).

Diante do exposto, nesta pesquisa foram utilizados os documentos históricos escritos, que se compõem de revistas pedagógicas, livros escolares, e outros, os quais possibilitaram iniciar a sistematização de informações importantes a respeito da vida e da produção intelectual deste professor, tendo em vista que antes disso não fora feito. Assim, para fins de coleta e análise dos dados, foi adotada a pesquisa do tipo documental. Pois, as fontes são resultado da ação do homem e, historicamente, ainda que Vilhena Alves não tenha tido intenção de registrar sua vida e o mundo à sua volta, por meio de sua produção acabou testemunhando através de seus escritos diversos fatos, por isso sempre que retornamos às fontes acabamos descobrindo novos elementos, novos significados, além de novas informações que outrora tenham escapado de nossa vista em incursões anteriores.

1.5.2 Coleta de dados

A técnica de coleta e análise de dados utilizada na busca das fontes sobre a história de Vilhena Alves seguiu as orientações de Rodrigues (2010) quanto à catalogação, organização e análise.

Esta etapa iniciou pelo levantamento de documentos históricos escritos acerca das contribuições que Vilhena Alves, por meio de seus estudos, deu às escolas primárias em sua atuação entre os anos de 1868 e 1905. Este levantamento foi realizado em espaços em que um pesquisador pode encontrar fontes históricas, que conforme Rodrigues (2010, p. 40) são:

- a) **Arquivos Públicos:** podem ser instituições internacionais, nacionais, estaduais, locais; arquivos militares; judeus; universitários; hospitalares; portuários; legislativos, entre outros.
- b) **Arquivos privados:** eclesiásticos do bispado; episcopais; catedráticos; paroquiais, conventos, seminários, confrarias e irmandades; museus, arquivos de imprensas; familiares.
- c) **Arquivos de procedência privada, mas de propriedade, gestão e acesso público:** reúnem coleções e documentos produtos de doações de arquivos e bibliotecas pessoais ou de uma família que são cedidos para visitação e utilização públicas.
- d) **Bibliotecas públicas e privadas:** centros que contam com acervos bibliográficos e, em alguns casos, também dispõem de hemerotecas, que reúnem periódicos e revistas.
- e) **Museus públicos e privados:** conservam documentos e artefatos diversos. Muitos são instituições científicas que contam com hemeroteca e biblioteca e podem reunir peças de origens antropológicas, materiais etnográficos e artesanais, organizados em salas e acompanhados de material informativo”.

As fontes históricas são produções humanas, e no caso da história, todas as fontes históricas, por definição, são construídas, no entanto, Saviani (2006, p. 29) alerta que “não se

trata de considerar as fontes como origem do fenômeno histórico considerado. As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado”, além disso, não são as fontes históricas a fonte da história em si, tendo em vista que não é delas que brota e flui a história, elas na verdade constituem-se como a fonte do conhecimento histórico, pois são registros e testemunhos e atos histórico, por isso é que apoiamos os conhecimentos que produzimos acerca da história.

Salienta-se que, algumas fontes utilizadas nesta pesquisa já haviam sido catalogadas no ano de 2021, enquanto estava na graduação, em uma visita realizada ao setor de obras raras da Fundação Cultural do Estado do Pará, foi necessário somente sistematizá-las, pois ainda não haviam sido manipuladas para a utilização, dentre elas estão: 30 exemplares da Revista de Educação e Ensino com 5 volumes dos anos de 1891 a 1895; 27 exemplares da revista A Escola com 8 volumes dos anos de 1900 a 1905; 5 gramáticas e 4 livros de leitura de Vilhena Alves. Atualmente, algumas destas fontes estão disponíveis no acervo digital do CENTUR.

As pesquisas no Arquivo Público do Estado do Pará, onde também foram localizados alguns documentos que traziam importantes informações sobre a docência do professor Vilhena Alves serviram para localizar objeto em sua trajetória docente, dentre eles temos: Relatórios assinados por Vilhena Alves e Parecer do diretor da instrução pública pedindo a permanência de Vilhena como professor adjunto.

Ao fazer uma visita ao arquivo público e encontrar um colega do programa de mestrado, ele me orientou a fazer uma busca na Hemeroteca Digital Brasileira. Dessa forma, também tomamos como fonte de coleta, que fora extremamente produtiva, a Hemeroteca Digital Brasileira, a qual tem sob sua guarda inúmeros jornais do período estudado. Nessa etapa, utilizamos como palavra-chave para a pesquisa o sobrenome do intelectual “Vilhena Alves”, assim ao iniciar a busca obtivemos um resultado de 355 ocorrências para o jornal *O Liberal do Pará*, órgão do Partido Liberal, dos anos de 1869 a 1889, sendo encontradas informações referentes à Vilhena Alves apenas em 20 edições. No jornal *A Constituição*, órgão do Partido Conservador em jornais de 1874 a 1886, foram encontradas 255 ocorrências, sendo que destas somente 8 edições faziam menção a ele. No jornal *A Escola*, 1 ocorrência em 1 edição de 1892. Em *A Pátria Paraense*, diário noticioso, comercial e literário, foi encontrada apenas 1 edição, de 1894. No jornal *A Palavra*, 1 ocorrência em 1 edição, de 1895. É importante citar que levamos em consideração somente os jornais que traziam trechos sobre alguns dos feitos do intelectual na instrução pública da cidade de Vigia, na capital, e sua atuação na vida pública, sendo fundamentais para sistematizar a trajetória do objeto estudado.

A posteriori fui à EETEP Vilhena Alves, localizada na Av. Magalhaes Barata, Esquina Com A, Tv. Três de Maio, 698 - São Brás, Belém – PA. Falei com o secretário Bruno e ele prontamente me encaminhou para a Diretora da escola, Vania L. dos Santos. Ao explicar o motivo da minha visita a professora foi muito solícita. No entanto, explicou-me que a maioria dos documentos existentes na escola foram doados, por meio de um termo de doação, para a Fundação Cultural do Estado do Pará no ano de 2017, inclusive a biografia do patrono da escola.

A diretora, bastante organizada, revelou que havia separado alguns poucos documentos que sobraram no acervo da escola, dentre eles, encontrei um Registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrências, que fora utilizado para diversas anotações com informações sobre a história da escola. E alguns dados dizem respeito ao hino, ao patrono, às gestões que passaram pela escola etc., os quais digitalizei e juntei às outras fontes já catalogadas.

Ao voltar ao CENTUR para mostrar o termo de doação digitalizado e solicitar a biografia do autor, fui atendida e pelo documento estar bem deteriorado as secretárias de lá ajudaram a folhear, no entanto, para a minha surpresa, não havia muitas informações e nem sequer uma foto do intelectual. Após constatar que não tinha nenhuma foto do Vilhena Alves em sua biografia, comecei a conjecturar sobre outras possibilidades e passei a procurar nos arquivos das organizações culturais que fez parte. Assim, em uma das edições da Revista da Academia Paraense de Letras, do ano de 1952, encontrei uma única foto para dar rosto ao professor em estudo e essa passou a fazer parte do quarto capítulo desta dissertação.

1.5.3 Análise dos dados

Verificou-se que conforme Rodrigues (2010) seriam necessários alguns procedimentos básicos para a análise das fontes escritas escolhidas. A saber:

1. Verificar a relevância do documento para o entendimento do objeto de pesquisa, ou o assunto a ser estudado, classificando aquelas fontes consideradas principais e secundárias.
2. Análise contextual: verificar e questionar os aspectos econômicos, sociais, políticos, psicológicos e institucionais que envolvem o documento produzido.
3. No caso das fontes escritas, constatar se foi elaborada pelo narrador ou se foi um fato contado a ele por outro sujeito, ou seja, verificar o foco narrativo.
4. Realizar uma exaustiva leitura do documento para comparar os elementos internos dos textos e compreender a lógica interna do documento, para detectar possíveis contradições ou incoerências” (Rodríguez, 2010, p. 47).

Partindo dessas informações, iniciamos a primeira etapa, a qual diz respeito à verificação da relevância do documento para o entendimento a respeito da trajetória docente do

intelectual estudado. Assim, apoiados em Melo (2010, p. 17), consideramos como fontes primárias todos os documentos escritos ou não por Vilhena Alves, mas que ainda não passaram por um processo de manipulação, entre eles estão os compêndios, estudos vinculados às revistas *A Escola* e *Revista de Educação e Ensino*, e alguns estudos vinculados ao jornal *O liberal do Pará*, *A constituição*, *O liberal da vigia*, *A Pátria Paraense*, *A Palavra*, *A Escola*.

Passamos então para a segunda etapa e começamos a fazer a análise contextual dos documentos produzidos, tanto as fontes primárias quanto as secundárias, verificando e questionando os diversos aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais. Este processo foi mais lento, levando em consideração que sempre que retornava às fontes eram encontrados novos elementos e novas informações.

Na terceira etapa, foi necessário verificar nas fontes escritas, se elas foram de fato elaboradas pelo narrador. Essa fase meio que se mescla à primeira, pois foi necessário verificar quais fontes eram escritas por Vilhena Alves ou por sujeitos outros, na qual pode-se verificar que o intelectual em alguns escritos se colocava, ainda que de forma inconsciente, como narrador onisciente, tendo em vista que sabia e dominava tudo que estava escrevendo em seus estudos, ora escritos em 1ª pessoa ora em 3ª pessoa, no entanto, em outros documentos foram verificados narradores observadores que não participaram dos fatos, mas escreveram sobre. E que bom que a história pode ser feita com todos os documentos disponíveis, os quais são vestígios da passagem de Vilhena Alves, pois a nossa tarefa foi superar o esquecimento, preencher as lacunas e recuperar as palavras e expressões vencidas pelo tempo.

A última etapa apontada pela autora, diz respeito à exaustiva leitura das fontes, para verificar os elementos internos dos textos e entender a lógica interna do documento, a fim de detectar possíveis contradições ou incoerências. Esse processo foi contínuo, considerando que o pesquisador “escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui” e a partir da posição do problema as fontes foram distribuídas em blocos literários, gramaticais e artigos, na tentativa de organizar as séries de dados que pretendeu-se construir (Reis, 2006, p. 39).

Dentre as fontes lidas, salientamos que a leitura dos jornais e dos periódicos contribuiu para o entendimento do objeto de pesquisa, pois como não há estudos sistematizados sobre o intelectual, a leitura destas fontes foi de suma importância para descobrir sua atuação na política e no meio cultural.

As fontes, especialmente os jornais *O liberal do Pará* e *A constituição* e as revistas pedagógicas, nos ajudaram na contextualização do período em que Vilhena Alves atuou como professor e nas várias redes de sociabilidade em que estava constantemente inserido.

Verificou-se que das 30 Revistas de Educação e Ensino coletadas somente 12 traziam algum tipo de produção intelectual de Vilhena Alves. E das 27 revistas *A Escola* coletadas somente 15 traziam algum dado referente ao professor. Assim, as demais foram descartadas.

Salienta-se que estas fontes se tornaram importantes porque segundo Gramsci (1982), um erro que é bastante difundido metodologicamente para definir o significado de “intelectual” está em buscar este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, quando na verdade, deve-se levar em consideração o conjunto de sistemas nos quais estas atividades encontram-se e conseqüentemente são produzidas, no conjunto geral das relações sociais.

Em suma, durante o manuseio e interpretação das fontes, foram surgindo novas questões e informações, e isso me trouxe à memória algo que era bastante difundido nas aulas de ateliê I, II e III, pelas professoras Clarice Melo e Maria José, que diziam: as fontes e os documentos não falam por si, sendo necessário ler as linhas e entrelinhas destes para não confiar cegamente naquilo que está exposto ali. Portanto, as fontes foram interpretadas conforme foram sendo contextualizadas.

1.6 Estrutura da dissertação

A estrutura do trabalho encontra-se dividida da seguinte forma:

No capítulo 1, intitulado de “Introdução”, pretendeu-se apresentar as características gerais da pesquisa, tais como a justificativa do tema, delimitação do objeto de estudo, a problematização, os objetivos, a relevância pessoal, acadêmica e social, as tessituras metodológicas seguidas e como o trabalho está estruturado.

O capítulo 2 “O contexto histórico-educativo do Brasil do século XIX e início do século XX: o caso do Pará” serviu para fazer uma exposição do contexto histórico-educativo no Brasil do século XIX e início do século XX, trazendo o olhar para o contexto paraense, no que se refere à instrução pública no Pará Imperial (1868 a 1889) e na primeira República no Pará (1889 a 1905).

No capítulo 3 intitulado “História dos Intelectuais” buscou-se tratar sobre a história dos intelectuais, trazendo os estudos acerca desta categoria, além de sua ligação com a escola, em sentido lato, por entender professores como intelectuais. Além de fazer um percurso sobre a atuação destes, no Pará, nos anos finais do século XIX e início do XX.

O capítulo 4, que tem como título “Francisco Ferreira de Vilhena Alves: Uma trajetória intelectual”, faz uma exposição do professor Vilhena Alves e sua produção intelectual, trazendo

seus livros de leitura, suas gramáticas, os jornais em que escrevia e as revistas pedagógicas que fazia parte. Além de pontuar o intelectual notável que fora.

E por fim as considerações finais do estudo.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO-EDUCATIVO DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: O CASO DO PARÁ

Esta seção foi construída para apresentar o contexto histórico-educativo em que o intelectual estudado estava inserido, conforme o recorte realizado, final do século XIX e início do século XX. Salienta-se que as disciplinas Escola Básica Brasileira e História da Educação Básica foram fundamentais para o aprofundamento das reflexões contidas neste capítulo, e permitiram a compreensão de como os intelectuais mais diversos estavam envolvidos na atualização, produção e disputas nos campos educacional, cultural e político, em tempos e espaços diversos, conflitando ou conciliando, como diria Vieira (2015), para produzir aquilo que somos hoje.

2.1 O contexto histórico-educativo brasileiro do final do século XIX e início do XX: alguns apontamentos.

O Brasil desde seu “descobrimento” é marcado por profundas mudanças que afetam todos os ângulos econômicos do país. Desde então, seu sistema político é cheio de altos e baixos sempre prejudicando um dos aspectos mais importantes para a construção de uma nação justa e igualitária, a educação (Costa, 2015, p. 369).

O longo século XIX, expressão cunhada por Eric Hobsbawm (1917-2012), trouxe consigo grandes revoluções. A segunda metade deste século promoveu o desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravidão, crescimento relativo do mercado interno e incipiente industrialização. Dessa forma, Costa (1999) afirma que todos os fenômenos ocorridos na segunda metade do Brasil Império introduziram, nas estruturas sociais e econômicas do país, modificações que acabaram contribuindo tanto para o desenvolvimento do mercado interno como para o processo de urbanização.

O aperfeiçoamento do sistema de transportes (substituição do transporte em lombo de burro e carro de boi pelas ferrovias, a generalização do uso do navio a vapor, na segunda metade do século XIX) coincide com a demanda crescente de café pelo mercado internacional, acarretando uma especialização crescente da produção cafeeira. Rompia-se a estreita auto-suficiência do latifúndio, o que estimularia o comércio interno, permitindo uma relativa distribuição de riqueza (Costa, 1999, p. 252).

Havia neste período, no Brasil, uma elite intelectual brasileira composta por elementos provenientes das camadas dominante e média (Ribeiro, 1992). Ao falar de intelectual e tomando os escritos do filósofo italiano Antonio Gramsci (1982) como base, elucidamos que todos os

homens, e mulheres, são intelectuais, mas nem todos cumprem essa função na sociedade. Este acanhado meio intelectual se desenvolve de forma acelerada devido ao processo de modernização da sociedade e, entusiasmada para elevar o Brasil ao nível do século, buscou contribuir para que se tornasse cada vez mais rápido. E o consumo das “novas ideias” pareceu um meio eficaz para se atingir tais objetivos, dessa forma, o manifesto liberal de 1868 é considerado o início de um amplo movimento (Ribeiro, 1992).

Ao falar sobre esse manifesto Emília Viotti da Costa explica que “[...] em 1868, a queda do ministério liberal e sua substituição por um ministério conservador desencadeou uma crise política de amplas proporções”, isto por sua vez acabou culminando no manifesto do partido liberal que pedia a “descentralização, da transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, da abolição da vitaliciedade do Senado, das eleições diretas, da extensão do direito de voto aos não-católicos, da autonomia do judiciário”, além disso solicitavam também “a criação de um sistema de educação independente do Estado, da secularização dos cemitérios, da liberdade religiosa e da emancipação gradual dos escravos” (Costa, 1999, p. 163).

Vale lembrar que foi neste período, o Segundo Reinado no Brasil, que surgiram os partidos políticos Liberal e Conservador. Para Boris Fausto (2008) o Partido Conservador era formado, principalmente, por aquilo que se pode chamar de burocracia imperial, os altos funcionários da Corte que se aliavam aos grandes cafeicultores e produtores de café do Rio de Janeiro; já o Partido Liberal era constituído de gente de outras províncias, no qual por muito tempo foram menos centralizadores, dando mais poderes às províncias do que o outro partido.

França (2004, p. 2) inclusive afirma que “O decênio compreendido entre 1869 e 1878 foi considerado, por Silvio Romero, como o mais fecundo e significativo no que tangia à renovação da vida intelectual brasileira”. Nesse período, as novas ideias do século, como por exemplo, positivismo, darwinismo, materialismo, começam a ganhar força, levando os adeptos dessas correntes de pensamento a defender que o país precisava passar por reformas de cunho político, social e cultural.

Por volta de 1870, Fausto (2008) expõe que as transformações socioeconômicas, haviam gerado, principalmente em São Paulo, uma classe baseada na produção cafeeira, assim a expansão da economia cafeeira trouxe grande impacto socioeconômico propiciando uma grande modernização, dando fim ao tráfico negreiro por meio da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra assalariada do imigrante. Neste mesmo ano, começa a crise do Segundo Reinado manifestando uma série de sintomas, como o início do movimento republicano, por exemplo. Boris Fausto (2008) explica que isso se deu por várias razões, nas

quais estão presentes, especialmente, as transformações socioeconômicas que originaram novos grupos sociais imbuídos de ideias de reforma, além dos encaminhamentos com o problema da escravidão que acabou provocando muitos desgastes nas relações existentes entre o Estado e suas bases sociais de apoio.

Em seu livro *História da Educação Brasileira*, Maria Luisa Santos Ribeiro, ao falar sobre a organização escolar do período de 1870 a 1894, afirma que com a crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e na tentativa de incentivo à industrialização, o que ocasionou o desenvolvimento das atividades industriais, houve a consolidação do desenvolvimento econômico que se manifestou de imediato com o contato intenso com a Europa, a qual era a fonte fornecedora tanto de instrumentos como de novos maquinários, além de ser também fonte das novas ideias que passaram a circular no meio intelectual da segunda metade do século XIX (Ribeiro, 1992).

Mas por que precisamos falar sobre isso? Porque vemos que todo esse processo, e outros fatores, acabam sendo refletidos em muitas leis que foram surgindo e acabaram influenciando no desenvolvimento da educação no Brasil. Nesse contexto, a organização escolar passa a ser atingida pelas críticas às deficiências constatadas e por proposições e decretos de reforma.

Pelo quadro analisado e pelas deficiências constatadas, vê-se que, mesmo neste período onde a regra foi o superávit econômico, a educação não contou com verbas suficientes que possibilitassem, ao final do século XIX, um atendimento pelo menos elementar da população em idade escolar.

Isto demonstra que para a monarquia brasileira, ao contrário das monarquias européias a que ela procurava moldar-se, nem a instrução primária tornou-se necessária a toda a população (Ribeiro, 1992, p. 56).

Não obstante, na tentativa de uma ampla reorganização do ensino que ocorria no período, Saviani (2021) assinala que surgiram algumas propostas, dentre as quais dois projetos tiveram grande relevância: a reforma de Leôncio de Carvalho, através do decreto n. 7247, no ano de 1879, determinou livre o ensino primário e secundário no município de toda a corte, e o ensino superior em todo o império, chamando atenção para a necessidade de inspeção a fim de garantir a moralidade e higiene. Entre as medidas propostas por Leôncio estavam:

- a) *Liberdade de ensino*, isto é, a possibilidade de todos os que se sentissem capacitados exporem suas idéias segundo o método que lhes parecesse mais adequado.
- b) *O exercício do magistério* era incompatível com o de cargos públicos e administrativos.
- c) *Liberdade de frequência*, ou seja, dar liberdade para os alunos dos cursos secundários e superior estudarem como e com quem entendessem. À escola caberia, especificamente, ser severa nos exames. Isto implicava, também, a organização do curso por matéria e não mais por anos, possibilitando ao aluno escolher as matérias e o tempo para cumprir toda a série estipulada (Ribeiro, 1992, p. 63).

No entanto, alguns dos seus princípios ficaram dependendo da aprovação do Legislativo, o que não chegou a ocorrer, ainda assim as medidas foram difundidas com algumas (poucas) consequências práticas, tais como decretação da liberdade de credo religioso dos alunos, abertura ou organização de colégios, onde outras tendências pedagógicas, como a positivista, tentavam ser aplicadas (Ribeiro, 1992).

Outra proposta que teve destaque foi a elaboração do parecer-projeto de Rui Barbosa 1882/1883, que abrangia todos os aspectos educacionais, em todos os níveis de ensino. Salienta-se que Rui Barbosa Participou da comissão encarregada por analisar o Decreto N. 7247 de 1879, e elabora seus pareceres com base neste mesmo decreto, abordando, de forma geral, os interesses das classes dominantes do período. Ribeiro (1992) afirma que fatores como a criação da Lei do Ventre Livre 1871; o negro liberto a partir de 1888, por meio da Lei Áurea n. 3.353; e os grandes incentivos a imigração para garantir a mão de obra, acabaram contribuindo para que os pareceres fossem colocados em prática com certa urgência, pois para se alcançar uma força de trabalho desenvolvida num sentido especial era necessário certa educação. Essa reforma vigora até o início da República no Brasil, no governo de Floriano Peixoto (1891/1894).

Fato é que durante todo o século XIX, período Imperial no Brasil, pode-se perceber que o ensino era elitista e propedêutico. Elitista porque só os filhos dos nobres e os próprios nobres tinham acesso ao ensino; e propedêutico por se tratar de um curso ou parte de um curso introdutório de disciplinas em artes, ciências, educação, etc. (Costa *et al*, 2020), pois “o governo imperial atendia aos interesses da camada senhorial constituída de duas facções significativas: a ligada à lavoura tradicional (cana, tabaco, algodão) e a ligada à nova lavoura (café)”, sendo que “esta última dominava o aparelho de Estado, admitindo, no entanto, a participação da outra facção (Ribeiro, 1992, p. 65).

Diante desse cenário, Ribeiro (1992, p. 57) postula que “a exclusão não se fazia paulatinamente, de um nível de ensino para outro, e sim, marcadamente, no início da escolarização”, tendo em vista que a grande maioria da população sequer tinha condições e, em boa parte, não tinha interesse de ingressar ou permanecer na escola diante do regime de vida a que estava submetida. Para a outra camada, média ou alta, o preparo intelectual representava uma oportunidade de ascender socialmente, assim os poucos alunos que conseguiam se matricular em colégios ou liceus, tinham por objetivo ingressar no curso superior.

Boris Fausto (2008) elucida que a Proclamação da República se deu por pela pressão por uma autonomia por parte de um grupo da elite civil e a pressão por um novo tipo de regime que viria a partir do exército. Do ponto de vista social e do ponto de vista ideológico a

proclamação se deveu a duas forças muito diferentes: de um lado estavam os partidos regionais, que tinham como partido principal, o partido republicano paulista, o qual queria que o poder dos estados se tornasse pouco amplo para que a República fosse pouco centralizada; do outro lado estava a outra força que deu origem à República, a saber, os militares, estes tinham aspirações diferentes das elites civis, com uma ideia de república centralizada, mais autoritária e a preocupação com uma unidade nacional. No entanto, ainda que no primeiro momento os militares tenham predominado, essa luta foi ganha pelas elites civis e então se formou uma república civil (Fausto, 2008).

No início da Primeira República no Brasil, em 1889, a implantação do regime federativo, oriundo da Proclamação da República, manteve a instrução popular sob os cuidados das províncias, agora denominados de estados. Assim, em 1890, Cartolano (1994, p. 123-179) conforme citado por Saviani (2021, p. 288) afirma que através do Decreto n. 981 de 8 de novembro foi instituída uma reforma para os ensinos primário e secundário, que, ainda que estivesse limitada ao Distrito Federal, poderia ser tomada como referência para a organização do ensino nos estados. Essa proposta de Benjamin Constant visava conciliar os estudos científicos com os estudos literários, no entanto, foi amplamente criticada, inclusive pelos adeptos da corrente positivista, da qual era um dos principais líderes.

Na política passou-se a adotar o modelo norte-americano, pois este era o que mais adaptava-se ao vasto território brasileiro, segundo Rui Barbosa, colocando em prática uma descentralização que atendia aos interesses dos setores liberais e da facção dominante que participava do processo. Nesse sentido, através da Constituição de 1891 se instala na organização escolar da Primeira República uma dualidade, fruto dessa descentralização, a qual compreendia que “a) à União competia privativamente legislar sobre o ensino superior na Capital da República, cabendo-lhe, mas não privativamente, criar instituições de ensino secundário nos Estados e promover a instrução no Distrito Federal” e “b) aos Estados se permitia organizar os sistemas escolares, completos” (Ribeiro, 1992, p. 67).

Floriano Peixoto, que ficou conhecido como “Marechal de Ferro”, ao assumir a presidência do Brasil, em novembro de 1891, tenta promover mudanças tanto na orientação econômica como na escolar. No que se refere à organização escolar, percebe-se a influência positivista, pois esta era uma forma de tentar, através da educação escolarizada, implantar e difundir tais ideias, tendo em vista que essa corrente de pensamento desde 1890, vinha sofrendo, politicamente, um declínio de influência (Ribeiro, 1992).

Em 1892, surge a discussão acerca dos grupos escolares, por meio da Lei n. 88 de 8 de setembro, que fora regulamentada pelo Decreto n. 144B de 30 de dezembro, que abrangia a

reforma geral da instrução pública paulista, sendo implantado pela primeira vez somente em 1893 e conforme Maués (2020), este modelo, primeiramente implantado em São Paulo, acabou sendo adotado em todo o país, tendo em vista que este tipo de instituição possuía uma organização que determinava mudanças na didática, no currículo e na distribuição espacial de seus edifícios, além disso, destacava-se por conceber uma divisão do trabalho escolar mais eficiente por formar diversos alunos que tinham o mesmo nível de aprendizagem.

A grande diferença agora se refletia na estrutura, pois nas escolas de primeiras letras as classes eram isoladas ou avulsas, sendo que uma escola era uma classe regida por um professor, e os grupos escolares eram criados para reunir de quatro a dez escolas em um só prédio, no entanto, a educação das massas populares ainda não se colocava como uma questão a ser discutida, e na verdade, no fundo, este modelo tornava-se eficiente para os objetivos de formação e seleção das elites (Saviani, 2021). Portanto, também na República, pelo menos em seu início, o qual faz parte do nosso recorte, vemos que o sistema educacional continuava a ser instrumentalizado de acordo com os interesses políticos das classes dirigentes, dando sequência à tradição de um sistema educacional excludente (Junior e Bittar, 2013). Obviamente, a história nos mostra que isso não mudou muito após a Proclamação da República, pois nos anos iniciais do século XX, trabalhadores rurais e urbanos fabris, entre eles imigrantes de origem europeia e asiática, continuavam a ser excluídos, nesse sentido, esse tempo de exclusão educacional foi marcado pelo obscurantismo tanto cultural quanto científico.

Vale lembrar que, nesse período, a sociedade brasileira continuava a modernizar-se, “mas a um custo muito alto, pesadamente pago pela maioria da população, excluída de tais benefícios por viver no campo”, sendo, curiosamente, “aquela que produz a riqueza, uma vez que é a mão-de-obra da lavoura cafeeira”, dessa forma, a caracterização do reforçamento do traço de dependência na base da estrutura social no início da primeira república do Brasil é refletida na organização escolar, reafirmando o traço de dependência cultural, e para além disso, as diversas reformas pelas quais a organização escolar passou revelam uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista ou científica (Ribeiro, 1992, p. 73).

Fica evidente que, historicamente, o sistema educacional brasileiro foi construído para atender as demandas sociopolíticas da elite brasileira, e, dessa forma, índios, escravos desafricanizados, mamelucos, mulatos, cafuzos e brancos pobres, sempre ficavam excluídos (Junior e Bittar, 2013). Nesse sentido, pode-se dizer que a desigualdade é um dos traços marcantes da sociedade brasileira, e no que diz respeito à educação e à cidadania, ambas percorreram ao longo da história do Brasil caminhos bem distantes por um longo período,

conforme aponta Dourado (2016). A verdade é que a educação foi fundamentada em uma tradição aristocrática.

2.2 A instrução pública no Pará Imperial (1868 A 1889)

Os anos de 1868 até 1889, compreendem o período que ficou conhecido, no Brasil, como Segundo Reinado. Nesse período, após o ato adicional de 34³, a Instrução Primária e Secundária ficou sob responsabilidade das províncias, no entanto, as províncias, não tinham nenhum suporte técnico e/ou econômico para se autogerirem, além de não reunirem condições necessárias para organizar, manter e expandir esses níveis de ensino, assim, na mesma proporção em que as escolas de instrução primária e secundária eram criadas, também eram extintas (Gutierrez e Castro, 2021).

A segunda metade do século XIX, compreende um período responsável pelo início do enriquecimento presenciado na cidade de Belém, o qual possibilitou um amplo processo de modernização na região, pois conforme Sarges (2010, p. 21) “toda a atividade econômica passou a girar em torno da borracha a partir de 1840”, o que acabou reforçando a inserção da Amazônia no sistema capitalista e para além disso, esse contexto se refletiu em estruturas sociais que ocasionaram a intensificação da vida social e intelectual da sociedade paraense. Dessa forma, esse processo atrelado à economia de exportação trouxe vários problemas sociais, tais como agravamento de insalubridade, escassez habitacional, grande número de pessoas sem profissão. Além disso,

Dentre os problemas sociais produzidos pelo advento da industrialização, no caso da Amazônia, da economia da borracha, têm-se o problema da criminalidade. Esse problema que na visão dos liberais do Pará fazia aumentar cada vez mais a violência no país era provocado pela falta de uma boa e sólida educação: “Se vós deres, leitor, ao trabalho de estudar atentamente a estatística criminal, ficareis assombrado de ver por quanto a ignorância e a miséria entram na criminalidade” (O Liberal do Pará, 12-02-1878, p. 1 *apud* Costa, 2014, p. 33).

Esse “surto de modernização” que ocorreu em todo o país a partir da segunda metade do século XIX, acabou desencadeando diversas medidas políticas e sociais tanto no que se refere às mudanças dos espaços públicos quanto ao modo de vida das pessoas, além da disseminação de uma moral que estava pautada no cientificismo, o que levou a uma “nítida política de segregação e controle social por meio dos códigos de posturas municipais” (Malheiros, 2012, p. 101). Uma das medidas tomadas diz respeito ao Higienismo, que, segundo

³ A Lei nº 16, o chamado Ato Adicional de 1834 ou Ato Adicional de Diogo de Feijó, que fora criado em 12 de agosto de 1834, passou a transferir para as Assembleias Legislativas Provinciais muitas responsabilidades antes centralizadas no Poder Geral (Santos e Damasceno, 2019).

Costa (2021, p. 33-34), no estado do Pará, “teve início em um período no qual o Império era assolado por epidemias”, isso se deu pelo fato de que em 1850, o Brasil atravessava uma epidemia de varíola, e “para evitar que se alastrasse, a Secretaria de Negócios do Império enviou correspondência, na forma de Avisos, aos Presidentes das Províncias, para que estes tomassem medidas a fim de evitar o alastramento da doença”.

Além do comércio gomífero havia outros produtos que estavam contribuindo para uma significativa arrecadação na província, dentre esses estavam o Cacau, o Arroz, a Castanha do Pará, o Algodão, Couros, Guaraná, Madeira e outros (Malheiros e Rocha, 2014). No entanto, esses produtos não tiveram a mesma projeção que a borracha. Foi a economia gomífera que atuou de forma significativa sobre a sociedade paraense influenciando em diversos setores, pois a borracha passou a ser utilizada em diversos objetos, especialmente em pneus de automóveis e bicicletas, em decorrência da Revolução Industrial. Filho (2010) aponta que ainda que os estudos sobre melhorias na fabricação da borracha tivessem sido realizados desde séculos passados, com estudos sobre a sua resistência às variações de temperatura alcançado pelo processo de vulcanização desenvolvido por Charles Goodyear em 1839, foi somente no século XIX, por meio dos avanços tecnológicos, que ela se tornou um item de grande importância, aumentando assim o consumo e a produção dessa mercadoria.

Nesse contexto, o nível de desenvolvimento econômico, por meio da sua capacidade produtiva, estava atrelado à capacidade de progresso e civilização de um país, e conforme Malheiros e Rocha (2014, p. 208),

A promoção de uma ordem social e de mecanismos para alinhar o Império do Brasil ao nível de civilização alcançada por nações, em especial de países europeus, mas também dos Estados Unidos da América, como necessários para o progresso do Brasil, fora a égide discursiva dos políticos e administradores do Império. Discursos estes que também estiveram presentes entre os políticos e administradores da Província do Grão-Pará, haja vista a todo o momento, em seus Relatórios, artigos e publicações em geral, estavam sempre se reportando a esses ideais de modernidade, progresso, ordem e civilização.

Nesses moldes, a civilização está para além da garantia de uma ordem social ao Estado Imperial, tendo em vista que consistia em estabelecer o primado da Razão, e isso se daria, especialmente, por meio da instrução, a qual acaba ganhando destaque, pois passa a ser vista “como elemento propulsor destes ideais de ordem, progresso e civilização presentes nos discursos da elite dirigente imperial”, além disso, essa classe dirigente passa a almejar os modelos de instrução da Europa, “[...] em especial o modelo francês, que chegam ao Brasil por meio dos intelectuais nacionais que, após viagens realizadas aos “grandes centros” europeus,

como França e Inglaterra, trazem consigo ideias e modelos lá vigentes” (Malheiros e Rocha, 2014, p. 209). Ainda conforme os autores,

O valor atribuído à cultura europeia configurou-se também como uma aspiração em recriar nos principais centros do Império do Brasil um estilo de vida em consonância com os padrões europeus, que caracterizariam uma forte influência nos discursos e mecanismos legais de instrução pública no século XIX, [...]. Destarte, durante o período imperial brasileiro, a elite intelectual do império, mais especificamente a do Pará, procurava se aproximar e se apropriar das ideias pedagógicas francesas, com o intuito de dar legitimidade às medidas implementadas na área da educação, sendo significativo o número de colégios nos quais o ensino estava centrado na língua e na cultura francesa, que se disseminaram pelos principais centros urbanos do Brasil imperial (Malheiros e Rocha, 2014, p. 210).

Esse movimento modernizador visualizava a formação do cidadão como algo imprescindível para se alcançar o modelo de progresso, civilização e modernidade alcançados pelas nações europeias, conforme apontado por Malheiros e Rocha (2014). O que conforme Eric Hobsbawm (1998, p. 15) demonstra que a história dos países “atrasados”, como o Brasil, nos séculos XIX e XX, “é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação”, tendo em vista que muitos países tomavam a Europa como modelo.

Diante desse cenário, a temática da educação do povo passou a empolgar as elites locais ao longo do Segundo Reinado, além de estabelecer-se como objeto de grande interesse da imprensa e dos partidos liberal e conservador, tornando-se alvo de lutas e disputas envolvendo, conforme Rizzini (s/d), autoridades, políticos, professores, jornalistas e religiosos. Além disso, a criação de escolas primárias e secundárias, asilos para órfãos e instituições de ensino de ofícios artesanais, tornou-se um importante indicador de progresso e civilização, e a província do Pará, assim como outras províncias do país, participou de forma ativa desse movimento civilizador, no entanto, pode-se perceber a partir da leitura de diversos relatórios do período que “um grande obstáculo à disseminação das escolas consistia na falta de pessoal habilitado para o ensino [...]”, tendo em vista que “os professores enfrentavam muitas dificuldades na realização de suas tarefas, a começar pelos baixos ordenados”, além disso, “a maioria das escolas contava com professores interinos, que não tinham direito à aposentadoria no futuro e recorriam a atividades alternativas para “ganharem o pão”, chegando a tirar licenças por conta própria” (Rizzini, s/d, p. 235).

Ainda que houvesse essa disputa entre o estado e a igreja, acerca da instrução pública, mesmo com muitas reclamações a respeito do professorado, quase nada fora feito quanto à formação dos professores, mas em 01 de março de 1864, foi expedida uma Portaria que instituiu o Regulamento da Instrução Primária e Secundária, a qual, dentre outras coisas, declarava as condições que seriam exigidas para exercer o magistério público, sendo um dos requisitos ter

cidadania brasileira, ser maior de 21 anos, possuir capacidade intelectual, física e moral e professar a religião do Estado. No entanto,

Somente na década seguinte, quase meio século da proclamação da independência, a Assembleia Provincial autorizou o presidente Machado Portella a criar a Escola Normal, com a lei n. 669 de 13 de abril de 1871. No ano seguinte, em 1872 foi convertida em um curso anexo ao Liceu Paraense, funcionou de forma precária e irregular até o final do período imperial, carente de professores preparados realmente à instrução pública. Entretanto, apesar dos problemas, o estado adotou algumas providências, a Instrução Pública ganhou outro desenho, foram feitas as reformas, o professorado cresceu nas províncias com a criação da escola normal em Belém e isso foi um avanço (Vianna, 1987 *apud* Lobato, 2015, p. 261).

A formação de professores fica, então, à cargo das escolas normais. Cita-se que a preocupação com a formação de professores surge apenas no século XIX, pois após a Revolução Francesa, o problema da instrução popular foi colocado em questão, o que acabou exigindo uma resposta institucional e é daí que vai derivar o processo de criação das escolas normais, as quais seriam instituições responsáveis por preparar professores para o exercício do magistério, mas no caso do Brasil, essa questão só vai emergir, pelo menos de forma explícita, após a independência, período em que começou-se a pensar a respeito da organização da instrução popular (Saviani, 2009).

Para Nóvoa (1999, p. 15), conforme citado por França (2012, p. 30), “a gênese da profissão de professor tem um lugar no seio de algumas congregações religiosas que se transformar em verdadeiras congregações docentes”, este pensamento está amparado no fato de a docência, inicialmente, não se constituir como uma função especializada, mas sim como uma ocupação secundária que era majoritariamente exercida por religiosos, e leigos, das mais variadas origens. Ocorre que somente a partir de ajustes realizados pelo poder estatal que se tem os professores como um corpo profissional, tendo em vista que foi a participação do Estado que acabou provocando a homogeneização, uniformização e hierarquização dos grupos de profissionais que até então existiam somente em escala nacional (França, 2012). Para além disso,

A criação de uma Escola Normal na capital da Província do Grão-Pará despontava, justamente, desta premissa socioeconômica que garantiria os recursos necessários para sua implantação, que para além das questões educacionais e de formação de professores, figurava-se como uma instituição capaz de gerar uma mentalidade industrial entre os cidadãos da Província, haja vista que promoveria a formação de professores alinhados ao projeto da classe abastarda da Província, isto é, o de disseminar, entre os cidadãos do Grão-Pará, os ideias de ordem, progresso e civilização (Malheiros, 2012, p. 124).

Claro que por traz disso existiam as aspirações da classe abastada da Província, a qual entendia que, naquele momento, era necessário propiciar ações de promoção da formação de professores, tendo em vista que estes eram vistos como indispensáveis para atender os objetivos do Estado, pois a instrução passou a ser visualizada como um meio de promover a ordem e civilizar o povo, corroborando assim para progresso e estabelecimento do tão sonhado ar de modernidade nos grandes centros amazônicos (Malheiros, 2012).

O Pará não apenas acompanhava as discussões acerca da educação popular que circulavam pelo país e nos “países cultos”, mas seus governantes e legisladores promoveram reformas legislativas e a criação de um significativo número de instituições educativas, notadamente a partir da metade da década de 1870 (Rizzini, 2011, p. 22).

Os relatórios do período nos dão um panorama de todo esse processo de tentativa de ajustes do poder estatal para atingir uma uniformização da instrução pública na província. Logo após a instituição da Escola Normal em 1871, o relatório de 1872, aponta que se comparado com os anos anteriores, neste ano, houveram muitas melhorias, mas em relação ao Liceu, único estabelecimento que ofertava o ensino secundário na província, chegou a atingir um estado de completa decadência em 71, pois muitas de suas aulas nem eram frequentadas e outras nem tinham alunos, o que propiciava que os colégios particulares atingissem um grande número de estudantes, ainda que a matrícula fosse bem mais cara que a do Liceu, o que levou o presidente Abel Graça a fazer novas reformas na instrução por meio de um regulamento expedido em 20 de dezembro de 1872, no qual ele nomeia uma comissão para organizar as bases do novo regulamento que contivesse medidas mais severas para aplicar ao regime do Liceu (Moacyr, 1939).

Não obstante, ainda que os discursos dos dirigentes da província do Grão-Pará não negassem a importância da formação de professores através da Escola Normal, estes, tudo fizeram para que ela não se tornasse um centro de formação de professores primários na região (França, 2012), e isso pode ter contribuído para sua extinção em 1872, pelo poder legislativo, e substituída por um curso normal que não correspondia aos objetivos propostos. A Escola Normal foi criada novamente em 29 de abril de 1875, por meio da lei de nº 848, no qual Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides fazia saber a todos os habitantes da província que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e ele mandava sancionar a lei aprovando, em seu Artigo 1º, a criação da escola normal primária, reorganizada de acordo com as bases propostas pelo legislativo, no entanto, a escola é “extinta” novamente em 1885 ao ser fundida com o Liceu (Moacyr, 1939).

Assim, em 1885, Tristão de Alencar Araripe faz saber a todos os habitantes que a assembleia legislativa provincial decretou e ele sancionou a Lei n. 1.224, de 03 de dezembro, do referido ano, autorizando a fundição da Escola Normal ao Liceu Paraense, no qual suprime algumas cadeiras como as de alemão e italiano, reduz outras à uma, e transfere alguns professores para o liceu. Portanto, entre muitas tentativas de reformas, aumento significativo no número de matrículas, recriação da Escola Normal, bem como sua fundição com o Liceu, e outros, em 1889, o Presidente Antonio José Ferreira Braga afirma em seu relatório que apesar do crescimento e desenvolvimento material da província, ele observa com tristeza o estado em que se encontrava a instrução popular e propunha, dentre outras coisas, a criação de um Conselho Superior de Ensino e a reabertura da Escola Normal, que em sua concepção foi fechada por puro capricho político, afirmando que era urgente que a província e os municípios se agitassem com energia e sem preocupação partidária, pois um espírito de reforma se fazia inadiável, além disso, critica a forma como as reformas foram somente copiadas de países com hábitos diferentes sem levar em consideração as especificidades da região (Moacyr, 1939). Para Gutierrez e Castro, (2021, p. 377).

A criação das Escolas Normais marcou uma nova etapa no processo de institucionalização da profissão docente, demarcada por um duplo movimento: de um lado, o controle estatal se fez mais restrito, de outro, os docentes, de posse de algum conhecimento especializado, melhoravam o seu estatuto socioprofissional. As escolas normais, no início do século XIX, [...] substituem definitivamente o “velho” mestre-escola pelo “novo” professor do ensino primário, marcando o início de mudanças que serão percebidas com mais ênfase no início da República.

Fato é que inúmeras ideias e modelos de instrução que circularam ao longo do império eram defendidos por diversos intelectuais e políticos do período, pois eram entendidos como necessários e eficientes tanto para o desenvolvimento quanto para se alcançar um nível mais elevado de qualidade da instrução pública, objetivo que nem sempre era alcançado.

2.3 A instrução pública na Primeira República no Pará (1889 A 1905)

Dentre as muitas dificuldades em se fazer ciência histórica está a determinação dos períodos de seu desenvolvimento, tendo em vista que não dá para simplesmente dizer que “a partir desse momento interrompemos o estudo da Monarquia e começamos um estudo sobre a República, já que em diferentes momentos os fatos históricos se interpenetram”, afinal apesar de a República ter sido proclamada em 1889, a vida social e econômica da sociedade brasileira seguiu da mesma forma, mudando somente o regime político, na verdade, “[...] o Movimento Republicano teve seu início em pleno andamento do Império, ou seja, a partir de 1870. Durante

esse período, muitas das mudanças exigidas pelos republicanos já vinham sendo promovidas pelos diferentes gabinetes ministeriais do império”, pois a velha Monarquia buscava ajustar sua política para permanecer mais tempo no poder, no entanto, isso não ocorreu, especialmente, por conta da crise política e econômica vivida pelo Império (Clark, 2006, p. 1).

O Estado do Pará, no final do século XIX, logo após o advento da República, inseria-se em um movimento no qual a educação da população passou a ser vista como instrumento capaz de estimular a modernidade, a civilidade e a unidade nacional, além de viabilizar o processo de “evolução” da sociedade paraense. E para atingir tais objetivos a instrução pública teve que passar por transformações significativas, as quais foram resultantes do Decreto que instituiu o Regulamento Geral da Instrução Pública e Ensino Especial do Estado do Pará, em 7 de maio de 1890, na então gestão do Governador Justo Chermont (Pará, 1890a).

O intelectual Justo Leite Chermont, ficou no poder durante o período de 1890 a 1891. Dessa forma,

Em 1890, assumindo o governo do Estado o Dr Justo Chermont, tratou logo de reformar seriamente a instrução pública <<que, as ultimas disposições legislativas pareciam querer de todo aniquillar>> e, em 7 de Maio assinava o decreto n. 147, dividindo o ensino primário em elementar e integral, sendo aquelle feito em 3 annos e este, dividido em tres cursos, elementar, medio e superior, em seis annos. Restabeleceu as entrancias, classificadas como de 1.^a as escolas da villas e freguezias; como de 2.^a as escolas das cidades e como de 3.^a as da capital, e determinou que o director geral expedisse um regimento interno, programmas minunciosos, horário e instrucções pedagogicas para a sua execução (Cardoso, 1915, p. 67).

Em seu primeiro capítulo,

[...] o regulamento trata da organização do ensino que, naquela época, compreendia os níveis primário, secundário e a modalidade profissional ou técnica. O ensino primário era oferecido nas escolas elementares e nas escolas primárias, no Colégio do Amparo, no Instituto Paraense de Educandos Artífices, nas escolas noturnas para adultos e em outros estabelecimentos. O Lyceu Paraense e as escolas normais ofereciam o ensino secundário, enquanto o ensino profissional e técnico era oferecido pelo Instituto de Educandos Artífices (Dourado e Damasceno, 2022, p. 93).

Esse regulamento, conforme Maciel e Rocha (2015, p. 51) “serviu de base para as demais reformas realizadas ao longo das primeiras décadas da República no Estado do Pará. Nele estavam materializadas as normas e condutas necessárias ao bom andamento da instrução primária no Estado do Pará”.

Chermont, ausentando-se do Estado, passou o cargo ao Vice-Governador, Paes de Carvalho, que, por sua vez, nomeou José Veríssimo para Diretor Geral da Instrução Pública do Estado Confederado do Estado do Pará (Costa, 2021). Em 1890, ao redigir um relatório a respeito da instrução pública no estado do Pará, José Veríssimo Dias de Mattos afirma que

dentre as causas que contribuíram para o triste estado em que se encontrava a instrução, estava a profunda indiferença com que essa questão era tratada. Mas, para o intelectual, nada rebaixou mais a instrução pública no estado do que “a invasão dominadora da política, ou antes do partidarismo, viciando a própria fonte da instrução pública, procurando sempre fazer do professorado um corpo, e das diferentes funções a alta administração da instrução publica um factor eleitoral” (Pará, 1891, p. V). Por isso,

As constantes reformas da organização escolar, em geral consultando apenas interesses pessoais ou de facção e que, se não limitando às formas mudavam a cada passo o fundo mesmo d'essa organização, antes que tivesse ella sequer tido tempo de ser posta a prova, e, finalmente, a impossibilidade material para o já de si pouco apto e menos zeloso professorado de por em pratica os regulamentos e programmas: são, independentemente da questão pedagogica da organização e distribuição do ensino, com as primeiras citadas, as causas que, a meu ver, produziram o miseravel estado da nossa instrução publica (Pará, 1891, p. VI).

Para José Veríssimo, a instrução pública no, agora, Estado do Pará, no início da República, estava em uma situação deplorável, no qual os direitos dos professores não tinham seus direitos respeitados, pois eram esquecidos nos seus deveres, além de serem pouco habilitados. Para além disso, as escolas eram desorganizadas e não tinham móveis ou quaisquer materiais de ensino, totalmente inaptas para executar os programas propostos, tendo em vista que os estabelecimentos de ensino público estavam em plena decadência não só material, mas também moral, desse modo, não teria nem como fazer qualquer comparação com o ensino particular, dado que os serviços administrativos estavam em atraso, eram insuficientes e desorganizados, além de serem viciados com cópias de práticas menos regulares (Pará, 1891). Além disso, o ensino particular, “era livre e independente, e qualquer pessoa, brasileira ou não, podia abrir um estabelecimento de ensino, estando sujeita apenas a algumas condições que salientam a ideia de controle por parte da direção geral que incluía também as instituições particulares” (Dourado e Damasceno, 2022, p. 94).

Dois meses depois da instituição do Regulamento Geral da Instrução, em maio, ao assumir a direção da instrução pública no estado, José Verissimo reunindo com o professorado paraense, fez menção à diversas medidas que foram adotadas pelo governo para alcançar melhorias na instrução pública através de um outro documento, o Regulamento Escolar do Ensino Primário, publicado por ele 4 de julho de 1890, dentre as quais podemos citar a instituição, do Conselho Superior, dos conselhos escolares, e de algumas diretrizes, especialmente para professores, a respeito de como se portarem dentro da escola e como deveriam tratar seus alunos (Pará, 1890b). O regulamento contava com programas de ensino, horários, instruções e direções para as escolas públicas primárias do Estado.

Ao analisarem tal documento, Dourado e Damasceno (2022, p. 99), identificaram em suas proposições “como a direção geral se fazia presente, por meio de suas regras e proibições, no cotidiano escolar desde a nomeação de tarefas mais administrativas até aquilo que julgava mais apropriado para as práticas escolares”. Segundo os autores, as passagens expostas se enquadram na crítica feita por Foucault quanto ao poder disciplinador que

fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (Foucault, 2014, p. 135-136 *apud* Dourado e Damasceno, 2022, p. 99).

Em 24 de junho de 1891, inicia-se o governo de Lauro Sodré, e “pouco mais de um ano depois do Decreto de n. 149 de 7 de maio de 1890, o governador Lauro Sodré impôs uma nova legislação para a Instrução Pública, o decreto n. 372 de 13 de julho de 1891”, reorganizando a Instrução Pública, mas manteve em suas bases o Regulamento de 7 de maio de 1890 (Costa, 2021, p. 57). O intelectual ficou no poder até 1897.

Lauro Sodré foi um dos governadores que atuaram no período da pesquisa – o que mais tempo ficou no governo, já que foram mais de 6 anos. Durante seu governo, foram sancionados três decretos e um não o foi. Isso resulta na média de um decreto a cada dois anos. Sodré governou em meio ao aumento de receitas dos cofres públicos devido à cobrança dos impostos de exportação da borracha; tendo receita, aumentou os gastos com o ensino primário (Costa, 2021, p. 59).

Mas para Maciel e Rocha (2015, p. 51), “o verdadeiro problema educativo não se consistia em reformar o ensino primário e sim reorganizá-lo com melhores métodos e possibilitar a melhoria da qualidade da formação dos professores”. Tanto é que no ano de 1894, ainda no governo de Sodré, pode-se perceber que os resultados em relação à instrução foram pouco significativos, e ainda que muitos esforços e investimentos, tanto financeiro quanto intelectual, tivessem sido destinados à melhoria da instrução pública, o então Diretor Geral da Instrução Pública Alexandre Vaz Tavares expôs que

O estado intellectual das escolas primárias, sinto profundamente em dizer-lo, ainda não é animador, devido a circunstancias multiplas e complexas. Uma dellas era a grande variedade de compendios aceitos em cada escola para o estudo de uma mesma materia. A segunda causa do estorvo ao progredimento do nosso ensino primário é a falta de livros para classe dos pauperrimos. A terceira causa capital, dentre os motivos que tem contribuido entre nós, para o embaraço na marcha da instrucção primaria, é a falta que ainda temos de mobilia escolares de varios generos (Pará, 1894).

Neste mesmo ano, começou a circular pelo país um projeto denominado grupo escolar, e o seu principal propagador foi o estado de São Paulo (Maués, 2020), e dentre muitas medidas adotadas no estado foi considerado fundamental a criação de grupos escolares aqui também, essa necessidade foi apontada pelos Drs. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, em 1881, e Raymundo Nina Ribeiro, em 1889, antes mesmo do advento da República (Cardoso, 1915).

O governador Lauro Sodré, em maio de 1896, sancionada a Lei n. 403, e segundo Costa (2021, p. 58), “sua novidade foi não constar no texto da lei a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças e a incorporação de determinações referentes à Escola Normal”. Quanto à essa decisão do governador, o intelectual Vilhena Alves expôs que se a obrigatoriedade do ensino fosse boa, os resultados obtidos na instrução pública teriam sido diferentes, pois se o ensino obrigatório fosse útil para o desenvolvimento e progresso da instrução popular “não teriam dito todos aquelles que estavam encarregados da direcção do ensino – que a instrucção publica no Pará era uma lastima, e que os sacrificios feitos pelo Thesouro produziam resultados completamente negativos” (Vilhena Alves, 1895, p. 60). Ainda conforme o professor,

Si em logar de medidas de coacção, que de ordinario tornam-se inexequiveis, ou só servem para vexar e espezinhar as classes não favorecidas da fortuna, se tivessem organizado centros de propaganda a favor da instrucção popular, o resultado seria inteiramente outro [...].

Ao invéz disso, lavrava a máxima indifferença por tudo o que se referia a este ramo do serviço publico; faziam-se leis especiaes para o conchego deste ou daquelle afilhado; e houve até presidente que dispensou os concursos, no regulamento de uma lei que obrigava aos mesmos!

Ainda mais: para satisfazer caprichos ou vinganças individuaes, acabaram com os logares de adjunctos das escólas, e até (audacia inaudita e inconcebível!) extinguiram a Escóla Normal!

Esta foi a chave de bronze com que se fechou o cyclo fatal dessa propaganda activa, incessante e retrógrada contra a instrucção popular (Vilhena Alves, 1895, p. 60).

Damasceno (2021, p. 13) expõe que uma outra proposição que ganha força entre 1896 e 1897, ainda no governo Lauro Sodré, é a “materialização da ideia de uma instância de discussão das grandes questões da instrução no estado, decorrente de iniciativas semelhantes em nível nacional e internacional”, é nesse período que se dá o processo de a instituição e organização do Congresso Pedagógico do Pará.

Em 1.º de janeiro de 1897 realizou-se o primeiro <<Congresso Pedagógico Paraense>> com as seguintes theses sobre o ensino primário:

<<Limites da instrucção primaria; Instrucção profissional do ensino primário; Educação Nacional e civica infantil; Escolha do mestre; Auxilio aos alunos pobres; Obrigatoriedade e liberdade do ensino primário; Hygiene escolar; Edificações escolares; Solidariedade do professor primário (Cardoso, 1915, p. 68).

Salienta-se que, como evidenciado acima, um dos mecanismos utilizados para a disseminação do higienismo no Pará foi a instrução, por meio da Higiene Escolar, pois conforme apontado por Octavio Pires, em 1891, “a hygiene escolar occupa nos nossos dias um logar importante entre as questões que dizem respeito á educação publica”, além disso, “a hygiene pedagogica é hoje preocupação constante de todos os governos civilizados, porque está provado que ella age decisivamente sobre o desenvolvimento da criança e sobre a conservação de sua saude” (Pires, 1891, p. 129). Dessa forma, representantes e intelectuais do período criaram diversos mecanismos de controle sobre as pessoas, tais como práticas de higiene pessoal e coletiva, que eram difundidos através de exemplos que visavam influenciar a população a mudar seu comportamento (Costa, 2021).

Já na transição do século XIX para o XX, José Paes de Carvalho assume o governo do estado em 1897, e se mantém no poder até 1901, e, no contexto da reforma da instrução pública, no ano de 1899, surgem os grupos escolares, que na concepção de Firmo Cardoso eram o melhor tipo de escola graduada primária e estas, por sua vez, iriam desempenhar um papel notável na evolução do ensino paraense, portanto, o primeiro grupo escolar do estado foi criado, no interior, na cidade de Alenquer, em 10 de julho de 1899, por meio do decreto de nº 722, e o primeiro grupo escolar instalado na capital, denominado de José Verissimo, foi criado pelo decreto de nº 935, somente em 7 de janeiro de 1901. Ao deixar o governo, Paes de Carvalho havia mandado criar oito grupos escolares, sendo um na capital e sete nos municípios de Alenquer, Soure, Curuçá, Bragança, Santarém, Cametá e Óbidos (Cardoso, 1915). Ao citarem Schueler e Magaldi, Costa e Neto (2016, p. 72-73) expõem algumas questões importantes a respeito criação desses grupos escolares, para os autores,

Estabelecimentos de ensino que contavam com uma arquitetura escolar moderna criados em diversos Estados e que também serviriam para imprimir uma imagem de progresso aos Governos do novo regime, atendendo, portanto, aos anseios políticos e propagandeariam os símbolos, os ritos e a estrutura republicanos aos alunos, suas famílias e circundantes. No entanto, de acordo com as autoras, estes grupos escolares podem ser vistos como uma continuidade de uma prática imperial: a criação das “Escolas do imperador”, que partiam de um conceito semelhante.

Nos anos que se seguiam, sob administração do Dr. Augusto Montenegro, que fica no poder entre 1901 e 1909, Firmo Cardoso afirma que, alguns dados poderiam resumir a situação em que se encontrava a escola primária, referente ao seu programa de governo, estava esboçado da seguinte forma:

a) reunir as escolas em grupos nos centros mais povoados; b) suprimir, por inúteis, as escolas e logares e povoações, guardando as de sédes municípios, e as das villas mais importantes que grupos não possam ser constituídos; c) dotar grupos e escolas restantes de bom material escolar; d) fundar alguns externatos em torno dos quaes se

constituíssem externatos que servissem de centro para a população escolar; e) organizar uma inspeção escolar que oferecesse todas as condições de idoneidade e praticabilidade (Cardoso, 1915, p. 70).

Cita-se ainda que é

A partir do governo de Paes de Carvalho e principalmente no governo de Augusto Montenegro (1901-1909), o governo do Pará construirá dezenas de Grupos Escolares tanto na capital quanto no interior, reduzindo bastante o gasto do estado com o aluguel de imóveis e pagamento do corpo docente para o funcionamento das escolas primárias (Costa, 2021, p. 60).

Para Antonio Gramsci (1982), historicamente, o desenvolvimento das instituições escolares conferiu grande importância às categorias e às funções intelectuais, multiplicando as especializações e aperfeiçoando-as. Prova disso é que este período de transição do século XIX para o XX, também foi um momento profícuo de importantes publicações de manuais escolares que tinha como objetivo a formação moral e cívica do alunado das escolas primárias e complementares, dentre eles pode-se citar

Noções de educação cívica: para uso das escolas primárias do Estado do Pará (AMANAJÁS, 1898) e *Alma e coração* (AMANAJÁS, 1905), de Hygino Amanajás; *Selecta litteraria* (ALVES, 1900) de Francisco Ferreira de Vilhena Alves; *Ensaio de leitura: para uso das escolas da Amazônia*, de Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (FREITAS, 1910); e *Noções gerais de hygiene* (CAMPOS, 1912), de Américo de Campos (Costa e Neto, 2016, p. 71).

Os livros escolares produzidos no estado por diversos intelectuais tinham que passar pela aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública⁴ para então serem adotados nas escolas, muitos eram produzidos somente com este fim, e vinham com a indicação “Para uso das Escolas Primárias”, dessa forma, estes intelectuais atuavam na produção de obras de história e geografia, de educação moral-cívica, e obras literárias e gramáticas (Cardoso e Rocha, 2014), como no caso da Obra *Exercícios de Portuguez*, publicada em 1900, pelo intelectual Vilhena Alves, objeto deste estudo.

Costa e Neto (2016), ao falarem sobre a importância dos livros escolares publicados e adotados nas escolas do Pará, afirmam que estes manuais eram vistos como uma “mola real” do ensino, capaz de impulsionar a propagação dos objetivos e valores republicanos e governistas. Nesse sentido, Cardoso e Rocha (2014) expõem a grande relevância de intelectuais que produziam compêndios no início do século XX. Salienta-se que, a maioria dos autores de obras escolares pertenciam ao corpo docente de tradicionais estabelecimentos oficiais do

⁴ Este “assegurava o controle ideológico, a qualidade didática e a adequação científica dos livros”, possibilitando sua adoção no ensino público, conforme apontado por Coelho (2002, p. 3).

estado, eram professores da instrução pública que, a partir da regulamentação da escolarização no Brasil, foram incentivados a produzir livros escolares. Isso, com toda certeza, motivou muitos desses autores, nesse sentido, Braga (1913) declara que o Estado do Pará, fazendo evoluir a instrução pública, estava colaborando poderosamente para o decréscimo do analfabetismo. A contribuição particular acentua-se, sobretudo, na organização de compêndios e outros trabalhos para o desenvolvimento da inteligência. Assim, a crescente necessidade de alfabetização, bem como o domínio da leitura e da escrita para ascender socialmente, propiciaram a criação de várias obras que foram utilizadas nas escolas.

Como aconteceu em outros setores culturais, a valorização da borracha se refletiu fortemente em nossa literatura escolar, pode-se dizer que ela culminou na fase áurea do ciclo gomífero, isto é, em fins do século XIX e início do XX. Este foi um momento em que, salvo algumas exceções, surgiram as melhores obras escolares.

Houve um tempo em que, sem exaggero, de todos os recantos, dos mais remotos do Estado, surgiam, como por encanto, a granel, escriptores didacticos, a offerecer ao commercio, aos editores da capital, seus productos – como obra prima de educação e de instrucção.

O governo, por seu turno, no elevado intuito de desenvolver e auxiliar a instrucção publica, approvando e adoptando uma obra submteida á sua apreciação, ultimava o seu acto, comprando parte da primeira edição, com grande gáudio do editor e contentamento esterlino do autor (Um bom livro, 1902, p. 75, grifos do autor).

Nesse momento de ampliação do ensino primário e de efervescência de produção didática é que o intelectual Francisco Ferreira de Vilhena Alves escreve muitos livros escolares, além de estudos que versam sobre os mais variados temas direcionados, especialmente, para a instrução pública da mocidade paraense⁵.

Depois disso, decaiu consideravelmente o movimento editorial nesse setor. A conjuntura econômica decorrente da crise da borracha, devido à concorrência com a borracha produzida na Ásia que era mais barata, concorreu decisivamente para isso, trazendo desestímulo à editoração local de obras dessa natureza. Nossos livreiros passaram então a se dedicar mais à importação dos livros didáticos do Sul do País do que a editar e reeditar os daqui (Moreira, 1979, p. 19).

Mas o fato é que todo esse contexto histórico-educativo apresentado, longe de esgotar a discussão iniciada, revela a atuação dos intelectuais mais diversos, temporal e espacialmente, por meio de suas articulações, discussões, trajetórias, lugares de expressão e consagração,

⁵ Ver capítulo 4.

demonstrando a importância do entendimento da ação desses sujeitos para a escola brasileira, como veremos na próxima seção.

3 HISTÓRIA DOS INTELLECTUAIS

Este capítulo passou a ser construído a partir da decisão de se encarar o poeta/professor/escritor Francisco Ferreira de Vilhena Alves como um intelectual de seu tempo. Para isso, foi necessário o diálogo com a literatura especializada, dessa forma, o objetivo aqui foi situar autores e obras que consideramos importantes para compreender a questão dos intelectuais. Salienta-se que todos os autores fazem sua análise e teorização do tema por meio de uma ampla dimensão política. Assim, foram estudados autores que: a) problematizaram o papel dos intelectuais em relação ao engajamento nas lutas políticas; e b) autores que realizaram análises de eventos, trajetórias ou movimentos intelectuais que se destacaram no Brasil, nos campos educacional, cultural e político.

3.1 Os estudos sobre intelectuais

Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda vossa força (GRAMSCI, 1919, p. 01).

Há algum tempo atrás, em algumas culturas e tradições acadêmicas, a temática dos intelectuais não fazia parte de suas inquietações, e conforme Vieira (2015), as histórias nacionais e, em particular, as diversas histórias políticas acabaram sendo decisivas para que esse problema ganhasse visibilidade, produzindo assim o interesse de pesquisa em alguns países.

Ao procuramos informações sobre a história dos intelectuais, nos deparamos com várias obras voltadas à identificação da origem desta categoria social, estas por sua vez elencam diversas informações sociais, culturais, geográficas ou históricas, as quais a localizam como tendo surgido em um dado momento no tempo e no espaço, entretanto, “esta forma de abordagem não está livre de controvérsias, mas a Rússia do século XIX é indicada por diversos autores como lugar e momento significativos para a compreensão do processo de surgimento dos intelectuais”, nesse contexto, são identificados “personagens representativos da categoria que passou a ser identificada como intelligentsia “clássica”, como: Pedro, o Grande (1694-1775), Catarina II (1776-1790), Alexandre I (1801-1825) e Nicolau I (1825-1855)”, os quais transitavam entre os séculos XVII e XIX, e tiveram suas ações associadas à significativas mudanças sociais que podem hoje ser relacionadas à noção que temos de intelectual (Ferreira e Amorim, 2016).

Viera (2015) assinala que essas discussões, acerca do papel e comportamento social dos intelectuais, ganham destaque na França⁶ e na Itália⁷. A necessidade de se explorar a questão dos intelectuais promoveu o estabelecimento desse gênero de estudo, especialmente, nos contextos francês e italiano, e acabou produzindo especialistas pioneiros de novos campos disciplinares, como por exemplo, o campo da História e da Sociologia dos Intelectuais. Além disso, “o processo surgimento e de reconhecimento da categoria intelectual na sociedade europeia do século XIX está fortemente vinculado à existência e consolidação de instituições de ensino responsáveis por sua reprodução e reconhecimento social” (Ferreira e Amorim, 2016, p. 80).

Na história social dos intelectuais, no entanto, mantêm-se as controvérsias sobre a “origem” dos intelectuais. Para citar alguns dos exemplos mais conhecidos, pode-se recorrer à interpretação sugerida por Maurice Agulhon (1989), que identifica a aparição dos intelectuais com o surgimento de condições de constituição de um debate público e democrático na chamada “*Republique des lettres*”, na segunda metade do século XVIII, e, portanto, antes do caso Dreyfus. Peter Burke, em seu livro “Uma História Social do Conhecimento” (2003), também identifica entre os enciclopedistas do século XVIII, a chamada “*gens de lettres*”, como “pessoas capazes de abordar diferentes campos”, sem distinção entre áreas de conhecimento. Jacques Le Goff (2003), por sua vez, em “Os intelectuais na Idade Média”, identifica essa categoria transitando entre os séculos X e XIII. Isso sem deixarmos de mencionar a importância da contribuição de Max Weber (1999) em seu “Ciência e Política: duas vocações”, obra em que discute a ação política e científica em um meio social marcado pelos processos de urbanização e industrialização, simultaneamente acompanhados pela racionalização e burocratização, que caracterizam o “desencantamento do mundo”, no qual a missão do intelectual é entendida como uma busca de compreensão pela razão, através de uma dinâmica especificamente acadêmica, marcada pelas práticas de produção, publicação e divulgação dos conhecimentos (Ferreira e Amorim, 2016, p. 80-81).

A noção de intelectual, apontada pela história social dos intelectuais, acaba assumindo um caráter polissêmico, o qual varia conforme o momento histórico que está sendo focalizado, que vai desde o clérigo da Idade Média ao leigo erudito ou homem de cultura, chegando ao escritor jurista do século XVIII, nesse sentido, ainda conforme os autores.

⁶ Na França essas discussões surgem a partir do que se convencionou chamar de *affaire Dreyfus*. O episódio que acabou demarcando uma ação pública de artistas, cientistas e escritores contra o Estado, tendo em vista que houve uma quebra de normas jurídicas no processo que este movia contra o capitão Alfred Dreyfus. Assim, em 1894, o militar ao ser acusado de espionagem em favor da Alemanha, foi encarcerado na Ilha do Diabo, que fica na costa da Guiana Francesa. Este conflito ocasionou um recrescimento do discurso nacionalista entre os que se opunham à reabertura do processo na justiça militar francesa, pois isso fomentou um sentimento antissemita, uma vez que Dreyfus era de origem judaica. Assim, nomes conhecidos como Émile Zola, Octave Mirbeau, Anatole France, Marcel Proust, Henri Poincaré, Émile Durkheim, e muitos outros, manifestaram apoio ao militar e reivindicaram através de jornais e revistas, que o tribunal de justiça analisasse o caso não em função da lógica conjuntural dos interesses de Estado, mas com base em normas jurídicas de valor universal (Vieira, 2015).

⁷ Na Itália a emergência do problema não foi decorrente de um caso específico, mas da intervenção pública dos intelectuais, a qual se tornou um tema central da política italiana ao longo do século XX, não só para as forças de esquerda, como também para os partidos e grupos liberais (Vieira, 2015).

No debate sobre as definições da noção de “intelectuais”, é possível identificar duas posições teóricas que ora os colocam como uma *intelligentsia* desinteressada e socialmente desvinculada, que se localizaria “acima” das classes sociais, de forma relativamente autônoma, ora identificam com a própria atividade humana, entendida como intrinsecamente intelectual. A famosa assertiva de Antonio Gramsci (1995, p. 7): “todos os homens são intelectuais, [...], mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” exprime claramente a segunda posição no debate, pela qual os intelectuais são necessariamente vinculados a uma situação de classe. Já a primeira ficaria marcada pelas elaborações de Karl Mannheim (1968) e Max Weber (1999) (Ferreira e Amorim, 2016, p. 81).

Ainda acerca do estudo dos intelectuais e sua função na sociedade, Karl Mannheim⁸ conceitua os intelectuais como mediadores dos conflitos sociais. Pierre Bourdieu⁹, por sua vez, traz o conceito de intelectual como produtor de capital simbólico e Antonio Gramsci conceitua o intelectual como dirigente e organizador da cultura. A verdade é que,

Os debates acerca da ação pública dos intelectuais remontam a contextos temporais e culturais diferenciados: a ideia de *intelligentsia* na literatura e no debate político russo na segunda da metade do século XIX; o famoso manifesto escrito por Émile Zola, em 1898, em torno do *affaire Dreyfus*; a obra *A traição dos clérigos*, de Julien Benda, de 1927; e a transformação do tema dos intelectuais em problema de pesquisa nos escritos de Mannheim, Gramsci e Bourdieu, ao longo do século XX, são exemplos que marcaram o debate sobre a presença pública dos intelectuais e a discussão a respeito das suas funções sociais (Vieira, 2011, p. 26).

Contudo, optou-se por adotar nesta pesquisa os estudos de Antonio Gramsci (1891-1937), claro que iremos utilizar outros autores, mas os apontamentos dele a respeito dos intelectuais serão a nossa base. Tendo em vista que,

O trabalho intelectual em Gramsci não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, de maneira que a disseminação do saber, os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais são considerados, também, facetas desse processo de organização da cultura. As sociedades complexas e a cultura nos marcos do industrialismo demandavam a divisão do trabalho e, por consequência, a especialização dos quadros envolvidos na esfera cultural. Trata-se, portanto, de uma concepção que amplia o conceito de atividade intelectual, bem como reorienta a relação entre política e cultura (Vieira, 2008, p. 76).

⁸ A teoria de Mannheim foi associada “à ideia de autonomia da *intelligentsia* no que concerne a condicionamentos de classe, de raça, de religião e de partido, presente na tese sobre os clérigos de Benda”, contudo, “contrasta com este ao sustentar a autonomia dos cultos como o aspecto que legitima e justifica a intervenção política dos intelectuais”, por isso, as ideias deste sociólogo ofereceram suporte teórico à crença na “superioridade de interpretação” e de “direção política da *intelligentsia*” (Vieira, 2008, p. 75).

⁹ Neste quadro analítico, os intelectuais são representados como produtores de capital simbólico e expressam os interesses das classes dominantes e os interesses próprios dos cultos que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico. Para Bourdieu, os intelectuais, até mesmo aqueles que estão vinculados aos partidos da esquerda tradicional ao serem analisados foram duramente criticados, dessa forma, “a crítica às posições do *homo academicus* escapa à idéia de conspiração das elites cultas contra o povo, à proporção que sustenta a opacidade e a eufemização dos mecanismos de controle e de dominação presentes nas tradições acadêmicas, literárias e científicas”, assim, “o processo de formação dos detentores de capital cultural no âmbito da lógica do campo intelectual internaliza esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder, transfigurando-as e, por consequência, justificando-as em nome da tradição, da razão e do mérito” (Vieira, 2008, p. 79).

A questão dos intelectuais torna-se um tema central em Gramsci devido ao seu engajamento político na luta revolucionária, assim, historicamente falando, o ponto de partida para a problematização de Gramsci, acerca dos intelectuais, foram os acontecimentos que giraram em torno do movimento operário, que ocorreu nos anos seguintes à Revolução de Outubro de 1917, dessa forma, essas questões em torno da luta revolucionária levaram Gramsci a “aprofundar a problemática em torno dos intelectuais”, além disso, “a sua aproximação em relação às concepções políticas do bolchevismo e de Lênin foi fundamental para o aprofundamento da questão da unidade entre teoria e prática e da relação entre os intelectuais e as massas populares” (Pereira, 2021, p. 88-89).

Aqui no Brasil, os

[...] escritos do gênero biografias intelectuais foram produzidos desde o segundo quartel do século XIX, a partir da tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A escrita de biografias laudatórias, verdadeiras hagiografias, típicas da escrita de muitos membros do IHGB, permanecem presentes no cenário editorial, porém são incomuns no contexto acadêmico. Neste, as pesquisas históricas e sociológicas sobre intelectuais proeminentes ou obscuros ganharam outro rumo e se afirmaram, gradativamente, desde a segunda metade do século XX, com o surgimento e o desenvolvimento das universidades no país (Vieira, 2015, p. 5).

A temática dos intelectuais, ainda que os suportes das análises e os delineamentos tenham sido alterados ao longo do tempo, tem uma considerável tradição de estudos acadêmicos na história da educação no Brasil (Vieira, 2008). Ademais, no século XIX, as pesquisas históricas e sociológicas sobre os intelectuais no contexto brasileiro ganham outro rumo porque há uma certa concordância a respeito de quando os intelectuais começaram a interferir na cena pública brasileira, e isso ocorre, segundo Vieira (2015), a partir do último quartel deste século, formando o que se convencionou chamar de geração de 1870.

Faziam parte dessa geração advogados, jornalistas, médicos e literatos e, majoritariamente, fora constituída por homens que eram oriundos de estratos sociais mais altos, ainda que algumas mulheres tenham se destacado. Mas infelizmente, quando nos deparamos com esta temática, podemos perceber que o problema de gênero fica bastante evidente, pois conforme as representações que prevaleciam na época, os homens deveriam se ocupar do espaço público, enquanto as mulheres deveriam voltar sua atenção para o espaço privado, ou seja, a vida familiar e as tarefas domésticas. Claro que existem algumas exceções, no entanto, elas apenas confirmam a regra da lógica estrutural e cultural do período. Ao citar Michelle Perrot e Scott, a pesquisadora Veras (2021, p. 39) afirma que

Essa baixa produção de pesquisas sobre mulheres intelectuais pode ser justificada a partir das relações de gênero pela ausência de fontes guardadas por elas ou sobre elas, questão já problematizada por Michelle Perrot (2016). Nesse sentido, chamamos atenção também para a necessidade de localização das mulheres nessas estruturas de sociabilidades, por estarem duplamente invisibilizadas: pelas práticas de legitimação das elites culturais e por uma concepção restrita de intelectual, que leva em conta o engajamento político e notoriedade na vida pública, conduzindo a uma reafirmação do poder androcêntrico nas relações de gênero que permeiam o fazer historiográfico (Scott, 1995).

Para Vieira (2015), não é somente a figura do homem em si, mas a figura masculina oriunda de origem social abastada, e isso por sua vez revela questões econômicas e de gênero. Assim, a origem social dos intelectuais poderia ser explicada pela distribuição desigual da riqueza, a qual equivale, via de regra, à distribuição desigual tanto da cultura quanto do conhecimento.

Essa elite intelectual, formada no final do século XIX, adquiriu prestígio social e poder político, decorrentes das suas posições como homens oriundos de famílias ricas e tradicionais. Porém, para além das questões econômicas e de gênero, estes foram também reconhecidos, de acordo com os conceitos de Bourdieu (1998), pelos capitais cultural e simbólico acumulados, seja na forma de títulos e comendas, posições nas faculdades e academias de letras e ciência, erudição e eloquência, seja pelas viagens frequentes à Europa e/ou posse de livros e peças de arte. Essas posições angariadas os autorizavam a atuar, em diferentes frentes e de lugares sociais prestigiados, em favor de determinados projetos, de maneira a forjar e a afirmar a identidade social do intelectual como agente político coletivo (Vieira, 2015, p. 6).

Salienta-se que estamos abordando um período, anos finais do século XIX e início do século XX, em que a mulher não tinha lugar nas estruturas de sociabilidade, e isto, por sua vez, se reflete nas tentativas de se fazer pesquisas sobre mulheres intelectuais, tendo em vista que há muitas fontes guardadas sobre diversos homens que atuaram nos mais diversos cenários da sociedade, mas quando se trata de mulheres há uma grande ausência de fontes guardadas, sendo necessário fazer um trabalho de formiguinha para se tentar amontoar algo sobre a história das mulheres enquanto intelectuais.

3.2 Intelectuais e a escola

Um intelectual é um pensador que além de incomodar acaba saindo dos caminhos comuns, manipulando conceitos de forma nova e original. Para além disso, o intelectual é um personagem engajado com causas muitas vezes esquecidas, e por isso, quando se trata da área educacional têm grande importância, por possuírem certa influência sobre as ideias de sua época. Para além disso, Giroux (1997, p. 186) assinala que “o intelectual é mais do que uma pessoa das letras, ou um produtor e transmissor de idéias. Os intelectuais são mediadores,

legitimadores e produtores de idéias e práticas sociais; eles cumprem uma função de natureza eminentemente política”. Sabe-se que

Gramsci contribuiu no processo de elaboração de um conceito intelectual e o fez por meio de uma perspectiva classista, o que lhe possibilitou identificar a seara do trabalho intelectual também como um espaço em que se desenvolve a disputa pela hegemonia. Na primeira metade do século XX, Gramsci tratou dessa questão de maneira original, legando ao presente a possibilidade de distinguir o engajamento político mediado pela visão classista de outros tipos de engajamento, que podem ser intercedidos, por exemplo, por valores morais, espírito religioso, concepção filosófica, identidade de grupo (étnica, de gênero, opção sexual, faixa etária, etc.), etc. Assim, Gramsci se tornou uma referência nessa questão até os dias atuais, mormente àqueles que assumem o materialismo histórico e dialético como paradigma científico e filosófico de análise da realidade concreta e guia para a ação sociopolítica e educacional-cultural (Martins, 2011, p. 133).

Em minha pesquisa optei por utilizar uma reformulação apresentada por Paulo Freire acerca da assertiva de Antonio Gramsci (1982), que afirma que todos os homens, e mulheres, são intelectuais, ainda que nem todos desempenhem essa função na sociedade (Giroux, 1997). Ao utilizar essa noção de intelectual o autor refere-se a categorias profissionais e afirma que não há como garantir a existência de não-intelectuais, tendo em vista que todos os homens, e mulheres, desenvolvem alguma atividade intelectual. Dessa forma,

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (Gramsci, 1982, p. 6-7).

Essa preocupação em conceituar os intelectuais levou Gramsci a dividi-los em duas categorias: intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. Quando Gramsci menciona o termo intelectual, ele está identificando tanto uma pessoa quanto um grupo, ou seja, uma organização social, “que tenha condições e capacidades para fazer a análise crítica da dinâmica de funcionamento da sociedade, produzir uma visão de mundo; e a “vontade” para agir orientado por ela, para garantir que o funcionamento da coletividade ocorra segundo os interesses das classes subalternas” e isso realizado através de um “processo coletivo com uma dimensão educativa que envolve os intelectuais e o povo” (Martins, 2011, p. 144). E quando

Gramsci se refere ao termo orgânico, está se referindo ao engajamento vital do intelectual com as classes fundamentais de um determinado modo de vida social. Assim, “orgânico é o compromisso vital que os intelectuais podem ter com as classes no processo que travam na disputa pela hegemonia em uma totalidade sócio-histórica, que, no caso de Gramsci, foi a da Itália da primeira metade do século XX” (Martins, 2011, p. 144).

Diante disso, os intelectuais orgânicos, seriam aqueles que são provenientes da classe social que os concebeu, assim, os intelectuais de cada nova classe criam e elaboram em seu desenvolvimento progressivo “especializações”.

[...] o autor considerava intelectuais orgânicos aqueles que atuavam na manutenção da hegemonia dominante ou contra ela. Gramsci (2004) denominou “orgânica” essa práxis intelectual, porque, nos dois casos, existe uma ação social que busca um consenso em torno de um projeto político. O intelectual orgânico é aquele que está a serviço, ou seja, é um funcionário: técnico, administrador, gerenciador, supervisor etc. Assim, o filósofo evidenciava o caráter político de classe, sempre presente na atuação dos intelectuais, e descartava qualquer possibilidade de que sua ação se apresentasse como neutra na esfera social (Pereira, 2021, p. 92).

No entanto, o orgânico reúne dois sentidos principais, “o orgânico ao projeto do Estado burguês, que produz as condições ideológicas para a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo; e o intelectual orgânico aos interesses das classes subalternas, que visa a organização de uma nova forma de domínio e de direção política” (Vieira, 2008, p. 77).

Já os intelectuais tradicionais sentem-se autônomos e independentes do grupo social dominante e acreditam ser autônomos e revestidos de características próprias,

Quanto à categoria dos intelectuais tradicionais, dentre outros, Gramsci discutiu, o fato de o clero ser composto por intelectuais tradicionais, isto é, conservadores, mantenedores do status quo. Na complexa formação social de sua época, o autor evidenciou a ligação entre a Igreja e o Estado, em particular, e apresentou o problema da expropriação e da manutenção de propriedades, além do apoio que exerceram na construção da hegemonia do bloco agrário. Essa questão foi retomada nos Cadernos, momento em que considerou os eclesiásticos como a mais “típica destas categorias intelectuais”, que, ao longo da história, “monopolizaram durante muito tempo [...] alguns serviços importantes: a ideologia, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc” (Gramsci, 2004, p. 16 *apud* Pereira, 2021, p. 93).

Para além disso, separou-os em urbanos e rurais: os intelectuais urbanos cresceram juntamente com a indústria e são ligados às suas variabilidades, já os rurais em sua maior parte são tradicionais – ligados à massa social do campo e a pequena burguesia de cidades ainda não elaboradas e movimentada pelo sistema capitalista (Gramsci, 1982).

Salienta-se que a análise de Gramsci sobre os intelectuais “reside no papel que desempenham na disputa pela hegemonia entre as classes de uma determinada formação econômica e social, que foi a da Itália, em particular, e a Europa, em geral, no período

correspondente à primeira metade do século XX”, assim, o seu conceito de intelectual surge de uma análise concreta tanto da gênese quanto do desenvolvimento do processo de funcionamento, no contexto europeu, da formação econômica e social da Itália, bem como de suas contradições, seus limites e suas possibilidades, por isso, “ele pode servir como parâmetro epistemológico aos que pretendem compreender a função dos intelectuais na hodierna realidade brasileira e, ao mesmo tempo, como um guia à ação sociopolítica e educativo-cultural” (Martins, 2011).

Para Nosella (1989), a difusão do pensamento de Gramsci, no Brasil, especialmente no meio dos educadores, se deu pela oferta da disciplina de Teoria da Educação, para a primeira turma do curso de doutorado da PUC de São Paulo, sob a orientação do professor Demerval Saviani, no ano de 1978, na qual o conteúdo central consistia num estudo monográfico da obra de Antônio Gramsci. De acordo com o pensamento de Gramsci a escola torna-se responsável por criar uma longa base social de intelectuais, os quais seriam portadores de valores e atitudes condizentes com a sociedade moderna industrial, pois em sua concepção, se a escola não cumprir com esse objetivo, o de formar intelectuais, será difícil, lento e desgastante formar quadros políticos e técnicos altamente qualificados. Nesse sentido,

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a "área" escolar e quanto mais numerosos forem os "graus" "verticais" da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. [...]. O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos para os laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que fabriquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. Do mesmo modo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação; escolas e instituições de alta cultura são similares. Neste campo, igualmente, a quantidade não pode ser destacada da qualidade. A mais refinada especialização técnico-cultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e a maior solicitude no favorecimento dos graus intermediários ao maior número. (Gramsci, 1982, p. 9-10).

É importante frisar que a ideia de escola presente no pensamento gramsciano é a noção de uma escola tomada no sentido mais amplo, ou seja, todo tipo de organização cultural que possa formar os intelectuais, as quais são criadas e sustentadas historicamente por diferentes práticas ou forças produtivas da sociedade.

No estado do Pará, por exemplo, a escola primária, no ciclo áureo da borracha, já discutido no primeiro capítulo, representou um instrumento e símbolo para que o progresso e a civilização da sociedade fossem alcançados, o que para Schueler e Rizzini (2014) foi elemento fundamental no processo de construção de “tradições inventadas, sobre a chamada Belle

Época paraense e a “modernidade republicana” no Estado, nesse sentido, ‘um dos caminhos, mas não o único, que as elites políticas e as autoridades públicas acreditaram encontrar para a árdua, e improvável, tarefa de civilizar a população, foi, sem dúvida, a difusão da escola primária”, vista especialmente como um “instrumento legítimo de construção do Estado e da Nação e de produção de uma suposta população culturalmente homogeneizada, encarnada no processo civilizador e no ideário liberal, e abstrato, de um modelo de cidadania moderna”.

Neste período, por conta dos lucros garantidos com a exportação do látex, houve um grande investimento no campo educacional, principalmente no que se refere à “construção de modernos – templos de civilização –, como escolas primárias e secundárias, escola normal, colégios, liceus e institutos profissionais, bibliotecas, o Museu Goeldi e o Arquivo Público” (Schueler e Rizzini, 2014, p. 205). Salienta-se que

O estudo da escola em Gramsci não está separado do conjunto de seu pensamento. A escola era entendida como um “aparelho privado de hegemonia”. Sua compreensão de escola estava direcionada para a construção de uma nova moral e uma nova cultura da classe subalterna, de modo a assegurar maior hegemonia sobre as demais classes e, conseqüentemente, na perspectiva da conquista do Estado. Por isso, era necessário romper com a subordinação intelectual e ideológica das classes subalternas, que se tornavam aliadas da cultura dominante ao reproduzir sua ideologia (Mari, 2011, p. 6).

Gramsci acreditava que, contrariamente à proposta educacional de seu tempo, no contexto italiano, se fazia necessário a elaboração de um projeto que fosse capaz de desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões, pois a escola naquele momento não correspondia a essa necessidade, assim ele acaba propondo “formas possíveis para a organização e a divulgação da cultura, o que seria fundamental para a realização plena do ser humano”, conforme assinala Pereira (2021). Assim, em seu caderno 12, da coleção de cadernos do cárcere, ele expõe sua proposta educacional, a escola unitária, a fim de superar a crise trazida pela sociedade burguesa.

Sua visão de escola unitária é que didaticamente esta será uma escola ativa, capaz de temperar e fecundar a orientação dogmática, assim este princípio unitário no sentido mais amplo acaba informando e vivificando não só a escola unitária, mas toda a sociedade, dessa forma, este modelo seguiria uma cultura geral, humanista e formativa capaz de equilibrar o desenvolvimento da capacidade de se trabalhar de forma manual, tanto tecnicamente quanto industrialmente, e o desenvolvimento de capacidades que envolvem o trabalho intelectual (Nosella, 1989).

[...] a educação em Gramsci é eminentemente política, ao mesmo tempo que, para ele, as relações de poder desenvolvidas nas típicas “sociedades ocidentais” têm uma dimensão educativa. Isso porque, para Gramsci, os processos de ensino-aprendizagem

desenvolvidos na escola e fora dela estão articulados à disputa pela hegemonia entre as classes e, concomitantemente a isso, a política desenvolvida nas “sociedades ocidentais” exige que se ensinem os indivíduos e os grupos sociais a viver de acordo com as necessidades e os desejos da classe que é dominante economicamente. Foi essa visão do cenário político em que viveu que fez Gramsci afirmar que a “[...] tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática [...]” (Gramsci, 1999, p. 126 *apud* Martins, 2011, p. 142).

Além disso,

[...] a educação é vista por Gramsci como fundamental à estratégia de construção do socialismo, pois, se a burguesia educa as classes subalternas para continuarem a viver na condição de subalternidade, é necessário que as classes subalternas façam o embate também no campo ideológico-cultural, educando-se para que possam forjar uma nova visão de mundo e disseminá-la no meio social, com vistas a potencializar lutas que resultem na revolução do modo de vida social (Martins, 2011, p. 142).

A escola para Gramsci, enquanto complexo de reprodução social, acaba ocupando um lugar de suma importância na formação e preparação de intelectuais em diversos níveis de especialidade, a fim atender tanto as demandas da industrialização quanto as diversas funções burocráticas do Estado. Portanto, a atuação dos intelectuais nos vários setores da sociedade civil e política chama a atenção e ganha destaque no pensamento gramsciano porque passou-se a entender a importância dos intelectuais nas mais diversas áreas da sociedade (Pereira, 2021). Nessa chave de leitura, a educação vem representar não somente a transmissão da cultura ou uma atividade profissional, mas sim um projeto político e uma razão de engajamento dos intelectuais (Vieira, 2011).

3.3 Os intelectuais no Pará nos anos finais do século XIX e Início Do XX

Olhando para o sentido mais amplo de escola, do pensamento gramsciano, como todo tipo de organização cultural que possa formar os intelectuais, podemos pensar algumas instituições, além da própria escola, que tiveram grande relevância para a formação e atuação de intelectuais. Temos como exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que tinha entre um de seus pressupostos mostrar a grandeza da nação às crianças e aos jovens brasileiros e, ao mesmo tempo, considerando as condições ainda do século XIX, formar os seus futuros dirigentes, além disso, à medida que este século se aproximava do final, especialmente a partir da virada para a República, disciplinas como História e Geografia foram utilizadas para preparar o novo cidadão republicano (Cardoso, 2013).

Além do instituto citado, criado no mesmo ano, temos o Colégio Imperial Pedro II, essas duas instituições criadas pelo Estado Monárquico tiveram grande influência no ensino de História no Brasil, tendo em vista que muitos professores/intelectuais transitavam entre elas.

O Imperial Pedro II era o estabelecimento oficial do ensino secundário, preocupado na formação da elite imperial, para qual o projeto civilizatório do Estado estava direcionado. A grande maioria dos professores catedráticos eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As cadeiras, que compunham os programas de ensino, eram estabelecidas pelo governo; os conteúdos eram elaborados pelos professores catedráticos, ocupantes das mesmas, muitos tornaram-se autores de livros didáticos utilizados pelos alunos, que passaram a ser referência nas demais províncias do Império (Cardoso, 2013, p. 78).

Isso não se configurou de forma diferente no estado do Pará, pois essas referências que passaram a circular nas províncias promoveram a visão de que disciplinas como História e, também, a Geografia, seriam essenciais na construção de uma identidade regional ou amazônica. Assim,

No contexto de uma educação republicana, na virada do XIX, funda-se o Instituto Histórico e Etnográfico do Pará, como inicialmente foi denominado, em 3 de maio de 1900, juntamente com Academia Paraense de Letras, que como os demais institutos, se colocou na condição de intérprete e “guardião do passado”, cultuando os grandes vultos e heróis, exaltando as narrativas históricas e biográficas. Entre os patronos das cadeiras do Instituto podemos citar Jorge Hurley, Palma Muniz, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Theodoro Braga, Tito de Almeida, Hygino Amanajás, Vilhena Alves, entre outros intelectuais de grande relevância local e nacional (Cardoso, 2013, p. 13).

Nesse contexto, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará (IHGEP), como inicialmente fora chamado, torna-se um lugar privilegiado da intelectualidade paraense colocando-se a serviço das ideias de modernidade, de progresso e de civilização, pensando e produzindo a realidade local. Nesse sentido, diversos intelectuais paraenses, no final do século XIX, utilizaram a História e a Geografia como parte de um exercício para de compreensão da construção da identidade amazônica, a partir da ótica do poder do Estado-Nação, e conforme Cardoso (2013), o projeto político dessa geração acabou se alicerçando sob essas disciplinas, pois os intelectuais estavam atentos às discussões e aos autores da época.

No que diz respeito à exaltação de narrativas históricas e biográficas, que tinha como intuito cultuar os grandes vultos e heróis, podemos citar os estudos de Franciso Ferreira de Vilhena Alves, objeto deste estudo e um dos sócios fundadores do instituto citado, o qual fazia vários estudos biográficos a respeito de diversos intelectuais que se destacaram no estado do Pará, como por exemplo, Maestro Carlos Gomes, Dr. Carlos Hypolito de Santa Helena Magno e outros.

Outra instituição importante que tinha grande atuação de intelectuais paraenses era a Associação Mina Literária, a qual tinha como principal proposição, conforme assinalado por Rego (1997) afrontar a chata burguesia paraense, numa terra onde somente se cuidava de câmbio e de borracha, fazendo referência ao período em que toda a atividade econômica da

região girava em torno da borracha a partir de 1840, levando Belém, a partir da segunda metade do século XIX, à um processo de modernização e enriquecimento em diversos setores sociais da região (Sarges, 2010).

Vale lembrar que essa opulência e esse progresso observados, especialmente, em Belém e Manaus, com a reurbanização e modernização dos transportes, a construção de palácios, teatros e outros edifícios públicos, a instalação da luz elétrica e da telefonia, em estilos copiados do neoclássico europeu, levavam à admiração do visitante e ao nítido contraste com a miséria e o abandono dos interiores, pois essa prosperidade da capital não significava o progresso da província, longe disso, na verdade denunciava um verdadeiro contraste das condições econômicas das povoações e da população (Filho, 2010). Hobsbawm afirma que

Durante a maior parte da história, o mecanismo básico para o crescimento econômico foi a apropriação do excedente social gerado pela capacidade do homem de produzir por meio de um ou outro tipo de minoria para fins de desenvolvimento em melhoria adicional, ainda que nem sempre assim utilizado. O crescimento operava por meio da desigualdade (Hobsbawm, 1998, p. 44).

Voltando para a Mina, essa associação, do ano de 1894, surge da união de vários intelectuais de Belém que estavam interessados pelo desenvolvimento da literatura na Amazônia paraense e dentre os seus membros figuravam nomes já conhecidos da literatura e arte paraense, dentre os quais figuraram Barão de Marajó, Inácio Moura, João Marques de Carvalho, Arthur Vianna, Paulino de Brito, Juvenal Tavares e Vilhena Alves. E entre os seus membros honorários, estavam Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Paes de Carvalho, Américo Santa Rosa, Tito Franco de Almeida e o Barão de Guajará. E José Veríssimo e Inglês de Souza, entre os seus correspondentes.

Podemos visualizar essa atuação dos intelectuais, também, na conhecida revista pedagógica *A Escola*. Por ter um caráter oficial a revista tentava imprimir uma visão homogeneizadora, exaltando a República e a instrução pública no Estado, mas isso nem sempre era possível, pois havia uma grande variedade de intelectuais que transitavam por ela, tendo em vista que seu público-alvo eram professores e, em algumas situações, seus articuladores precisavam reconhecer não só os baixos salários como as péssimas condições estruturais dos edifícios escolares.

Estes intelectuais tinham competências em diversas esferas profissionais, e entre eles tinham engenheiros, médicos, advogados, funcionários públicos, comerciantes, juízes, sacerdotes, pois conforme apontado na revista, todos tinham algo a dizer sobre a matéria que ocupava a edição da revista, a saber, a educação (Pará, *A Escola*, 1900, n.1).

Além disso, essa revista tinha uma seção que era direcionada para evidenciar e expor discussões que eram originadas nas reuniões do Congresso Pedagógico do Estado do Pará.

Os embates de ideias entre seus intelectuais podem ser evidenciados pelas discussões suscitadas nas reuniões do *Congresso Pedagógico do Estado do Pará*, que aconteceram ao longo de 1901, e foram publicadas nos números da revista pela Diretoria de Instrução Pública, como os que aconteceram entre Hygino Amanajás e Arthur Vinna. Amanajás apresentou ao Congresso um projeto, subscrito por Henrique Santa Rosa, no qual defendia, entre outras coisas, a premiação de autores de livros voltados ao ensino elementar que versassem sobre noções de agronomia, além do direcionamento de verbas para a gratificação de professores que intuíssem em suas aulas cursos práticos de agronomia, o que suscitou embates e questionamentos de Arthur Vianna (Pará, *A Escola*, 1901, p. 340- 341 *apud* Cardoso, 2013, p. 39).

O intuito de Amanajás era contribuir para o desenvolvimento da agricultura no estado, levando aos alunos das escolas primárias conhecimentos elementares que seriam indispensáveis para o cultivo do solo, tornando o ensino mais científico e racional, além de aumentar o interesse dos alunos pela agricultura no estado (Pará, *A Escola*, 1901, n. 17). Além de Arthur Vianna e Hygino Amanajás, estavam entre as vozes do Congresso Pedagógico Virgílio Cardoso, Henrique Santa Rosa, Vilhena Alves, Firmo Cardoso, Ignácio de Moura, entre outros, ao longo dos anos em que este funcionou.

O Congresso Pedagógico¹⁰ tinha como finalidade promover e desenvolver o ensino público através de uma ampla discussão, especialmente dos intelectuais já citados acima, por meio de teses e questões que se relacionavam com os problemas educacionais do período. Ao todo, este congresso era composto por sessenta e cinco membros, os quais eram divididos em natos e eletivos. Quanto ao seu funcionamento, ficou definido que este funcionaria uma vez por ano, em seção ordinária, que duraria em torno de vinte dias consecutivos, podendo ser prorrogado para mais dez dias, caso houvesse necessidade (Pará, *A Escola*, 1900, n. 5).

Salienta-se que, conforme Carvalho (2007, p. 19) “pensar a organização dos intelectuais brasileiros no século XIX impõe atentar para o processo de centralização do poder, cuja trajetória compreendeu uma ampliação do escopo do Estado, ao definir como de interesse público a produção das ciências e das artes no Brasil”. Nesse sentido, assim como o Brasil do século XIX, o Pará, foi palco de intensa atividade intelectual, aliada à ação diretiva do Estado.

¹⁰ O Congresso Pedagógico já vinha sendo discutido entre 1896 e 1897, no entanto, não pegou força, pois havia um baixo nível do interesse do professorado na iniciativa de realização do Congresso. Salienta-se que isso pode ter ocorrido porque por meio deste congresso, se poderia conhecer e exercer determinado controle sobre o exercício profissional dos professores no período, instituindo códigos e difundindo doutrinas de modo a forjar práticas profissionais bem determinadas, mas em sua nova edição, o Congresso Pedagógico do Pará se estabelece e se institucionaliza a partir de 1900, dentro de um novo formato (Damasceno, 2021).

Cita-se, também, que, além das revistas pedagógicas que circulavam no período outras revistas e jornais se constituíam como lócus da intelectualidade paraense. No bojo dessa militância, por meio da imprensa os intelectuais legitimavam-se como manifestadores das questões dos seus campos, além disso, se colocavam como porta-vozes das problemáticas locais, nacionais e até internacionais, e com vistas a construção de um futuro para o país propunham projetos conforme a realidade brasileira. Assim, junto com essa idealização de modernidade essa nova configuração da imprensa, que visava a comercialização do impresso, acabou mudando o papel dos homens da imprensa (Santos, 2021). Ainda conforme a autora,

Esta relação dos intelectuais com a imprensa revela que ambos se articulam ao longo das transformações ocorridas na sociedade, bem como a ação da intelectualidade nos jornais acompanha o ritmo e mudanças dessas folhas. Nesse movimento de trocas, a atuação do intelectual nos periódicos esteve ligada ao que a imprensa representava para a sociedade, do mesmo modo em que a imprensa assumiu um papel formativo por meio das contribuições dos intelectuais (Santos, 2021, p. 83).

Assim, no estado do Pará, temos uma forte atuação de intelectuais nos mais diversos cenários da sociedade paraense nos anos finais do século XIX e no início do século XX, e as questões e discussões que surgiam nesses meios, e em outros que porventura não foram citados aqui, sejam eles culturais e/ou científicos, acabavam sendo refletidas no cenário educacional.

Esses homens de ciência ou a *intelligentsia* brasileira, escritores, juristas e políticos, professores tiveram um importante papel na história da educação brasileira e paraense, pois, além de se dedicarem a outras atividades, escreveram manuais e compêndios didáticos, que circularam nas escolas em meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX (Cardoso, 2013, p. 12, *grifo da autora*).

Por esta razão, deve-se levar em consideração que “os projetos educacionais dos Estados republicanos estiveram intimamente relacionados com a construção da identidade nacional”, dessa forma, “as efemérides, os rituais cívicos, as datas comemorativas, os livros didáticos, museus, o ensino de História e Geografia Pátria” e até próprio português brasileiro tornaram-se elementos decisivos para o fortalecimento do sentimento nacional no país (Cardoso, 2013, p. 12).

A respeito do que fora postulado por Cardoso (2013), Carlos Eduardo Viera afirma que isso não era por acaso, pois “na experiência brasileira do final do século XIX até o século XX, muitas das iniciativas dos intelectuais engajados na cena pública estiveram associadas, direta ou indiretamente, a projetos educacionais”, tendo em vista que essas iniciativas tinham como objetivo a ampliação e o aprimoramento da escola em vários níveis, além de visar o desenvolvimento tanto de redes públicas de formação como privadas “envolvendo a

organização de empreendimentos editoriais, redes de museus, teatros, cinemas e bibliotecas, atividades artísticas, esportivas e de lazer, entre outras políticas e ações culturais” (Vieira, 2015, p. 8).

Assim sendo, se pensarmos a educação à luz do pensamento gramsciano, como uma educação eminentemente política, pensaremos a educação como uma questão que detém uma ampla dimensão política, conforme apontado pelo próprio Gramsci (1982). Nesse sentido, precisamos refletir sobre os agentes dessa política, ou seja, aqueles que ocupam posições de prestígio e de poder, entre estes, conforme já foi exposto, estão os intelectuais em diferentes momentos e em diversas estruturas de sociabilidade na história do Brasil e do Pará, os quais acabaram ocupando os cenários públicos tanto como manifestações quanto com ações que giravam em torno do cenário educacional, ou não, mas que acabavam de alguma forma refletindo neste, com maior ou menor impacto social, conforme fora apontado por Vieira (2015).

3.4 A importância dos estudos sobre professores como intelectuais

Os intelectuais possuem grande importância na construção de uma mentalidade da sociedade. E, como vimos, estão inseridos em diversas estruturas de sociabilidade. Diante disso, este estudo parte do pressuposto de que por sua atuação na sociedade, professores e professoras podem ser considerados pessoas que desenvolvem papel de intelectuais. Não se trata de um rótulo qualitativo ou um título honorífico, trata-se de como a vida, o posicionamento e o comportamento desses sujeitos acabam afetando a sociedade em que estão inseridos.

A elaboração teórica acerca dos intelectuais assenta-se sobre um conjunto de categorias, sempre redefinidas em função da prática, que a ela relaciona-se e dá forma ao modo de compreender a atuação dos intelectuais na sociedade. Desde as preocupações presentes em seu tempo e de sua atuação política que Gramsci analisou a história italiana, sob a perspectiva dos subalternos, até chegar ao papel ocupado pelos intelectuais nos processos de reprodução e transformação sociais. Nesse sentido, Gramsci ampliou a noção de intelectual, rejeitando e superando a concepção que a ligava ao universo dos “grandes intelectuais”, em termos de produção e difusão de ideias (Pereira, 2021, p. 89).

Levando isso em consideração, o estudo da concepção de Gramsci a partir dos Cadernos do Cárcere, especialmente o Caderno de número 12, sobre educação e, em particular, dos professores como intelectuais, traz contribuições para se compreender os sujeitos que assumem o seu papel político de transformação da história por meio dos processos de educação formal e informal (Pereira, 2021). Fundamentado em Gramsci, Henry A. Giroux expõe que

A categoria intelectual é útil de diversas maneiras. Primeiramente, ela oferece uma base teórica para examinar-se a atividade docente como forma de trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos. Em segundo lugar, ela esclarece os tipos de condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais. Em terceiro lugar, ela ajuda a esclarecer o papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas (Giroux, 1997, p. 161).

Ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importância e ideia de que toda atividade humana envolve alguma forma de pensamento, conforme apontado por Gramsci em seus escritos. Dessa forma, independentemente do quão rotinizada possa se tornar, toda atividade realizada por um indivíduo necessita do funcionamento da mente em algum nível, por esta razão, esse é ponto crucial, pois o uso da mente se constitui como uma parte geral de toda atividade humana, por este ponto de vista acabamos dignificando a capacidade humana de integrar pensamento e prática, e nisso consiste a essência de encarar professores e professoras como profissionais reflexivos, como intelectuais, além disso, “As escolas não são locais neutros e os professores não podem tão pouco assumir a postura de serem neutros” e pondo num sentido mais amplo “os professores como intelectuais devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso relações sociais em sala de aula e valores que eles legitimam em sua atividade de ensino [...]” (Giroux, 1997, p. 161-163).

Giroux (1997, p. 162) afirma que “um ponto de partida para interrogar-se a função social dos professores enquanto intelectuais é ver as escolas como locais econômicos, culturais e sociais que estão inextrincavelmente atrelados às questões de poder e controle”. Perante essa ótica, as escolas tornam-se esferas muito controversas ao incorporarem e expressarem certas disputas acerca de que formas de autoridade serão utilizadas, e quais tipos de conhecimento e formas de regulação moral serão legitimadas e transmitidas aos alunos (Giroux, 1997). No pensamento gramsciano, a sociedade é uma grande escola, na qual os professores são sempre alunos.

Quando Gramsci argumenta que "todo o professor é sempre um aluno, e todo aluno um professor", ele não está abandonando o apelo por uma pedagogia disciplinada. O que ele está fazendo é introduzir um princípio educacional nas relações professor-estudante que não deixa espaço para o elitismo ou pedantismo estéril. A noção de que o professor é sempre um aprendiz coloca os intelectuais na posição de não apenas ajudar os estudantes a apropriarem-se de suas próprias histórias, mas também observarem de maneira crítica à natureza de seu próprio relacionamento com os estudantes da classe trabalhadora, bem como com os outros grupos oprimidos (Giroux, 1997, p. 239).

Este argumento de Gramsci, o qual coloca o professor na condição de aluno vem do pensamento de Marx e Engels, no qual

A atuação do intelectual, na perspectiva inaugurada por Karl Marx, tem um propósito transformador do mundo [...]. É na indissociabilidade entre a sua condição de pensador e sua prática política que se evidencia o traço profundo da questão da atividade humana consciente e transformadora (práxis). Com um alerta importante, nos sentidos pedagógico e político da relação entre teoria e prática, não se deve esquecer de que o “próprio educador tem que ser educado” (Marx; Engels, 1984 *apud* Pereira, 2021, p. 88).

Ao refletir sobre os intelectuais que estavam vinculados ao campo educacional, do último quartel do século XIX aos anos 60 do século XX, Carlos Eduardo Vieira buscou identificar quais características eram recorrentes no comportamento social destes, a fim de compreender os seus modos de agir e de pensar, tais como:

- 1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual;
- 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social;
- 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade;
- 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais (Vieira, 2011, p. 29).

Ao pensar nos professores como intelectuais orgânicos, Pereira (2021) elucida que o papel desses intelectuais seria insubstituível, pois se constituem como sujeitos capazes de criar vínculos com os educandos que não estariam limitadas às relações escolares, além disso, por meio de uma atuação orgânica os professores poderiam estabelecer a união entre reflexão e prática acadêmica, possibilitando o desenvolvimento de alunos críticos e atuantes politicamente. Seria o que Giroux (1997) denominou como Professor Transformador. Nesses moldes, a escola se constitui com um espaço de lutas e de possibilidades, na qual esses professores intelectuais e transformadores desenvolveriam uma atuação criativa e coletiva.

Na educação, o engajamento político representou uma característica comum dos intelectuais que se associaram ao campo, pois a educação foi e permanece sendo espaço de prática e de intervenção social. Logo, a reflexão teórica nesse espaço social está, em regra, associada às dimensões prática e política, de maneira que a escrita da história dos intelectuais da área, em grande medida, demanda do historiador a percepção das ideias, das teorias, mas, também, dos projetos e das ações a elas vinculados (Vieira, 2011, p. 36).

Mesmo diante de todos os apontamentos, ainda que os estudos sobre intelectuais já estejam mais desenvolvidos em algumas regiões como na Universidade Federal do Paraná, com Carlos Eduardo Vieira (2007, 2008, 2011, 2015); na Pontifícia Universidade Católica do

Paraná, com Evelyn de Almeida Orlando e Peri Mesquida (2011, 2017, 2020, 2021, 2023); na Universidade Federal de São Carlos, com Marcos Francisco Martins (2011, 2018, 2021), e outros, foi observado que, na região norte do Brasil, em pesquisas em programas de pós-graduação em educação, por mais que haja muitos trabalhos que tragam no título “Intelectual/ais” esses indivíduos não são colados em tal posição. E a maioria dos estudos discute sobre professores, políticos, bem como suas produções intelectuais etc., mas não chegam a utilizar Antonio Gramsci, Karl Mannheim, Pierre Bourdieu, Jean-François Sirinelli, Giroux e outros estudiosos que já estabeleceram seus estudos acerca da história social e cultural dos intelectuais. O levantamento realizado neste estudo reflete bem essa realidade.

Rodrigues (2011), ao fazer *Um estudo sobre intelectuais negros na academia entre 1970 e 1990: trajetória acadêmica de Florentina Silva Souza*, busca fazer uma abordagem de como se deu a entrada dos pesquisadores negros na universidade nos cursos de Pós-Graduação. A autora pretendeu compreender como os estudos desenvolvidos por intelectuais negros acabam repercutindo na luta contra a discriminação racial no Brasil, além de identificar as dificuldades encontradas pelos negros no espaço acadêmico ao trazer a questão racial como objeto central de suas análises. O recorte temporal escolhido por Rodrigues (2011) centrou-se no final da década de 1970 e as décadas de 1980 e 1990, período em que o Brasil entra em um processo de redemocratização, posterior a ditadura militar, momento em que houve a reorganização, bem como o desenvolvimento do movimento negro, pressionando o governo para que a questão racial passasse a fazer parte da agenda política. A autora optou por trazer argumentos desenvolvidos por Julien Benda e Antonio Gramsci acerca do que eles entendem sobre o intelectual no século XX, mas em sua pesquisa acaba definindo que o intelectual negro se alinha à perspectiva gramsciana de intelectual orgânico. Além disso, Rodrigues (2011) concluiu que os negros, sejam eles alunos, professores e outros não estão livres de sofrer preconceitos, pois historicamente foram submetidos a um lugar de subalternidade como “seres inferiores” e ainda que tenham sido desqualificadas, essas teorias ainda persistem no imaginário social, trazendo como consequência o preconceito e a discriminação que se manifestaram nas diversas instâncias sociais do país.

Já a dissertação defendida por Oliveira (2016) faz uma abordagem sobre *A produção intelectual e a docência de Domingos Sylvio Nascimento: Contribuições para a História da Educação no Pará (1903 – 1947)*. A autora, a partir dos resultados do estudo, aponta para a identificação do Professor Domingos Sylvio Nascimento como um intelectual da República. Para Oliveira (2016) a atuação do intelectual no Colégio Estadual Paes de Carvalho, a participação na comissão de elaboração dos programas do Ensino Primário no Estado do Pará,

a produção de “Noções de História Pátria” e “Em torno da Inconfidência Mineira: o papel de Tiradentes” figuram como principais meios para análise da construção do projeto de educação de Domingos Sylvio Nascimento, o que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa. Diferente de Rodrigues (2011), Oliveira não faz uma análise da categoria intelectual, mas por meio de sua produção bibliográfica e carreira no magistério, a autora pode perceber que em nenhum dos documentos analisados o intelectual demonstrou-se atuante na causa negra ou posiciona-se contra teorias e ideologias racistas, o que levou-a a concluir que ainda há muito que compreender e entender como conseguiu ultrapassar os limites sociais ideologicamente impostos a ele e que fatores, ainda em sua infância, o permitiram sair de sua condição e, de certa forma, adentrar uma elite intelectual ao longo de sua vida profissional.

Na tese defendida por Corrêa (2017) *A trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes Bibas e a educação do Pará*, a autora direciona todo processo investigativo para desvelar a trajetória pessoal, profissional e intelectual desta professora/escritora com a intenção de apreender e compreender as contribuições e o lugar desta educadora e seus livros didáticos no seu tempo-lugar para a história da educação do Pará, pois considerou que esta intelectual e sua produção didática encontram-se ocultas no contexto atual em face de escassos registros que denotam uma presença-ausência e um lugar de invisibilidade desta professora escritora na história da educação local. Corrêa (2017) conclui e define Ester Nunes Bibas por meio de sua circulação e atuação, como poetisa, professora, escritora e intelectual do campo da educação, identidades plurais que vão sendo construídas por uma mulher que transitou dos fins do século XIX e ao longo de sua trajetória pelo século XX, ao produzir experiências, vivências e uma produção cultural, a partir de seus escritos e escritos publicados em livros didáticos e/ou em textos literários.

Guimarães (2017), ao escrever *A História de um intelectual orgânico em defesa da educação na Amazônia: Manoel do Carmo e a Casa Familiar Rural de Gurupá-PA*, buscou analisar, por meio de história oral de vida e história oral temática, as práticas em defesa da Educação realizadas por Manoel do Carmo, integrante dos movimentos sociais de Gurupá, localizado na região Marajó - Pará, com a finalidade de compreender seus sentidos políticos e pedagógicos no contexto da Região Amazônica. Após a análise documental, a autora constatou que a vida de Manoel do Carmo está indelevelmente articulada às lutas sociais do Município de Gurupá, vinculadas aos trabalhadores do campo, nesse sentido, a estrutura social de Gurupá, com suas instituições econômicas e políticas, conformada a partir do fim da Ditadura Militar, não pode ser pensada sem a importante atuação de Manoel do Carmo, pois ele é protagonista, em particular, da organização escolar e oportunidades educacionais dos jovens do campo de

Gurupá, e acaba concluindo que Manoel do Carmo “é um homem que reflete sobre aquilo que se pode ser ou se transformar em direção à libertação contra as ideologias dominantes. Ele é um líder, um intelectual orgânico da classe de trabalhadores rurais” (Guimarães, 2017, p. 23).

Barbosa (2017), em sua tese *Raymundo Nogueira de Faria e a “Ilha da Redenção”*: um projeto de vida intelectual dedicada aos “deserdados da sorte” em Belém do Pará, Brasil, na primeira metade do século 20, trata da vida e obra do intelectual Nogueira de Faria, no qual analisou por meio da História Cultural e da História Intelectual, a relação entre vida e obra de Raymundo Nogueira de Faria e o fenômeno da delinquência juvenil com vistas à compreensão histórica do atendimento aos “deserdados da sorte” no Estado do Pará na primeira metade do século 20. O autor afirma que conforme os dados coletados este intelectual, ao implantar uma colônia reformatória na Ilha de Cotijuba-PA, estava em sintonia com um pensamento mundial que via na criação de estabelecimentos de internação compulsória, afastados dos centros urbanos e altamente vigiados, a solução ideal para lidar com o fenômeno da delinquência juvenil, a diferença é que o intelectual passou a pensar num projeto a ser demandado pela justiça, pautado na ideia de que haveria de se diferenciar jovens “deserdados da sorte”, isto é, destituídos de condições econômicas e morais satisfatórias, dos delinquentes por livre arbítrio. Barbosa defendeu a tese de que esta proposta, organicamente vinculada à história de vida e à história intelectual de Raymundo Nogueira de Faria, era decorrente de uma formação doutrinária fundada no Espiritismo, a qual fazia com que ele acreditasse que tinha como missão materializar o seu projeto do “Homem de Bem”, transformando os “deserdados da sorte”, por ele encaminhados à Colônia Reformatória de Cotijuba-PA, considerada por ele a Ilha da Redenção, em homens dignos, patrióticos, trabalhadores e úteis à Pátria (Barbosa, 2017).

Outra dissertação que passou a fazer parte do levantamento foi o trabalho escrito por Golobovante (2020), *Professora Maria Anunciada Ramos Chaves: contribuições para a História do Brasil e ao ensino de História no contexto do nacional-desenvolvimentismo*. Neste, o autor busca fazer uma discussão acerca das concepções historiográficas e de ensino de História da professora Anunciada Chaves, a partir da obra produzida e apresentada ao concurso de professor catedrático do Colégio Estadual Paes de Carvalho, "O açúcar na História do Brasil". Para o autor, esta obra seria expoente no estado do Pará, no que se refere ao processo de superação da história historicizante de base positivista para uma História econômica, por esta razão o itinerário biográfico, acadêmico, profissional e as concepções historiográficas e de ensino de História da professora Anunciada Chaves foram fundamentais para compreender esse processo superação na História do Brasil e no ensino de História. Golobovante (2020) até

faz um destaque sobre diversos professores paraenses denominando-os como notáveis intelectuais, no entanto, sua pesquisa não versa sobre o viés da história intelectual.

A maioria dos estudos sobre intelectuais, na região norte, podem ser encontrados em programas de Pós-graduação em Educação no estado do Pará. Em outras regiões do norte, programas de Pós-graduação em Sociologia e História tem mostrado mais avanços em estudos desta natureza. Na Universidade Federal do Pará, essas reflexões sobre intelectuais já tem sido objeto de preocupação do Programa de pós-graduação em currículo e gestão da escola básica (PPEB), que por meio da linha de História da Educação Básica tem propiciado discursões em torno do assunto, pois entender a escola básica é entender os agentes que por ela transitavam, a saber, os intelectuais paraenses. No entanto, ainda há muito a se fazer, pois devido às poucas pesquisas sobre intelectuais, tanto homens quanto mulheres, o programa tem uma grande tarefa para com a construção e montagem de um quadro dos intelectuais paraenses que transitaram no estado em diversos tempos e espaços.

Nos últimos anos tem ocorrido uma renovação de estudos sobre a história dos intelectuais no país. Por isso, essa dissertação busca contribuir para o fortalecimento desse campo de estudo nos programas de Pós-graduação em Educação, na região norte do país, especialmente no estado do Pará, por meio da compreensão das contribuições do professor vigiense Francisco Ferreira de Vilhena Alves, apresentando sua trajetória intelectual no próximo capítulo deste estudo.

4 FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES: UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Este capítulo foi construído com o intuito de analisar como se deu as contribuições de Vilhena Alves. Para tanto, foi necessário fazer a exposição de sua trajetória profissional e intelectual, passando pelos percursos formativos que contribuíram para a formação intelectual do professor vigiense, que resultou em sua produção intelectual, a saber, suas obras literárias, gramaticais e artigos produzidos para jornais e revistas do período. No entanto, ainda que sejam muitas as suas contribuições, houve a necessidade de delimitação, optou-se então por suas gramáticas, o que culminou na exposição da luta de classes por trás de sua produção gramatical, tendo em vista que essas gramáticas ficavam restritas a alguns grupos, que são as classes dominantes, e conseqüentemente estas a impunham às classes subalternas, assim o processo hegemônico vinculava o ato pedagógico ao político. Dessa forma, lhes apresento o poeta, professor, escritor e intelectual Francisco Ferreira de Vilhena Alves.

Imagem 1: Francisco Ferreira de Vilhena Alves (1848-1912).



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2024.

Um povo não póde prosperar se o não anima o desejo ardente de instruir-se, e de facto não procura instruir-se: em vez de viver, vegeta na mais criminosa indiferença, pouco

se lhe dando com as cousas publicas, e offerencendo paciente e resignado o collo ao jugo que lhe quizerem impôr. Mas o que estuda, e comprehende os seus direitos e deveres, despedaçá as cadeias com que pretendem maniatá-lo, e só se curva submisso a um unico poder: o da intelligencia (Vilhena Alves, 1892).

4.1 A vida de Vilhena Alves: percursos formativos

Francisco Ferreira de Vilhena Alves nasceu em 03 de fevereiro de 1848, na cidade de Vigia, também chamada de Vigia de Nazaré¹¹, município situado na zona do salgado, no interior do estado do Pará.

Sobre o seu local de nascimento, conforme apontado por Ferreira (2015) durante a República Velha (1889-1903) somente duas localidades possuíam o status de cidade e gozavam de administrações independentes, conquistadas, sobretudo, no século XIX, a saber Vigia e Bragança.

Imagem 2: Vista do município de Vigia.



Fonte: Site da Prefeitura de Vigia (Disponível em: vigia.pa.gov.br), 2023.

¹¹ Anteriormente este município havia sido uma aldeia de índios que fora povoada pelos tupinambás, conhecidos como Uruitá, que significa pedra de galinhas. O governo colonial acabou transformando-a em um posto alfandegário, daí a denominação de “Vigia”, pois esta serviria para fiscalizar e proteger, de contrabandistas, as diversas embarcações que objetivavam saquear a cidade de Belém, conforme exposto no site do IBGE: cidades.ibge.gov.br

Vigia de Nazaré foi fundada em 6 de janeiro de 1616, seis dias antes da fundação da capital paraense Belém. Esse contexto acabou propiciando a constituição de uma elite política local organizada e atuante (Ferreira, 2015).

Consideramos indispensável apresentar a trajetória histórica do vigiense. Mas é necessário frisar que não se trata, contudo, de uma biografia ou de uma interpretação da totalidade da obra do autor, pois o foco do trabalho também recai sobre os aspectos da prática e produção intelectual de Vilhena Alves. Buscou-se, neste sentido, recompor a trama complexa de coordenadas históricas, sociais e biográficas que permitiram a inserção de Vilhena Alves no debate sobre a questão dos intelectuais no Brasil.

Não se sabe quase nada sobre a infância de Vilhena Alves, pois ainda não foram encontrados registros desta época. Mas a respeito disso, temos conhecimento de que era órfão de pai e mãe, por meio de uma declaração feita por Antonio Raiol, que expõe: “Orfão de pai e mãe em tempo que mais necessitava dos carinhos de seus progenitores, naturalmente deviam dominar o seu espírito saudade das afeições, que gosara no regaço da família, assim como o receio do futuro nos mares tempestuosos da vida” (Vilhena Alves, 1868, p. XVII). Seu Pai morreu em 1855, quando Vilhena Alves tinha apenas 7 anos de idade, sua mãe morre anos depois, pois em *Monodias*, nas poesias *Dor filial* e *Passado e presente*, ele já relata sua perda.

Sabe-se que Antonio Raiol, que era 18 anos mais velho que Vilhena Alves, conhecia bem a dor da perda que o amigo sentia, pois quando tinha apenas 5 anos de idade, seu pai, Pedro Antonio Raiol, fora executado em um ataque dos cabanos à Vila de Vigia, em julho de 1835, onde mataram todos os vereadores locais, entre eles estava Pedro Raiol, pai do historiador. Por esta razão, Antonio Raiol dedicou grande atenção à Cabanagem¹². Por conta disso, escreveu entre 1865 e 1890, o livro *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará*, desde o ano de 1821 até 1835.

A amizade de Domingos Antônio Raiol (1830-1912)¹³, o barão de Guajará, foi fundamental para o desenvolvimento do pelo gosto pela leitura que o poeta vigiense passou a

¹² A Cabanagem foi uma revolução social que aconteceu em Belém (PA), em 1835, e que ocasionou mais de 30 mil mortos. Mesmo após a retomada de Belém pelos “legalistas”, em 1836, os cabanos ainda relutaram pelos rios e igarapés do Amazonas, do Madeira e do Tocantins, em um movimento de fuga e de interiorização. Revolucionaram cidades como Santarém, Manaus e toda a região até a fronteira com o atual estado do Amapá. Também foram em direção à calha dos rios Tocantins e Madeira, chegando ao Maranhão e ao Piauí (Santa Brígida e Seixá, 2019).

¹³ “No início da década de 1860, após ter sido eleito deputado, Domingos Antônio Raiol passou a freqüentar mais sistematicamente a capital do Império, tornando-se um participante ativo tanto no Pará como na Corte, de espaços onde ocorriam debates políticos, científicos e “escritores recitavam e discutiam suas obras, como também se estabeleciam cumplidades na rivalidade com outros grupos”. Além disso, no Rio de Janeiro, parte dos ex-alunos das faculdades de São Paulo e Recife “vinham publicar seus livros e realizar-se literariamente”, pois na Corte, um jovem portador de algum talento intelectual, possuidor de contatos importantes e de muito prestígio sócio-

nutrir, pois na juventude fornecia alguns de seus livros de literatura para Vilhena Alves, visto que não tinha condições de comprá-los e obtê-los para leitura, a qual se dedicava com tanto gosto, conforme apontado por Raiol, em *Monodias*, obra escrita por seu amigo. Fato é que Vilhena Alves, enxergou na educação um caminho seguro para, em suas palavras, não se submeter ao jugo que lhe quisessem impor.

É importante frisar que Antonio Raiol fazia parte da elite política local da cidade de Vigia. Sua família era detentora de grande poder e prestígio social. E por alguma razão, os laços entre ele e Vilhena Alves se fortaleceram ao longo dos anos, o que pode ter influenciado para que o vigiense adentrasse essa elite e passasse a fazer parte dessa rede de sociabilidade política/intelectual.

Vilhena Alves tornou-se um grande amante de literatura e poesias. Na obra *Enlevos Poéticos*, sua coleção de versos, é possível verificar que em 1865, o vigiense já tinha poesias escritas. Isso ocorre por meio do pedido de um amigo, ao qual chama de F. M., que pede para que o professor escreva uma poesia para ser publicada em seu álbum. Estamos falando do político vigiense Francisco de Moura Palha, o qual foi intendente da cidade de Vigia.

Francisco Moura, juntamente com seu irmão Modesto Augusto de Moura Palha também fez parte do partido Liberal e foi responsável por encabeçar o jornal *O Liberal da Vigia*, que inclusive anos mais tarde tinha Vilhena Alves como um de seus escritores, no entanto, a relação de Francisco de Moura Palha com o jornal chegou ao fim em 1890, quando se filiou ao partido Republicano e passou a figurar em um grupo que antes fazia parte dos ideais liberais da cidade de Vigia, além disso, tornou-se redator-chefe e proprietário do periódico *Cidade da Vigia*, que era órgão do partido Republicano (Santa Brígida e Seixa, 2019).

Aos 20 anos, em 1868, pelo menos de forma oficial, o vigiense se lança no mundo das letras com sua primeira obra *Monodias*¹⁴, o que lhe conferiu o título de poeta vigiense. Após a publicação da obra, sua vida pública torna-se bastante movimentada.

Com a idade de 21 anos, em 1869, Alves se envolve na política vigiense. E conforme publicado no jornal Liberal¹⁵ do Pará, do referido ano, em sua edição de nº 28, o intelectual

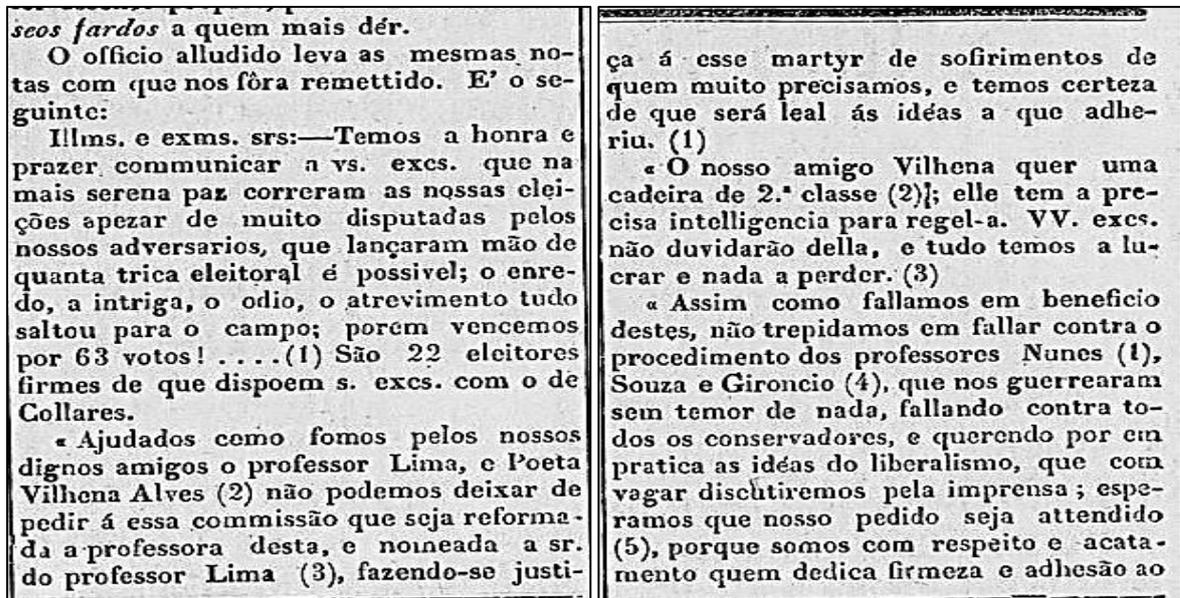
econômico, poderia angariar sem muitas dificuldades algum sucesso no mundo das letras, através da publicação de livros, artigos ou atuando em colunas de jornais” (Lima, 2010, p. 23).

¹⁴ Ver mais adiante em produção intelectual.

¹⁵ O jornal Liberal foi criado pelo Partido Liberal, pois esta seria a “única válvula de respiração” que eles teriam para difundir suas ideias. Assim, o aparecimento do jornal seria uma prova valente da vitalidade do partido (Pará, 1869).

estava envolvido na campanha eleitoral da câmara municipal, fazendo parte do partido liberal¹⁶, o qual fazia oposição ao partido conservador.

Imagens 3 e 4: Jornal O Liberal do Pará, n. 28, 1869.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

Denominado, naquele período, de Poeta, Vilhena Alves solicitava que seu trabalho na campanha fosse retribuido com uma cadeira na câmara, mas especificamente uma cadeira de segunda classe. O autor do texto então cita: “Assim, *pau!* Dizem que os poetas não são ambiciosos: cremos que sim. Vejam que este se fez conservador por querer uma cadeira de 2ª classe. E sustentam que as musas não rendem!” (O Liberal do Pará, 1869, n. 28, p. 1). Mesmo chamando o intelectual de ambicioso, o autor do texto afirma que ele teria toda capacidade necessária para administrá-la. Capacidade essa que também foi percebida pelo Presidente e Vice-presidente da província naquele ano sendo nomeado como ajudante do professor Raimundo J. de Lima.

¹⁶ O Partido Liberal propagava, por intermédio do jornal, que seu fim era defender, sustentar e difundir as ideias liberais (Pará, 1869).

Imagem 5: Jornal do Pará, ano VII, n. 144, 1869.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2024.

O poeta vigiense logo se afastou da política, no entanto, este envolvimento trouxe algumas consequências, e ao lançar sua coleção de versos *Enlevos Poeticos*, em 1871, o autor expôs que,

Ninguém que não tenha visitado os lugares do interior da província, pode fazer idéa das perseguições que sofre quem pretende viver afastado da política, entregue somente ao seu trabalho em contraposição a outros que, intitulado-se *grandes políticos* empregam o seu tempo somente a render cultos ao *santo ócio*, abusando da credulidade dos *amigos*, para assim poderem viver! – A mim até chamaram-me *pobre diabo*, sem duvida para me distinguirem dos *diabos ricos*, isto é, dos diabos que enriquecem mercadejando com os empregos publicos que exercem! – Ultimamente *rebaixaram-me* ... não me lembra de que posto. Há *rebaixamentos* que elevam, e o meu é um d'elles (Vilhena Alves, 1871, p. 88, grifos do autor).

Sua frustração com o ramo político é evidente. O professor critica o fato de o chamarem de “pobre diabo”, dando a entender que não tinha muitas posses, pois o chamavam assim para distinguirem ele dos “diabos ricos”, aqueles que enriqueciam tirando proveito dos empregos públicos que exerciam.

Neste período, Vilhena Alves já figurava como professor adjunto em uma escola pública da cidade de Vigia, e decidiu viver afastado da política, mas com isso passou a sofrer algumas perseguições, o que não impediu com que passasse a aprofundar seus estudos, especialmente, em Língua Portuguesa e Astronomia que eram suas paixões. De acordo com Ildone, Meira e Castro (1995, p. 11), conforme citado por Brabo (2019, p. 42), Vilhena Alves era dedicado e talentoso, um autodidata:

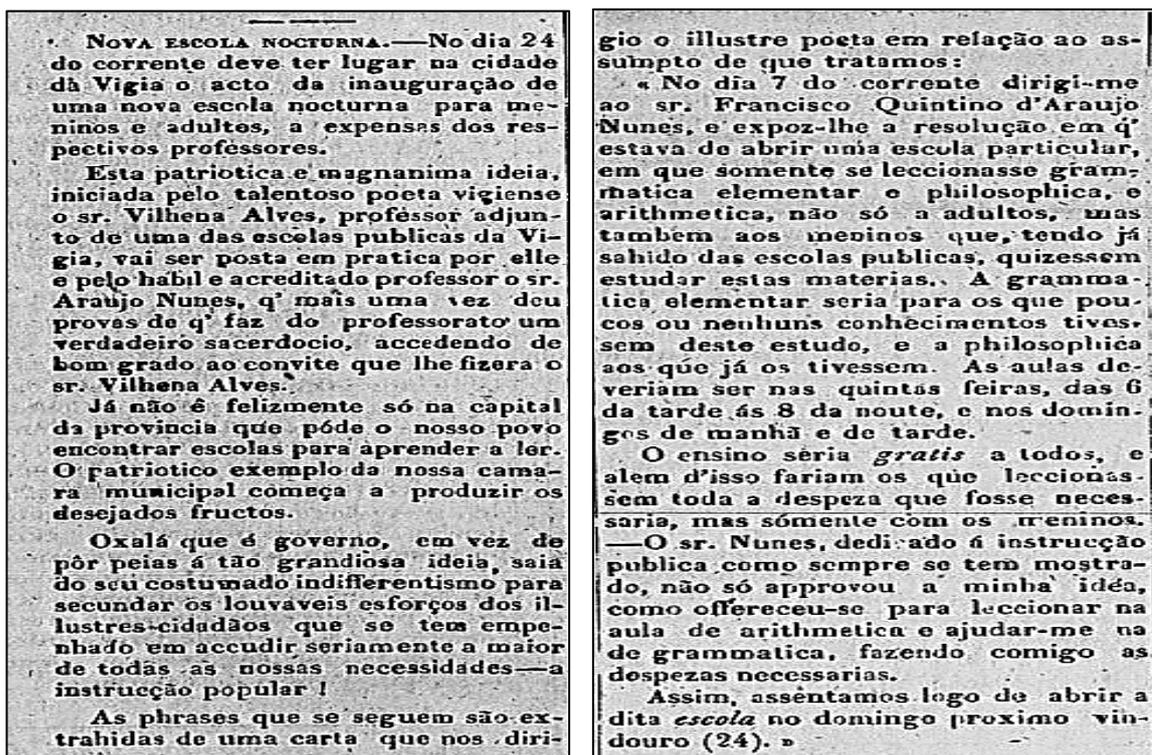
Dedicação e talento consagraram-no como autodidata. [...]

Aproveitando o sossego interiorano e as obras da biblioteca da Sociedade Literária e Beneficente Cinco de Agosto, fundada em 1871, aprofundou-se nos estudos da Língua Portuguesa e da Astronomia.

Os artigos que publicou nos jornais de Belém denunciaram-lhe a erudição. Por isso, o bispo Dom Antônio de Macedo Costa instou que deixasse a Vigia e se mudasse para a capital.

Mesmo com o pedido do Bispo Dom Macedo Costa, o senhor Vilhena Alves, como também era chamado, amava sua terra natal, e a idolatrava tanto que de lá era difícil arrancá-lo. Tinha um olhar sensível às necessidades da Vigia, principalmente, no que se refere ao ramo da instrução, por isso aproveitando um período em que o presidente da província Abel Graça estava criando escolas noturnas na capital e interiores, o vigiense se mobilizou para levar a chamada Escola Noturna para a cidade de Vigia. Assim, utilizando sua influência na vida pública, o professor conseguiu tirar o projeto do papel e colocá-lo em prática.

Imagens 6 e 7: Jornal O Liberal do Pará, n. 209, 1871.



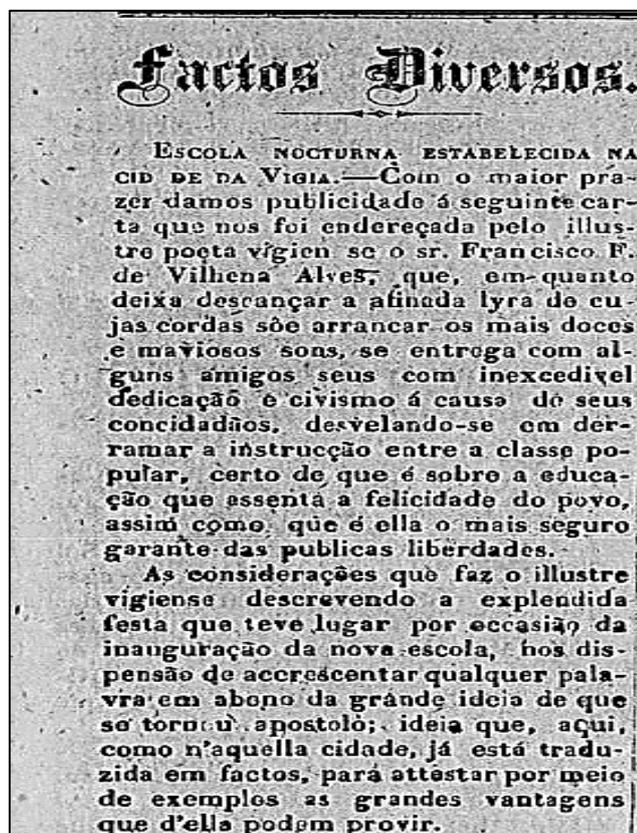
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

Antes da inauguração, o poeta vigiense expôs o projeto ao seu amigo, professor Francisco Quintino d'Araujo Nunes, irmão do, também, professor Raimundo Bertoldo Nunes, de que estava para abrir uma escola para meninos e adultos na cidade de Vigia. As aulas funcionariam as quintas-feiras de 18h as 20h da noite e aos domingos manhã e tarde. Araujo Nunes não só aprovou a ideia como também se ofereceu para dar aulas de aritmética e ajudar

nas de gramática. O ensino seria gratuito a todos, mas Vilhena Alves deixou claro que as despesas necessárias seriam dos respectivos professores.

A ideia foi bastante comemorada, tendo em vista que antes o governo era indiferente com diversas questões apresentadas e agora estavam empenhados em ajudar os louváveis esforços em priorizar a instrução popular. A previsão para inauguração da Escola noturna, na cidade de Vigia, estava prevista para o dia 24 de setembro do referido ano, no entanto, devido alguns motivos não foi possível. A escola foi então instalada no dia 1 de outubro de 1871. Abaixo um trecho do jornal em que o então diretor e redator José Batista Ribeiro de Souza noticia a festa de inauguração da escola.

Imagem 8: Jornal O Liberal do Pará, n. 224, 1871.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

Conforme o redator de *O Liberal do Pará*, o vigiense e os amigos que apoiaram sua ideia estavam se esforçando para derramar a instrução entre a classe popular. A inauguração contava com a presença de Antonio Raiol, que fez uma participação com uma banda de música dirigida por ele. Também estavam presentes os professores Araujo Nunes e Raimundo Bertoldo Nunes, que fizeram um pronunciamento sobre diversas considerações acerca da necessidade e da importância da instrução popular. Conforme apontado por Vilhena Alves ao jornal, foi uma

festa literária como nunca antes vista na cidade, a sala estava mobiliada com a maior elegância e cheia de espectadores que corriam ansiosos por ver se traduzir em fatos uma ideia que foi por todos acolhida e festejada. Para o vigiense, todo esse apoio se deu porque as pessoas passaram a reconhecer as vantagens da instrução popular, pois para ele

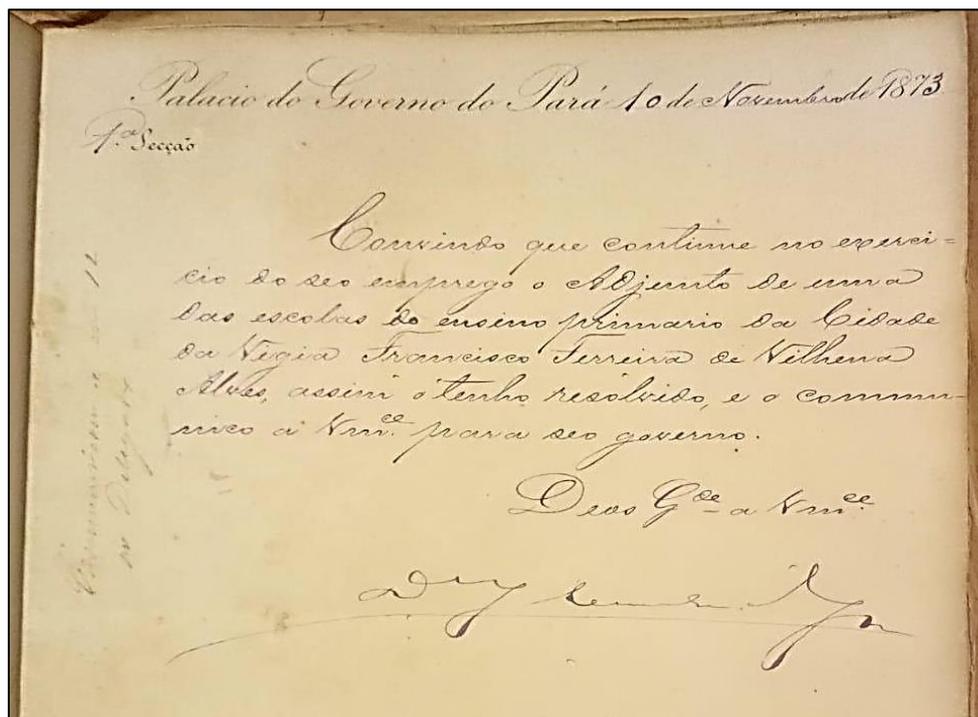
E' ella a maior garantia dos direitos civis e políticos de um povo; é o sustentaculo de suas liberdades. Um povo instruido comprehende os seus direitos e as suas obrigações, e não se deixa illudir pelos que fazem da corrupção e da hypocrisia um meio de adquirir proselytos.

Um povo instruido póde com a maior facilidade estudar as leis de seu paiz, afim de pautar os seus actos pelas regras da equidade, e não commeter esses crimes horribéis que todos os dias se põem em pratica nos paizes poucos adiantados em civilização (O Liberal do Pará, n. 224, 1871).

O intelectual ainda explica que dessa união em prol da Escola Noturna, foi organizada também uma biblioteca popular, que já estava fundada e contava com vinte e três volumes, os quais foram oferecidos por: Antonio Gama, Araujo Nunes e por ele. Naquela ocasião tinham sido matriculados 12 meninos e 7 adultos (O Liberal do Pará, n. 224, 1871).

Vilhena Alves firma sua carreira de magistério como professor adjunto e em um documento expedido do Palacio do Governo do Pará, em 10 de novembro de 1873, pode-se verificar que ainda estava lecionando em uma escola do ensino primário da Vigia, sua cidade natal. A decisão tomada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, informada por meio de documento oficial, era para que o vigiense continuasse no exercício de seu cargo.

Imagem 9: Documento expedido pelo Diretor Geral da Instrução Pública em 1873.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, 2023.

Não demorou muito para que os inimigos feitos na política começassem a cassá-lo. Em janeiro de 1874, com mudanças ocorridas no governo ocorre uma leva de demissões, assim Vilhena Alves e Raimundo Bertoldo Nunes, ambos professores adjuntos, acabam sendo demitidos. Como é informado no jornal do referido ano.

MAIS DEMISSÕES. – O manequim do sr. Siqueira é expedido.

Foram demitidos os ajuntctos das duas escolas do ensino primario da cidade da Vigia Raymundo Bertholdo Nunes e Franciso Ferreira de Vilhena Alves, para sancionar os caprichos do delegado litterario d’aquella cidade, e ao mesmo tempo fazer mais um acinte ao ex-presidente sr. Cunha Junior que nullificou a suspensão dos adjuntos *decretada* pelo tal delegado (O Liberal do Pará, 1874, n. 11, p. 1).

O “acinte” a que o redator se refere, nada mais é do que uma forma de afrontar Domingos José da Cunha Junior, que fora presidente da província em 1873, e anulou, através do documento apresentado acima, a pedido do diretor geral da instrução publica, a suspensão do professor Vilhena Alves, solicitando que fosse mantido em seu cargo.

Não se sabe ao certo quanto tempo Vilhena Alves ficou envolvido na política, mas cremos que não por muito tempo, pois para ele a política nos pequenos lugares, não passava de uma luta ingloriosa e sem tréguas. Mas esses atritos não impediram de forma alguma o poeta vigiense de se manter no cenário educacional.

Em março de 1876, por atos da presidência do governo da província e por intermédio de uma proposta apresentada pelo então diretor geral da instrução pública, Vilhena Alves foi nomeado para exercer o cargo de professor adjunto da escola de 2ª entrância do ensino primário da cidade da Vigia, a qual era regida pelo professor Severiano Bezerra de Albuquerque (A Constituição¹⁷, 1876, n. 66, p. 2). Além disso, em 1877, em pleno exercício de suas atividades educacionais, Francisco F. de Vilhena Alves e o professor Francisco Q. de Araújo Nunes, são convocados para realizarem os exames do 1º grau de instrução da escola pública da vila de Porto Salvo, em Vigia, regida pelo professor Theodoro E. S. de Araújo (O Liberal do Pará, 1877, n. 27, p. 1).

Mas Vilhena Alves desejava mais, queria uma cadeira de professor. Em fevereiro de 1880, o vigiense decidiu ir até a capital verificar se seria possível prestar o exame das matérias relativas ao curso normal, com o intuito de obter o título de professor, tendo em vista que já

¹⁷ Este jornal pertencia ao órgão do Partido Conservador da cidade de Belém.

estava como professor adjunto há mais de 8 anos. Assim, dando notícia de sua partida, o redator do jornal *O Liberal do Pará*, expôs um trecho da matéria vinculada ao *Liberal da Vigia*:

Oxalá que nenhum embaraço encontre o nosso amigo na realização de seus louváveis desejos.

Moço de uma vasta e bem cultivada intelligencia, já assás conhecido no mundo das letras, a instrução publica muito tem a lucrar concedendo-lhe um lugar no quadro de professores.

Si a lei que permite aos professores antigos o prestar exames das materias accrescidas ao ensino, a fim de serem considerados normalistas, não é extensiva aos adjuntos, convém que o seja, como o foi no Rio de Janeiro, para que possam ser utilmente aproveitadas aptidões reconhecidas, como a do sr. Vilhena Alves.

Desejamos que o nosso amigo tenha chegado com prospera viagem ao porto do seu destino e que seja bem succedido nas suas justas pretensões (*O Liberal do Pará*, 1880, n. 27, p. 1).

O que notadamente não aconteceu, pois anos mais tarde foi necessário cursar a escola normal na capital. Não obstante, Vilhena Alves não estava inerte ao cenário social daquele período, no qual ainda estava presente, a prática da escravidão, a qual desde o século XVI vinha marcando a história da civilização em continentes e épocas diferentes, além disso, foi o que movimentou a economia europeia que fora comandada por ingleses, franceses, espanhóis, holandeses e portugueses. No Brasil, o que ganhou destaque foi o tráfico negreiro, pois por falta de mão de obra muitos colonos ricos compraram negros importados da África ou escravizaram índios. Isto, por sua vez, acabou gerando uma série de tentativas de resistência e fuga, por parte dos escravizados. Foi somente na segunda metade do século XIX que a escravidão passou a ser mais fortemente contestada, tanto externa como internamente. Quanto a isso, Santos (2021, p. 72) afirma que

Grupos de intelectuais, por meio dos jornais, conseguiam obter o apoio da população e, assim, pressionar os governantes, impulsionados à busca do progresso, cada um defendendo o seu posicionamento político, por vezes partidário. A campanha abolicionista retrata esse movimento de interesses políticos dos intelectuais preocupados com as transformações sociais.

Em Belém isso não foi diferente, houve um grande movimento, no qual o professor Bertoldo Nunes, amigo de Vilhena Alves, um dos expoentes do movimento abolicionista, se posicionou ferrenhamente contra a escravidão. Desde 1880, foram surgindo diversas associações em prol do fim da escravidão em todo o país.

As ações dos clubes e associações emancipacionista/abolicionista ou mesmo as sociedades patrióticas são questões reconhecidas na construção do ideal de liberdade no Brasil. Durante o início da década de 1880 ocorreram diversas ações culminando

num movimento popular considerando aspectos como ideias de caridade pública, busca de igualdade civil. Em diversas províncias, entre elas a do Pará, ocorreu fundação de clubes e associações que, realizando festas, angariavam mais adeptos, o que a historiografia consagrou de Campanha Abolicionista (Moraes, 1986, p. 48 *apud* Machado, 2019, p. 3).

Em 1881, a cidade de Belém teve como palco a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos. Em Vigia, Palheta e Soeiro (2020) afirmam que Vilhena Alves participou de uma entidade semelhante chamada Sociedade 28 de setembro.

Ao se aposentar, em 1882, Severiano Bezerra de Albuquerque agradece por sua amizade nos anos em que lecionaram juntos na escola da 2ª entrância de Vigia, demonstrando que naquele ano Vilhena Alves ainda estava como adjunto.

Aos meus dignos colegas, especialmente ao sr. professor adjunto F. F. de Vilhena Alves, meu prestimoso companheiro de trabalho, consigno aqui um signal de um reconhecimento pelas inequívocas provas de estima e amizade com que me honraram [...]. (O Liberal do Pará, 1882, n. 166, p. 2).

Como o professor Severiano se aposentou, Vilhena Alves ficou em seu lugar cumprindo a agenda de exames a serem executados naquele ano, em março, o adjunto foi nomeado para reger a escola noturna da cidade da Vigia. Neste mesmo ano ocorre também um convite do amigo Dr. Santa Helena Magno (1848-1882) para ser professor dos alunos da 1ª classe do Gynasio, afirmando que iriam fazer todas as suas vontades contanto que ele fosse, mas o vigiense explica: “Si não aceitei os offerecimentos do Dr. Santa Helena Magno, pelo apego que tenho à minha terra natal e que me fez outr’ora regeitar também a protecção céga que me dispensava o Exm. Sr. Bispo do Pará e depois o Dr. Samuel, – não deixei por isso de confessar-me agradecido a s. s. [...]” (O Liberal da Vigia, 1882, p. 5). Vilhena Alves sentiu muito, pois meses depois o amigo veio a falecer, por isso escreveu ao jornal para derramar uma lágrima de saudade sobre sua sepultura, conforme expõe em O liberal da Vigia.

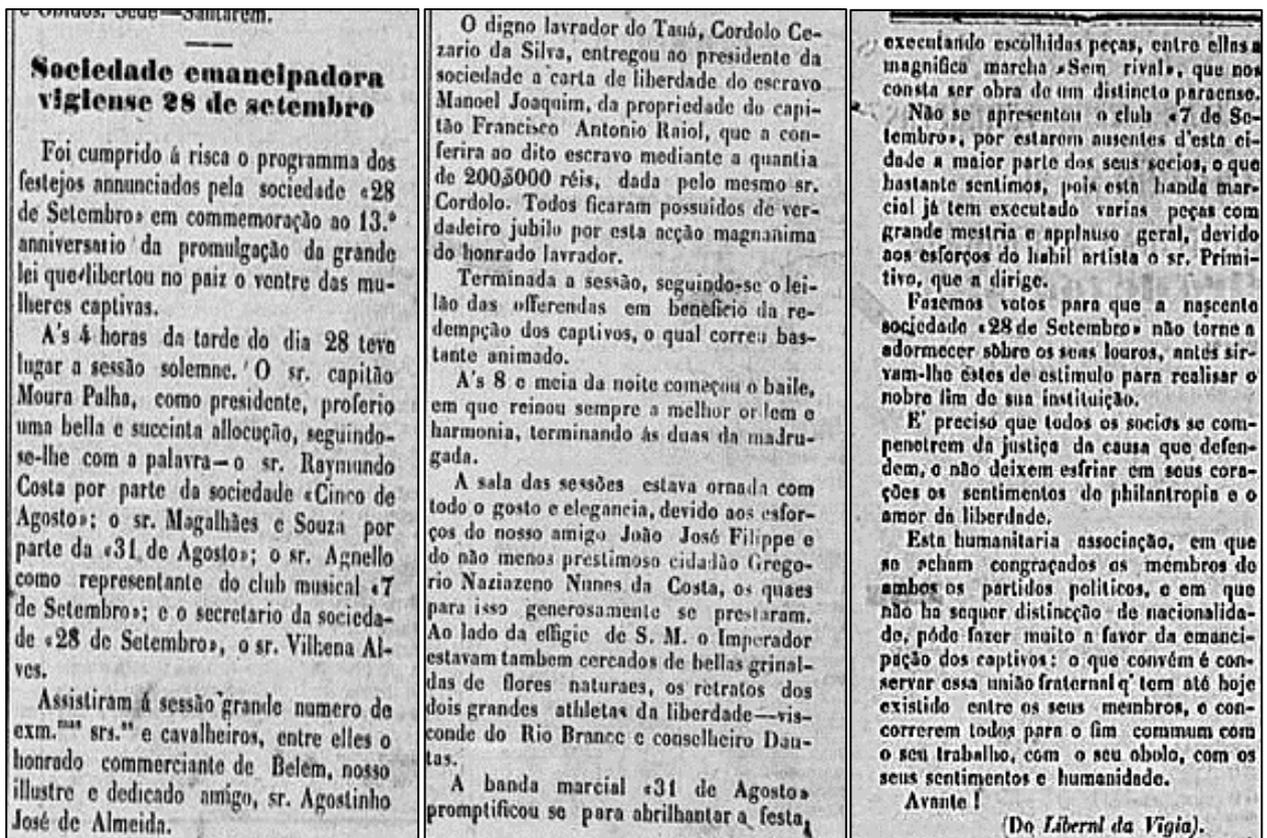
Ainda em relação ao movimento abolicionista, conciliando seu cargo de adjunto na escola de sexo masculino da cidade da Vigia e a regência da escola noturna, entre tantas outras atividades que exercia, Vilhena Alves torna-se secretário da recém criada “Sociedade Emancipadora Vigiense 28 de Setembro”¹⁸, e foi designado como o principal responsável, em 1883, pela organização da festa da recém-fundada associação emancipacionista/abolicionista: “A sociedade <<28 de Setembro>> festejou com uma sessão solemne o anniversario da lei que considerou livre o ventre das mulheres escravas. O principal promotor da festa foi o sr. Vilhena

¹⁸ O nome dessa sociedade se deu em alusão à data da publicação da Lei do Ventre Livre, a qual libertou os nascidos de escravos (Palheta e Soeiro, 2020).

Alves. Logo depois da sessão houve um bazar e á noite baile” (O Liberal do Pará, 1884, n. 225, p. 3). Nesta mesma ocasião houve a libertação de uma escrava, sem nenhum tipo de condição, cujo nome era Cezaria. Na verdade, isso só demonstra que até mesmo entre os adeptos do abolicionismo ainda se tinha a prática da escravidão.

Em 1884, Alves participa dos festejos da sociedade “28 de Setembro” que giraram em torno do 13º aniversário da chamada Lei do Ventre Livre, conforme exposto na imagem abaixo.

Imagens 10, 11 e 12: Relato das comemorações da sociedade 28 de setembro, 1884.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

Essa sociedade tinha entre os seus membros gente de vários partidos políticos que tentavam manter uma união fraternal visando o bem comum dessa ação humanitária (O Liberal do Pará, n. 225, 1884).

Voltando à escola noturna, que Vilhena Alves ajudou a instalar na Vigia, no ano de 1885 ela já estava bem estabelecida. Era o adjunto que regia a escola que neste ano já tinha 33 alunos matriculados, dentre os quais apenas 3 alunos eram menores de 14 anos, os demais tinham entre 18 e 20 anos, havia somente um aluno de 33 anos. O redator do jornal *O liberal do Pará* se alegra ao saber que a escola estava tendo êxito: “E’ realmente animador ver pessoas de maior idade assentadas nos bancos do estudo. Ninguem se deve envergonhar de aprender. Só a

ignorancia rebaixa o homem” (O Liberal do Pará, 1885, n. 18, p. 2). Neste mesmo ano, Vilhena Alves foi exonerado e substituído por um professor elementar, Antonio Venancio da Costa, que fora removido de Mojuim para a escola noturna da Vigia (O Liberal do Pará, 1885, n. 271, p. 1).

Em uma edição anterior do jornal, há indícios de que havia entre os alunos da escola noturna, filhos de alguns conservadores, um filho do presidente da câmara municipal e o filho de um juiz de direito da Comarca da Vigia. Fato é que o autor, desconhecido, afirma que os liberais estavam novamente sendo excluídos, em massa, a fim de que os triunfos conservadores fossem completos (O Liberal do Pará, 1885, n. 260, p. 3). Não sabemos se a exoneração de Vilhena Alves foi fruto deste momento permeado de conflitos de interesse, afinal fora adepto do partido liberal, ou se há outro motivo por trás disso.

Em 1886, o vigiense funda sua escola particular, na cidade de Vigia. O termo de exame dos alunos de Vilhena Alves, datado de 22 de novembro de 1886, revela que tinham 61 alunos matriculados na instituição, sendo que, desses, estavam presentes no exame 47 alunos. Abaixo a transcrição do resultado:

Declaramos nós abaixo assignados que, tendo examinado em todas as materias que constituem o curso primário os alumnos Francisco Raimundo de Queiroz, Clementino de Oliveira Pantoja e Jeronymo José do Carmo Barriga, da escola particular do professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves, os julgamos aprovados plenamente com louvor, sendo o primeiro com distincção. Vigia, 22 de novembro de 1886. O presidente da câmara municipal Agnello José Ferreira.

Quanto aos outros alumnos, passaram para a 4.^a classe 11, para a 3.^a 14, para a 2.^a 15, ficando os outros nas mesmas classes (O Liberal do Pará, 1886, n. 272, p. 1).

Os exames começaram pelos três alunos da 4^a classe, pois Vilhena Alves havia afirmado que eles estavam preparados em todas as matérias do curso primário¹⁹. E de fato estavam, pois os três foram aprovados com louvor. Ademais, dos 47 alunos que fizeram o exame apenas 4 ficaram na mesma classe.

A escola de Vilhena Alves se estabeleceu em Vigia e com o passar dos anos o intelectual ia ganhando mais notoriedade e respeito entre seus colegas, e assim como fez alguns inimigos, devido sua vida pública, fez também muitos amigos e a grande maioria era constituída de homens bastante influentes.

¹⁹ As matérias do curso primário eram: leitura, escrita, religião, gramática portuguesa, história, geografia, desenho linear e aritmética (O Liberal do Pará, 1886).

O vigiense investia tudo que tinha em prol da educação. Tanto é que na Assembleia Provincial ocorrida em 18 de abril de 1888, na cidade de Belém, a qual reunia homens influentes do período para aprovar o orçamento provincial, o sr. Moura Palha²⁰, discursou:

Sr. presidente, pedi a palavra para mandar uma emenda ao § 3.º no art. 2.º do projecto que se discute; é a seguinte: (*lê*)

– < < Depois das palavras – 400\$000 – acrescente-se – e ao professor do ensino secundário da cidade de Vigia, Francisco Ferreira de Vilhena Alves, a quantia de um conto e réis >> –

Sr. presidente, amante da instrução do povo, como me tenho manifestado em todos os tempos, desde que entrei na vida publica, não podia deixar de aproveitar a oportunidade pra apresentar esta emenda pedindo a benevolencia da casa para sua aprovação.

Sabe v. exc. que o sr. Francisco Ferreira de Vilhena Alves é um dos poucos paraenses que faz do magisterio um verdadeiro sacerdocio (O Liberal do Pará, 1888, n. 99, p. 2).

Os políticos presentes confirmam:

Os SRS. BELLO, LEMOS E DEMETRIO: E' um homem honesto e ilustrado.

O ORADOR: O sr. Vilhena Alves é um dos homens que mais honra fazem ao seu torrão natal, pela sua illustração e pela dedicação com que se entrega ao ensino publico.

Homem pobre que luta com as maiores difficuldades, mesmo assim estabeleceu uma escola de ensino secundário na Vigia, na qual se ensinão as seguintes materias: – Portuguez, Francez, Geographia, Arithmetica, Desenho linear, Historia Universal e Historia do Brazil, pelo que merece ser remunerado pelos cofres da província (O Liberal do Pará, 1888, n. 99, p. 2).

Não sabemos ao certo se esse valor fora aprovado nesta seção, se é que deram alguma remuneração ao vigiense, no entanto, mesmo diante de tantas dificuldades o intelectual prezava e lutava com toda dedicação em prol do ensino público.

Em 29 de janeiro de 1889, os anos de estudo em linguística e literatura conferiram a Vilhena Alves o título de filólogo, fazia traduções do francês para o português para o Atheneu Paraense, além de tantas outras atividades desenvolvidas pelo professor em prol da instrução pública do estado. Ao fazer uma visita à cidade de Belém, os redatores de *O Liberal do Pará* relatam que o vigiense estava hospedado no Atheneu Paraense, e tinha ido tratar de uma obra sobre assuntos gramaticais que seria editada pela Pinto Barbosa & C.^a sob assinaturas. “Honrou-nos hontem com sua visita o nosso amigo Francisco Ferreira de Vilhena Alves, philologo já bastante conhecido e apreciado” (O Liberal do Pará, 1889, n. 24, p. 2). Não se sabe se nesta

²⁰ Coronel Francisco de Moura Palha, político na cidade de Vigia e amigo de Vilhena Alves.

visita, mas João Campello afirma que o professor vendeu a propriedade de suas gramáticas aos livreiros citados (Pará, A Escola, 1904).

Como não conseguiu fazer na capital o exame das matérias relativas ao curso normal para conseguir uma cadeira de professor, Vilhena Alves teve que cursá-lo, assim em 2 novembro de 1889, o intelectual se forma na Escola Normal e adquire o título de professor normalista aos 41 anos de idade.

Imagem 13: Lista de formandos da antiga Escola Normal.

| 66 | | A ESCOLA | |
|----------------------|-----------------------------------------|-------------------|--|
| Grau da aprovação | NOMES | Data da aprovação | |
| 7 | — Maria Amelia C. B. de Oliveira..... | 20—11—86 | |
| 10 | — E. F. de Vilhena Alves..... | 2—11—89 | |
| 8 | — Innocencia Virginia Dias da Rocha.... | 12—4—85 | |
| Boa | — Sarah Mathilde Nicoláu Julio..... | 14—10—75 | |
| 6 2/3 | — Estephania Silva..... | 11—5—86 | |
| Plena | — Maria dos Anjos Netto Martins..... | 11—1—88 | |
| 6 1/2 | — José Melchíades Aranha Neves..... | 8—3—84 | |
| Plena | — Ursulina Faria da Silva..... | 17—6—89 | |
| 9 | — Maria da Gloria Philo-Creac..... | 11—2—83 | |
| 6 | — Rosa Maria Lopes..... | 12—4—85 | |
| 6 1/2 | — Caetana Rodrigues Cavallero..... | 8—3—84 | |
| Plena | — Maria Amalia Ferreira Cattete..... | 8—11—74 | |
| 9 | — Antonio G. da Rocha..... | 12—4—85 | |
| | — Maria Eloy dos Santos..... | 5—4—90 | |
| 6 1/2 | — Olympia Candida Dantas..... | 12—4—85 | |
| 7 3/4 | — Amelia Umbelina do Rego Barros..... | | |
| 6 | — José Quintino de Castro Lobo..... | | |

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Neste mesmo ano, o vigiense também estava regendo a Escola Silva Santos, da vila de São Caetano de Odiveiras, que contava com 80 alunos matriculados (O Liberal do Pará, 1889).

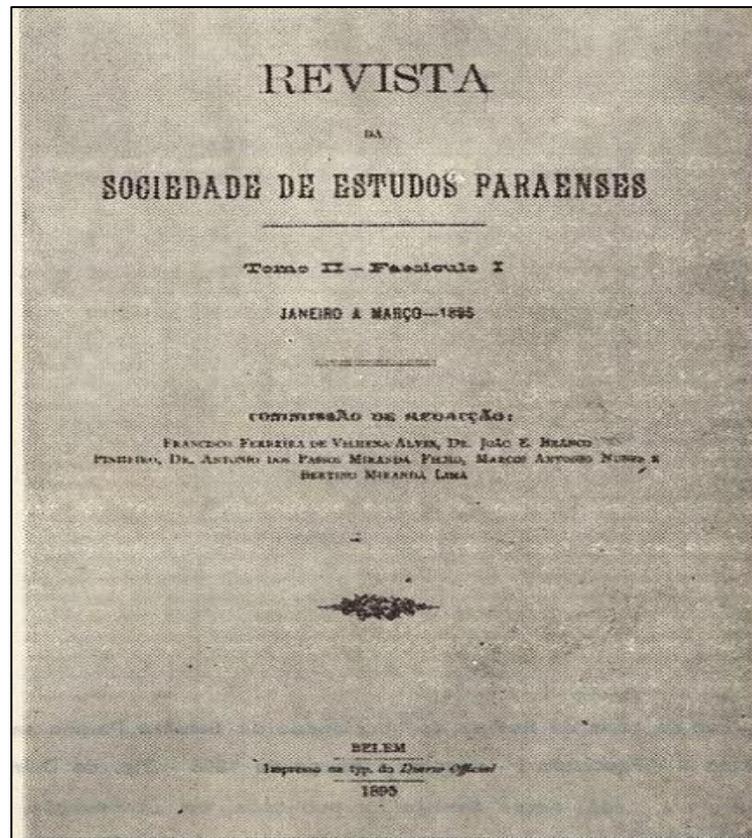
O intelectual, agora professor normalista, passa a integrar o time da *Revista de Educação e Ensino*, nos primeiros anos da República paraense, em 1891, escrevendo diversos artigos para o periódico até 1895, neste meio tempo também figurava como professor da Escola Modelo anexa ao curso normal (A Pátria Paraense, 1893) e professor de português e francês do externato Nery, que ofertava instrução secundária (A Constituição, 1893). Sabe-se que o vigiense só parou de escrever para este periódico em duas situações, primeiro porque passou a se dedicar, como redator, na Revista da Sociedade de Estudos Paraenses, fato exposto na própria revista:

— Agradecemos cordialmente os fascículos I e II, formando uma brochura de perto de 100 páginas, da *Revista* supra, de que são redactores durante corrente anno social, os srs. Dr. João E. Branco Pinheiro, Bertino Miranda Lima, Dr. Antonio dos Passos Miranda Filho, Marcos Antonio Nunes e professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves. [...].

A' distincta sociedade de estudos paraenses um *urrah!* pela feliz e grandiosa iniciativa que sobre seus hombros tomou, e ao distincto corpo de redacção as nossas felicitações pelo modo porque dão começo ao desempenho da sua difficulosa mas gloriosa

incumbencia. Longos annos: eis nosso almejo (Pará, Educação e Ensino, 1894, v. 4, n. 7).

Imagem 14: Capa da Revista da Sociedade de Estudos Paraenses.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

E segundo, quando ficou doente por volta de agosto de 1894. Segundo os editores da revista:

Professor Vilhena Alves. – Gravemente enfermo acha-se na cidade da Vigia o nosso illustrado collega, cujo nome serve de epigraphe a estas linhas.

Não tendo conseguido, com os recursos da sciencia medica, debellar a grave enffermidade que o perseguia, foi procurar nos beneficos áres de sua terra natal o remedio para tão grave mal.

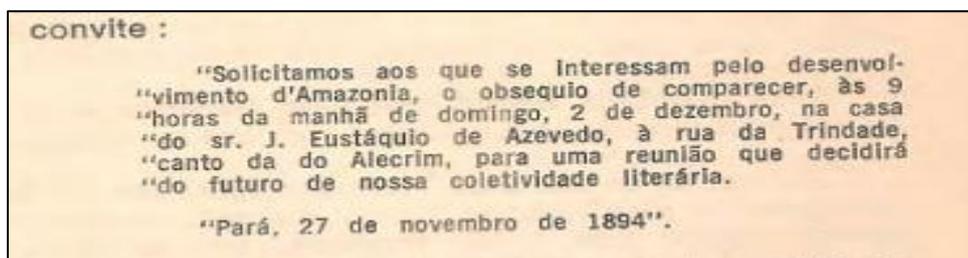
Infelizmente até á ultima noticia que obtivemos a respeito desse nosso distinctissimo collega, achava-se elle peor de seus soffrimentos e era quasi desesperador o seu estado.

Preza aos céos que no momento em que traçamos estas linhas, esteja o nosso estimado collega alliviado e seus soffrimentos e em breve completamente restabelecido (Pará, Educação e Ensino, 1894, v. 4, n. 9).

Creemos que em dezembro já estava reestabelecido de sua saúde, pois Vilhena Alves é apontado como um dos professores do Instituto Paraense de Educandos Artífices (A Pátria Paraense, 1894), além disso foi membro da Associação de Letras Mina Literária. De acordo com Geraldo Cavalcante (2021), a Associação surgiu, em 1894, da união entre alguns escritores

de Belém que buscavam valorizar a literatura amazônica. Por meio de um convite divulgado nos jornais da época, em dezembro do ano de 1894, no qual Natividade Lima, Leopoldo de Sousa e Guilherme Miranda, convidavam aqueles que estivessem interessados pelo desenvolvimento literário da Amazônia, a participarem de uma reunião as 9h da manhã, no dia 2 de dezembro, do referido ano, que ocorreria na casa de J. Eustachio de Azevedo para decidir o futuro da coletividade literária (Cavalcante, 2021). Assim, nascia a Mina Literária²¹, que tinha como proposição afrontar a burguesia chata, em uma terra onde se cuidava somente de câmbio e de borracha (Azevedo, 1970). Eis o convite:

Imagem 15: Convite publicado em jornais da época e exposto na obra Antologia Amazônica, 1904.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A inauguração da Mina Literária ocorreu no dia 1º de janeiro de 1895, no salão nobre do Teatro da Paz. A associação reunia diversos intelectuais do período que organizavam palestras literárias, em que eram lidos capítulos de romances, contos, poesias, artigos de críticas, faziam conferências, promoviam concursos literários, publicavam livros e conforme Azevedo (1970), todos trabalhavam como abelhas diligentes tanto na manipulação do mel como na construção do favo do espírito, além disso, os membros eram separados por grupos responsáveis de determinadas críticas, no qual Vilhena Alves figurava nas “ciências especulativas”, juntamente com os professores Bezerra de Albuquerque, Bertoldo Nunes e comendador João Lúcio de Azevedo.

²¹ É interessante observar que o nome desta associação vem dotado de muito significado, pois a palavra Mina, diz respeito à uma escavação que seria destinada à obtenção de substâncias úteis ao homem, tais como minérios, combustível, água etc., mas nesse caso estes homens estariam escavando o universo das letras, bem como da literatura de nosso estado.

Imagem 16: Membros da Associação Letras Mina Literária



Fonte: Estante Amazônica (Disponível em: <https://www.estanteamazonica.com>), 2023.

A associação tinha entre seus membros ativos nomes já conhecidos da literatura e arte paraense, dentre os quais figuraram Barão de Marajó, Inácio Moura, João Marques de Carvalho, Arthur Vianna, Paulino de Brito, Juvenal Tavares e Vilhena Alves²². E entre os seus membros honorários, estavam Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Paes de Carvalho, Américo Santa Rosa, Tito Franco de Almeida e o Barão de Guajará. Além disso, entre os seus correspondentes tinham José Veríssimo e Inglês de Souza, escritores nacionalmente prestigiados.

É interessante citar que essas “posições ocupadas pelos intelectuais na cena cultural, na disputa pela afirmação e regularização de sentidos, e a crença amplamente compartilhada na virtuosidade da boa educação propiciaram a formação e a disseminação de representações generosas sobre os ilustrados no transcorrer do século passado”, refletindo diretamente sobre o poder político desses agentes (Vieira, 2008, p. 73-74). Segundo Gramsci, em seu caderno do cárcere 12,

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações

²² Há relatos de que Vilhena Alves não gostava de ser fotografado.

mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 2001, p. 18).

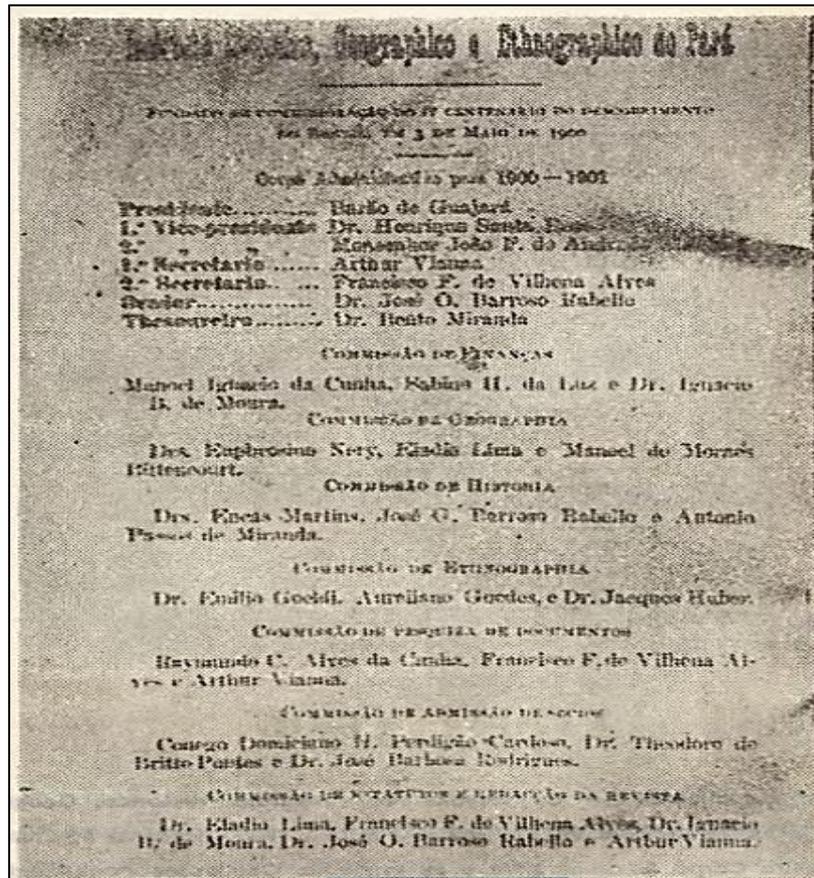
Por isso, o estudo sobre os intelectuais deve ser empreendido a partir da sua inserção nas instituições, pois isso abrirá o caminho para a análise dos diferentes tipos de aparelhos econômicos, culturais, estatais, etc. onde eles se situam (Silva, 2011).

Após um tempo recluso na Vigia, em 1895, o intelectual volta a escrever para o periódico e participar de forma ativa da *Mina Literária*. No entanto, conforme apontado por Vilhena Alves, a política regional era ferrenha, o que contribuiu de forma decisiva para o fim da associação. Conforme Eustachio Azevedo, foi uma fase tenebrosa no Pará, no qual os intelectuais não podiam nem se cumprimentar, pois aquele cumprimento era suspeito e, portanto, se instaurava a desconfiança, assim viviam separados, amedrontados, ainda que fossem amigos de infância e não houvesse nenhuma desavença. O autor então denuncia: “foi esta política diabólica que acabou de matar a única associação literária, de renome, que aqui tivemos e que no curto espaço de sua existência deu excelentes frutos: a **Mina Literária**” (Azevedo, 1970, p. 32, *grifo do autor*).

Além disso, foi também um dos fundadores, sócio de número 25, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)²³, em 03 de maio de 1900, o qual inicialmente fora chamado de Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará (IHGEP), como se pode ver na imagem abaixo, colocando-se na condição de guardião e intérprete do passado e cultuando grandes vultos e heróis, além de exaltar narrativas históricas e biográficas.

Imagem 17: Contracapa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

²³ Conforme Cardoso (2013, p. 54) esses institutos foram criados a fim de “criar uma identidade nacional e de colaborar com o processo civilizador através de um dado olhar para passado, os IHGs criam discursos regionais em que os fatos e vultos dessa História local estavam intimamente associados à História nacional”.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O instituto tinha uma revista e entre seus objetivos estavam o fortalecimento do estatuto de cientificidade ao Instituto, bem como proporcionar o reconhecimento de suas produções a nível nacional e internacional, facilitando assim o intercâmbio com instituições similares (Cardoso, 2013). A contracapa do primeiro volume da revista trazia informações a respeito do primeiro corpo administrativo e as primeiras comissões permanentes dessa entidade. Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, amigo de Vilhena Alves e também vigiense, na época considerado o decano dos historiadores paraenses, foi o primeiro presidente do IHGEP. Vilhena Alves figurava como 2º secretário do corpo administrativo e fazia parte da comissão de redação da revista, a qual ficava responsável pela revisão e seleção das temáticas e dos trabalhos que seriam publicados nela.

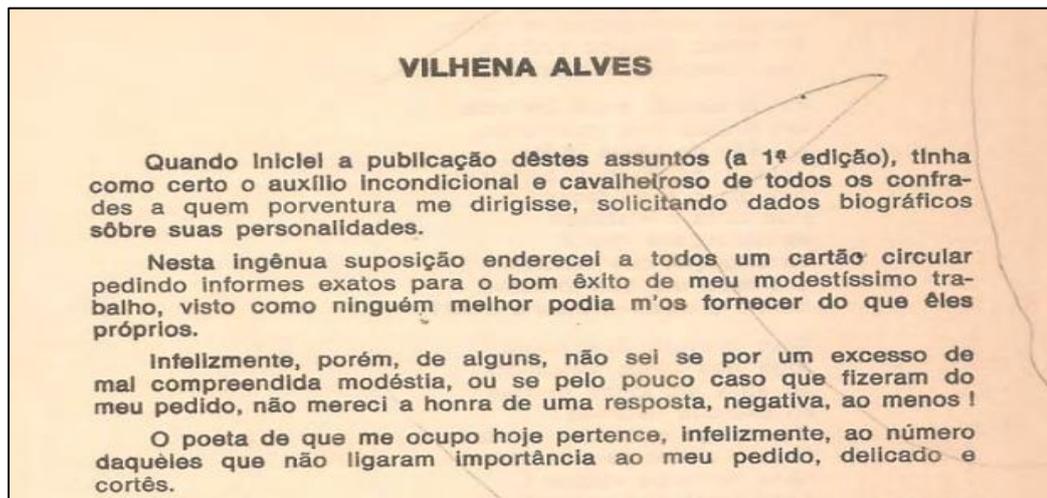
O que fica bastante evidente é que o século XIX foi palco de muitas contradições sociais e desenvolvimento tecnológico, especialmente no que se refere à presença dos jornais e revistas como porta-voz da difusão de cultura e de posições políticas, o que por sua vez contribuiu para formar a identidade dos intelectuais como protagonistas políticos (Machado; Dorigão; Coelho, 2016).

Além do IHGP, também, foi sócio fundador e membro da Academia Paraense de Letras. Na verdade, essas duas instituições eram muito parecidas, pois além de terem sido fundadas no mesmo dia, 03 de maio de 1900, e no mesmo local, Teatro da Paz, tinham como membros muitos intelectuais que estavam em busca de espaço e reconhecimento e acabaram se mesclando às duas entidades.

No referido ano, no que se refere à instrução pública, o professor passou a fazer parte da mesa examinadora do concurso para provimento efetivo da escola complementar mista de castanhal. Além de fazer parte de uma comissão especial, eleita pelo Conselho Superior, para emitir parecer acerca da obra *Alma e Coração*, do sr. Hygino Amanajás (Pará, A Escola, 1900).

Salienta-se que ainda que tenham sido encontradas muitas produções do autor, os dados sobre a vida de Vilhena Alves ainda são muito escassos e bastante fragmentados. Assim, duas bibliografias acabaram ajudando na sistematização da vida do intelectual, pois algumas das informações obtidas tiveram que ser retiradas da obra de escritores, amigos ou não, como no caso da obra de Antonio Raiol, *Obras de Domingos Antônio Raiol: Barão de Guajará* (1971) que traz informações da atuação de Vilhena Alves no IHGP e *Anthologia Amazonica: poetas paraenses* (1970), de J. Eustachio de Azevedo, o qual critica a postura de Vilhena Alves diante de seu pedido de contribuição para sua obra.

Imagem 18: Exposição sobre Vilhena Alves na obra *Anthologia Amazonica poetas paraense*.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Azevedo (1970)²⁴ lamenta o fato de Vilhena Alves estar entre os cavalheiros que não haviam lhe respondido, por esta razão o autor precisou recorrer à Raymundo Bertoldo Nunes,

²⁴ Salienta-se que a obra de Eustachio de Azevedo foi publicada em 1904, mas a obra disponível no setor de obras raras do CENTUR é a edição de 1970.

amigo do vigiense, para adquirir um exemplar do livro *Monodias*, no entanto, como o autor não obteve dados certos sobre a personalidade literária de Vilhena Alves limitou-se a citar apenas duas de suas produções poéticas, “Nenia de Tupinamba” e “A Sombra do Páo-D’arco”.

Ainda em 1900, o vigiense passa a integrar o corpo redator da revista oficial de ensino *A Escola*, e fica nela até seu último ano de circulação, 1905. Com esta revista o professor ganha ainda mais espaço, tanto é que sua maior produção de artigos se encontra nela. No entanto, ainda que tivesse um número significativo produções, como professor, sempre estava atento as questões do ensino oficial, e na revista citada é exposto que “o professor Vilhena Alves, tanto no seu ensino publico, como no particular, lecciona pelas grammaticas do dr. Paulino de Brito, por serem as que foram ultimamente admittidas pelo Conselho Superior e Instrução Publica”, logicamente, “isto não quer dizer que elle rejeita as suas proprias grammaticas, – sim, que não quer sacrificar os seus alumnos e alumnas, afastando-se do ensino oficial” (Pará, *A Escola*, 1904, v. 4, n. 50, p. 73). A partir de 1905, não se tem mais informações sobre qualquer produção intelectual de Vilhena Alves.

O vigiense deixou um legado importantíssimo em relação ao amor pela instrução, no interior, aprendeu tudo que lhe fora ensinado por seus mestres e tornou-se um personagem importante tanto em sua terra natal, onde garantiu um sólido preparo intelectual, o que lhe conferiu um lugar, primeiramente, como professor ajunto e depois como professor emérito, quanto na capital.

Sabe-se que Vilhena Alves, contraiu matrimônio com a senhora Agostinha Monteiro de Vilhena Alves e faleceu no dia 19 de julho de 1912, na cidade de Belém do Pará, com 64 anos de idade.

Após sua morte, o professor tornou-se escola. Em 1918, foram criadas diversas escolas agremiadas, no entanto, através do Ato de 26 de maio de 1920, estas escolas passam de escolas agremiadas à grupos escolares e por meio do decreto de nº 3.389 de 9 de junho do ano citado, nesta mudança havia um grupo chamado de “Paulo Maranhão”, mas 10 anos depois, em 27 de dezembro de 1930, o Interventor Federal ordenou que as denominações das escolas fossem substituídas por outras, em homenagem às memórias de personalidades que tivessem prestado serviços à causa pública. Assim, dando cumprimento à essa ordenança, a denominação de “Paulo Maranhão” foi substituída por “Vilhena Alves”, tornando-se Grupo Escolar Vilhena Alves.

A partir dos anos 2000, até o ano de 2022, a escola atendia pelo nome de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vilhena Alves, mas em 2023 tornou-se Escola de Ensino Técnico do Pará Vilhena Alves. O espaço físico da escola é amplo e compreende uma sala de

direção, espaço reservado para ao serviço técnico, secretaria, sala de espera, sala de professores, arquivo, biblioteca, laboratório de informática, sala de recursos, uma sala de altas habilidades, um laboratório multidisciplinar, quatro banheiros para os alunos e um para os funcionários, copa-cozinha, depósito de merenda escolar, quadra de esporte, auditório e vinte e cinco salas de aula. A escola possui espaços que prezam pela acessibilidade de PCD's.

Imagem 19: Escola de Ensino Técnico do Pará Vilhena Alves.



Fonte: Google Maps, 2024.

Em sua terra, também há muitas homenagens ao vigiense e uma delas é uma rua com seu nome. Assim, em homenagem ao notório professor, foi nomeada em sua cidade natal, Vigia de Nazaré, localizada no nordeste do Pará, a rua Tv. Vilhena Alves, uma das principais vias da cidade, além de um cartório, e outros locais.

O intelectual alcançou prestígio e reconhecimento público em seu tempo, e sua participação em periódicos associados à educação permitiram com que escrevesse diversos artigos para diversas áreas, bem como a escrita de biografias sobre poetas, professores e artistas célebres no cenário paraense o que nos permite inferir a sua preocupação em representar a genealogia dos intelectuais.

4.1.1 Vilhena Alves: Um intelectual da burguesia?

O intelectual Vilhena Alves iniciou sua vida pública bem novo. Tornou-se amigo de famílias influentes da cidade de Vigia, como por exemplo a família Raiol, o que o permitiu adentrar em certos círculos da elite paraense. Amava ler diversos livros, especialmente aqueles

de Língua portuguesa e literatura, e isso se refletiu em sua escrita. Aos 22 anos teve uma curta passagem pela política de Vigia, fazendo parte do partido Liberal. Aos 23 torna-se professor adjunto e ingressa de forma definitiva no ramo da Instrução Pública.

Inicialmente conhecido como poeta vigiense, escrevia versos e poesias, e, posteriormente, quando se formou como professor normalista aos 41 anos de idade, na Escola Normal de Belém, em novembro de 1889, período de transição do Império para a República, passou escrever compêndios direcionados para a Instrução Pública.

Como já fora apontado neste trabalho, a região amazônica, na segunda metade do século XIX, passou por diversas modificações que resultaram do auge do ciclo da borracha, por isso a Burguesia de Belém, preocupada em substituir a tradicional burocracia administrativa, com a formação de uma ‘elite de doutores’ coesa e da construção do poder de um Estado Republicano nascente, procuraram mandar seus filhos estudarem na Europa. Assim, “os moradores de grande poder aquisitivo acabavam se separando dos seus filhos por longos períodos de tempo para que pudessem lhes propiciar educação em outros países. Essa prática de estudar fora do Pará passou a ser comum entre os filhos das famílias abastadas de Belém”, no entanto, “os filhos de famílias de menores posses continuavam seus estudos em escolas da capital paraense [...]” (Gutierrez e Castro, 2021, p. 380-381).

Diante disso, pode-se apreender que Vilhena Alves cursou seus estudos em Belém por não ter condições de ir para o exterior, talvez por ser órfão de pai e mãe não possuía tais recursos e acabou vendo na formação educacional a possibilidade de elevar seu status social e profissional para possuir melhores condições de vida, pois a relevância de estudar naquela época era muito importante e valorizada, tornando-se um sinal de prestígio.

Com um senso crítico aguçado, Vilhena Alves foi um pensador que incomodou e saiu dos caminhos comuns em seu tempo, manipulando conceitos de forma original. No ramo político foi um dissidente, chegando a criticar, em sua obra *Enlevos poéticos*, a forma como a política nos interiores era feita, além disso, se engajou, junto com outros intelectuais do período, em favor de causas esquecidas, de combates difíceis, como o abolicionismo. Orlando e Mesquita (2021) afirmam que um intelectual é sempre alguém que exerce influência sobre as ideias da sua época, e é nisso que consiste a importância dos intelectuais para a educação, nesse sentido, é indispensável pensar no ato educativo sempre relacionando-o às finalidades que os intelectuais lhe atribuem.

Nessa linha de análise, o vigiense, ao escrever para o jornal dos alunos da Escola Normal de Belém, em 1892, afirma que um povo não pode prosperar sem o desejo ardente de instruir-se, por outro lado, o que estuda e compreende seus direitos e deveres perante a sociedade, é

capaz de despedaçar as cadeias com que pretendem prendê-lo curvando-se submisso a um único poder, o da inteligência. Para o vigiense, era importante aproveitar os meios que eram oferecidos para a instrução popular, sendo mais proveitoso cultivar a inteligência ao invés de perder tempo com os passatempos da vida (Pará, A Escola, 1892).

O intelectual vigiense segue a mesma linha de pensamento do filósofo Antonio Gramsci, o qual defende que a melhor forma de se fazer uma revolução seria, primeiro, revolucionar o pensamento, nesse sentido, o pensador italiano “queria fazer o homem comum, o trabalhador comum, tomar consciência de si mesmo e sua função na sociedade”, assim sendo, o pensamento de Vilhena Alves se coaduna com o de Gramsci, pois para ele era somente por meio da educação que o povo poderia alcançar algum poder ou prestígio (Pacheco, 2017).

Nessa direção, Duriguetto aponta que

[...] uma das funções dos intelectuais é a de atuar nos processos de formação de uma consciência crítica e de construção de uma concepção de mundo unitária e coerente dos “simples”. Ou seja, que se estabeleça uma relação “orgânica” entre eles, condição essa necessária para a superação da natureza acrítica do senso comum e pela potencialização da capacidade intelectual e da eficácia da atividade política dos “simples”. É do contato e das observações das visões de mundo, das experiências, das ações e comportamentos dos “simples”, que os intelectuais devem se alimentar para suas formulações teóricas e ações prático-políticas (Duriguetto, 2014, p. 275).

Esses alunos, ao receberem a carta endereçada ao jornal afirmam que o professor Vilhena Alves era de uma reputação ímpar, e de um talento que de forma justa o tornou reconhecido tanto como poeta quanto como filólogo, aprovando sua erudição. Os redatores justificam que estavam registrando as palavras dirigidas pelo professor porque, no estado, eram raríssimos aqueles que altamente colocados desciam até àqueles que estavam iniciando para os servirem como mentores, por isso, mesmo sabendo que iriam ferir a sua reconhecida modéstia, precisavam expor o reconhecimento e alegria de encontrarem nele um conselheiro de estatura moral e intelectual, portanto suas palavras serviriam de ensinamento (Pará, A Escola, 1892).

Como se pode perceber e conforme já fora apontado por Carlos Eduardo Vieira,

[...] os intelectuais se mostraram extremamente competentes para criar sua própria imagem, pois, além de deterem competência para operar com a palavra, com o discurso, ocuparam púlpitos socialmente valorizados na imprensa, no Estado, nas instituições de ensino e nos círculos de cultura (Vieira, 2008, p. 74).

É interessante que Orlando e Mesquita (2021) afirmam que há muitas finalidades aplicadas pelos intelectuais quanto ao ato educativo, mas preferiram agrupar estas em dois polos: o primeiro diz respeito as finalidades relacionadas com as mudanças sociais e políticas;

e o segundo está voltado para as finalidades de liberação do espírito, do desenvolvimento das capacidades e mesmo da realização do sentimento amoroso – amorosidade enérgica²⁵.

Nesse sentido, pode-se dizer que Vilhena Alves transita entre esses dois polos, pois em suas falas coloca a educação direcionada à transformação social e política, sempre preocupado com a integralidade do desenvolvimento dos sujeitos que dela participam. O vigiense ficava entusiasmado, em suas palavras, com a glória dos moços da cidade de Belém e vigia, mas quando essa glória era real, ou seja, alcançada por meio da instrução (Pará, A Escola, 1892).

Diante da trajetória deste professor, para afirmar que Vilhena Alves é um intelectual de sua época, foi necessário buscar em Antonio Gramsci (1982) os fundamentos desta categoria, o qual dividiu os intelectuais em orgânicos e tradicionais, no entanto, o filósofo marxista reuniu três sentidos principais para distingui-los: o intelectual tradicional, seria aquele que despreza o sentimento popular e organiza-se como casta; o orgânico pode estar ligado ao projeto do Estado burguês, produzindo condições ideológicas para a exploração dos trabalhadores pelo capitalismo; e o intelectual orgânico ligado aos interesses das classes subalternas, o qual visa a organização de uma nova forma de domínio e de direção política (Vieira, 2008).

Martins (2011, p. 145) alerta para o fato de que “os intelectuais orgânicos não se confundem com a classe a que estão organicamente vinculados e nem lhe são completamente externos”, pois ainda que articulados vitalmente, guardam certa autonomia relativa além de terem uma consciência mais clara em relação à dinâmica da realidade da vida social.

É por isso que para Gramsci (1982), o critério para a definição de intelectual está no conjunto do sistema de relações no qual as atividades intelectuais se encontram, ou seja, no conjunto geral das relações sociais, tendo em vista que os intelectuais são parte integrante dessas relações e pertencem a uma classe social da qual irão representar os interesses no conjunto da vida social.

Ao levar a Escola Noturna para a cidade de Vigia, o intelectual se mostra preocupado com instrução popular de meninos e adultos daquele local. O ensino seria gratuito a todos, e as despesas necessárias seriam custeadas pelos respectivos professores. Dessa união em prol da Escola Noturna, foi também organizada uma biblioteca popular que contava com livros doados pelos professores e alguns amigos do vigiense.

Em seu relatório de 1872, o presidente da Província Abel Graça expõe que:

²⁵ Juliana Battistus, Mateus Ferreira e Peri Mesquida (2021, p. 134) elaboraram o conceito de amorosidade enérgica baseado nos elementos teórico-práticos da teoria da educação de Paulo Freire e afirmam que “a educação por ele proposta apregoa a amorosidade e a energia em seu escopo, como características fundamentais”.

Na forma do regulamento de 20 de abril ultimo, criei escolas nocturnas na capital e nas cidades do interior para adultos, que, occupados durante o dia no trabalho d'onde tiram a subsistencia, só á noite poderão cultivar a intelligencia que na infancia ficou abandonada. A vantagem dos cursos nocturnos prova-se com a frequencia que têm tido, apesar de sua creação ser de data recente. Em toda a parte elles têm sido um elemento de prosperidade para a instrucção, um grande beneficio ás classes pobres, principalmente á de operarias, que não se instruíram na idade em que deviam frequentar as escolas publicas (Pará, 1872, p. 10).

A escola noturna era direcionada para adultos que trabalhavam durante o dia e só podiam frequentar escolas a noite, pois a realidade de uma parcela da população daquele período era de abandonar a escola para lutar por subsistência, tendo em vista que era direcionada as classes pobres, especialmente, aos operários. Além disso, este relatório informa que não havia restrição à presença de escravizados, salientando que os cursos noturnos permitiam que escravos recebessem instrução, o que representou um grande avanço para a inserção escolar da população negra, visto que o Regulamento da Instrução Publica de 1871, estabelecia que não poderiam ser matriculados os que não eram livres.

Não obstante, para Edgar Morin (2003), conforme citado por Vieira (2008, p. 73) “[...] quando os filósofos descem de sua torre de marfim ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar idéias que têm valor cívico ou político, eles se tornam intelectuais”. Creio que esta aplicação pode ser direcionada a este filólogo, que em meio a tantas dificuldades defendeu, ilustrou e promulgou ideias com valor cívico e, claro, político, em prol da instrução, não só para classes abastadas como também para as classes subalternas.

Ao falar sobre a obrigatoriedade do ensino no estado, o intelectual incomodasse com a falta de atenção dada as classes menos favorecidas e diz que em lugar de medidas de coação, as quais se tornavam quase que inexecutáveis e que só serviam para vexar e espezinhar aqueles que não eram favorecidos com fortunas, era melhor organizar centros propagandas a favor da instrução popular. Mas para Vilhena Alves, os dirigentes, aqueles que estavam no poder, na verdade tinham a máxima indiferença com o ramo do serviço público, faziam leis para agradar os seus afilhados, e, conforme apontado por ele, tomavam atitudes impensadas para satisfazer os seus próprios caprichos e vinganças individuais, como por exemplo, a extinção da Escola Normal em 1885 ao ser fundida com o Liceu. Para o intelectual, esta foi a chave de bronze com que se fechou o ciclo fatal de uma propaganda ativa, incessante e retrógrada contra a instrução popular no período (Vilhena Alves, 1895).

Em outro momento, em seu livro *Miscellanea Litteraria*, ele expõe alguns problemas relacionados à organização dos programas de ensino da escola primária, chamando atenção para

a falta de assistência material para que os professores pudessem desenvolver sua tarefa, e para a falta de estrutura para que o alunado paraense pudesse desenvolver seus estudos, afetando até o desejo de ir ou não para a escola (Vilhena Alves, s.d.).

Amparado nas ideias gramscianas, Vieira (2011) afirma que ao olharmos para a história do termo intelectual podemos constatar que o significado da palavra tem sido associado a agentes reconhecidos na esfera cultural que acabaram se movimentando em direção ao campo político. Vilhena Alves fez essa movimentação. Sempre fez parte da esfera cultural de Vigia e, posteriormente, de Belém, mas vez ou outra estava envolvido com o campo político, seja de forma direta ou até mesmo indireta ao oferecer suas obras a políticos e homens influentes do período com os quais matinha relação de amizade. Por isso, foi importante entender o professor/intelectual Vilhena Alves contextualizando, em termos políticos e normativos, as suas funções sociais concretas. Tentando abarcar as diferentes relações que ele tinha não somente com o seu trabalho enquanto docente, mas também com a sociedade dominante a que fazia parte, além disso, foi possível perceber a escola como um local econômico, cultural e social que está intimamente atrelado a questões de poder e controle (Giroux, 1997).

Notadamente, o professor foi um intelectual bastante ativo, especialmente do final do Império para a Primeira República paraense, tanto enquanto analista popular de questões de sua época quanto do ponto de vista da erudição de suas obras para o ensino da língua em sua ocupação profissional enquanto professor/escritor. Nesse sentido, considerando o papel desempenhado por intelectuais na sociedade, pode-se dizer que Vilhena Alves exerceu um importante papel ao contribuir de forma significativa para a instrução primária no estado do Pará nos anos finais do século XIX e início do século XX, ou seja, desempenhou a função de intelectual na sociedade paraense, não só produzindo diversos estudos direcionados para a instrução pública como denunciando diversas dificuldades enfrentadas pela escola primária.

Em um artigo publicado na revista *A Escola*, o intelectual critica a prática de se ter o professor como uma autoridade tida por inquestionável, tradição deixada pelos escolásticos, utilizando a expressão “O mestre disse” em latim. Para ele era preciso “desterrar para sempre das nossas escolas o *magister dixit*. Ninguém hoje, nem mesmo as crianças, se contenta com princípios absolutos e autoritários [...]”, pois só a partir de questionamentos e discussões é que o professor poderia contribuir na superação de obstáculos e dúvidas (Pará, *A Escola*, 1900, v. I / n. 5, p. 503).

Fora de sua profissão docente, Vilhena Alves desenvolvia suas atividades intelectuais participando de uma concepção de mundo na qual via a educação como um processo libertador, possuindo assim uma linha consciente de conduta moral, pois todos os colegas de profissão

sempre o louvavam por sua conduta ilibada, visto que sua maior preocupação era a promoção de novas maneiras de pensar, de desenvolver a inteligência e aperfeiçoar o espírito (Gramsci, 1982).

Logicamente, que intelectual não é sinônimo de acadêmico ou cientista, o intelectual seria aquele que consegue transformar informações em conhecimento, fazendo disso uma prática sistemática, permanente e cotidiana. Além disso, seria alguém que busca manter viva a curiosidade sobre o mundo à sua volta e que observa as diversas faces do mesmo fenômeno; é aquele que busca novas informações sejam elas complementares ou contraditórias; é aquele que não se satisfaz com somente uma interpretação e nem se limita a repetir aquilo que já disseram, pois apura o olhar (Almeida, 2010).

Por isso é tão importante olharmos Vilhena Alves pela ótica de Antonio Gramsci, para que possamos considerar professores/as como indivíduos que desenvolvem papel de intelectuais. Não se trata de um rótulo qualitativo ou um título honorífico, trata-se de como a vida, o posicionamento e o comportamento desses sujeitos acabam afetando a sociedade em que estão inseridos, tendo em vista que o intelectual não se resume à uma pessoa das letras, um produtor e/ou transmissor de ideias, ele é um mediador, legitimador, produtor de práticas sociais, revelando sua natureza, acima de tudo, política.

A história de vida de Vilhena Alves, assim como de muitos intelectuais “é a história da luta política pelas reformas educacionais, tanto nas dimensões da crítica à pedagogia tradicional, quanto da revisão do processo de formação dos professores e/ou da organização do sistema público de ensino” (Vieira, 2011, p. 38).

Levando em consideração que a escola, no sentido *lato*, conforme o pensamento gramsciano, entendida neste trabalho como todo tipo de organização cultural que possa formar os intelectuais, é responsável por formar intelectuais em diversos níveis de especialização, pode-se notar que Vilhena Alves teve uma formação que engloba muitas áreas do conhecimento, como a história, a geografia, a astronomia, a aritmética, a língua portuguesa, etc. e isso ocorre porque sua formação teve influências de todas as organizações a que fazia parte, seja pelo Instituto Histórico e Etnográfico do Pará, pela Academia Paraense de Letras, a Mina Literária, os jornais, os periódicos, o Partido Liberal e outras estruturas de sociabilidade na qual estava inserido, o que contribuiu de forma significativa para multiplicidade de conhecimentos de que o autor gosava, bem como sua própria formação. O que segundo Karl Marx, evidencia os profundos traços da questão da atividade humana tanto consciente quanto transformadora por meio de sua práxis em um propósito transformador do mundo (Marx; Engels, 1984).

Portanto, diante do exposto e pelos estudos realizados inicialmente sobre intelectuais, no caso do professor estudado pode-se defini-lo como um intelectual orgânico ligado à classe burguesa, pois Vilhena Alves estava intimamente ligado aos projetos do Estado Burguês de Vigia e Belém. Salienta-se que em Gramsci, os intelectuais orgânicos “[...] surgem como produto do desenvolvimento capitalista, sendo, portanto, uma criação da burguesia, mas que não se limita a ela [...]” (Silva, 2011, p. 88). Para além disso, enfatiza-se que por mais que o intelectual vigiense apareça, em alguns momentos, preocupado com as classes subalternas ele não se filiou às camadas populares, por isso a afirmativa de sua ligação à burguesia.

4.2 Pelos caminhos da educação: a produção intelectual de Vilhena Alves

Vilhena Alves sempre se preocupou com o cenário educacional. Escrevia sobre tudo, tinha essa facilidade. Começou escrevendo poesias e versos, passou a escrever diversos artigos em jornais sobre os mais variados assuntos, até se estabelecer como filólogo e passar a escrever suas gramáticas. Assim, em seu exercício como professor passou a escrever obras destinadas à instrução pública e criticava as diversas incongruências presentes na organização do ensino daquele período, e assim ia delineando sua carreira no cenário educacional paraense.

O vigiense possui uma vasta produção de livros escolares, os quais tiveram grande importância para o ensino primário no Pará. E por isso, foi considerado um dos mais importantes gramáticos da Amazônia Paraense no século XIX. No entanto, em meados do século XIX, a impressão e edição de livros no Província do Grão Pará, assim como em outras regiões do país, implicava diversas dificuldades para aqueles que queriam publicar algum tipo de livro. Conforme explica Eidorfe Moreira (1979) foi somente após a independência do Brasil que o Pará passou a ter condições efetivas para imprimir livros, ainda assim as condições das primeiras oficinas gráficas eram bastante rudimentares, além disso, muitos autores, como foi o caso de Vilhena Alves, tiveram que imprimir suas obras no Maranhão, pela facilidade de impressão que o estado oferecia.

Dentre os autores paraenses, Moreira (1979) afirma que este foi o que mais produziu obras escolares no período. Ao todo, Vilhena Alves produziu nove obras, sendo cinco obras gramaticais e quatro livros de leitura. Contribuiu com diversos artigos em jornais como *O liberal da Vigia* e em outros jornais existentes em Belém. Contribuiu com estudos direcionados

para a *Revista de Educação e Ensino*²⁶ e a *Revista a Escola*²⁷. Seus trabalhos já vinham sendo conhecidos através de diversos artigos e obras publicadas no período, sem contar que ele dedicava seus estudos, principalmente, à área da gramática portuguesa, na qual tinha feito sua especialidade.

Em sua concepção, um bom livro escolar não o faz quem quer. Era necessário muito tato, muito estudo, muita lucidez de espírito, era importante também a observação dos fatos escolares, dos gestos e propensões naturais das crianças (Alves, [18--?], p. 176). Além disso, apoiado em José Veríssimo busca reafirmar as características de um bom livro:

Segundo o Sr. Commendador José Veríssimo, que adopta neste ponto as opiniões dos melhores mestres “de trez ordens são as qualidades que devem distinguir um livro para o ensino primário: pedagógicas, hygienicas e economicas. Deve ser bem feito, deve ter um aspecto agradável, e deve ser barato”.

E, desenvolvendo essas ideas, accrescenta:

1º. Que seja composto com clareza, correcção, precisão e methodo.

2º. Que seja feito de accordo com as lições mais acceitas da pedagogia moderna e segundo os melhores modelos em pratica nos povos mais adiantados que nós.

3º. Que estejam de conformidade com os nossos programmas de ensino, ou que a elles se possam adaptar sem dificuldade.

4º. Que sejam impressos em bom papel, com typo graúdo, segundo as preocupações da hygiene escolar.

5º. Sempre que for possível, sejam copiosamente illustrados, com boas gravuras, finas, nítidas e de accordo com o texto.

6. Que o seu preço seja o mais módico possível, podendo o poder competente fazer depender a appreciação do preço maximo que fixará.

7º. Que sejam sempre postos á venda cartonados e brochados. (Alves, [18-?], p. 176-177).

E era com este zelo que Vilhena Alves escrevia suas obras.

4.2.1 Obras literárias

Dentre as obras de leitura que Vilhena Alves produziu: *Monodias*, *Enlevos Poeticos*, *Miscellanea Litteraria* e a *Selecta Litteraria*. Esta última foi adotada para uso das escolas complementares do estado.

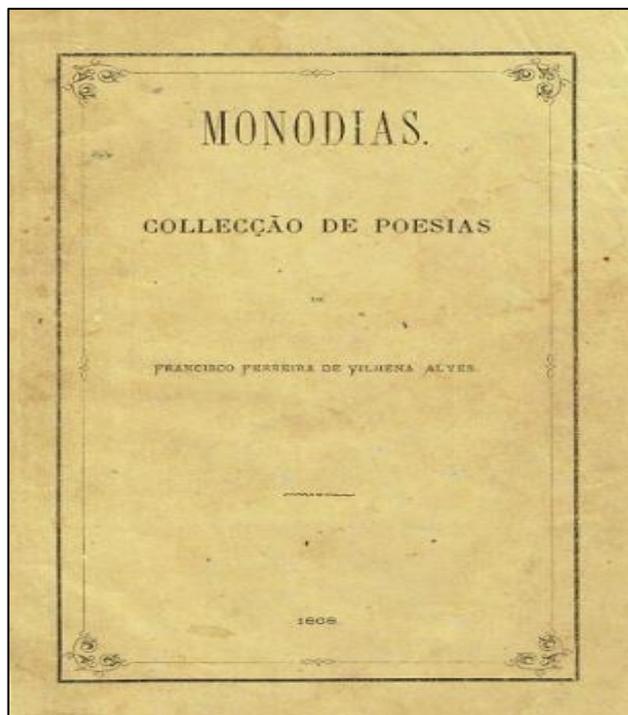
❖ *Monodias*

²⁶ Periódico paraense de circulação mensal do final do século XIX. Fundado por volta de 1891, e era dirigido por Octavio Pires. O periódico abordava temas educacionais do Estado.

²⁷ Revista paraense mensal fundada em 1900 pelo Diretor de Instituição pública o Bacharel Virgilio Cardoso de Oliveira. Era inteiramente voltada para os assuntos educacionais do Estado do Pará. E era publicada pela Imprensa Oficial do Estado, sendo os seus redatores os Vilhena Alves e Arthur Vianna.

A obra, *Monodias*, foi editada e impressa em São Luís do Maranhão, pela tipografia de B. de Mattos, e publicada no ano de 1868. A capa da obra é simples e traz informações como nome da obra, autoria e ano de publicação.

Imagem 20: *Monodias: Collecção de Poesias*, 1868.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

As atividades intelectuais de Vilhena Alves começaram aos vinte anos quando decidiu publicar a obra *Monodias: Coleção de poesias*. O poeta vigiense dedica esta obra ao senhor Domingos Antonio Raiol, em sinal de reconhecimento, e justifica isso nas primeiras páginas de seu primeiro livro. Sendo criterioso, como sempre fora, o intelectual não quis publicar sua obra sem antes ouvir a voz de uma pessoa competente. Assim, certo de que ao enviar seus manuscritos a Antonio Raiol, sua opinião seria criteriosa e imparcial não se deixando levar pelas considerações individuais. Pedindo-lhe sua opinião se deveria ou não publicar suas produções poéticas em formato de livro, o autor solicita ao amigo que leia os manuscritos com o critério que lhe era próprio.

Ao respondê-lo, Domingos Raiol incentiva-o e afirma que a sua idade era propícia para imaginar as concepções arrojadas da poesia lírica, tendo em vista que o seu coração ainda não estava poluído pela corrupção do mundo. Além disso, ao analisar os manuscritos enviados por Vilhena Alves, Raiol afirma que a tristeza é um sentimento que parece perpassar sua dor por

quase todos os versos, o que justifica a escolha do nome da obra se chamar “Monodias”²⁸ (Vilhena Alves, 1868, p. XVI).

No período em que publicou este livro, Vilhena Alves havia estudado só as primeiras letras, o que deixava Raiol admirado, e mesmo contendo alguns erros o político aponta que em um país onde pouco se valorizava o trabalho de alguém que se dedicava à escrita eram raros aqueles que não eram apedrejados pelos materialistas, por isso era necessário se atentar aos talentos que surgiam e tentavam conquistar um lugar no mundo das letras.

A publicação é justificada por dois motivos que são explícitos em suas dedicatórias: 1) para prestar um tributo de amor filial aos pais; e 2) porque queria testemunhar o reconhecimento e gratidão que tinha por Antonio Raiol e pelo sr. Agostinho José de Almeida, por todos os benefícios dados a ele, certo de que não poderiam haver motivos mais justos e sagrados.

Símplices, cheias de sentimento e inspiradas pela fé ardente do coração. É assim que Raiol identifica as composições do intelectual. A coleção é dividida em três partes e possui 199 páginas:

A primeira parte de poesias intitulada ‘Americanas’ é dedicada à Domingos Antonio Raiol e é composta por oito poesias: 1) O canto do índio; 2) A filha das selvas; 3) A bananeira; 4) A visão do índio; 5) Canto do Pagé; 6) O Tamoyo; 7) Grito da guerra e 8) Nenia do Tupinambá.

As poesias americanas de Vilhena Alves recordam os cantos do índio por Gonçalves Dias, um dos expoentes do romantismo no Brasil, e estão entre as páginas 1 e 25. Nestas o intelectual expõe os costumes dos índios, tratando da heroicidade dos filhos da selva, como por exemplo em *A filha da selva* que descreve sua formosura e gentileza no meio das florestas onde se julga uma rainha sem rival e em *Grito da guerra*, na qual o canto do Tuxaua (Chefe da tribo) invoca a tribo para defender a aldeia que estava ameaçada. Conforme imagens abaixo:

Imagens 21, 22 e 23: Poesia - A Filha das Selvas.

²⁸ De acordo com o dicionário online de português, o termo monodia se refere à uma canção, ordinariamente triste, entoada por uma única voz, sem acompanhamento. Na poesia esse termo vem indicar lamento, ou morte de outra pessoa.

A FILHA DAS SELVAS.

Sou tapuia gentil e formosa,
 Neste mundo não tenho rival:
 Na carreira da vida, afanosa,
 Jamais hão de encontrar outra igual.
 Das florestas sou eu a rainha,
 Nestas selvas eu só dou a lei;
 Se um cacique de mim se avizinha,
 Um vassalo mais inda terei.

Mil guerreiros de tribus diversas
 O tacape a meus pés vem depor,
 E em prazer suas almas immersas,
 Me dão provas seguras d'amor:
 E os incito a mui altas façanhas
 Contra a gente imboada e fatal.
 P'ra que subam com glorias tamanhas
 Ao fastigio da gloria immortal.

7

Nestas selvas perfidia não vemos,
 Não se sabe fingir a paixão;
 Mui felizes, aqui não bebemos
 O absintho de negra traição;
 E por isso jamais invejamos
 Os amores das brancas d'além:
 Neste affecto mendaz não pensamos,
 Que mil dores trazer-nos sô vem.

Nós não temos orquestras suaves
 Que os ouvidos affagam tão bem;
 Mas que importa, se o canto das aves
 Que escutamos, enlevos contem?
 Aqui tudo é prazer, harmonia,
 Mil encantos respira-se aqui!
 São um Eden de etherea magia
 Estas selvas aonde eu nasci!

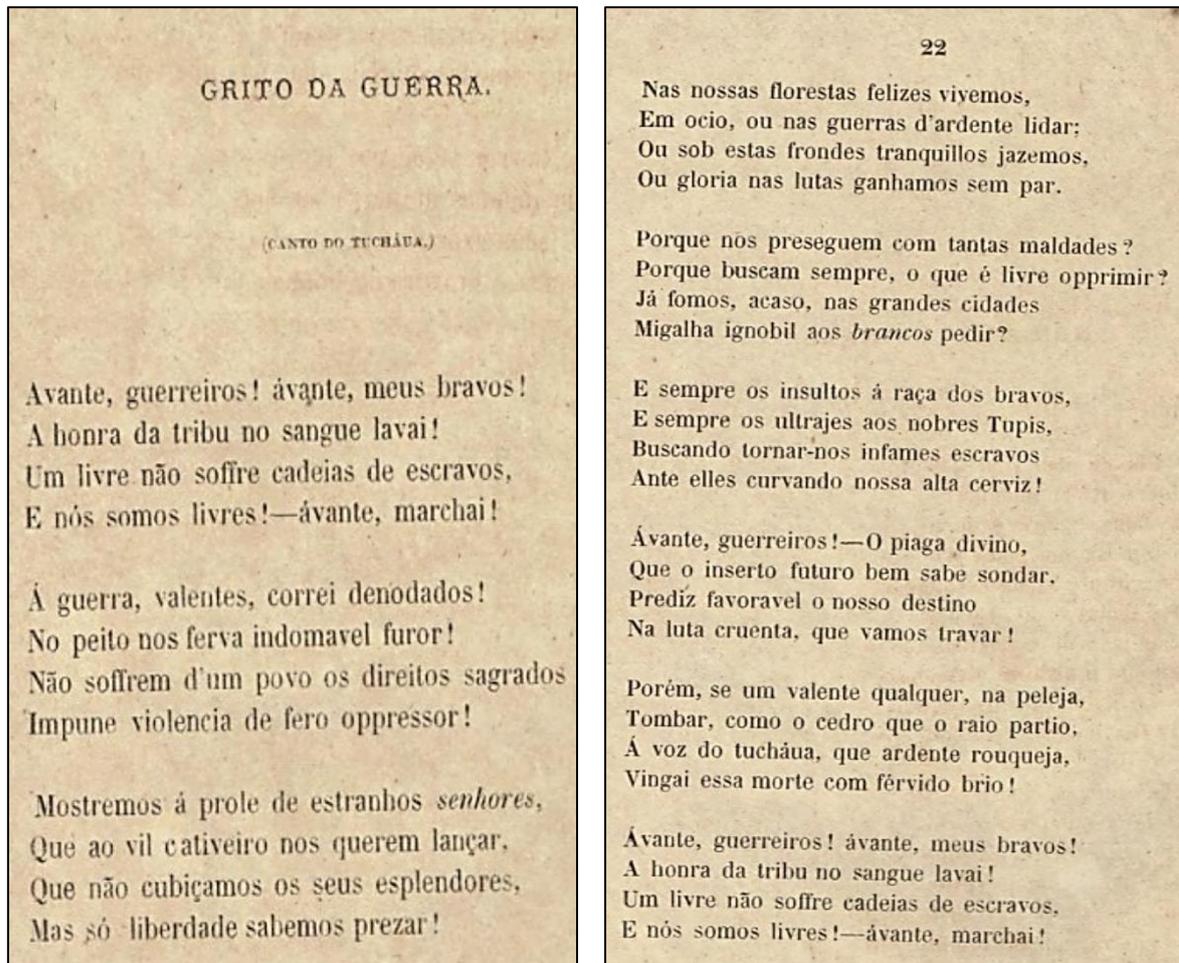
Quando o sol já descae no occidente
 Inundando o oceano de luz,
 Corro os bosques, notando, contente,
 Maravilha que a mente seduz;
 Ou então nesta rede de pennas
 Sorvo aromas que a brisa me traz.
 Ouço as aves triuando serenas
 No suave remanso da paz.

Aqui tudo é prazer, alegria,
 Aqui vivo contente a sorrir:

8

Canto sempre, de noite e de dia,
 E não lembro jamais o porvir.
 Sou das selvas rainha; e ditosa,
 Levo a vida em continuo gozar,
 'Té que a morte me venha impiedosa
 A existencia feliz acabar.

Imagens 24 e 25: Poesia - Grito da Guerra.



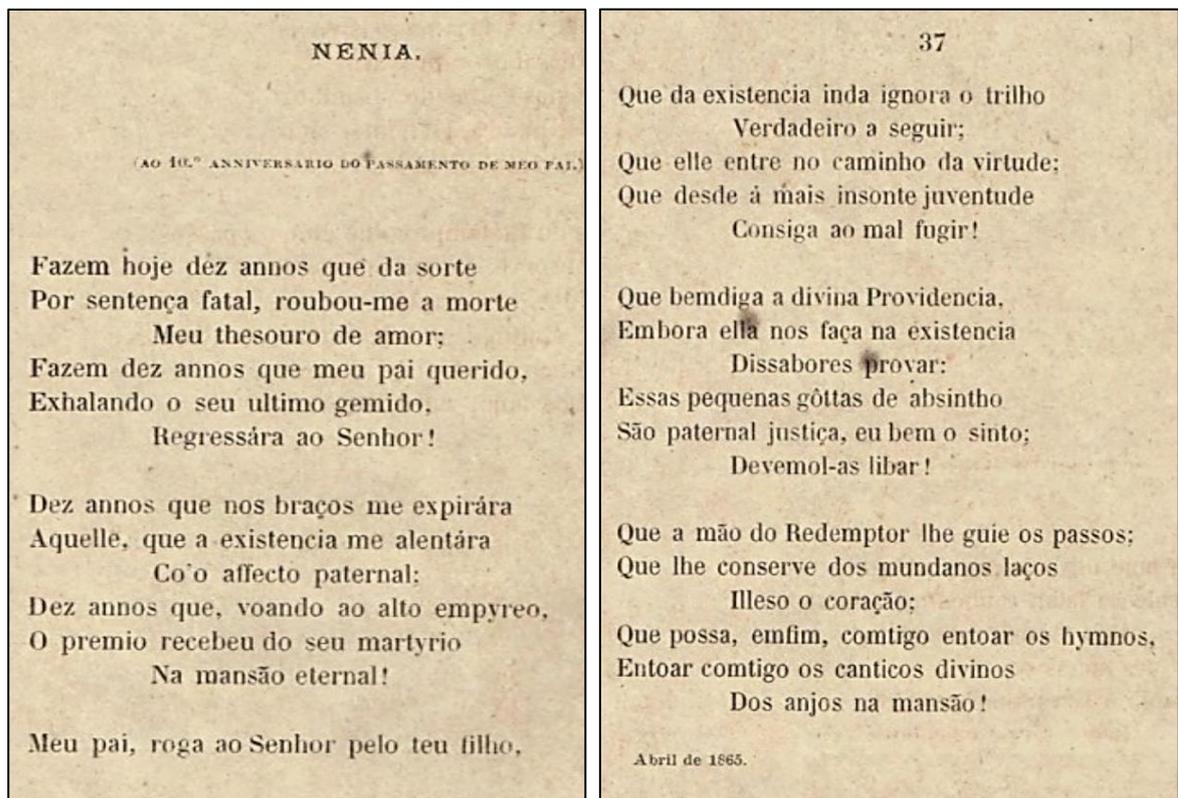
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A segunda parte denominada 'Religiosas', é consagrada à memória de seus pais e é composta por dezessete poesias: 9) A minha musa; 10) A minha harpa; 11) Nenia; 12) Deos; 13) Canto materno; 14) O sacrificio de Isaac; 15) Á morte de Christo; 16) A caridade; 17) No álbum de J. P. Pinheiro; 18) A oração; 19) Prece; 20) Cantico; 21) A filha de Jephté; 22) Quando eu morrer; 23) Nenia (Ao 1.º anniversario do passamento da Exm.^a Sr.^a D. R. F. G.); 24) Mortuus est Jesus; 25) Hymno.

As poesias religiosas estão entre as páginas 31 a 83 e apontam para o lado religioso do autor. O intelectual era católico e nelas ele expressa sua religiosidade e conhecimento bíblico, mas também aproveita para dedicar algumas delas a pessoas próximas como: *A Minha Musa* para o amigo Santa Helena Magno; *A Minha Harpa* para o Sr. Antonio Vicente Magno; *Nenia* para o aniversário de 10 anos da morte do pai; *Deus* ao Excelentíssimo Bispo do Pará D. Antonio de Macedo Costa; e *Nenia* ao aniversário de 1 ano da morte da Excelentíssima Sra. D. R. F. G., oferecida ao marido, M. J. F. G.

Nestas poesias o vigiense faz uma exposição não só dos afetos que afagam o seu coração em *Nenia*²⁹, como também de sua fé ardente elevando seu pensamento ao trono de Deus em *A oração*, mas não deixa de representar uma das características do romantismo que é a fuga da realidade por meio da morte através da poesia *Quando eu morrer*. Conforme imagens abaixo:

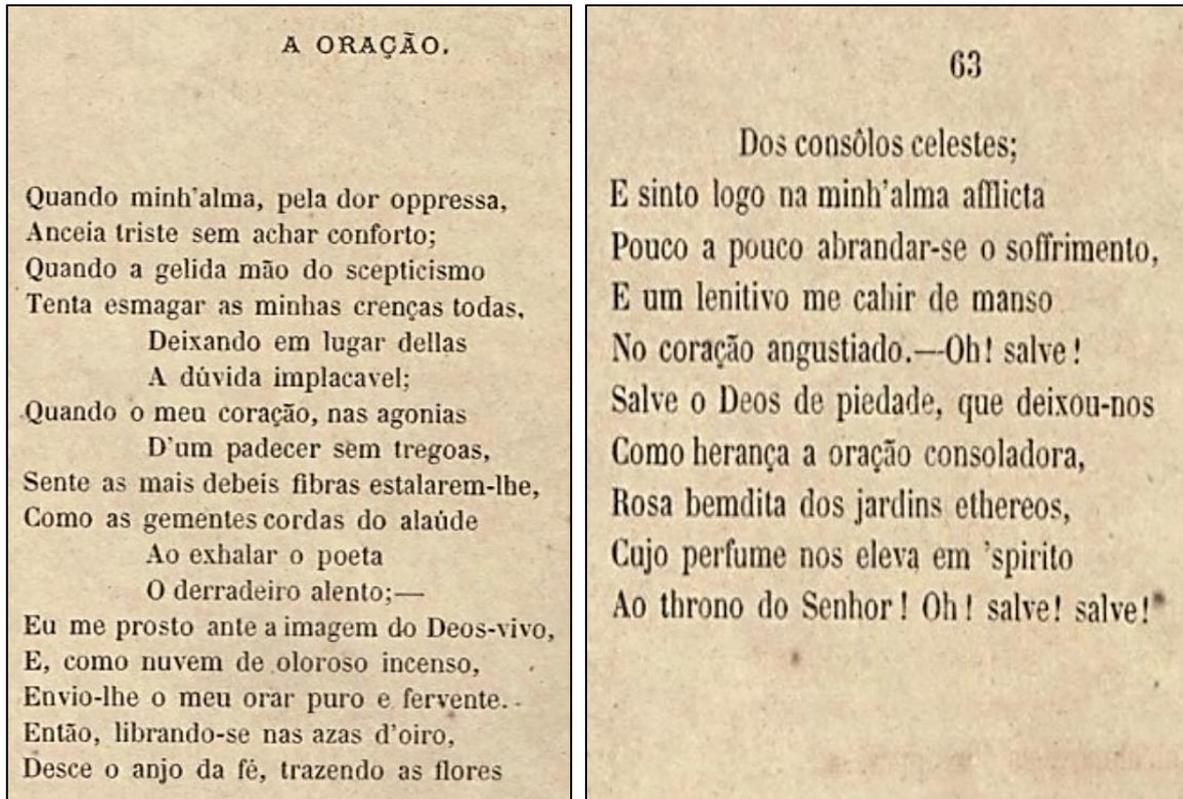
Imagens 26 e 27: Poesia - *Nenia*.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

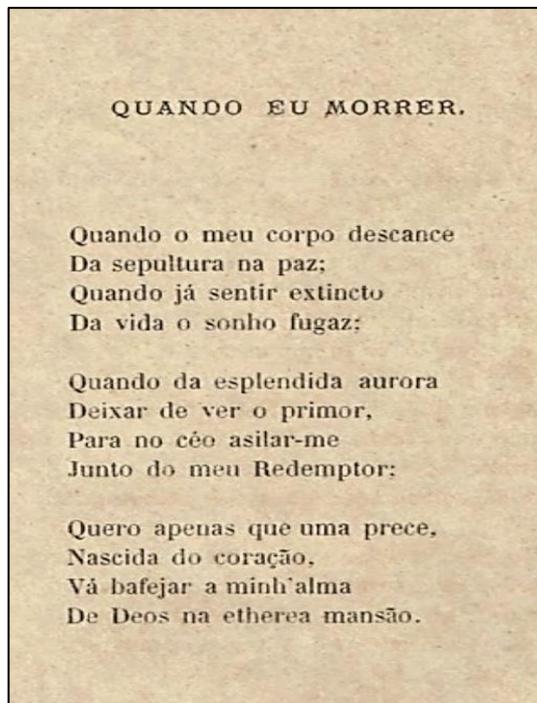
Imagens 28 e 29: Poesia - *A oração*.

²⁹ É um substantivo feminino que indica uma lamentação fúnebre.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Imagem 30: Poesia - Quando eu morrer

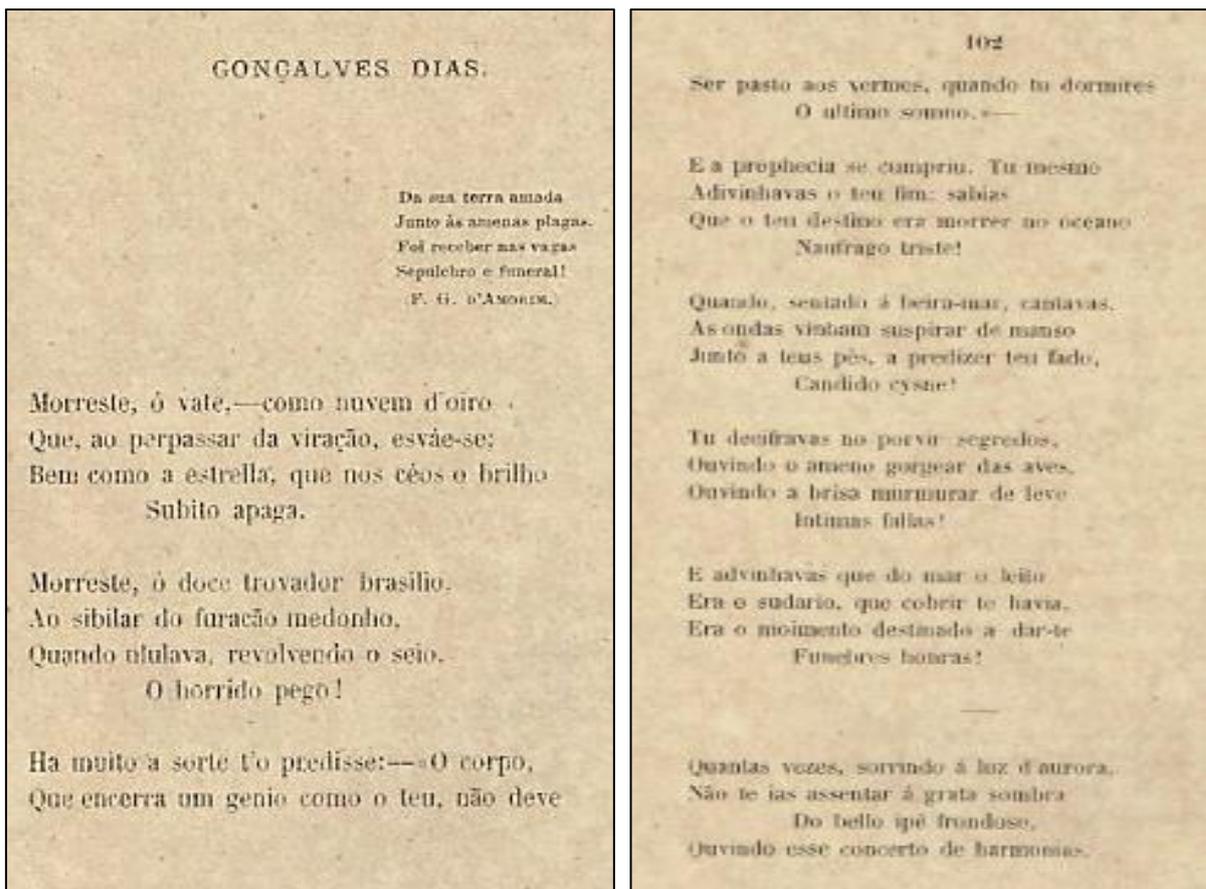


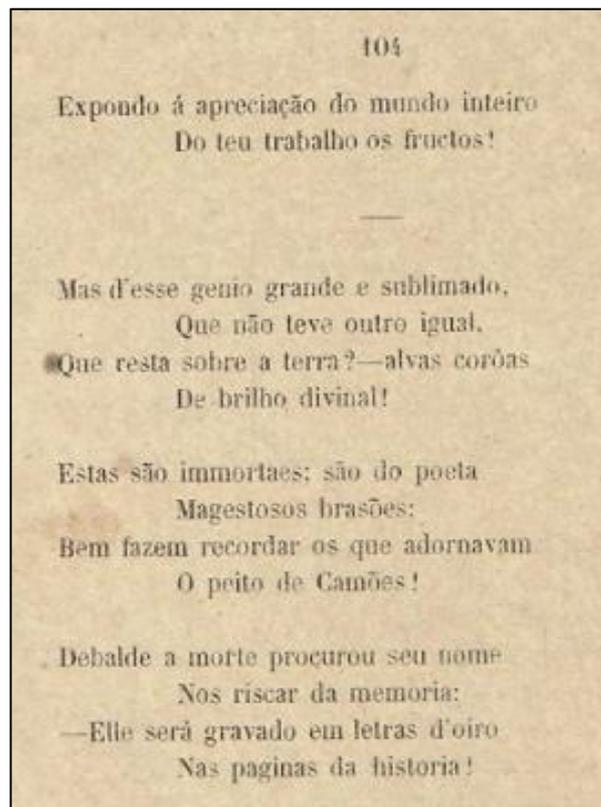
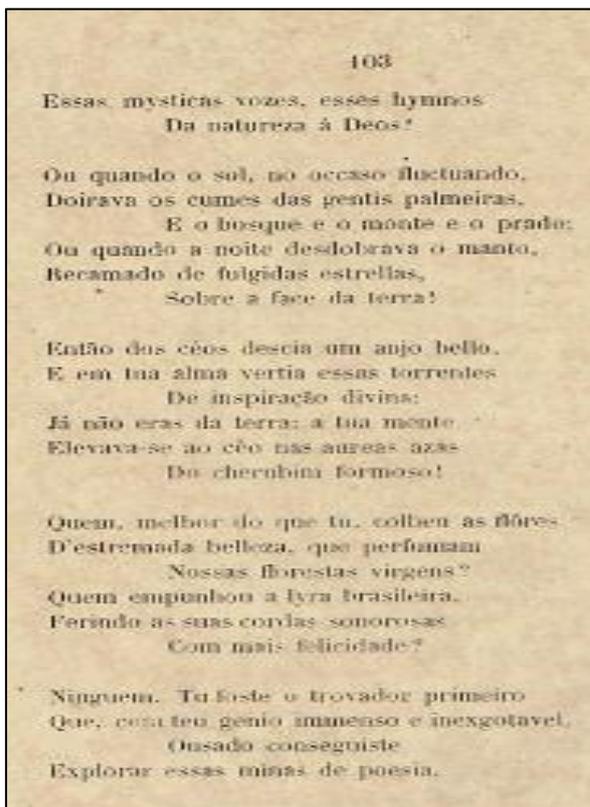
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A terceira chamada de ‘Poesias Diversas’, ofereceu à Agostinho José de Almeida e é composta por vinte e nove poesias: 26) Esta noite; 27) O mendigo; 28) Quem déra; 29) A Elisa; 30) Gonçalves Dias; 31) A sombra do páo-d’arco; 32) Epigramma; 33) Adeos; 34) Epigramma; 35) Longe de ti; 36) Nas praias do Guajará; 37) Se eu morresse hontem; 38) Desejo; 39) No baile; 40) Passado e presente; 41) Esperança extincta; 42) Dôr filial; 43) Ao meu amigo P. de V; 44) Meu amor; 45) Rosa colhida; 46) Consolação; 47) Anhelos; 48) Esperança; 49) Desalento; 50) Ode. (A um amigo); 51) Outr’ora; 52) No álbum de N. M. d’Abreu; 53) Sonho; 54) A um menino.

Nas poesias diversas, que estão entre as páginas 84 e 162, o autor faz homenagem a um dos maiores poetas da primeira geração romântica, em quem muito se inspirou com a poesia Gonçalves Dias (1823-1864). Conforme imagens abaixo:

Imagem 31, 32, 33 e 34: Poesia - Gonçalves Dias.

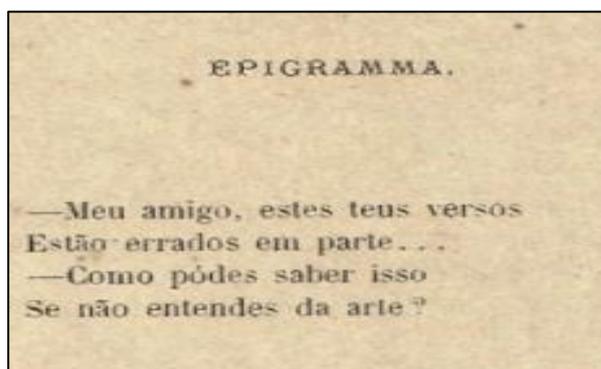
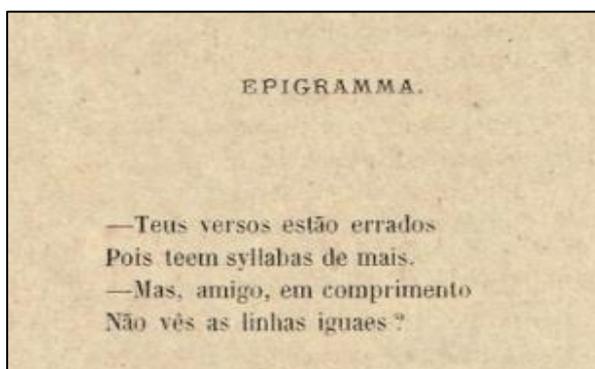




Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Além dessa poesia, dois Epigrammas³⁰ chamam atenção para o tom satírico do autor. Não se sabe se isso é uma resposta a alguma crítica recebida em relação a suas poesias, mas sabe-se que as epigramas eram utilizadas na literatura para ironizar determinada situação contra instituições, costumes ou pessoas.

Imagens 35 e 36: Epigrammas.

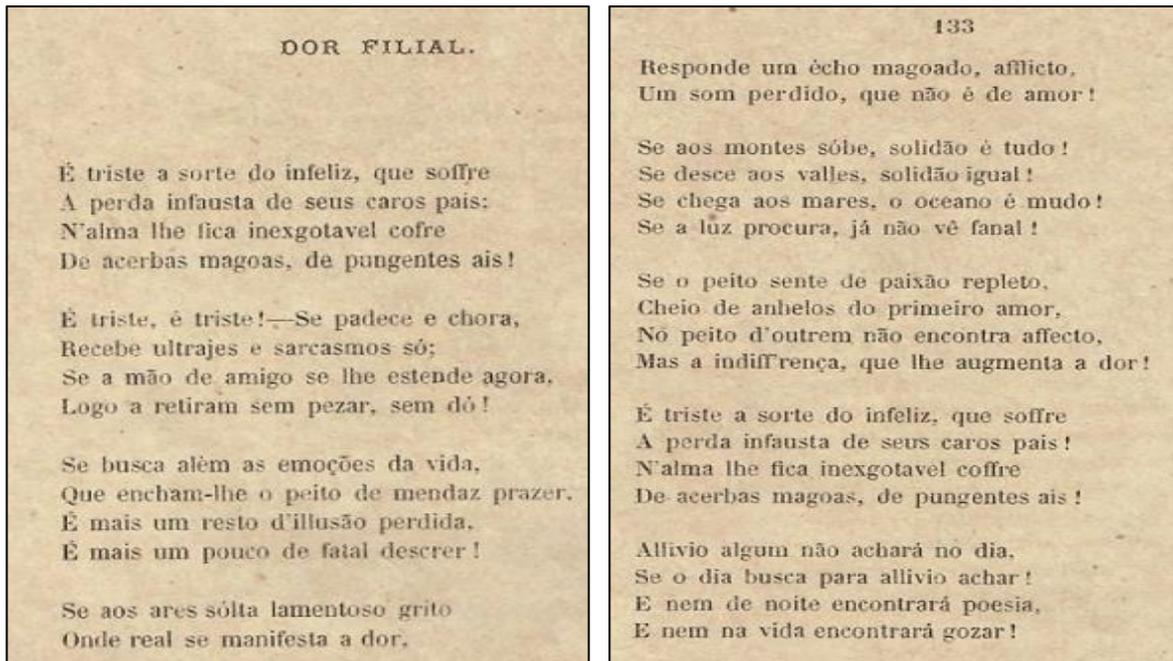


Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

³⁰ De acordo com o jornal da Universidade de São Paulo, os Epigramas eram utilizados na literatura para apresentar a elegia, a sátira, o cinismo e outras tantas formas de expressão do sentimento humano. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/epigramas-de-marcial-lingua-ferina-e-erotismo/#:~:text=Na%20Gr%C3%A9cia%2C%20a%20epigrama%20era,de%20express%C3%A3o%20do%20sentimento%20humano.>

No entanto, é o sentimento de tristeza que perpassa a maioria dessas poesias, especialmente na poesia *Dor Filial*, na qual ele lamenta a perda infausta de seus pais e em *Passado e Presente*, na qual relembra sua infância feliz em seu lar sentado ouvindo as histórias que lhe eram contadas, mas também relembra as dores de seu pai antes da morte e a partida da mãe. Conforme imagens abaixo:

Imagens 37 e 38: Poesia - Dor Filial



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Imagens 39, 40, 41, 42, 43 e 44: Poesia - Passado e Presente

PASSADO E PRESENTE.

Onde os que amei? Sumiram-se.
 Onde o que eu fui? Deixou-me.
 D'elles, só vãs memorias:
 De mim, só resta um nome.
 (A. P. de CASTRO.)

Naquella idade de prazer continuo,
 Em que não conhecemos o infortunio:
 Em que a flôr de nossa alma, s'entre-abrindo,
 Doces perfumes de innocencia exhala;
 Nessa quadra mimosa em que a alegria
 N'alma nos sobrenada, como a rosa
 Simples do monte nas tranquillias aguas
 De limpido regato; em que serena
 Nos corre a vida, como as ondas mansas
 Quando adornada jaz a tempestade.—
 Fui eu feliz então. Minh'alma insonte,
 Repleta de fagueiras esperanças,

125

Sêde de affectos saciou na fonte
 Do paternal amor, e amor materno.
 Oh! fui muito feliz!
 Anos saudosos,
 Porque passastes pelo céu da vida
 Co'a ligeireza de dourada nuvem
 Quando desce ao occidente o rei dos astros?

Oh! muitas vezes, junto ao lar sentados,
 Historias se contavam mui singelas,
 —Crenças do povo, que são bellas sempre!
 E eu escutava admirado, e cria
 Nas maravilhas d'esses lindos contos!

Outras vezes, correndo pelo prado,
 Colhia os goivos, da tristeza imagem,
 Sentindo as auras me beijar na face.
 Vendo alvas nuvens pelo céu vagando
 Como um bando de cygnos; e no occaso
 O sol se mergulhando. Então, criança,
 Sem ter provado ainda amargas fezes
 Da desventura, já sentia o peito
 Oppresso de tristeza indefinivel,
 E as lagrimas ás vezes me corriam
 A fio e fio pela face ardente.
 Não ha, não ha ninguém cá neste mundo
 Que impassivel contemple o rei dos astros
 No occaso fluctuando, —e que não sinta
 Doce melancolia dentro d'alma.

126

Ao meditar nessa hora de mysterio,
 De saudade, de amor: seja elle infante,
 Pertença á puberdade ou á juventude,
 Ou tenha já na fronte as rugas tristes
 Da velhice: eu, infante, já vertia.
 Á essa hora, pranto de innocencia cheio.
 Mas era então ephemera a tristeza:
 Vinha logo o prazer cobrir meu rosto
 E inundar a minh'alma de ventura.
 Tal passa a nuvem negra em céu sereno,
 E a esplendidez do sol, que fulgurava,
 Modifica, ou extingue; porém logo,
 Passando, deixa-o ver mais perfulgente,
 De mais bello primor, de brilho estremo,
 Inundando o universo com seus raios.

Julgava ser eterna então a vida
 Que serena passava, entre delicias,
 Como a rosa vertendo aromas gratos
 Entre mil flôres de estremada essencia!
 Mas ai! nuvem tristonha e carregada
 No horizonte apparece, e logo extingue
 O fulgor do meu sol de flicidade.
 Vi meu pai no seu leito de agonias
 Exhalando o suspiro derradeiro!
 Triste de mim!—dizia—; era este o iman
 Que a ventura á existencia me prendêra!
 Era elle quem juncava de boninas
 O trilho que eu seguia; e agora. . . Triste,

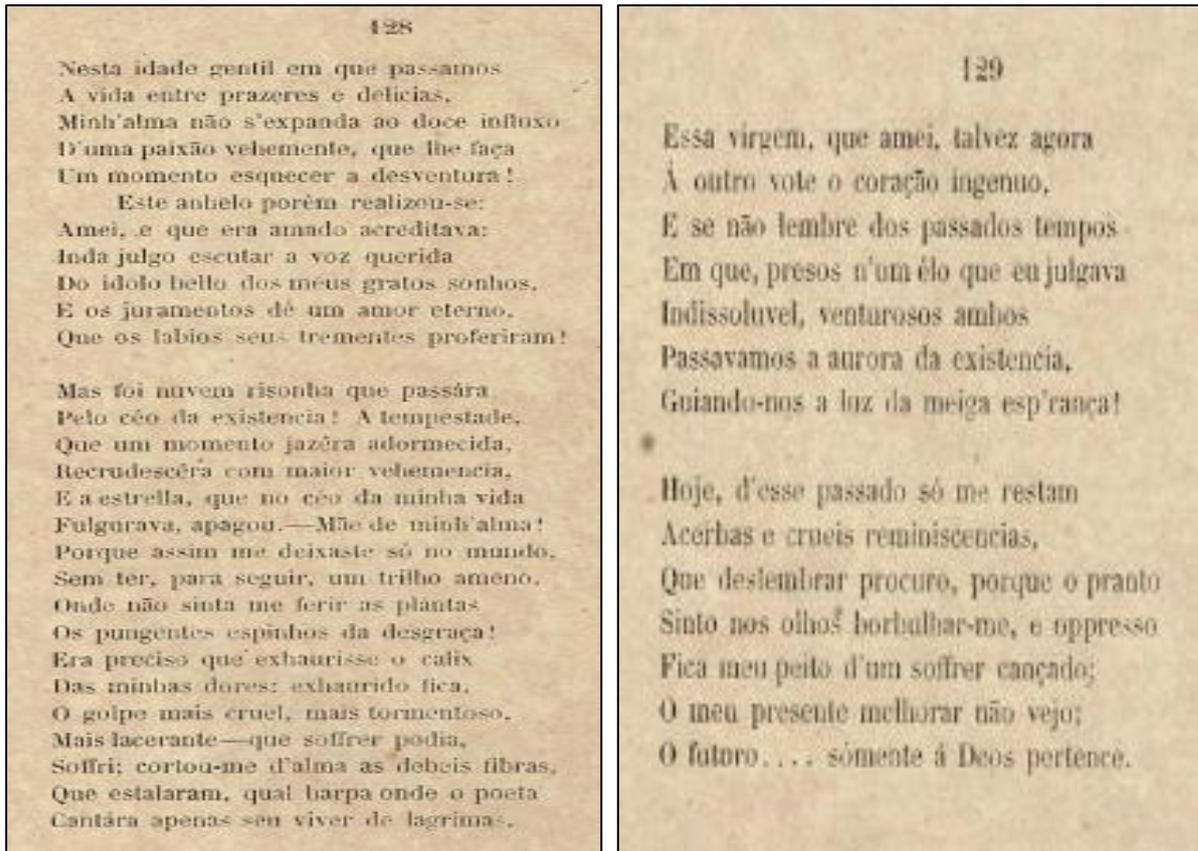
127

Triste de mim! não mais terei de vê-lo!
 Não mais irei beijar-lhe as cans honradas!
 Não mais eu sentirei na face o ósculo
 De seu affecto paternal e santo!
 —Não mais!—os échos desta voz sentida
 Ao meu grito d'angustia respondiam.

Ficára-me porém a mãe querida,
 Rico thesouro de um amor sublime,
 Unico arrimo, derradeira esp'rança
 Que me restava na existencia ingloria!

Cheguei á puberdade e á juventude,
 Tendo n'alma os espinhos da desgraça,
 E notei os sorrisos de alegria
 Nos labios dos mancebos venturosos
 Cuja existencia era um condão de gozos,
 De flicidade e amor, d'esp'rança e gloria;
 E, co'a fronte pendida sobre o peito,
 Correr deixava meu dorido pranto,
 Como o orvalho da noite gôta a gôta
 Cai na face da terra. Assim no exilio
 O desterrado vê surgir a aurora,
 Que transpõe os umbraes do novo dia,
 Recendendo perfumes, e trajando
 As galas matinaes, —e verte lagrimas,
 Em vez de se alegrar, e de sorrir-se,
 Como as aves e as flores e a natura.

Ai!—dizia—; é possível que tão joven,



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Nessa poesia o vigiense expõe o quanto foi feliz em ter saciado sua sede nos afetos de seus pais. E diz que em suas memórias estão os momentos em que quando estavam juntos em seu lar eram-lhe contadas histórias populares que continham as crenças do povo, as quais escutava admirado e acreditava nas maravilhas dos contos que lhe eram apresentados. Tempo este em que julgava ser eterna a vida, no entanto, o fato de ter presenciado seu pai em seu leito de agonia o fez entender que a vida é passageira e quando seu pai morreu o poeta sentiu que havia perdido seus trilhos. Ao lamentar a morte da mãe afirma que acabou ficando só no mundo, sem sequer ter um trilho ameno para seguir, recebendo um golpe cruel e tormentoso. O autor conclui que naquele momento só restavam as vagas lembranças do passado e em seu peito só sentia um sofrer cansado, por isso não via o seu presente melhorar e no futuro não tinha esperanças, pois este só pertencia a Deus.

As características da obra apontam que Vilhena Alves fazia parte da primeira geração do Romantismo no Brasil, que foi um movimento artístico que representou a burguesia do século XVIII e XIX. A primeira geração do romantismo ficou conhecida pela idealização dos indígenas, seu apogeu ocorreu entre 1840 e 1870, sendo a primeira tentativa de formação de uma temática nacional, a qual ficou conhecida como “Indianismo”. Seus maiores expoentes

foram o poeta Gonçalves Dias, com o poema *I Juca Pirama*, e o romancista José de Alencar, com *Iracema* e *O Guarani*. Assim, os ideais dessa burguesia estão presentes nas obras românticas, dentre os quais podemos citar: egocentrismo (culto ao “eu”; o indivíduo como centro da existência); nacionalismo; exaltação da natureza; idealização do herói, do amor e da mulher; fuga da realidade por meio da morte, do sonho, da loucura ou da arte, nesse sentido, o Romantismo brasileiro foi inicialmente, sobretudo, nacionalismo. E nacionalismo foi antes de mais nada escrever sobre coisas locais (Candido, 2002).

A partir da página 165 o autor trás várias notas explicativas sobre o significado de algumas palavras e expressões utilizadas. Esta parte ele também dividiu em notas americanas, religiosas e diversas. Nas notas de poesias religiosas o poeta vigiense traz informações de que enviava algumas poesias para os jornais da Vigia e de Belém, e expõe notas críticas do *Jornal do Pará* e do *Diario do Gram-Pará* acerca da poesia A Minha Musa.

A poesia do Snr. Vilhena Alves, que traz por titulo a – Minha Musa – brilha, já principalmente pelo seu fundo de religião, já pelo bem acabado da obra. Composições como esta, á que referimos, são flores exquisitas, que raras vezes brotam de corações adolescentes, quasi sempre entregue ás primeiras impressões de amor sentido ou imaginado (*Jornal do Pará, Monodias, 1868, p. 171*).

A *minha musa* é como a profissão de fé do poeta, grave como uma supplica e lyrica como uma endeixa do coração. Os laivos suaves de sentimento, que tão delicadamente se engranzam á uncção de piedade derramada n’aquelles thenos, que parecem reflectir o raio edenea que aclarea a inspiração, repassam na composição uns toques de lyrismo, religioso e apaixonado, que são a nosso ver revelações de exulberancia de estro com que é, falado o novel poeta. Ha faltas na poesia A minha Musa; mas ha tambem bellezas e muitas [...] (*Diario do Gram-Pará, Monodias, 1868, p. 171*).

A obra totaliza cinquenta e quatro poesias e em suas primeiras páginas o intelectual explica que a maior parte das poesias que compunham este livro já haviam sido publicadas em jornais na capital. Umas com epígrafe de ‘Poesia’ agora ganhavam títulos distintos, outras que já possuíam título o autor só as manteve. No entanto, todas as poesias passaram por alterações:

Onde encontrei versos frouxos ou duros, procurei tornal-os mais melodosos; as rimas obrigadas tornei-as o mais possivel naturaes: tirei muitas estrophes em que o mesmo pensamento era repetido por differentes palavras; onde o estylo se não mostrava corrente e facil, despido de atavios superfluos: envidei os meus esforços em dar-lhe o cunho da simplicidade e singeleza; alterei, finalmente, e supprimi tudo o que entendi que devia ser alterado e supprimido (*Vilhena Alves, 1868, p. VI*).

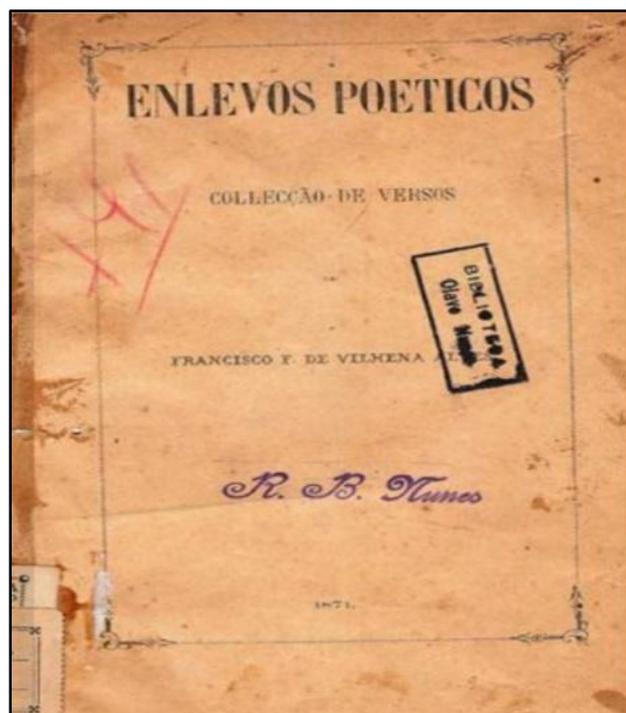
O vigiense suprimiu e alterou tudo que julgou necessário esforçando-se para garantir ao leitor uma leitura com tons de simplicidade e singeleza. No entanto, o autor da coleção de poesias, estava certo de que, por falta de estudos necessários, ainda iriam surgir alguns erros,

mas pede humildemente que o público perdoe a insuficiência de conhecimentos literários que possuía.

❖ *Enlevos poeticos*

Enlevos³¹ poéticos, segunda obra poética do intelectual, é uma coleção de versos publicada em 1871, pela Livraria dos editores-proprietários Carlos Seidl e companhia.

Imagem 45: Enlevos poeticos: collecção de versos, 1871.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A obra é simples e a capa traz informações como nome da obra, do autor e ano de publicação. O poeta vigiense dedica a obra ao Bispo diocesano Dom Antonio de Macedo Costa e na contracapa é apontado que todas as poesias são de cunho religioso.

Os editores explicam ao leitor que esta é uma coleção composta pelo modesto e desprezioso poeta paraense, pois em um tempo em que o positivismo material imperava era bastante escassa a procura por poesias no mercado literário e isso se acentuava quando a poesia era de cunho religioso.

Vilhena Alves procurou inspirar-se na religião e em vários salmos das escrituras sagradas. Os editores afirmam que este pequeno livro poderá proporcionar, aos que tiverem

³¹ Conforme o Dicionário online Aulete, Enlevos seria uma sensação de contentamento, prazer ou êxtase. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/enlevo>. Acesso em 13 de abr de 2024.

interesse, alguns momentos de prazer. Assim como foi feito em *Monodias*, que foi enviada ao amigo Antonio Raiol, por decisão dos editores e do autor, um manuscrito do livro foi enviado ao intelectual Julio Cezar Ribeiro de Souza³², sendo solicitado que este desse um franco parecer a respeito da obra.

Conforme Julio Ribeiro,

Nesta epocha em que os juizos criticos servem mais para dar largas ao pedantismo litterario de quem os escreve, do que para dizer a verdade sobre as obras ajuizadas; nesta epocha, digo, negar-me-hia a satisfazer o pedido de V. S., se a distincção que me fez não m obrigasse o contrario, e se um sentimento expontaneo de interesse pelo autor dessas producções, a quem hontem vi pela primeira vez, não me inspirasse o deejjo de dar-lhe esta insignificante prova de meu apreço.

Vou, pois, expender sincera e cordialmente o que penso dessas poesias, não com a pretenciosa autoridade litteraria de que, tanta gente faz alarde, mas simplesmente como homem que, depois de lêr attentamente uma obra, manifesta, sem segunda intenção, as impressões que recebeu da leitura della (Vilhena Alves, 1871, p. VII - VIII).

O gramático não faz comparação de Vilhena Alves com outros autores, como era de praxe daquele tempo, pois para ele era perda de tempo fazer uma crítica fastidiosa. Assim, considerou “acho boa a colleccção de poesias do sr. Vilhena Alves, e, se me fosse dado levar em conta as difficeis circumstancias com que esse moço teve de lutar na confecção dellas, julgando-as relativamente, achal-as-hia optimas”, além disso, Julio Cesar fica surpreso que tão novo e “cujo espirito não pôde ainda ilustra-se convenientemente, haja podido escrever com mão de mestre poesias realmente dignas de todo o apreço”, portanto, era isso que ele julgava admirável, pois considerava Vilhena Alves a revelação de um talento superior “capaz de constituir mais tarde uma gloria litteraria para a terra de seu berço” (Vilhena Alves, 1871, p. VIII).

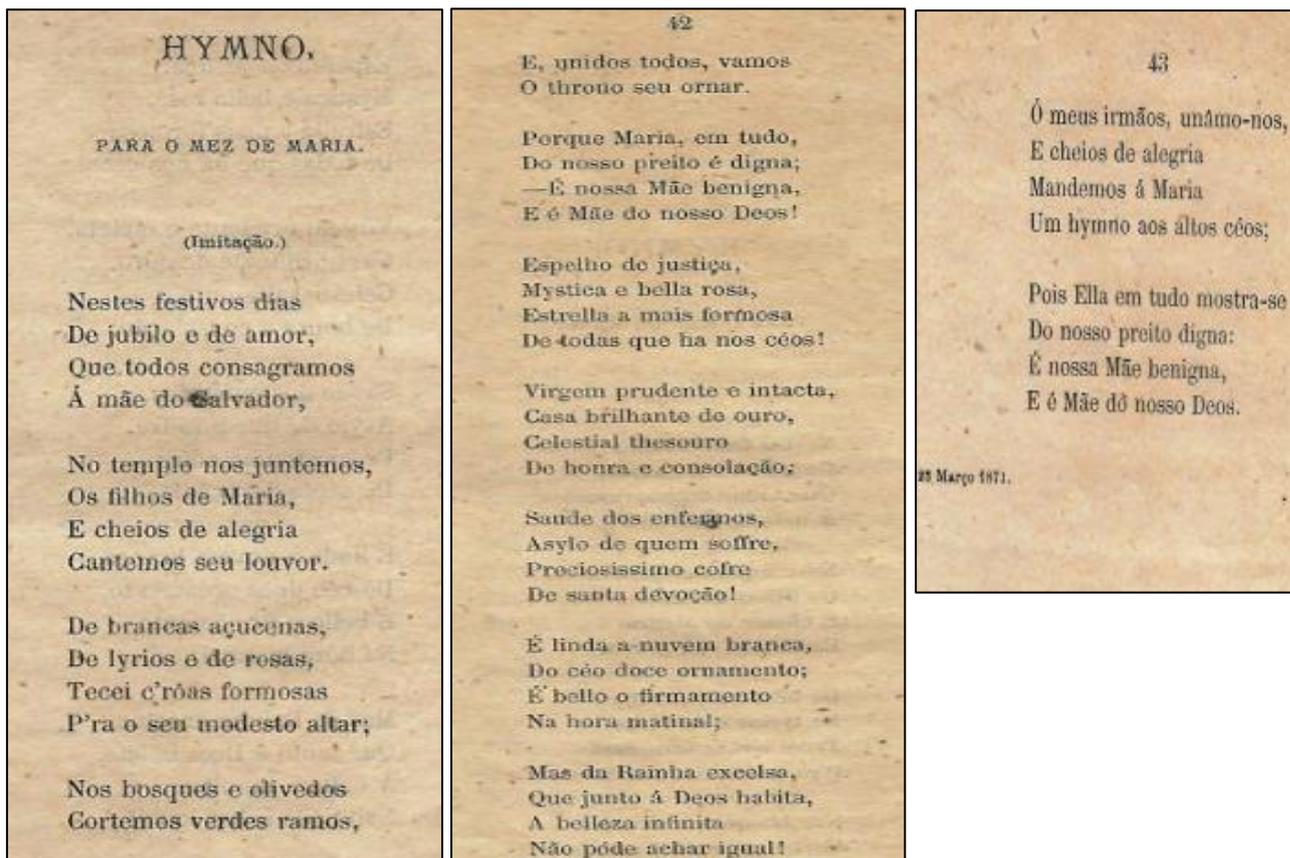
As poesias são compostas de forma simples e a simplicidade que reina nos versos não é monótona, mas cheia de energia e variedade, além disso, conforme Julio Ribeiro em seu parecer, o autor expressa um estilo próprio e diferente da obra *Monodias*, nesta, as poesias são felizes com metrifcação e rimas fáceis.

Enlevos poéticos possui 101 páginas e foi dividida em duas partes. A primeira parte da obra intitulada de *Poesias Religiosas*, na qual o autor utiliza como inspiração passagens da bíblia, especialmente o livro de Salmos. Esta parte é composta por dezesseis poesias e dentre elas estão: 1) Invocação a Jesus (oferecida ao amigo Araujo Nunes); 2) Psalmos I; 3) Idéa de Deos (baseado nos salmos 77 e 108); 4) Psalmos IX (dividido em duas partes); 5) Psalmos XLV

³² Julio Cezar Ribeiro de Souza foi um intelectual paraense que nasceu em 13 de junho de 1843, na vila do Acará e acabou se destacando por ser o primeiro autor a publicar uma gramática da língua portuguesa, destinada ao ensino do vernáculo, na província do Pará (Moreira, 1979).

(oferecido ao Dr. Antonio J. Lopes Filho); 6) Psalmos XLI; 7) Psalmos CXII; 8) Dia de finados, (composto no cemitério de N. S. da Soledade); 9) Psalmos XXII; 10) Fé; 11) Psalmos CXXV; 12) Psalmos CXLIX; 13) Hymno do Natal (baseado no salmo 94); 14) Hymno para o mez de Maria; 15) Hymno (para a santíssima communhão); 16) Protecção de Deos sobre os justos (oferecida aos Srs. J. da C. Rodrigues e L. da Costa R.).

Imagem 46, 47 e 48: Hymno para o mez de Maria.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A poesia apresentada acima representa um pouco do catolicismo vivido pelo poeta vigiense. Pesquisadores embasados em documentos ou nas narrativas apresentadas ao longo da história e conforme apontado pelo próprio site do Círio de Nazaré³³, ainda no ano de 1653, os Jesuítas foram os responsáveis por iniciarem a devoção à Nossa Senhora de Nazaré, na localidade de Vigia de Nazaré, no Pará. Isso mesmo, todo esse ajuntamento de fé se inicia na cidade do vigiense, mas apesar da origem ser atribuída àquele local, o Círio, pelo menos

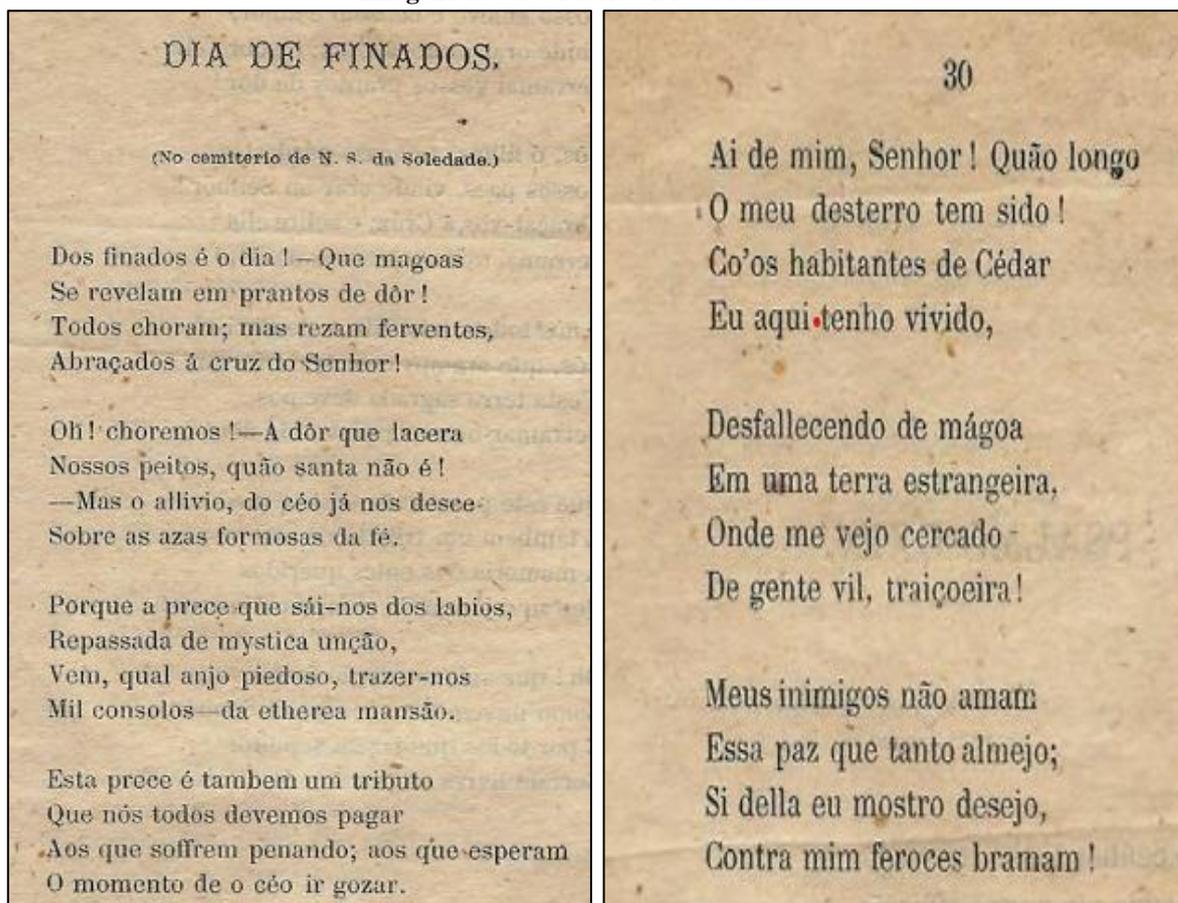
³³ Disponível em:

<https://www.ciriodenazare.com.br/cirio/historias#:~:text=As%20v%C3%A1rias%20vers%C3%B5es%20para%20o%20achado%20da%20Imagem&text=Ainda%20em%201653%2C%20os%20Jesu%C3%ADtas.anos%20ap%C3%B3s%20o%20de%20Bel%C3%A9m.> Acesso em: 13 de abr de 2024.

enquanto romaria, foi instituído somente a partir da metade do século XIX, vários anos após o de Belém.

Outra poesia que chama atenção é ‘Dia de Finados’, que traz uma indicação de que foi composta no Cemitério da Soledade.

Imagens 49 e 50: Poesia - Dia de Finados.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Conforme Rodrigues (2012), em meados do século XIX, Belém sofreu uma epidemia de febre amarela, tornando-se necessário a construção de outro cemitério na cidade, tendo em vista que o cemitério da Paz, que ficava no Largo da Campina, era utilizado para sepultar escravos e indigentes, enquanto que a elite era, clandestinamente, enterrada nos terrenos das igrejas. Dessa maneira, em janeiro de 1850, é inaugurado o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, no bairro Batista Campos. De acordo com a autora,

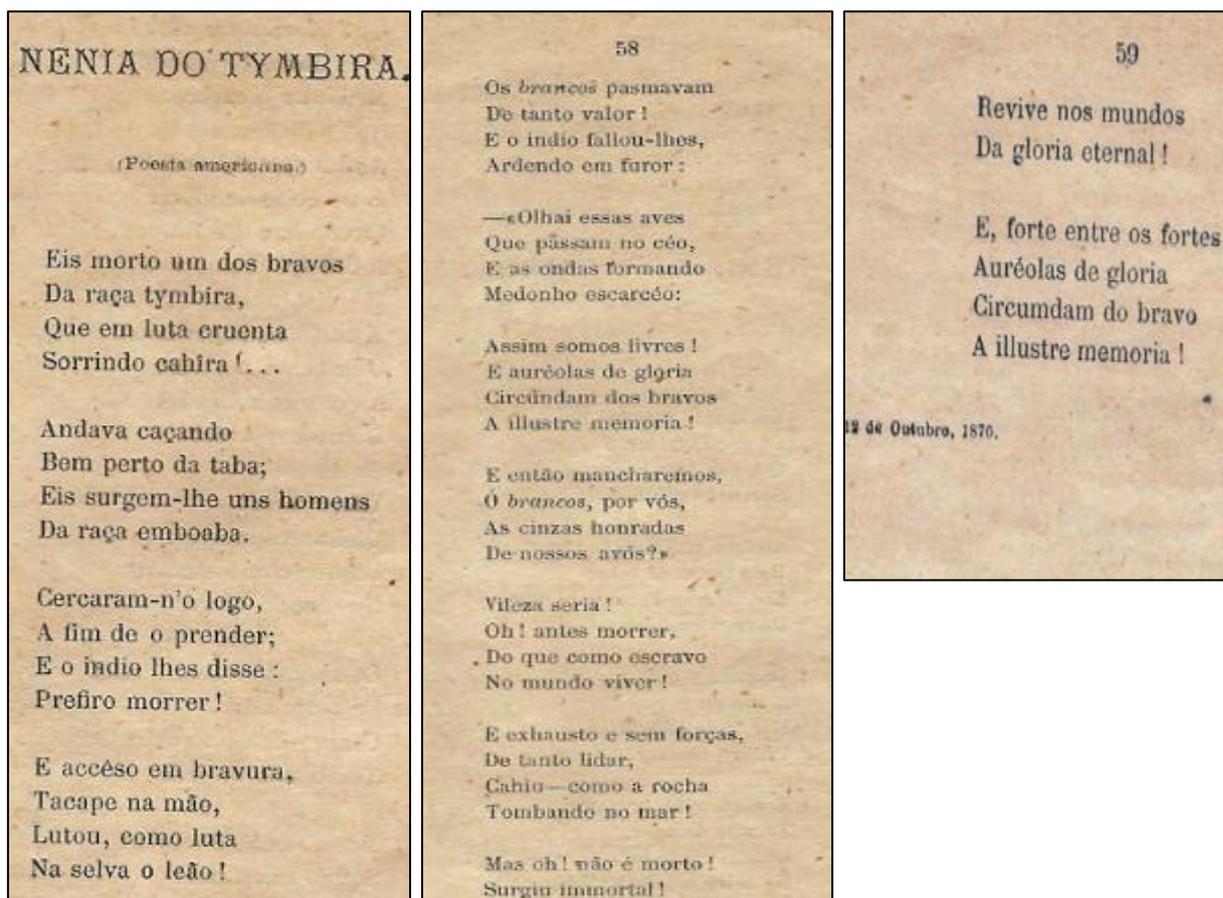
O local foi inspirado no estilo monumental de cemitérios europeus, seguindo as linhas do período artístico do romantismo, com a adoção de materiais, obras de escultura e cantaria de Portugal e Itália. Apresenta mausoléus e túmulos com rico simbolismo funerário, revelando ideais da época, fatores socioeconômicos, ocupações, valores familiares e conjugais. Sua riqueza refletiu o poder econômico trazido pela cultura da borracha (Rodrigues, 2012, p. 9).

O fato de Vilhena Alves compor esta poesia no Cemitério Soledade, enquanto adepto do romantismo, retrata a particularidade dos poetas românticos que utilizavam a poesia como fuga da realidade por meio da morte, da arte, da loucura. Com o poeta vigiense não foi diferente.

A segunda parte da obra ‘Poesias Diversas’ é dedicada a Julio Cesar Ribeiro de Souza e é composta por doze poesias, tais como: 17) Minha mãe; 18) Nenia do Tymbira; 19) Anhelos; 20) Vem comigo; 21) Felicidade; 22) No baile; 23) A rosa; 24) Sonho desfeito; 25) Canção do pescador; 26) No album de F. M.; 27) Anjo-Demonio; 28) Desalento.

Nessa parte da obra os traços da tradição literária conhecida como ‘indianismo’ retornam em Nenia do Tymbira, onde o autor narra uma batalha de um índio contra os brancos, denominados como emboabas³⁴, nome dado aos portugueses com significado de estrangeiro, forasteiro. Vilhena Alves inspira-se em *Os Tymbiras* (1857), de Gonçalves Dias para escrever esta poesia. Conforme imagens abaixo:

Imagens 51, 52 e 53: Poesia - Nenia do Tymbira.

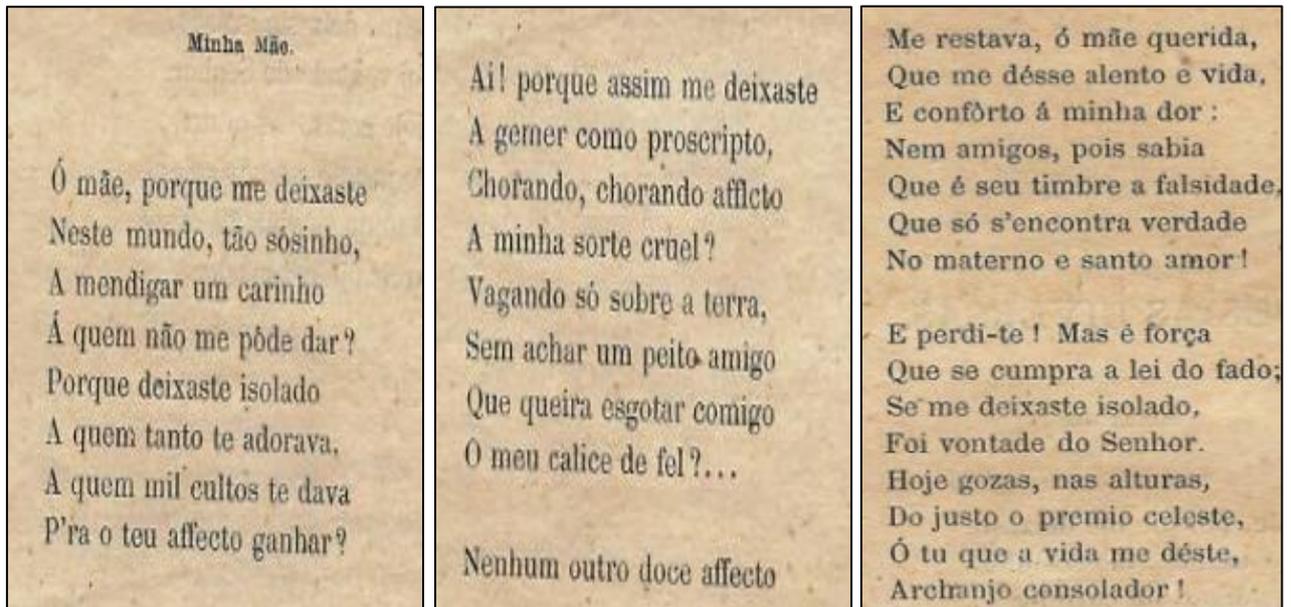


³⁴ De acordo com a Universidade Federal Fluminense, durante o período colonial, emboaba era a denominação dada às pessoas que chegaram à região das minas, onde os paulistas haviam encontrado ouro, estabelecendo-se para explorar metais preciosos. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/guerras-dos-emboabas/>.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Assim como em *Monodias*, o intelectual faz uma homenagem ao seu pai, em *Enlevos Poeticos* também homenageia sua mãe, com uma poesia cheia de lamentação.

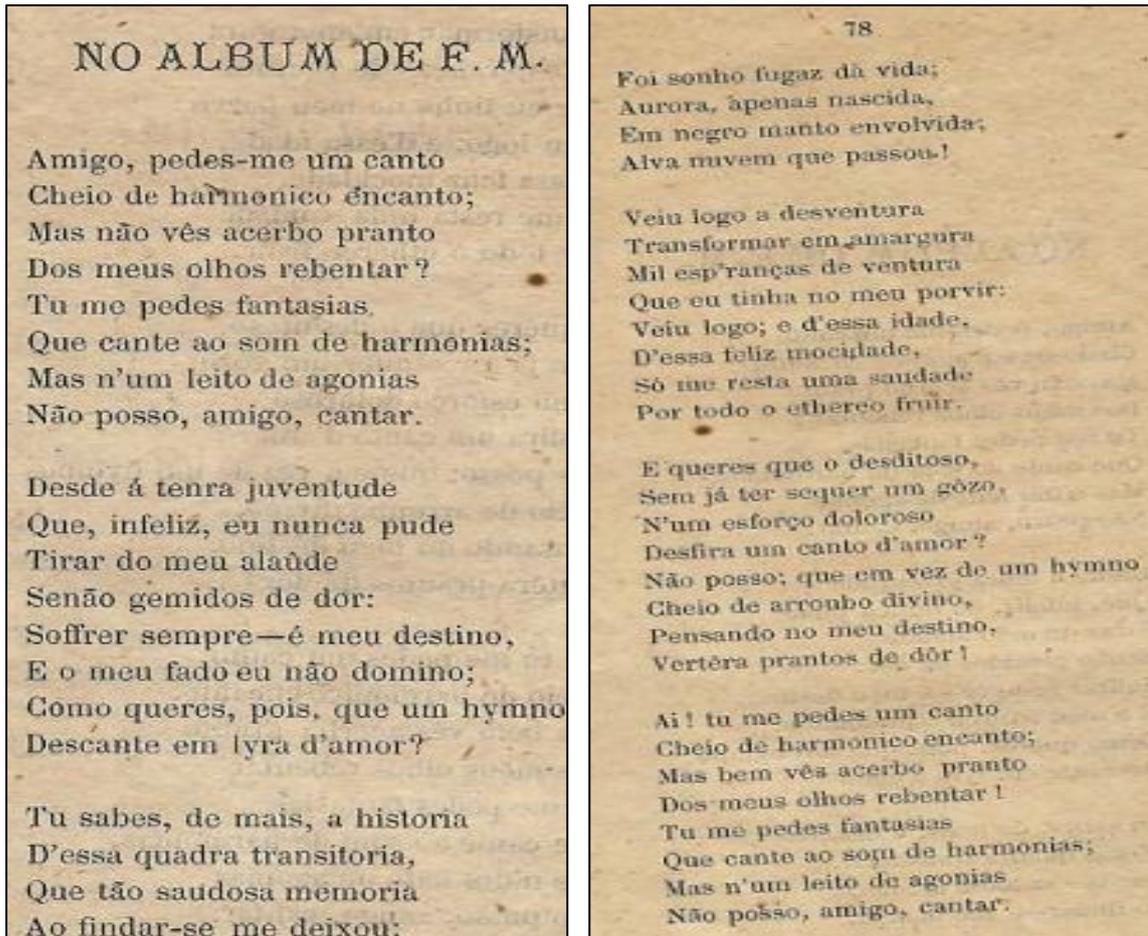
Imagens 54, 55 e 56: Poesia - Minha Mae.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Aos 17 anos de idade, em 15 de agosto de 1865, Vilhena Alves escreve uma poesia a pedido de seu amigo Francisco de Moura Palha, professor e político de Vigia, para compor seu álbum. No entanto, a poesia é repleta de dor e agonia. Seis anos depois, o poeta vigiense publica a poesia em seu livro com a indicação 'No album de F. M'.

Imagens 57 e 58: Poesia - No Album de F. M..



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Ao escrever uma carta agradecendo o amigo por ter disponibilizado a poesia para juntar à sua coleção, o autor declara que ao ler novamente sua produção vieram-lhe lembranças dos sofrimentos daquele tempo, e principalmente a causa deles. O autor confessa ao amigo:

Infelizmente (ou felizmente?) hoje vivo, como se costuma dizer, em *prosa rasa*, e já não tenho Elisas nem Dulcinéas para minhas musas; antes riu-me das loucuras d'aquela tempo, e muito mais d'estes *petimetres* casquilhos, janotas, bonecos enfeitados, ou como melhor se lhes deva chamar, heroes de *altos feitos*, de que a minha consciencia felizmente me não accusa!

Hoje, é raro pegar na penna para escrever versos; e quando o faço, é sem esperança de agradar, pois a maior parte das minhas novas poesias pertence ao gênero religioso, que, como se sabe, é pouco apreciado (Vilhena Alves, 1871, p. 89-90).

Esta foi a última obra de viés poético escrita pelo intelectual. E como ele mesmo explica, já não tinha mais as inspirações necessárias para escrever versos, pois já não tinha mais esperança de agradar a determinado público, e por escrever poesias do gênero religioso sabia que seriam pouco apreciadas.

Nas últimas páginas da obra Vilhena Alves traz algumas notas explicativas, mas o que chama atenção é o sentimento ressentido que perpassa algumas delas:

A 1ª nota é para explicar que não escreveu os versos “Não vês, bramindo em cólera, Meus inimigos féros?, Elles se julgam Neros, pequenos como são!”, com a intenção de ofender os altos poderes do Estado, pois conforme já apontado nesta pesquisa, o intelectual havia feito, naquele período, alguns inimigos na política, mas escreveu-os “para zurzir aos *mandões d’aldeia*, aos *Callingulas de pequeno formato*, que julgam ser grandes *figurões* na terra que lhes deu berço”, pois para o poeta estes “não têm ao menos a intelligencia precisa para poderem obrar por si”, dessa forma, serviam somente de instrumentos de vinganças mesquinhas nas mãos de seus dirigentes. Era a estes figurões a quem dirigia não só esses versos como também os demais desta poesia (Vilhena Alves, 1871, p. 87, grifos do autor).

Na 2ª nota, o poeta vigiense teve críticas aos que se diziam amigos, mas o seu timbre era de falsidade. O poeta explica que até tinha amigos, mas eram tão raros que podiam constituir exceção de regra, para a confirmação da regra geral. Até tinha amigos verdadeiros, mas a maior parte dos que se dizem tais, não o eram. Para ele, “os Iscariotes que, com riso nos labios, nos colhem as confidencias para assumpto de suas conversações, trahindo-nos assim com osculos de paz, não são amigos; nem aquelles que nos dispensam alguns favores e julgam-se por isso com direito de nos insultar” (Vilhena Alves, 1871, p. 88-89).

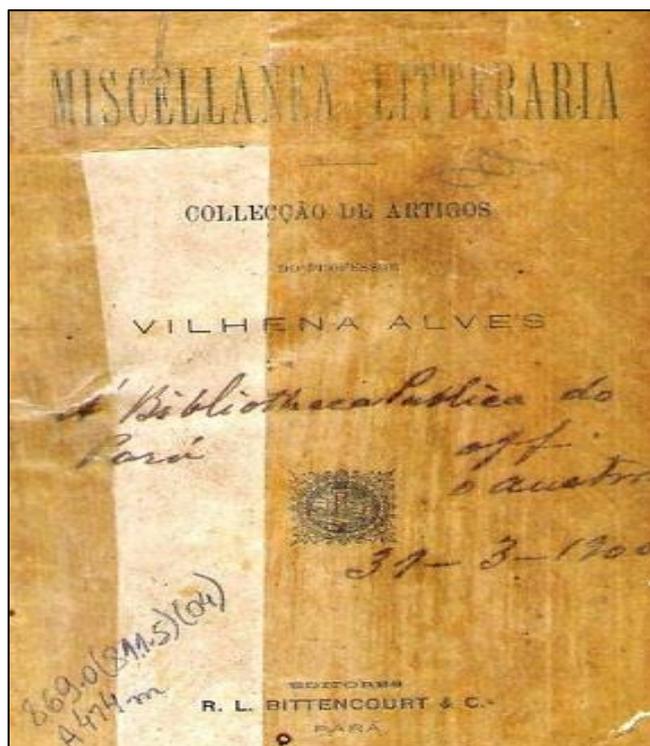
As palavras do poeta expressam que já havia sofrido algumas decepções, no que se refere as amizades que outrora havia cultivado, e encerra a obra com as seguintes palavras: “Amigos há, e amigos verdadeiros, unicos dignos de tal nome. Esses que passem, pois não nos referimos a elles, e sim ao hypocritas, aos traidores, aos Judas refalsadissimos, que se acaso nos beijam, só a fazem pelo desejo de nos verem pregados em uma cruz” (Vilhena Alves, 1871, p. 91).

❖ *Miscellanea Litteraria*

Miscellanea Litteraria é uma reunião de artigos jornalísticos produzidos por Vilhena Alves, nos anos finais do Império e Início da República, de 1886 a 1893. Alguns destes textos já haviam sido divulgados em jornais ou revistas, por isso a indicação ‘Colleção de artigos’.

A capa possui encadernação com lombada e cantos em couro. Além disso traz a indicação de que a obra foi editada no Pará, pelos editores da R. L. Bittencourt e Companhia, não se sabe ao certo em que ano foi publicada, mas sabe-se que foi na última década do período oitocentista, pois pela data dos artigos pode-se aludir que sua publicação ocorre de 1893 a 1899.

Imagem 59: Miscellanea Litteraria, 189?.



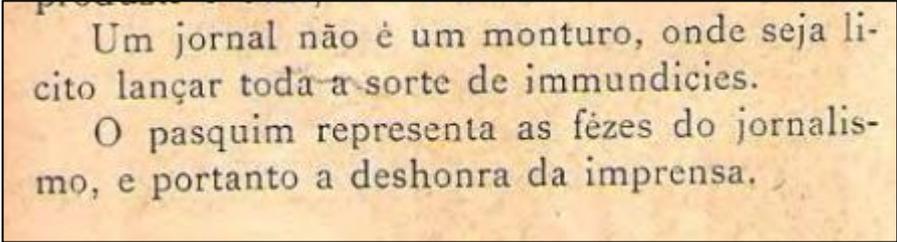
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Conforme Eidorfe Moreira (1979), esta é uma obra de divulgação dos escritos de Vilhena Alves que compendiou seus artigos que versavam sobre diversos assuntos, mas não se pode inclui-la em suas obras escolares, pois este não seria o seu fim. A obra possui 180 páginas e, assim como em suas primeiras obras, também é dividida em três partes.

A primeira parte ‘Artigos Litterarios’ é composta por onze artigos: 1) A mulher; 2) Esposos; 3) Ingratidão; 4) Erros e superstições populares; 5) Considerações sobre a liberdade de imprensa; 6) Domingo de ramos; 7) Jerusalem; 8) Crenças populares; 9) Amizade; 10) D. Antonio de Macedo Costa; 11) 13 de maio.

Destes chamam atenção o artigo *Considerações sobre a liberdade de imprensa*, no qual o autor expõe que, a seu ver, era necessário limitar o exercício da imprensa para que ela pudesse produzir o bem e não o mal. Em suas palavras,

Imagem 60: Considerações sobre a liberdade de imprensa, 1892.

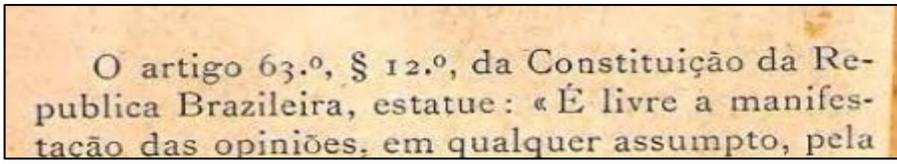


Um jornal não é um monturo, onde seja lícito lançar toda a sorte de immundicies.
O pasquim representa as fêzes do jornalismo, e portanto a deshonra da imprensa.

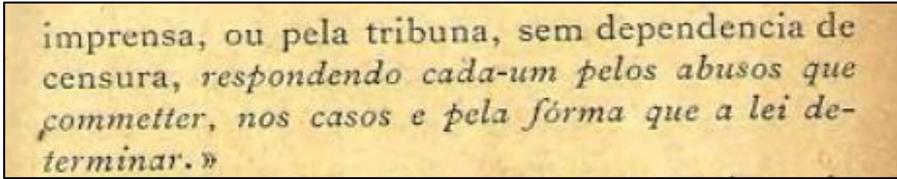
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Para fundamentar seu argumento o intelectual expõe trechos da Constituição da Republica Brasileira:

Imagem 61 e 62: Considerações sobre a liberdade de imprensa, 1892.



O artigo 63.^o, § 12.^o, da Constituição da Republica Brasileira, estatue: « É livre a manifestação das opiniões, em qualquer assumpto, pela

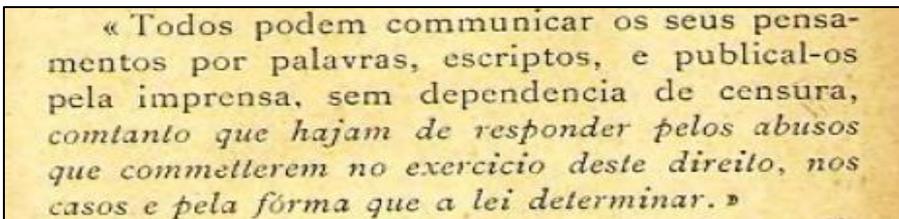


imprensa, ou pela tribuna, sem dependencia de censura, respondendo cada-um pelos abusos que commetter, nos casos e pela forma que a lei determinar. »

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O autor explica também que a própria Constituição do extinto Império não reconhecia a liberdade ilimitada da imprensa expondo o § 4^o do artigo 179:

Imagem 63: Considerações sobre a liberdade de imprensa, 1892.



« Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publical-os pela imprensa, sem dependencia de censura, comtanto que hajam de responder pelos abusos que commetterem no exercicio deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar. »

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O intelectual explica que estas leis de forma alguma restringem a liberdade de pensamento, mas era necessário punir os abusos cometidos no exercício desse direito. O autor conclui dizendo que é contra os abusos que ele clamava, para que a imprensa fosse um veículo de bem e não transmissora de mal, para que fosse a luz que esclarecesse os espíritos e não a noite do erro ao envolve-los em confusões caóticas (Vilhena Alves, 1892).

Ao utilizar a expressão “o pasquim representa as fezes do jornalismo” não se sabe sobre qual veículo da imprensa ele estava falando, ou se era direcionado a algum jornalista em específico, pois no período haviam muitas discussões partidárias por meio dos jornais. Mas sabe-se que havia um intenso embate entre os partidos Conservador e Liberal o que, por sua vez, “implantou na história da imprensa da cidade de Vigia árdua discussão sobre diversas temáticas, possibilitando debates acalorados a respeito de assuntos os mais diversos. *O Liberal da Vigia* utilizava palavras que buscavam rebaixar o jornal *A Constituição*, chamando-o de “Gazetinha”, “Papel” ou “Pasquim”” (Santa Brígida e Seixá, 2019, p. 11).

Quanto a isso, Silva (2019), ao citar Max Leclerc, correspondente francês que veio cobrir o início do Regime republicano no Brasil, bem como o cenário jornalístico, descreveu que em 1889, a imprensa brasileira era um reflexo fiel do estado social que nascera do governo paterno e anárquico de D. Pedro II. Havia sim grandes jornais providos de certa organização material e que viviam especialmente de publicidade, organizados como uma empresa comercial, visando empregar toda sua influência na orientação da opinião pública. Não obstante, havia também uma multidão de jornais de partidos que estavam longe de ser bom negócio, viviam dos auxílios dados pelos partidos, por um grupo ou até por um só político, por isso só eram lidos se o homem/partido que os apoiava estava em evidência ou era temível.

Talvez o que Vilhena Alves estava tentando dizer no período, é o mesmo que Silva (2019) pontuou, afirmando que na atualidade a liberdade de expressão passou a ser confundida com violação da intimidade e isso surge como consequência de um limite que notadamente tem sido esquecido pelas pessoas. Assim como Vilhena Alves, Silva (2019) afirma que a liberdade de expressão é extremamente relevante para uma democracia, mas não quando os abusos cometidos no exercício desse direito violam ou invadem o direito do outro.

Outro artigo bastante interessante é o intitulado *D. Antonio de Macedo Costa*, que havia sido arcebispo do Pará e a quem Vilhena Alves tinha grande apreço. O intelectual escreve e publica este artigo cinco dias após a morte do arcebispo. Trata-se de um tributo à morte do religioso, em suas palavras, incontestavelmente, o mais brilhante luzeiro do Episcopado brasileiro (Vilhena Alves, 1891).

Imagem 64 e 65: D. Antonio de Macedo Costa, 1891.

As luminosas Pastoraes com que doutrinava o povo paraense; outros muitos livros que publicou, cheios sempre das mais puras e orthodoxas doutrinas; o Seminario Menor de Nossa Senhora do Carmo, o Instituto Providencia, o Asylo de Santo Antonio; a Cathedral, que elle transformou de templo modesto em magestosa e imponente basilica; o devotamento, a dedicação inexcedivel pela Religião e pelo progresso e engrandecimento de sua diocese; são titulos

de gloria que elevam o inclito Prelado a uma altura a que ainda não attingiu sacerdote nenhum no Brazil.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Para o vigiense, Dom Antônio de Macedo Costa possuía uma dialética poderosa que pulverizava os magros sofismas daqueles que ousavam propagar doutrinas contrarias às crenças católicas. Como cidadão é claro que foi um homem que errou, mas soube resgatar nobremente um ou outro erro, não só com ao labores e sacrifícios de uma vida imaculada, quanto com um fervor incessante pelo desenvolvimento moral e intelectual de sua vasta diocese (Vilhena Alves, 1891).

Ao narrar os feitos do bispo, o intelectual afirma que quando no ministério do Visconde do Rio Branco se agitou a questão religiosa, o religioso se colocou à frente da batalha e se opôs as leis absurdas do Império, as quais pretendiam subjugar a consciência do Episcopado com os decretos serôdios do Marques de Pombal, além disso, teceu muitas críticas e, no período, se opôs à maçonaria, por conta disso foi condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça a cinco anos de prisão com trabalhos forçados por crime de sedição. No entanto, conforme o vigiense, o governo imperial por não conseguir encontrar um sacerdote bom o suficiente viu-se obrigado a decretar aquela celebre anistia, que na época só era reservada, pela constituição do império, aos crimes políticos. O bispo saiu da prisão mais forte do que nunca e com a separação da Igreja do Estado foi elevado a arcebispo. O autor afirma que o religioso só não foi elevado a esse cargo no tempo do Império porque o governo imperial tinha medo dele (Vilhena Alves, 1891). Ao concluir, Vilhena Alves diz que

Imagem 66: D. Antonio de Macedo Costa, 1891.

Em resumo: o Sr. D. Antonio de Macedo Costa foi um brasileiro illustre, um sacerdote exemplarissimo, um varão eminente em virtudes e letras.

Eu, que sempre o venerei com o mais entranhado affecto, venho agora render-lhe as ultimas homenagens, derramando piedosas lagrimas sobre a sua tumba.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O último artigo dessa primeira parte é *13 de maio* é sobre a abolição da escravidão e foi escrito em Belém, em 1893. Conforme o intelectual ele sempre foi a favor da emancipação dos escravos e as provas de que sempre fez parte do movimento abolicionista estavam nos diversos artigos que escreveu e publicou na parte editorial do jornal *Liberal da Vigia*, muitos deles reproduzidos pelo jornal *Liberal do Pará*. No entanto, apesar de glorificar com todos os brasileiros essa ideia redentora, não podia fazer o mesmo com a lei da emancipação que, em sua concepção, fora arrancada a força pelas ondas da insurreição que se levantavam em São Paulo e ameaçavam invadir todo o país (Vilhena Alves, 1893).

O intelectual afirma que, em 1891, já havia escrito a respeito dizendo que se a regente do extinto império assinou semelhante decreto, foi principalmente por que os soldados se negaram a servir de caçadores de negros fugidos nas matas de São Paulo, e o governo imperial não mais contar com a força armada para garantir a ordem pública. Vilhena Alves expõe que

Imagem 67: 13 de maio, 1893.

«Em princípios de 1888 estavam como sobre um vulcão, e, depois de tantas e tão pertinazes resistencias á idéa redemptora, capitulou finalmente o preconceito monarchico, e tombou a arvore secular da escravidão.

«Julgou a Princeza Imperial que, dando satisfação plena á opinião nacional, conseguiria impôr-se á gratidão dos Brasileiros e firmaria dest'arte os alicerces do terceiro reinado.

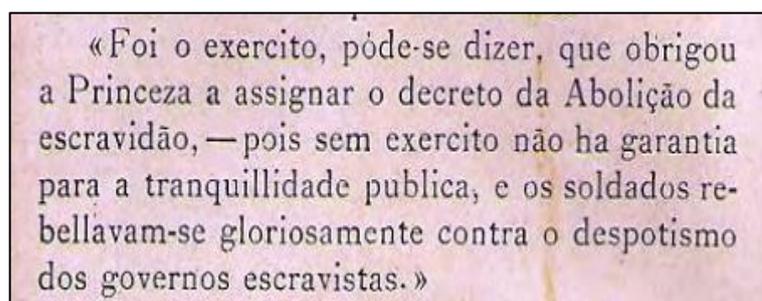
«Triste engano!

«Não se lembrava a virtuosa senhora, de que, se a Nação brasileira votava grandes sympathias e veneração ao velho monarcha, já não acontecia o mesmo a ella, não só pela exaggeração dos seus sentimentos religiosos, como por ser esposa de um homem, geralmente detestado no Brazil, o sr. conde d'Eu.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Para o vigiense a nação compreendia que os únicos fatores da redenção dos cativos foram os abolicionistas, os de fora do poder, assim como o povo e os militares: os abolicionistas, fazendo a propaganda; o povo, aderindo a ela; e os militares, não se prestando a irem contra os infelizes escravizados (Vilhena Alves, 1893). Para o vigiense,

Imagem 68: 13 de maio, 1893.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Essas considerações, explica ele, estão fundamentadas em fatos e, diante dos acontecimentos, a nação brasileira não se deixou seduzir pela astúcia jesuítica de D. Izabel, por isso no dia 15 de novembro do ano seguinte lançou por terra o seu trono fazendo surgir triunfantes as instituições republicanas (Vilhena Alves, 1893).

A segunda parte da obra é sobre a ‘Astronomia’ e é composta por nove textos: 12) Carta (para Severiano Bezerra d’Albuquerque); 13) Resposta (do professor Severiano); 14) Nova Carta (enviada ao professor); 15) Cometas; 16) lições de astronomia; 17) Redondeza da terra; 18) Isolamento da terra no espaço; 19) Movimentos da terra; 20) Habitabilidade dos planetas.

Esta parte da obra é toda sobre a nova paixão de Vilhena Alves, a Astronomia. Serão expostos em conjunto a carta (de Vilhena Alves) e a resposta (de Severiano Bezerra) para que haja um maior entendimento da discussão acerca dos assuntos astronômicos levantados.

Assim, em carta endereçada ao professor Severiano Bezerra de Albuquerque (1843 – 1897), em 1º de fevereiro de 1884, o intelectual afirma que ele outrora vivia de ilusões e andava cortejando as musas, referindo-se a poesia, mas as abandonou completamente e, naquele período até as detestava e só se entusiasmava com a poesia de alguns poucos poetas, como os paraenses Santa Helena, Julio Cezar e Paulino de Brito (Vilhena Alves, 189-?). Como o vigiense não podia falar pessoalmente com o professor, teve a ideia de se comunicar e tirar suas dúvidas, sobre o que ele chamava “Divina Ciência”, por carta. Com uma curiosidade acurada o intelectual chama atenção do professor para a beleza de Vênus, Marte e Júpiter:

Imagem 69: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque, 1884.

Mas antes de tudo chamo a sua attenção para os trez bellissimos planetas — Venus, Marte e Jupiter, — que presentemente ostentam-se no céu com extraordinario esplendor — o primeiro do lado do occidente, e os outros dous do lado do oriente.

Jupiter tem estado magnifico — tão brilhante, ou mais talvez, do que Venus. — Marte, um pouco avermelhado, apparece tambem com uma luz vivissima, perto de Jupiter.

Não ha actualmente estrella alguma que se avante em brilho e em belleza a estas terras celestes.

Infelizmente os homens, preocupados com as miserias da vida, nem sequer levantam os olhos para admirar as obras da Natureza.

Não. Engano-me. Elles olham para o céu, mas é para contemplarem o cometa, não com o fim de estudal-o scientíficamente — o que nem

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

As dúvidas do autor versam sobre: 1) o centro da atração do nosso sol; 2) quanto aos meridianos; 3) a respeito das viagens de circum-navegação, como a principal prova da redondeza da terra.

A primeira dúvida, se dava porque os astrónomos ensinavam que este centro é uma das estrelas da constelação de Hércules, este argumento se dava em forma escolástica, no qual o sol se dirigia para a constelação de Hércules; logo, ali era o seu centro de atração. Mas Vilhena Alves não se contentava com tal explicação. Para ele, isso não era concludente, senão na hipótese de ser a orbita do sol uma elipse muito alongada, como a dos cometas (Vilhena Alves, 189-?). O intelectual se explica para o professor:

Imagem 70: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque, 1884.

Supponha o meu illustre amigo que essa orbita é circular, ou uma ellipse quasi circular como a dos planetas do nosso systema. Imaginando no centro desse circulo, ou num dos focos dessa ellipse, a estrella de Hercules, e o nosso Sol girando-lhe em-torno, — está claro que elle *não se dirigiria* para essa estrella, nem ainda para a respectiva constellação, como dizem os astrônomos, mas em seu movimento conservar-se-ia á mesma distancia, ou quasi á mesma distancia, segundo fosse a fôrma da orbita — circular ou ellipsoide.

Como conciliar a existencia de uma orbita, circular ou pouco menos, servindo de caminho ao nosso Sol ao redor da estrella de Hercules — com a direcção do mesmo para essa estrella? Como julgar que se dirige para o centro de um circulo quem lhe segue a circumferencia?

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

2) Sua segunda dúvida era quanto aos meridianos, pois era de conhecimento que o meridiano terrestre era um círculo máximo que passava por dois polos. Mas ele queria uma opinião franca acerca dos meridianos opostos.

Imagem 71: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque, 1884.

Tratando, porém, dos povos pericœcios, dizem: «Pericœcios são os povos que vivem na mesma latitude, quer ao norte, quer ao sul, mas debaixo de *meridianos oppostos*.»

Que entende o meu illustre amigo por *meridianos oppostos*?

Concebe-se perfeitamente que um arco de qualquer meridiano seja opposto a outro arco do mesmo meridiano; porém meridianos oppostos!

Gaultier dá, como povos pericœcios, os do Mexico e de Surate. Consulte-se, porém, um globo terrestre, e ver-se-á que estas duas cidades estão sob o mesmo meridiano (pouco mais ou menos), comquanto em arcos oppostos do mesmo. Para nos convencermos disto, basta collocarmos uma dellas debaixo do meridiano de metal.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

3) A terceira dúvida é a respeito das viagens de circum-navegações como a principal prova da redondeza da terra. O autor elucida que todos os autores, desde Flammarion e Figuiet, até os humildes compiladores de compêndios para uso das escolas dão as viagens em volta da terra como prova da redondeza desta, e julgam essa ser a melhor de todas as provas, mas Vilhena Alves não estava satisfeito com tal explicação e diz:

Imagem 72: Carta de Vilhena Alves para Severiano Bezerra d'Albuquerque, 1884.

Pois, meu distincto amigo, ou eu me engano muito, ou essas viagens não provam o ponto em questão.
 Supponha V. S.^a a Terra — não redonda — mas quadrilonga, ou com qualquer outra fôrma que queira imaginar: do mesmo modo se viajaria em-torno della.
 O que me parece que provam essas viagens, é o *isolamento da Terra no espaço*, e não a sua redondeza.
 Com effeito, si a Terra não estivesse solta no espaço, si se *prolongasse indefinidamente para baixo*, como acreditavam os antigos, Magalhães não teria podido voltar ao ponto donde partiu, havendo-se dirigido constantemente para o occidente. *Não teria por onde passar*, e voltaria pelo mesmo caminho já percorrido . . .

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

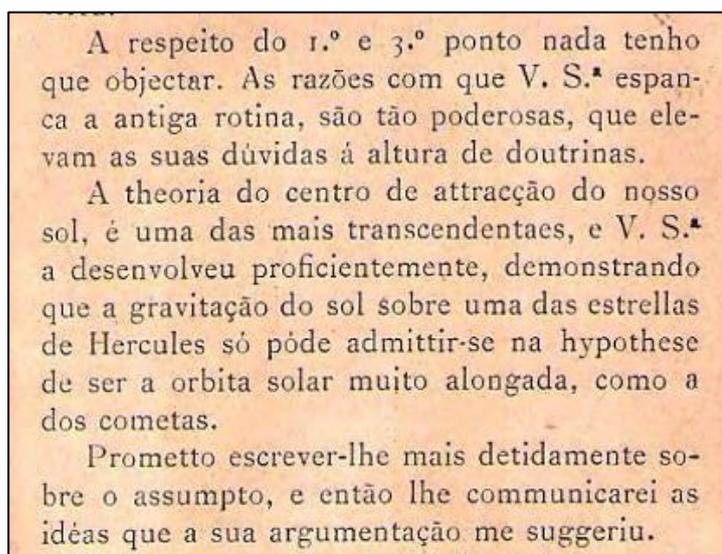
Para Vilhena Alves, seria melhor classificar as viagens de circum-navegação entre as provas do isolamento da terra no espaço, pois já havia muitas provas da redondeza do planeta, tais como: “o circulo do horizonte visual, a sombra da Terra na Lua, a analogia com os outros planetas, o deslocamento apparente das estrellas caminhando-se em direcção aos polos e vice-versa, e a differença de horas para os diversos logares” (Vilhena Alves, 189-?, p. 74).

Em 15 de fevereiro de 1884, Severiano Bezerra responde a carta de Vilhena Alves, mas antes de responder os seus questionamentos ele escreve as seguintes palavras: “Acha-se ahi V. S.^a mais atarefado do que eu, e no entanto, é tal a sua força de vontade e o estudo que tem feito, que não cessa de proporcionar-nos substanciaes lições de astronomia nos bellos escriptos que, sobre esta sciencia, envia quasi diariamente aos jornaes desta capital” (Vilhena Alves, 189-?, p. 77).

O professor afirma que o intelectual não estava pregando no deserto, pois havia muita gente que lia seus artigos sobre astronomia e o consideravam um dos espíritos mais esclarecidos do nosso país, e até questionavam “O que faz lá o Vilhena, que não vem para cá, neste grande cenário, dar expansão ao seu vasto talento?”, conforme Severiano Bezerra somente estavam fazendo justiça a sua erudição, pois sabia o quanto o intelectual se dedicava aos estudos da astronomia mesmo diante de tantas dificuldades, como a falta de instrumentos de precisão ou a deficiência de um observatório, no entanto, Vilhena Alves sempre declarava ao professor, “<<Não recuarei, porém, salvo si sobrevierem quaesquer obstaculos insuperaveis – como a doença ou a morte.>>” (Vilhena Alves, 189-?, p. 78).

A primeira e a terceira dúvida são respondidas em conjunto por Severiano Bezerra:

Imagem 73: Resposta de Severiano Bezerra d’Albuquerque para Vilhena Alves, 1884.



A respeito do 1.º e 3.º ponto nada tenho que objectar. As razões com que V. S.^a espanca a antiga rotina, são tão poderosas, que elevam as suas dúvidas á altura de doutrinas.

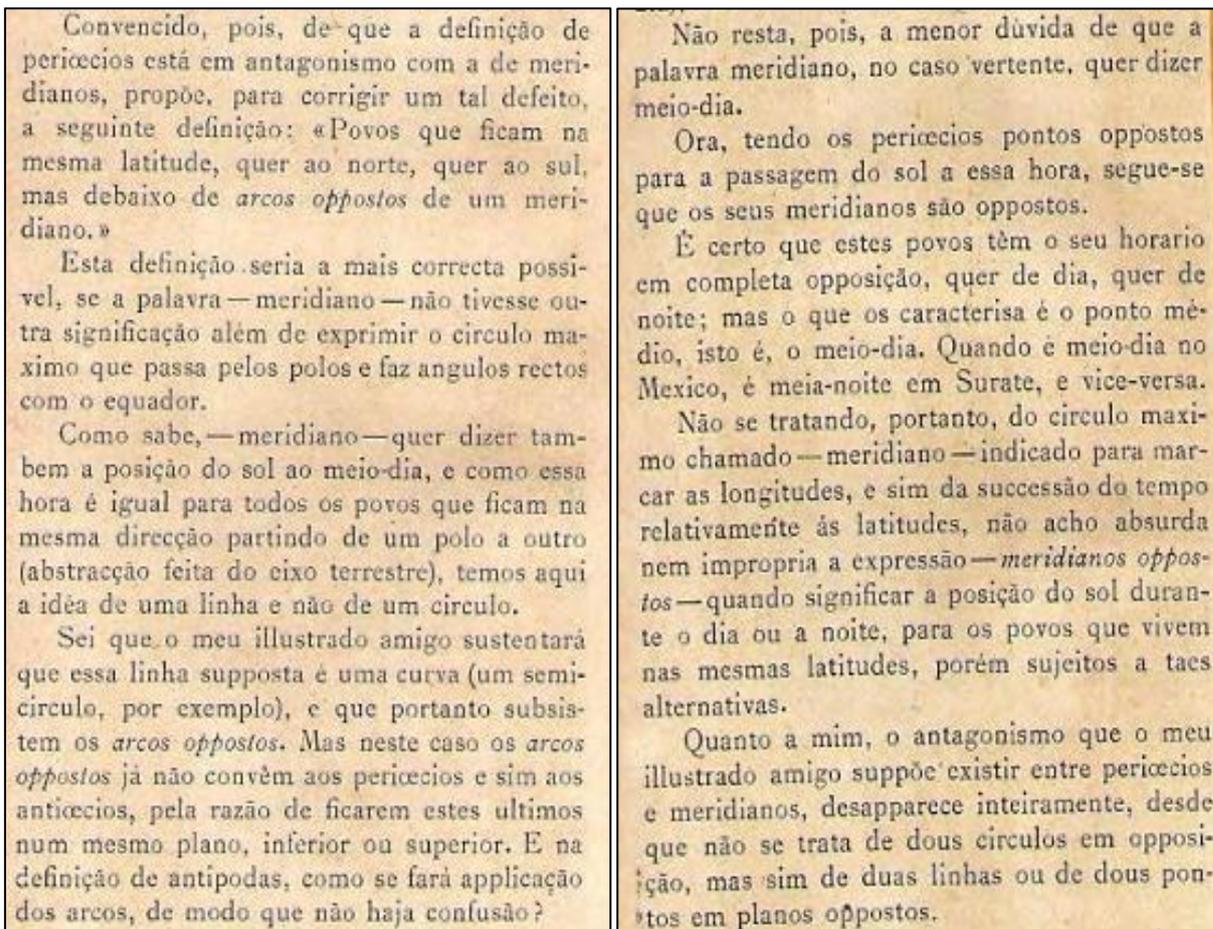
A theoria do centro de attracção do nosso sol, é uma das mais transcendentaes, e V. S.^a a desenvolveu proficientemente, demonstrando que a gravitação do sol sobre uma das estrellas de Hercules só pôde admittir-se na hypothese de ser a orbita solar muito alongada, como a dos cometas.

Prometto escrever-lhe mais detidamente sobre o assumpto, e então lhe communicarei as idéas que a sua argumentação me suggeriu.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Sobre a segunda dúvida, quanto aos meridianos, o professor discorda de Vilhena Alves:

Imagens 74 e 75: Resposta de Severiano Bezerra d'Albuquerque para Vilhena Alves, 1884.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A respeito dos meridianos, o professor Severiano Bezerra seguia a opinião corrente, e orienta Vilhena Alves a rever novamente essa questão para que pudesse seguir o que lhe parecesse melhor.

Um mês depois, em 21 de março de 1884, Vilhena Alves envia uma nova carta ao professor Severiano agradecendo por responder as suas questões e por dispensar sobre ele palavras tão lisonjeiras, as quais considerava uma prova de sua bondade e um estímulo aos seus estudos. Quanto à questão dos meridianos opostos, o intelectual afirma que o professor conseguiu convencê-lo a rever os seus estudos, e mesmo admitindo que era teimoso quanto a esses assuntos, teve que concordar com o professor (Vilhena Alves, 189-?, p. 85).

Nos demais artigos desta primeira parte, com muita propriedade e sempre fundamentado em teóricos especializados no assunto, o vigiense discorre sobre outros pontos da astronomia tais como:

a) No artigo sobre *Cometas*, faz uma abordagem minuciosa sobre os que já tinham sua revolução determinada, e afirma que os cometas sempre foram objeto de terror para todos os

povos, mas para ele esses Titãs, chamados de cometas, apresentavam um espetáculo magnífico que precisava ser apreciado e estudado pelos povos (Vilhena Alves, 189-?, p. 88-103).

b) No artigo sobre *lições de astronomia*, dirigido especialmente aos seus alunos, faz uma abordagem sobre a redondeza da terra, e afirma que as viagens à roda da terra devem ser eliminadas do número de provas da redondeza da mesma, pois qualquer que fosse a forma do nosso planeta poder-se-ia viajar em trono dele, desde que estivesse solto e isolado no espaço (Vilhena Alves, 189-?, p. 104-114).

c) Em outro artigo ele vem falar sobre o *isolamento da terra no espaço*, expondo que os antigos achavam que, primeiramente, a terra se prolongava indefinidamente para baixo, depois viram que o sol sumia no ocidente e no dia seguinte aparecia no oriente, não obstante, com o passar dos tempos, passaram a achar que a terra poderia estar suspensa no espaço, não solta, mas descansando sobre qualquer base ou suporte, no entanto, isso passou a ser um axioma em Astronomia, pois constataram que a terra estava inteiramente solta, daí em diante passa a fundamentar seus dizeres na grande lei da atração universal descoberta por Newton (Vilhena Alves, 189-?, p. 115-128).

d) No artigo sobre *movimentos da terra*, o intelectual explica que esse fenômeno pode ser explicado por dois modos: primeiramente admitindo que na realidade todos os astros giram em torno do nosso globo em 24 horas do oriente para o ocidente e, em segundo lugar, é a terra que gira em roda dum eixo ideal no tempo sobredito, do ocidente para o oriente (Vilhena Alves, 189-?, p. 129-138).

e) O último artigo é sobre a *habitabilidade dos planetas*, escrito em argumento de analogia, em no qual o autor conclui que era preciso: ou negar abertamente as descobertas maravilhosas da ciência astronômica, os fatos de observação e as conclusões tiradas desses mesmos fatos; ou proclamar a doutrina de habitabilidade dos mundos, esta doutrina tão bela e tão útil até mesmo sob o ponto de vista da bondade e sabedoria divina (Vilhena Alves, 189-?, p. 139-144).

Na terceira parte, intitulada ‘Instrução Publica’ constam cinco artigos sobre: 21) Ensino Obrigatório, 22) Carta à revista A Escola, 23) A proposito dos exames 24) Instrução da mocidade, 25) Livros escolares.

O autor abre a terceira parte da obra com o artigo sobre *Ensino Obrigatório*, no qual expõe que o Regulamento Geral da Instrução Pública, de 13 de julho de 1891, havia apagado da legislação escolar uma grande nódoa que se chamava, obrigatoriedade do ensino. O intelectual explica que ele estava de acordo com o regulamento, ainda que a maior parte dos homens públicos estivesse contra por perseguirem o padrão de países europeus, pois

considerava que era preciso considerar o meio em que vivemos, tendo em vista que nem tudo que convém a esses países pode convir ao nosso, e particularmente a este estado (Vilhena Alves, 189-?).

Imagem 76: Ensino Obrigatório.

Combateamos o principio da obrigatoriedade do ensino :

- 1.º Por inexecuvel e conseguintemente inutil ;
- 2.º Porque fere a liberdade individual ;
- 3.º Porque torna-se, em geral, um instrumento de perseguição no interior do Estado.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Conforme o intelectual a obrigatoriedade de ensino é inexecuvel pelo menos na forma que era estatuída e no decorrer dos anos que estava estabelecida no Pará, esta lei não passou de letra morta. Nisto ele declara:

Imagem 77: Ensino Obrigatório.

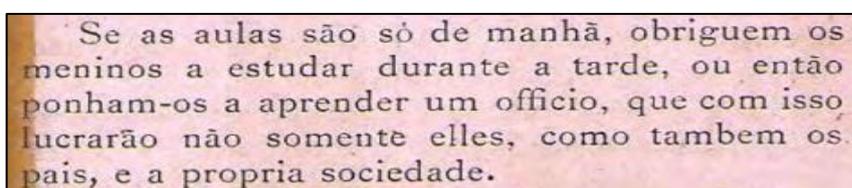
Sejam todos os professores zelosos no cumprimento dos seus deveres; façam por adquirir as sympathias dos pais de familia; demonstrem por palavras e por actos as vantagens da instrucção—por palavras, doutrinando as classes não illustradas com quem estejam convivendo—e por actos, devotando-se ao ensino, de modo que os seus alumnos sirvam de estímulo áquelles que não estudam. Procurem todos os bons cidadãos incutir no animo do povo a necessidade de instruir-se e mandar instruir aos seus filhos. Façam os poderes publicos o que se faz

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O vigiense afirma que era preciso ir operando lentamente essa metamorfose, não só pela doutrinação dos princípios liberais como substituindo ou suprimindo as antigas molas do sistema governativo, tirando dos agentes da autoridade todo o pretexto de cometer abusos e excessos. Este era um dos motivos pelo qual era combatido o ensino obrigatório, pois era preciso desarmar aos que se serviam da lei para instrumento de caprichos ou vinganças (Vilhena Alves, 189-?).

Outro artigo que chama atenção é o *Instrucção da mocidade*, em que o vigiense afirma que há muitos professores envolvidos no curso primário e secundário, mas estes não conseguiam aproveitar o gosto e a natural aptidão dos alunos inteligentes, tendo em vista que de tais não sabiam apreciar o valor, no entanto, a crítica não fica somente nos professores, levando em consideração que, para o autor, havia sim alguns alunos dedicados, mas a grande maioria fugia dos estudos e por isso indaga, “Que culpa têm neste caso os mestres?”, chamando a atenção de que “ahi é que deve apparecer o zelo dos pais, afim de que não perigues a educação de seus filhos”, além disso, “os mestres não podem fazer tudo” e por causa disso a intervenção dos pais era necessária e de suma importância (Alves, 189-?, p. 171-172). E alerta

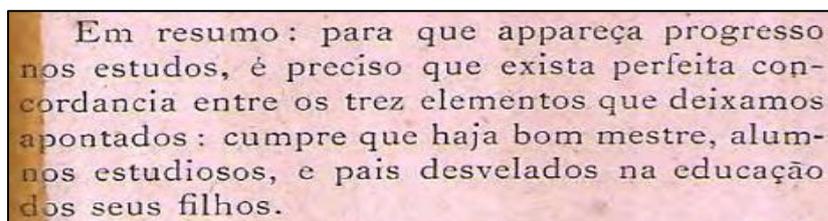
Imagem 78: Instrucção da mocidade.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Para Vilhena Alves, era costume de os pais atribuírem unicamente ao professor toda a culpa da ignorância dos filhos, “<< Meu filho, dizem, esteve tantos annos na escola, e sahiu sem aprender nada. >>”, mas o intelectual dizia “Consultem-se, porém, os livros do ponto diario, e ver-se-á que em 7 ou 8 annos o menino não chegou a frequentar a escola 2 ou 3”, dessa forma, o vigiense direciona-se aos pais e diz “Queixem-se portanto da sua desidea, e do nenhum apreço em que têm a instrucção dos seus filhos, – e não do professor, que não é obrigado a ir á casa delles tomar as respectivas lições” (Alves, 189-?, p. 173).

Imagem 79: Instrucção da mocidade.



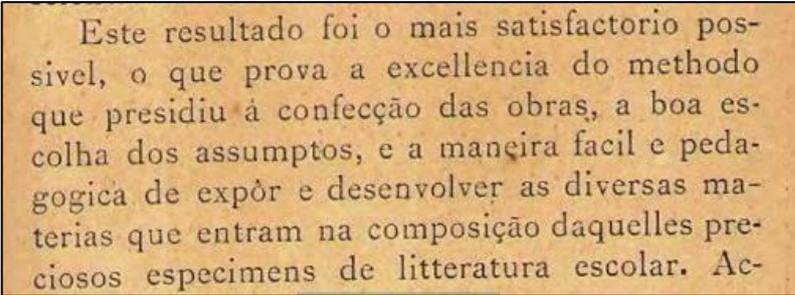
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O intelectual conclui o artigo alertando que é por meio da tríade professor-aluno-família que surtiriam efeito os estudos do alunado, havendo a necessidade de se ter harmonia entre estes três elementos, pois “só assim que ficarão satisfeitas as aspirações patrioticas do governo

republicano, facultando meios abundantes de instrução ao povo”, assim é que esta tríade deve trabalhar para a consecução deste grande objetivo: a instrução da mocidade (Alves, 189-?, p. 174).

O último artigo da obra é sobre *Livros Escolares*, no qual o autor analisa os exemplares do 2º e 3º livros de leitura de Felisberto Carvalho, a pedido do diretor geral da instrução pública Dr. Alexandre Vaz Tavares. Ao entregar aos alunos os exemplares a tarefa seria verificar quais resultados seriam obtidos com tal obra.

Imagem 80: Livros Escolares.

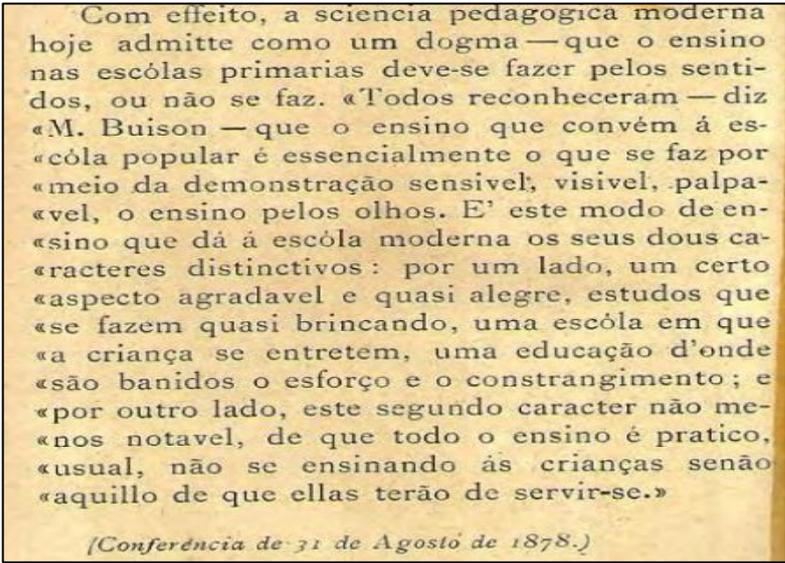


Este resultado foi o mais satisfactorio possível, o que prova a excellencia do methodo que presidiu à confecção das obras, a boa escolha dos assumptos, e a maneira facil e pedagogica de expôr e desenvolver as diversas materias que entram na composição daquelles preciosos especimens de litteratura escolar. Ac-

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O autor elogia ainda a nitidez do trabalho tipográfico as belas gravuras do livro que acabavam, contribuindo para atrair a atenção das crianças fazendo com que elas estudassem com gosto. Para o vigiense, os livros possuíam uma rica coleção de assuntos úteis e agradáveis, que eram próprios para a “lição de cousas” e para pôr em prática o ensino intuitivo, o qual oferecia grandes vantagens para o desenvolvimento intelectual das crianças (Alves, 189-?, p. 178).

Imagem 81: Livros Escolares.



Com effeito, a sciencia pedagogica moderna hoje admite como um dogma — que o ensino nas escolas primarias deve-se fazer pelos sentidos, ou não se faz. «Todos reconheceram — diz «M. Buisson — que o ensino que convém à escola popular é essencialmente o que se faz por «meio da demonstração sensível, visível, palpável, o ensino pelos olhos. E' este modo de ensino que dá à escola moderna os seus dous caracteres distinctivos: por um lado, um certo «aspecto agradável e quasi alegre, estudos que «se fazem quasi brincando, uma escola em que «a criança se entretém, uma educação d'onde «são banidos o esforço e o constrangimento; e «por outro lado, este segundo caracter não menos notavel, de que todo o ensino é pratico, «usual, não se ensinando às crianças senão «aquillo de que ellas terão de servir-se.»

(Conferência de 31 de Agosto de 1878.)

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

De acordo com o intelectual era difícil colocar em prática este ensino, considerando que os elementos que os professores possuíam eram tão mínguaos e por conta da pobreza das escolas com falta de material necessário, seria impossível. Com relação aos livros o vigiense só tinha uma observação:

Imagem 82: Livros Escolares.

Só uma cousa notei que eu classificaria de lacuna: é a falta quasi absoluta de assumptos nacionaes. Não seriam de mais, alguns pontos importantes de historia patria, e esboços biographicos de homens illustres do nosso paiz. Entretanto, disse eu que *classificaria* isto de lacuna, e disse-o muito de industria no condicional, pois talvez o author reserve taes assumptos para o seu 4.º livro de leitura.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Ao se dirigir ao diretor, Vilhena Alves explica que utilizou o método para cumprir as suas determinações, mas ele entendia que não era conveniente prolongar este estado de cousas pois traria muito prejuízo à escola, devido à falta de uniformidade nos livros escolares, assim os professores se viam obrigados a recorrer ao velho ensino individual, isso quando não se viam obrigados a dividir a turma em duas ou mais turmas de alunos da mesma classe, o que perturbava o bom andamento do ensino, por isso ele aconselhava que fossem adotados os livros de Felisberto Carvalho em todas as escolas para que o método intuitivo pudesse surtir efeito, além disso, ele orientava que se fazia necessário que o poder competente comprasse os livros para os alunos pobres, para que estes não saíssem prejudicados pelas possíveis mudanças, tendo em vista que, conforme o intelectual, a maior parte dos meninos das escolas primárias eram pobres.

Vilhena Alves conclui dizendo que,

Imagem 83: Livros Escolares.

Conseqüentemente é uma necessidade imprescindível, logo que se torne obrigatorio o uso de um livro escolar, prover-se o Governo de um certo numero de exemplares desse livro para serem distribuidos pelas escolas. E' só assim, parece-me, que se tornará uma realidade a uniformidade do ensino, sem vexames, sem reclamações de nenhuma especie.

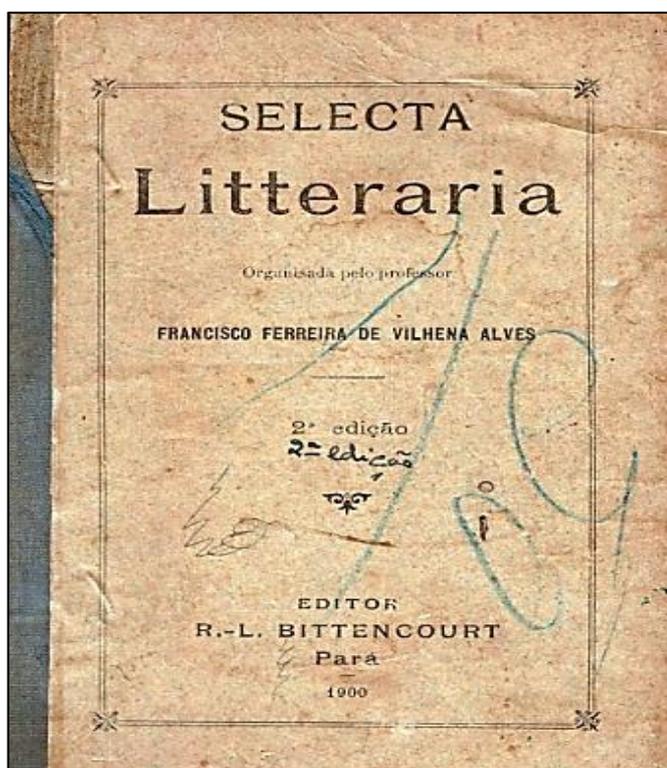
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

❖ *Selecta Litteraria*

A *Selecta litteraria* foi organizada nos anos finais do século XIX. Cremos que sua publicação se deu em 1899, pois o oferecimento, a exposição do parecer e a fala do autor no prefácio são deste ano, mas só temos a segunda edição que data de 1900, a obra também foi editada pelo R. L. Bitencourt, no Pará republicano.

A capa da obra é simples e traz título, nome do autor, indicação de que é a 2ª edição, editor e ano de publicação.

Imagem 84: *Selecta Litteraria*, 1900.

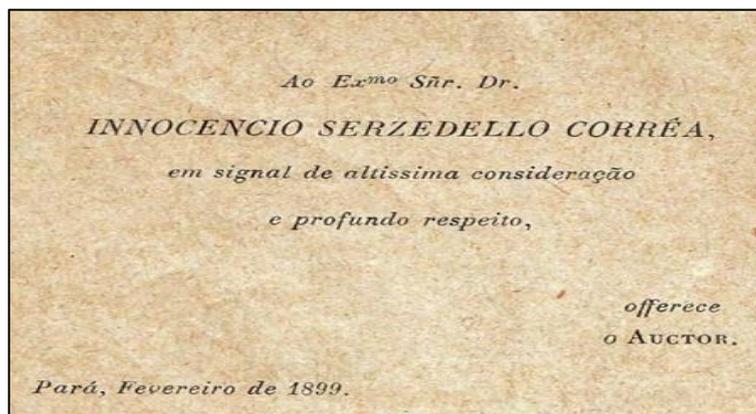


Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Na contracapa Vilhena Alves dedicou a obra ao Dr. Innocencio Serzedello Corrêa³⁵, militar e político brasileiro, em sinal de consideração e profundo respeito. E na página seguinte vem a exposição do parecer de aprovação da Secretaria Geral da Instrução Pública do Estado do Pará, da obra.

³⁵ Serzedelo Corrêa, nasceu no estado do Pará, e teve um papel muito relevante na política econômica da recém República brasileira. Tornou-se um dos principais porta-vozes do debate acerca dos rumos da economia no país, foi eleito deputado constituinte, representando o estado do Pará no Congresso Constituinte de 1890-1891 (Gonçalves, 2021).

Imagem 85: Oferecimento da Selecta, 1900.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Secretaria Geral da Instrução Publica do Estado do Pará

Belém, 20 de junho de 1899.

Sñr. Professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves.

Devidamente auctorizado pelo Sñr. Dr. Director Geral da Instrução Publica, scientifico-vos que o Conselho superior, approvou o parecer que sobre a vossa obra, denominada, << Selecta Litteraria >>, emittiu respectiva commissão, mandando adoptal-a nas escolas complementares d'este Estado.

Incluso remetto-vos copia d'esse parecer, e bem assim o manuscrito da referida obra, que acompanhou a vossa petição.

Saude e Fraternidade.

(Assignado) – Heraclito Pinheiro, Secretario geral. (Vilhena Alves, 1900, p. 6).

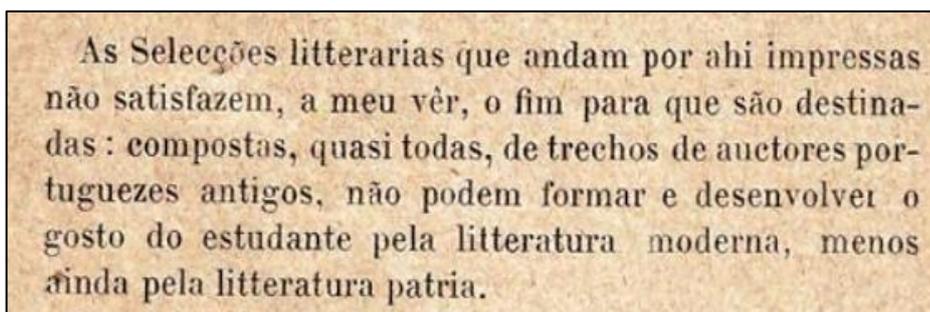
O modo controlador com que o Conselho Superior de Instrução Pública atuava evidencia-se no parecer, visto que ainda que uma obra fosse aprovada para uso das escolas o autor deveria estar pronto a acatar e respeitar qualquer deliberação, para eventuais mudanças da obra, que o Conselho julgasse mais acertada.

Conforme a comissão do parecer, o professor Vilhena Alves teve muito cuidado na escolha dos artigos que compõem a *Selecta*, dando preferência a escritores nacionais. Dessa forma, Hilario Maximo de Sant'Anna, Raymundo Bertoldo Nunes e o Dr. Antonio Marçal, afirmam que a *Selecta Litteraria*, era o que havia de melhor naquele período entre os livros existentes, além de ser um elemento para a educação cívica dos alunos, capaz de despertar neles o amor pelas letras pátrias (Vilhena Alves, 1900).

Nella encontrará o estudante bellos exemplos de descripções, que poderão servir-lhe de modelos para os seus primeiros ensaios; optimos trechos apropriados para analyse; alguns modelos de cartas; importantes poesias adequadas para as festas da instrução, próprias para exercicios de recitação e declamação; etc (Vilhena Alves, 1900, p. 13).

Nas palavras do próprio autor, “sobretudo, o que se teve em vista, nesta << Selecta >>, foi desenvolver o amor pela instrução em geral e pela litteratura em particular, assim como despertar no coração da mocidade o sentimento do amor da pátria” (Vilhena Alves, 1900, p. 13). Tendo em vista que, para o autor,

Imagem 86: Prefacio da Selecta Litteraria, 1900.



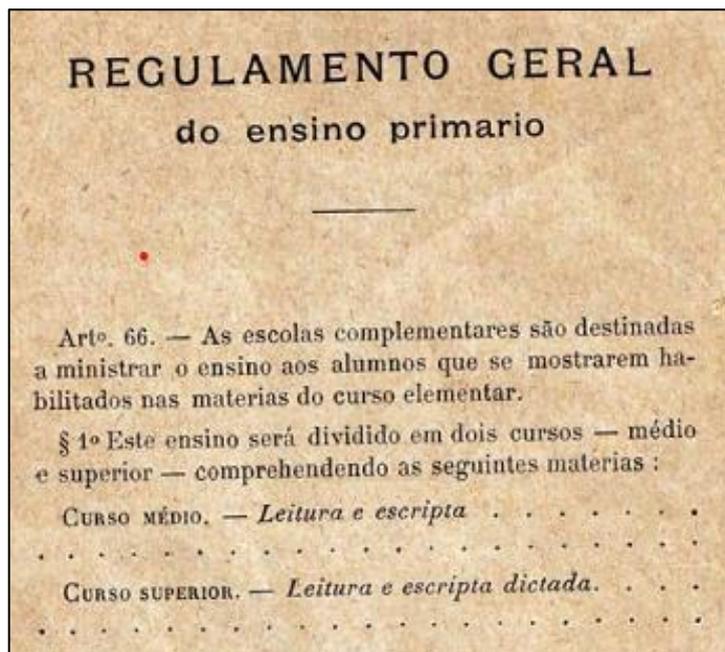
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Considerando que as seleções literárias que circulavam naquele período não satisfaziam o fim para qual eram destinadas, pois quase todas eram compostas por trechos de autores portugueses antigos e, dessa forma, não poderiam formar ou desenvolver nos estudantes o gosto pela literatura moderna, quem dirá pela literatura pátria, e entendendo que naquele período já existiam autores nacionais com uma rica literatura, Vilhena Alves conclui que não seria necessário mendigar aos estranhos aquilo que tínhamos com abundância em casa.

Segundo Eidorfe Moreira (1979), esta é uma notável contribuição para o ensino, pois foi constituída somente com trechos de autores nacionais, inclusive alguns paraenses, pois por influência de José Veríssimo, em *A Educação Nacional*, muitos autores viram a necessidade de reformar os livros de leitura cumprindo que eles não só fossem escritos por brasileiros, mas que fossem brasileiros pelo assunto e pelo espírito, a fim de reproduzir um sentimento nacionalista.

Apesar de ser aprovada para as escolas complementares o intelectual vigiense indica que a obra poderia servir não só para o curso secundário e/ou normal, mas também para o ensino primário, tendo em vista que nas escolas complementares mandavam ensinar leitura e escrita, no curso médio e leitura e escrita didática, no superior (Vilhena Alves, 1900). Para justificar sua fala, o autor expõe um recorte do Regulamento Geral do ensino primário:

Imagem 87: Recorte do Regulamento Geral do Ensino Primário.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

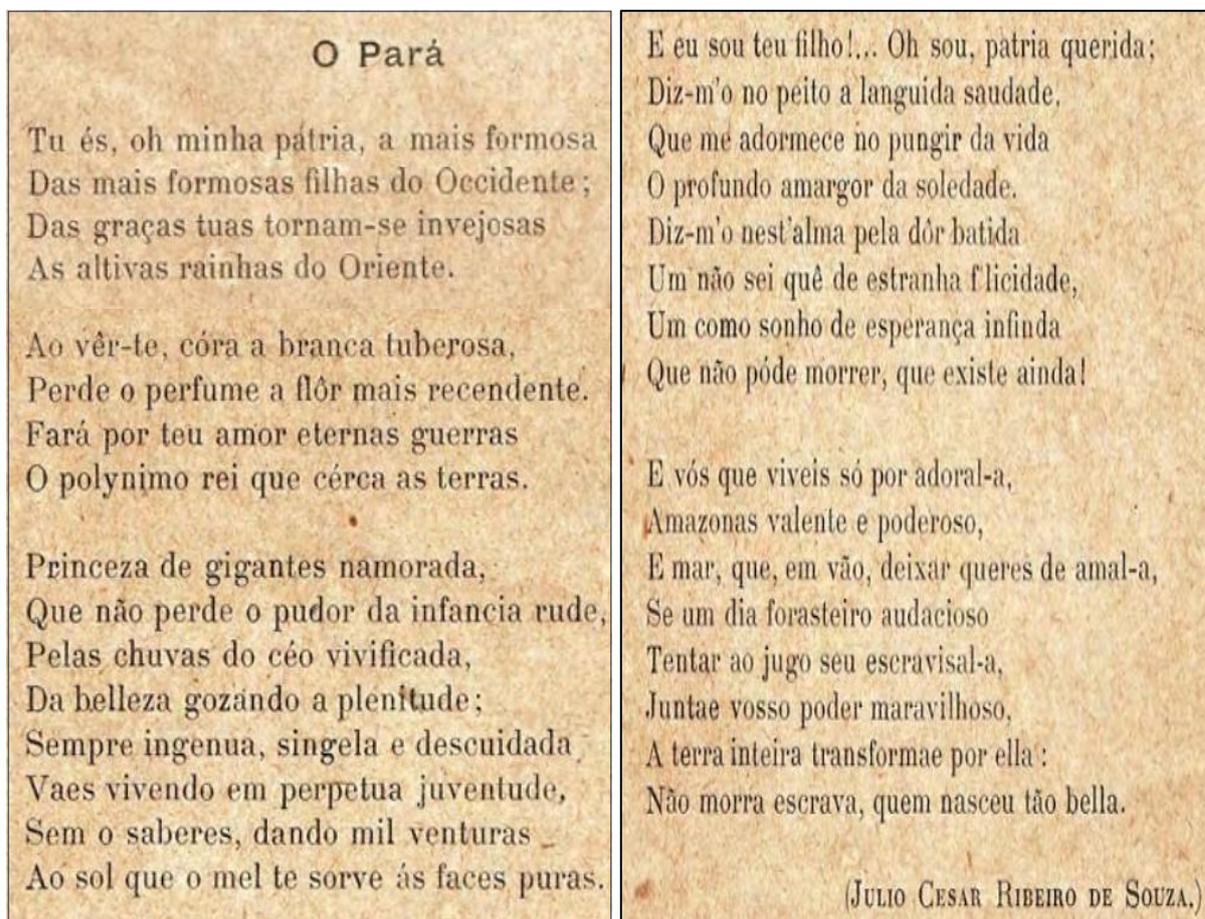
Apesar de ser direcionado para a leitura e escrita a

Selecta Litteraria também ensina história e geografia, bem como o amor à pátria – a partir dos pressupostos de José Veríssimo -, que só teriam seu sentido pleno quando ensinados a partir de bons hábitos e valores. No caso da literatura, o livro buscava cumprir o que se chamava de catecismo político, pois além de incluir a literatura no currículo escolar, propunha, por meio dela, a propagação de valores e ideais (Brabo, 2019, p. 51).

A *Selecta* evidencia a concepção de mundo do autor, acerca de questões como cultura geral, história do Brasil, ciência e questões sociais, além disso, possui 98 páginas e não é dividida em partes, como as obras anteriores, e conta com os seguintes artigos: 1) O Brasil; 2) Roma; 3) A França; 4) A palavra; 5) O livro; 6) A mulher (*Excerpto de um discurso*); 7) O somno d’um anjo; 8) Amor da patria; 9) A mulher; 10) Trecho do exórdio de um sermão de S. Pedro e Alcantara; 11) Trecho da peroração de um discurso sobre a abolição da escravidão; 12) As creanças; 13) O ensino moderno; 14) A sciencia; 15) A escola; 16) O estudo; 17) A mocidade; 18) A cheia; 19) O retrato; 20) Uma virgem; 21) A poesia; 22) Carta de felicitação em dia de anniversário natalicio; 23) Outra carta; 24) Camões; 25) Retrato; 26) Carta a um filho que anda nos estudos; 27) Resposta; 28) A sciencia (Poesia); 29) Oração funebre; 30) A luz natural e a luz da instrucção; 31) A musica; 32) A serra de Paranapiacaba; 33) Um concerto; 34) A aurora; 35) A secca no Ceará; 36) O rio Paquequer; 37) Arredores do paquequer; 38) A cidade de luz (A escola); 39) Tempestade em terra; 40) Tempestade no mar – Naufragio; 41) Um passeio nos arredores; 42) Nunes Machado (*Excerpto*); 43) O incendio; 44) Baptista

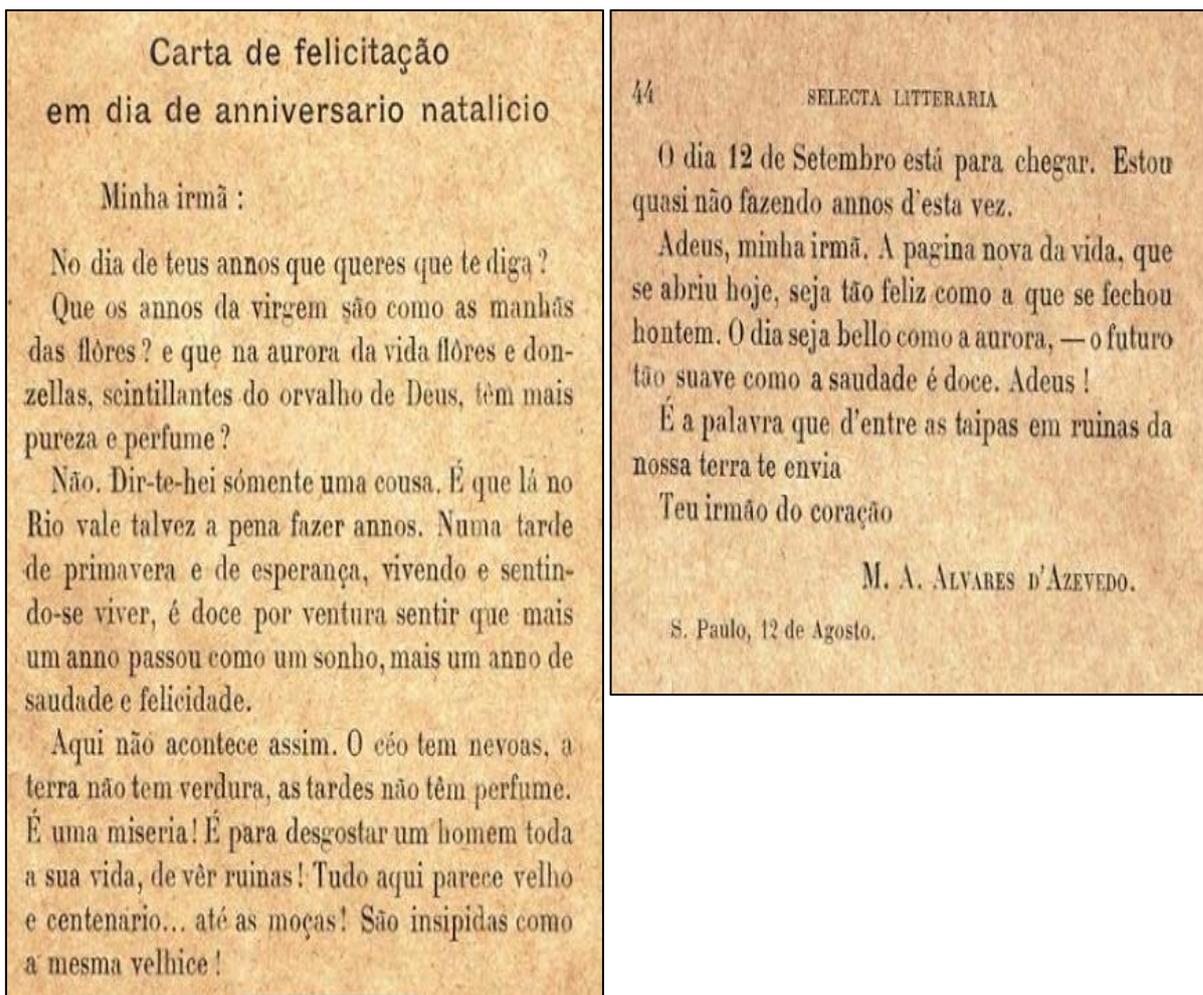
Campos; 45) A historia (A); 46) A historia (B); 47) O Pará; 48) Henrique Dias (31 de Agosto); 49) Hymno do estudo; 50) Marquez do Herval; 51) A concha e a virgem; 52) A passagem de Humaytá (*Excerpto*); 53) Saudação á mocidade.

Imagem 88 e 89: Artigo - O Pará.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Imagem 90 e 91: Carta de felicitação em dia de aniversario natalício.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Vilhena Alves selecionou 53 textos de autores brasileiros sobre os mais diversos assuntos. Trouxe nomes consagrados da literatura brasileira, como José de Alencar e Álvares de Azevedo, mas também traz nomes conhecidos na Amazônia paraense, como Domingos Antonio Raiol e Julio Cesar Ribeiro de Souza. Tanto os artigos quanto os poemas, as letras de hinos, as narrativas descritivas, eram carregados de valores patrióticos, e os modelos de cartas serviam para orientar a escrita.

A *Selecta Literaria*, do professor Vilhena Alves, dentre os modelos identificados para referenciar os livros de leitura direcionados para o ensino no período, é reconhecida por Batista; Galvão e Klink (2002, p. 39) como um ‘modelo retórico-literário’, que seriam os livros organizados com o fim de despertar o gosto pela leitura e posterior prática de escrita, estes por sua vez tomavam por referência textos consagrados, a fim de montar uma coletânea com base em critérios de natureza literária e retórica. Conforme os autores daí se dá a abundância de

livros publicados no período que eram denominados de seletas, as quais tinham o objetivo de não sobrecarregar os alunos de informações, para não causar tédio e inculcar valores.

Conforme Brabo (2019, p. 54) “no âmbito da leitura, a valorização da letra nacional é uma necessidade para Vilhena Alves, e uma característica valorizada pelos responsáveis pelo parecer concedido à obra *Selecta Litteraria*”, para além disso “o livro *Selecta Litteraria* pode ser enquadrado na matriz histórica e na que está relacionada ao entendimento do termo *leitura*”, tendo em vista que “o livro foi concebido para um fim específico: a prática de leitura na escola primária do Pará, como forma de se conseguir a emancipação nacional, cujo fim seria a busca da identidade brasileira”.

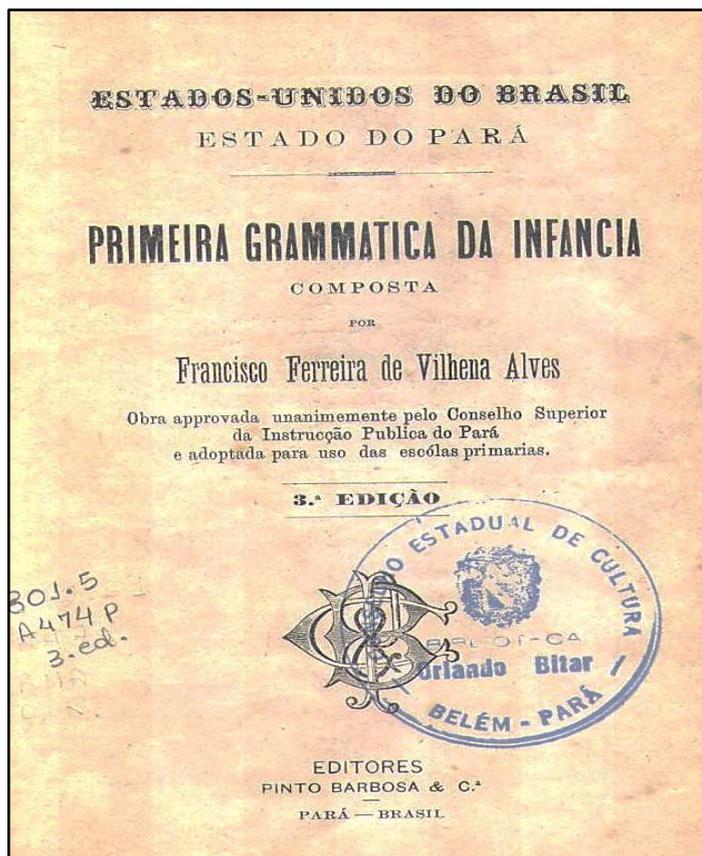
4.2.2 Livros de Ensino

Com a recém inaugurada República brasileira, preocupado com o ensino de língua portuguesa no Pará, o professor Vilhena Alves começa a produzir obras gramaticais direcionadas para a instrução pública paraense. Mas não as fez de qualquer jeito, após se especializar no assunto, as gramáticas do intelectual, conforme apontado pelos membros da revista de Educação e Ensino (1894, p. 76), “não são copias banaes e servis de outras que, por imprestaveis, por ahi andam sem utilidade nem merecimentos”, e ao serem adotadas nas escolas públicas com toda certeza iriam produzir ótimos resultados. Abaixo será apresentada a produção gramatical do vigiense por ordem de publicação.

❖ *Primeira Grammatica da Infancia*

A *Primeira Grammatica da Infancia*, foi destinada para as escolas elementares e para o curso médio das escolas integrais. A obra foi editada pela Pinto Barbosa & Cia, uma conceituada editora do período. Sua primeira edição foi publicada em 1894. Neste trabalho, será exposta a sua 3^a. edição, publicada em 1897, pois é a única edição que fora preservada.

Imagem 92: Primeira Grammatica da Infancia, 1897.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A respeito desta obra, podemos verificar as seguintes informações: na parte superior da capa pode-se notar o nome Estados Unidos do Brasil, que foi o nome oficial do Brasil durante o regime republicano, como de costume em suas obras gramaticais. Logo abaixo vem o nome do Estado do Pará. O título da obra está em letras garrafais. É importante destacar a importância de colocar a informação de que a obra foi unanimemente aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Pará e adotada oficialmente nas escolas primárias, pois isso garantia certa credibilidade à obra. Salienta-se que, conforme já fora apontado nesta pesquisa, as obras do período só podiam ser adotadas para o ensino se aprovadas por esse Conselho. Além disso, traz a insígnia dos editores Pinto Barbosa & Cia, firma em que suas obras eram com frequência editadas e encadernadas. É uma gramática pequena, com apenas 72 páginas.

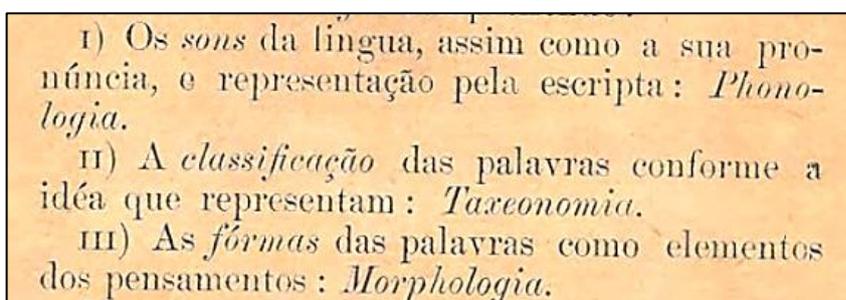
Vilhena Alves não traz em sua gramática prefácio ou introdução, como era de costume, mas traz prolegômenos para introduzir sua obra contendo noções preliminares sobre 1) Língua; 2) Linguagem; 3) Palavra ou Vocábulo; 4) Grammatica Portuguesa; 5) Proposição, oração ou phrase e 6) Período. O autor define a Gramática Portuguesa como “o conjunto de regras para bem falar, escrever e ler a lingua portugueza” (Vilhena Alves, 1897a, p. 5). Essa definição, de acordo com Fávero (2000), se encontra na maior parte das gramáticas do século XIX e de

séculos anteriores, cujos autores seguiam a orientação da gramática geral e filosófica. Vilhena Alves (1897, p. 5) postula que, proposição, oração ou frase “é a reunião de palavras com que enunciamos um juízo”.

Ao fazer a divisão da gramática em duas partes: Lexicologia e Sintaxe, Vilhena Alves (1897a, p. 5-6) diz que a Lexicologia “estuda as palavras isoladamente e sem relação umas com as outras”, enquanto a Sintaxe “estuda as palavras reunidas e relacionadas, formando proposições”.

A lexicologia compreende:

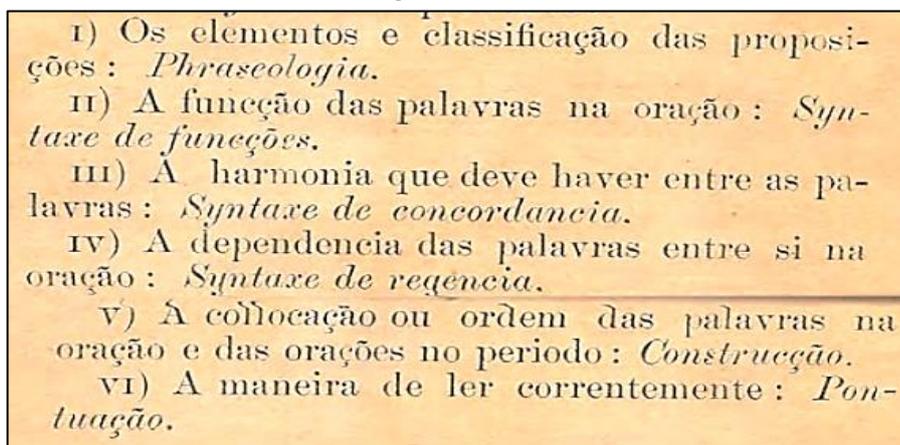
Imagem 93: Lexicologia.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A sintaxe compreende:

Imagem 94: Sintaxe.

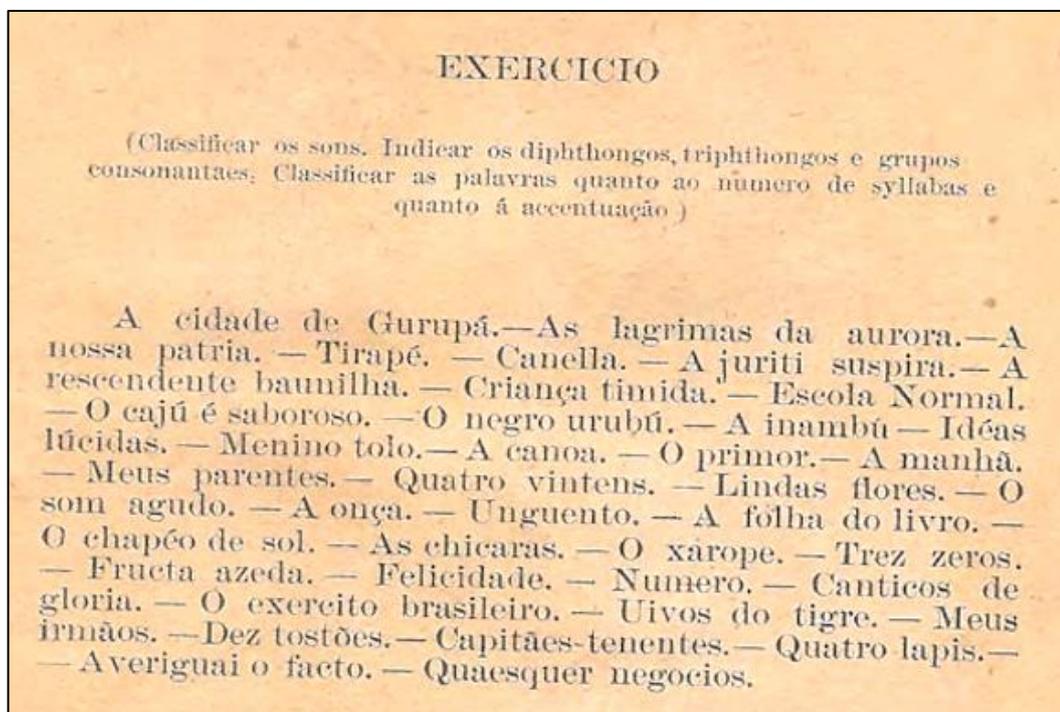


Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Essa divisão da gramática, em lexicologia e sintaxe, é uma variante da divisão em fonologia, morfologia e sintaxe, proposta, em 1876, por Epifânio da Silva Dias (Fávero e Molina, 2006).

Ao final de cada módulo explicativo o autor coloca um exercício para que os alunos pudessem verificar os aprendizados das lições propostas na gramática.

Imagem 95: Exercício.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

No geral, os exercícios dessa gramática seguem o mesmo padrão do início ao fim da obra e estão sempre relacionados ao exercício da aplicação dos conhecimentos adquiridos em cada ponto abordado.

Severiano Bezerra e Ernestina Pinheiro, membros do Conselho Superior de Instrução Pública, a respeito de duas gramáticas produzidas por Vilhena Alves e oferecidas ao ensino primário, ao apresentarem o parecer exposto na *Revista de Educação e Ensino*, no ano 1894, pode-se verificar que os avaliadores tecem elogios acerca das gramáticas portuguesas produzidas pelo professor.

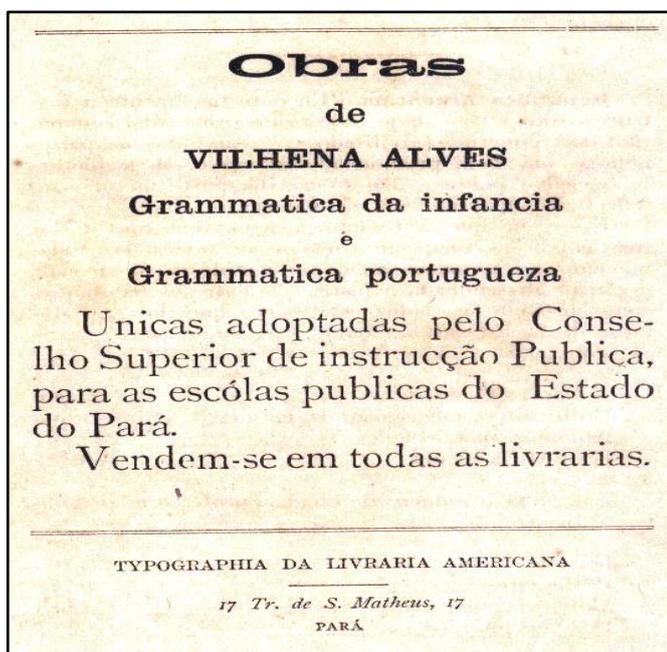
Em cumprimento do que nos foi determinado pelo Sr. Director da Instrucção Publica, vimos apresentar ao Conselho Superior o nosso parecer sobre as grammáticas Portuguezas, organizadas pelo professor Vilhena Alves.

O nome do auctor recomenda tanto a sua obra que baseando-nos em tão sólida garantia, nenhuma duvida teríamos de approvar as ditas grammáticas, sem o menor exame, se a curiosidade, o dever e a consciencia não actuassem em o nosso espirito, afim de instruir-nos com o perfeito conhecimento do methodo seguido pelo auctor na exposição de multiplos assumptos e de todos os detalhes d'essa disciplina escolar.

O professor Vilhena Alves, em quem todos reconheceram muita erudição, dedica-se a estudos proveitosos, principalmente ao da grammatica portugueza de que tem feito a sua especialidade. Em artigos esparsos e variados tem publicado, desde ha muito, em diversos jornaes d'esta capital, assumptos interessntissimos, elucidando questões até então de controversia, com proveito não só dos estudantes como dos homens de letras (Revista de Educação e Ensino, 1894, v. 4, n.5, p. 69).

Após a aprovação desta e da próxima gramática que será apresentada é que começam a circular os anúncios acerca das duas gramáticas em 1895. Conforme imagem abaixo.

Imagem 96: Anuncio de venda da Segunda Gramática da Infancia.

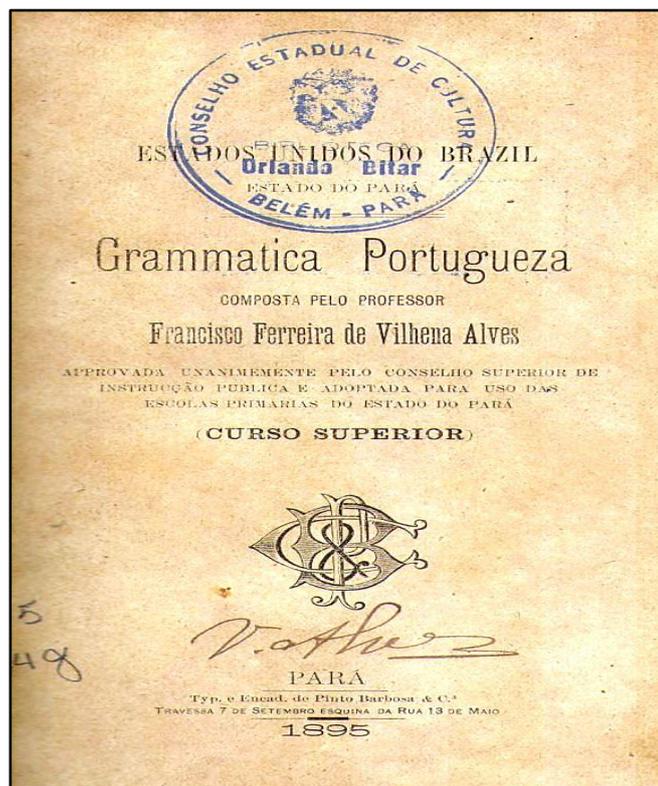


Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

❖ *Grammatica Portugueza*

A *Grammatica Portugueza*, foi a segunda obra gramatical escrita por Vilhena Alves no início da Primeira República paraense. Na parte superior da capa pode-se notar o nome Estados Unidos do Brasil, que foi o primeiro nome oficial do Brasil no regime republicano.

Imagem 97: Grammatica portugueza: curso superior, 1895a.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A obra foi apresentada ao Conselho Superior de Instrução Pública em março de 1894, sendo aprovada unanimemente e adotada nas escolas públicas do Estado do Pará, em julho de 1894, mas só foi publicada em 1895, pela Pinto Barbosa & Cia, uma conceituada editora do período, e foi oferecida ao nível primário superior (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1894, v. 4, n.3).

No parecer de aprovação desta obra, Severiano Bezerra e Ernestina Pinheiro, membros do Conselho Superior responsáveis pelo parecer de avaliação da gramática portuguesa elucidam que,

A divisão, a subdivisão, as classificações emfim, estão de accordo com o programma de ensino, adoptado pelo Conselho Superior. O auctor distribue methodicamente todas as partes do discurso, mantendo a perfeita ligação de idéas, que deve haver entre ellas, e expondo os principios e regras com toda clareza e correção.

Para fixar as regras e gravar-as mais profundamente na memoria dos alumnos, elle faz seguir cada objecto da lição de exercicios praticos, extrahidos não só dos auctores classicos, como dos contemporaneos, principalmente brasileiros. Estes exercicios, que são modelos de linguagem simples e elegante, primam pela accurada selecção, e servem para analyse lexicologica e a syntactica.

Este objecto não foi olvidado pelo auctor, que esmerou-se em coordenar diversos modelos para essas duas especies e analyses, seguindo sempre do simples para o composto, do facil para o difficil, observando o reg. geral da Instrucção Publica (art 55, curso superior. n.º 2) o qual determina o novo systema de analyse, desprezadas as classificações antigas (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1894, v. 4, n. 5, p. 69).

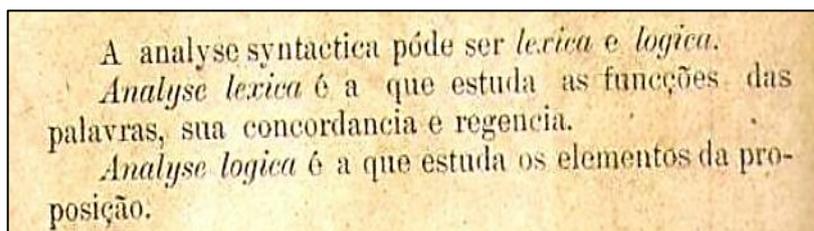
Além disso, segundo os colegas de profissão, Severiano Bezerra e Ernestina Pinheiro,

Escrever uma grammatica unicamente para mostrar erudição, basta ter conhecimento da lingua; escrever uma grammatica para uso das escolas, e sobretudo escolas primarias, não basta só erudição; é preciso mais do que isto: - é preciso conhecer a arte de ensinar. E estes elevados predicados tem-nos o provector professor Vilhena Alves, que desde a juventude se dedica ao magisterio, primeiramente como adjuncto, depois explicador particular no curso preparatorio, e actualmente como professor publico, revelando sempre a robustez do talento de que é dotado, merecendo por seus estudos, ser entre nós reconhecido como auctoridade em materia de grammatica. Elle acaba de illustrar as letras patrias com uma producção que honra ao magisterio paraense, e interessa á mocidade estudiosa, por ser um guia seguro em seu primeiro aprendizado (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1894, v. 4, n. 5, p. 70-71).

O parecer emitido foi favorável à aprovação da obra sendo mandado adotá-la nas escolas públicas do estado.

Desta gramática só foi preservado a parte final, somente o apêndice, que traz diversos exercícios de análise sintática, que por si só já nos dão uma noção acerca do domínio que o autor tinha sobre os assuntos propostos. Conforme o autor,

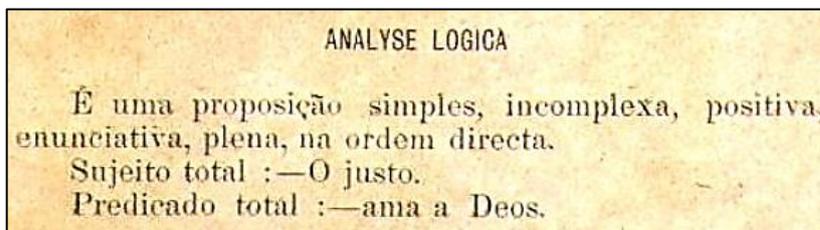
Imagem 98: Análise sintática.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Sua religiosidade também estava presente na gramática portuguesa, ao explicar como funcionava a análise sintática, Vilhena Alves utiliza como exemplo a frase “O justo ama a Deus”. Na análise lógica da frase o autor afirma que

Imagem 99: Análise Lógica.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Já na análise léxica o autor fala da função de cada palavra, bem como sua concordância e regência na frase proposta.

Imagem 100 e 101: Modelo de Análise Léxica.

| ANALYSE LEXICA | |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O | Está em função attributiva com o substantivo accidental justo, e concorda regularmente com elle em genero e numero. |
| JUSTO | Está em função subjectiva com o predicado <i>ama</i> . |
| AMA | Está em função predicativa com o sujeito justo, concordando com elle em numero e pessoa. |
| A | |
| | Procede pleonasticamente o objecto directo <i>Deos</i> , como é de regra quando o mesmo objecto representa pessoa, ou cousa personalisada. |
| DEOS | Está em função objectiva directa com o predicado. |

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O professor começa explicando frases menos complexas para assim introduzir o aluno ao estudo de frases mais elaboradas, como a frase “Arco-íris é um arco que se vê na atmosfera, quando o sol radia sobre uma nuvem que se desfaz”. Conforme imagens abaixo:

Imagens 102, 103, 104 e 105: Modelo de Análise Lógica.

| ANALYSE LOGICA | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Este periodo fórma uma proposição simples e complexa, constituída por uma principal e trez subordinadas.</p> <p>Principal :—Arco-Iris é um arco. . .</p> <p>Subordinadas:</p> <p>1.^a:—que se vê na atmosphera . . . —Adjectiva, modificativa de <i>arco</i>. Pronominal-relativa.</p> <p>2.^a:—quando o sol radia sobre uma nuvem . . . —Adverbial de tempo, modificativa do verbo <i>vê</i>. Conjunccional.</p> <p>3.^a:—que se desfaz em chuva.—Adjectiva, modificativa de <i>nuvem</i>.</p> <p style="text-align: center;">PRINCIPAL</p> <p>Suj. gramm. e total :—<i>Arco-Iris</i>.—Simples e incompleto.</p> | <p>Predicado gramm :—<i>é arco</i>.</p> <p>Predicado total :—<i>é um arco que se vê</i>, etc.</p> <p>Completivo ou attributo :—<i>arco</i>.</p> <p>Adjunctos attributivos do cômpletivo :—1.^o <i>um</i>; 2.^o a proposição seguinte.</p> <p style="text-align: center;">1.^a SUBORDINADA</p> <p>Suj. gramm. e total :—<i>que</i>.—Simples e incompleto.</p> <p>Predicado gramm. :—<i>se vê (= é visto)</i>.</p> <p>Predicado total :—<i>se vê na atmosphera quando o sol etc.</i></p> <p>Particula apassivadora do verbo :—<i>se</i>.</p> <p>Adjuncto adverbial de lugar, do predicado :—<i>na atmosphera</i>.</p> <p>Adjuncto adverbial de tempo, idem :—<i>quando o sol etc.</i></p> |

| 2. ^a SUBORDINADA | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Suj. gramm. :—<i>sol</i>.—Simples e incompleto.</p> <p>Suj. total :—<i>o sol</i>.</p> <p>Adj. attributivo do sujeito :—<i>o</i>.</p> <p>Predicado gramm. :—<i>radia</i>.—Incompleto.</p> <p>Predicado total :—<i>quando radia sobre uma nuvem que se desfaz em chuva</i>.</p> <p>Adj. adv. de lugar, do predicado :—<i>sobre uma nuvem</i>.</p> <p>Adjs. attr. de nuvem :—1.^o <i>uma</i>; 2.^o a proposição seguinte.</p> <p>Connectivo e adj. adv. de tempo :—<i>quando</i>.</p> <p style="text-align: center;">3.^a SUBORDINADA</p> <p>Suj. gramm. e total :—<i>que</i>.—Simples e incompleto.</p> <p>Predicado gramm. :—<i>desfaz</i>.—Complexo.</p> <p>Predicado total :—<i>se desfaz em chuva</i>.</p> | |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p style="text-align: center;">EM - P^o</p> <p>Objecto directo :—<i>se</i>.—Simples e incompleto.</p> <p>Adj. adv. de modo, do pred. :—<i>em chuva</i>.</p> | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

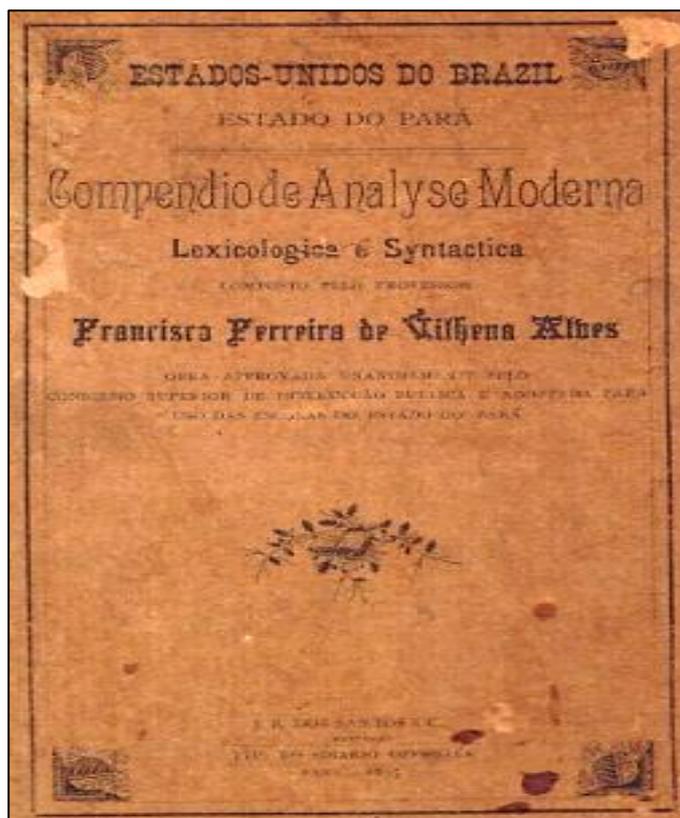
Reconhecido como um professor carregado de aptidões para organizar uma gramática, o autor seguia sempre os preceitos da pedagogia moderna, e ainda conforme o parecer, nenhum dos compêndios que estavam em uso nas escolas abrangia tantos casos de concordância e

construção como esta gramática, tal que “se, por um lado, o auctor pecca pelo excesso, privando o mestre de adduzir uma regra na explicação de um caso não previsto na grammatica; por outro lado, merece os maiores elogios por facilitar ao discipulo procurar por si mesmo os casos difficeis de construcção da phrase”, pois com isso o aluno poderia exercitar a elaboração do seu pensamento de forma correta e sem embaraço (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1894, v. 4, n. 5, p. 70).

❖ *Compendio de Analyse moderna*

O *Compendio de Analyse moderna* é uma obra pequena e, também, foi uma obra aprovada unanimemente pelo Conselho Superior de Instrução Pública e, após aprovação, mandada adotá-la nas escolas públicas do Estado do Pará. A obra foi escrita em harmonia com a Grammatica Portugueza, no mesmo ano, 1895, mas foi impressa pela tipografia do *Diário Official*.

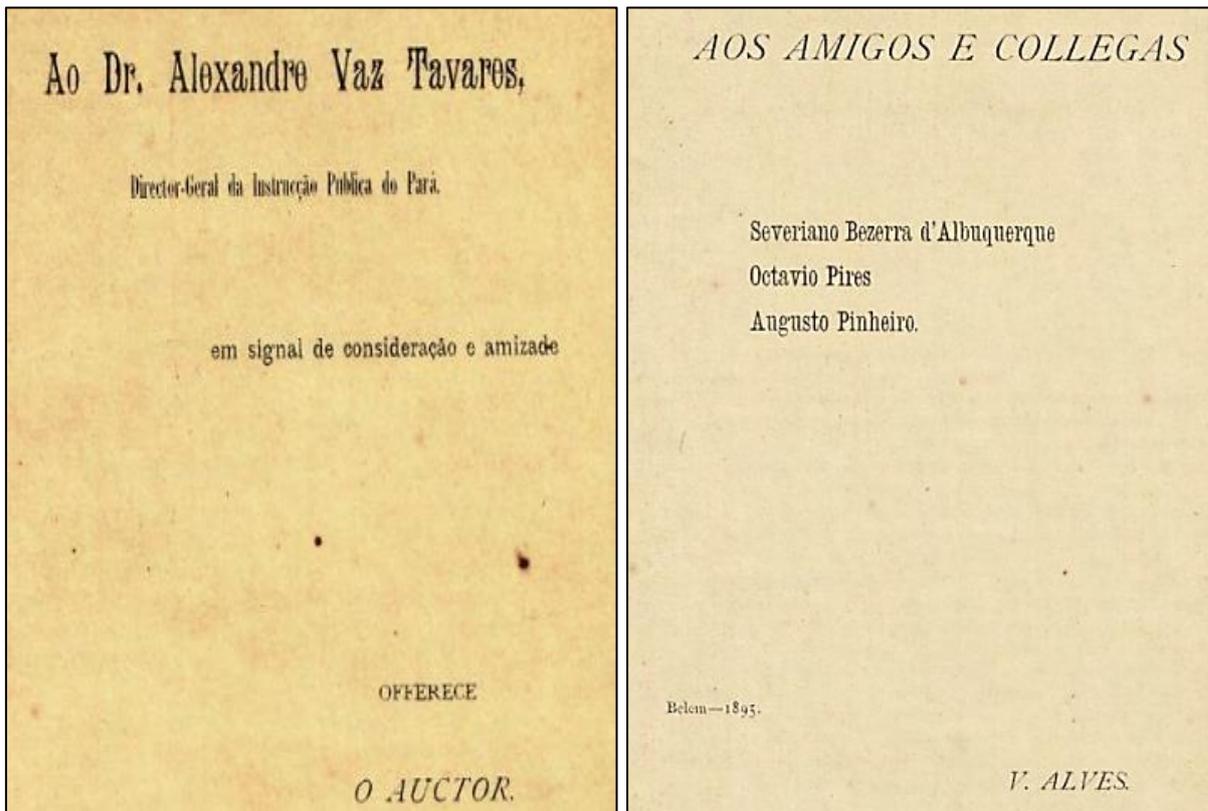
Imagem 106: Compendio de Analyse Moderna: lexicologica e syntactica, 1895b.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Vilhena Alves ofereceu-a em sinal de consideração e amizade, ao Dr. Alexandre Vaz Tavares, que neste período era o Diretor da Instrução Pública do Pará e aos amigos e colegas de profissão Severiano Bezerra d’Albuquerque, Octavio Pires e Augusto Pinheiro.

Imagens 107 e 108: Dedicatórias do autor.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O autor reuniu esforços para escrevê-la, pois em sua opinião os compêndios existentes no período não satisfaziam as necessidades do ensino público primário. E cita alguns exemplos de compêndios que circulavam naquele momento:

O de Briggs distancia-se muito das modernas theorias grammaticae; os de Pacheco Junior e Alexander são mais proprios para os cursos secundarios, onde os alumnos já podem comprehender os rudimentos de philologia comparada, do que para o curso primario, em que têm de receber somente os elementos da lingua vernacula (Vilhena Alves, 1895b, p. VII).

Assim, para suprir o que em sua opinião era uma lacuna, Vilhena Alves constrói o compêndio baseado nas obras por ele já organizadas e aprovadas, tendo em vista que estas já haviam sido avaliadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública. No entanto, toda e qualquer obra precisava passar pela avaliação deste conselho. Quem ficou responsável por avaliar e redigir o parecer, assinado em 12 de março de 1895 e exposto ao final da obra, foi o professor Severiano Bezerra de D'Albuquerque, que afirma:

As teorias, dispostas com methodo e clareza, estão de acordo com o Regulamento da Instrucção Publica, o qual determina que a analyse seja feita conforme os estudos da grammatica moderna, abolidas as classificações antigas.

[...]

No meu fraco entender, o <<Compendio de analyse moderna>>, complemento das grammaticas produzidas do professor F. F. de Vilhena Alves, está apropriado para o ensino escolar, e é preferivel aos seus congeneres. Exceptuando o de Briggs, que, por ser alheio aos estudos modernos, é inferior ao de Alfredo Alexander, a <<Analyse das relações>> deste auctor tem o grande merecimento de conformar-se com os novos preceitos grammaticaes”.

O professor F. F. de Vilhena Alves em suas concepções analyticas nada deixa a desejar, estudando a palavra em todos os seus atributos, e a oração, essa unidade da linguagem articulada, em todas as suas multiplicidades de fórmas.

Opino, pois, salvo melhor juízo, que seja approved e admitido nas escolas primarias deste Estado o <<Compendio de analyse moderna>> do professor Vilhena Alves (Vilhena Alves, 1895b, p. 123).

O parecer foi unanimemente aprovado pelos membros do Conselho Superior em sessão do dia 1º de abril de 1895.

O professor Vilhena Alves explica que buscou apresentar no compêndio as regras que julga indispensáveis para guiá-los no trabalho de análise, pois para ele o sistema antigo de análise era deficiente, e as vezes irracional, como por exemplo, a divisão de análise em gramatical e lógica, como se ambas não fossem gramaticais (Vilhena Alves, 1895b). E tece várias críticas ao antigo modelo:

Imagem 109: Crítica sobre a análise gramatical.

A chamada *analyse grammatical* consistia apenas: 1.º. em *classificar as palavras*—operação que absurdamente denominavam estudo *etymologico*, como se a etymologia, em vez de ser a investigação da origem das palavras, e do seu desenvolvimento historico até ao estado actual da lingua, fosse simplesmente um trabalho de classificação; 2.º. em declarar o genero e numero dos nomes, e o modo, tempo, numero e pessoa dos verbos (estudo das flexões ou *kampenomia*, parte da *Morphologia*).

E só. O estudo dos sons, de sua pronúncia e representação (*Phonologia*), e o da organização dos vocabulos (*Morphologia*), não faziam parte da tal *analyse grammatical*, por demais incompleta, pois não comprehendia partes importantes da *grammatica*.

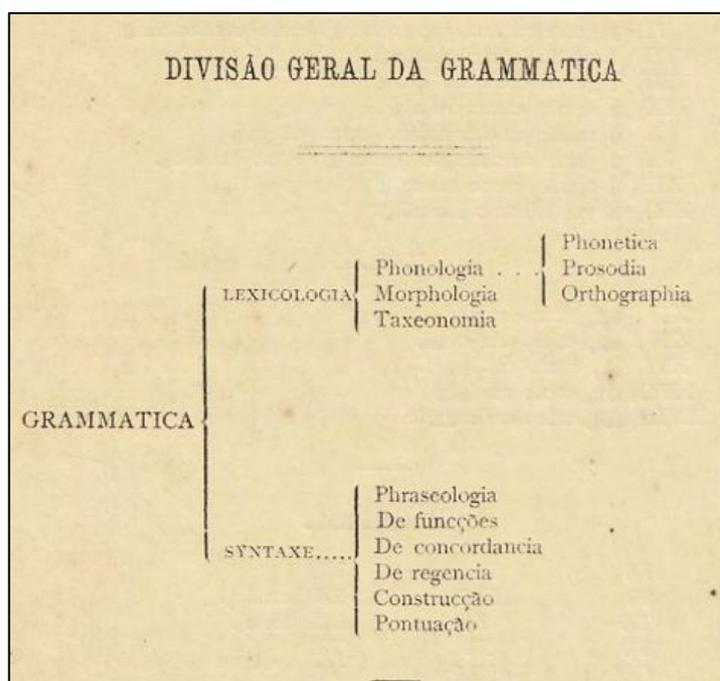
Na *analyse logica*, exigiam a decomposição dos verbos chamados adjectivos naquillo que consideravam *seus elementos formativos*, para que toda a oração ficasse constando necessariamente de trez parte essenciaes: sujeito, verbo e attributo. Isto, a que o sr. Grivet chama *theoria substantivista*, e que nos veiu das *grammaticas francezas* como muita cousa ruim de que está inçada a linguagem portugueza, reduzia esta a uma algaravia estúpida e incomprehensivel. Por exemplo, esta simples oração—*quero mas não posso*—transformava-se em—*sou querente mas não sou podente*—, em que entram vocabulos extranhos ao uso da lingua, aos quaes, por descargo de consciencia, chamavam *ficticios*.

O autor afirma que o sistema de análise moderna rejeita esses modelos, em sua concepção, acanhados e cheios de defeitos, pois a língua portuguesa aparecia deformada e irreconhecível, tendo em vista que o estudo dos sons, de sua pronúncia e representação (Fonologia), bem como da organização dos vocábulos (Morfologia), não faziam parte do sistema antigo de análise gramatical, tornando-a incompleta, visto que não compreendia partes importantes da gramática (Alves, 1895b).

A obra é dividida em cinco partes: 1) Quadros Synopticos; 2) Theoria da analyse; 3) Exercicios de analyse lexicologica; 4) Exercicios de analyse syntactica; 5) Noções sobre estylo, composição e recitação.

No prefácio da obra, Vilhena Alves explica que procurou ser o mais metódico possível, apresentando primeiro alguns quadros sinóticos, utilizando-os como estratégia para que estes tragam à memória dos alunos todas as principais teorias gramaticais apresentadas, em um lance de olhos.

Imagem 110: Divisão da Gramática proposta por Vilhena Alves.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

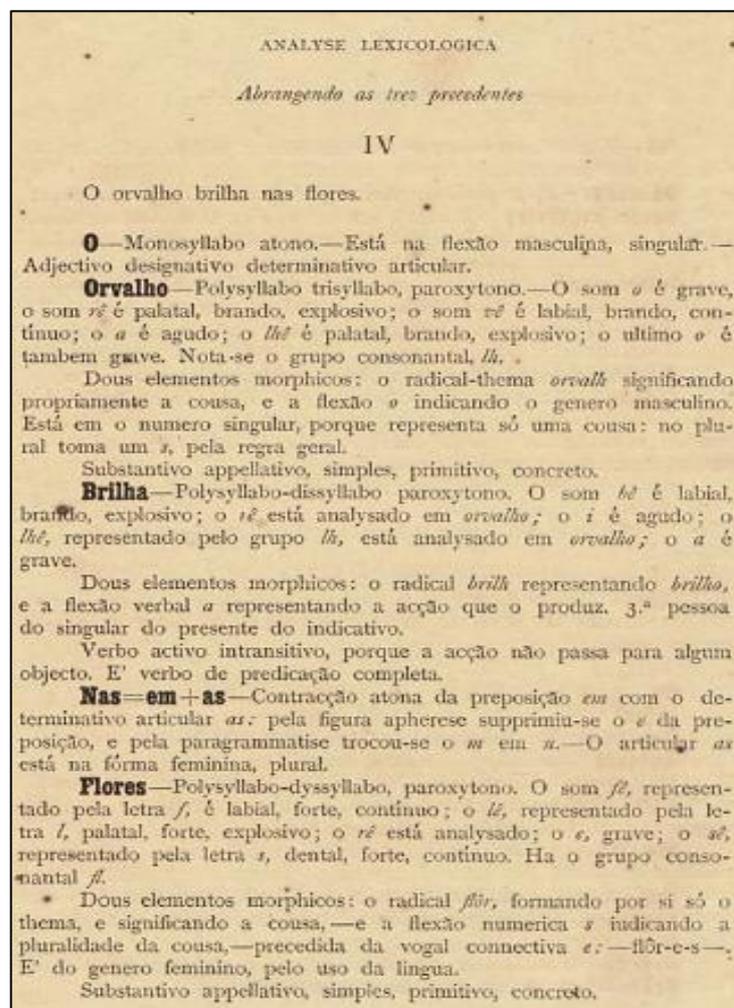
Ao explicar a Teoria da Análise, o autor afirma que “analyse quer dizer *decomposição*, isto é, separação das partes de um todo”, assim “*analysar um período* é decompô-lo nos seus elementos formativos, isto é, nas proposições de que elle consta, afim de classificar-as syntacticamente” e “*analysar uma oração* é decompô-la em seus elementos lexicologicos e

syntacticos para estudal-os segundo os principios e as regras da grammatica” (Vilhena Alves, 1895b, p. 33, grifos do autor).

Quanto a forma de análise, o autor diz que são de duas espécies: 1) a análise lexicológica seria aquela que estuda os elementos fonológicos, morfológicos e taxionômicos da proposição, ou seja, os sons, as letras, as sílabas, as palavras e sua classificação, as partes significantes destas; 2) a análise sintática seria aquela que estuda os elementos sintáticos do período e da proposição, podendo ser léxica e lógica (Vilhena Alves, 1895b).

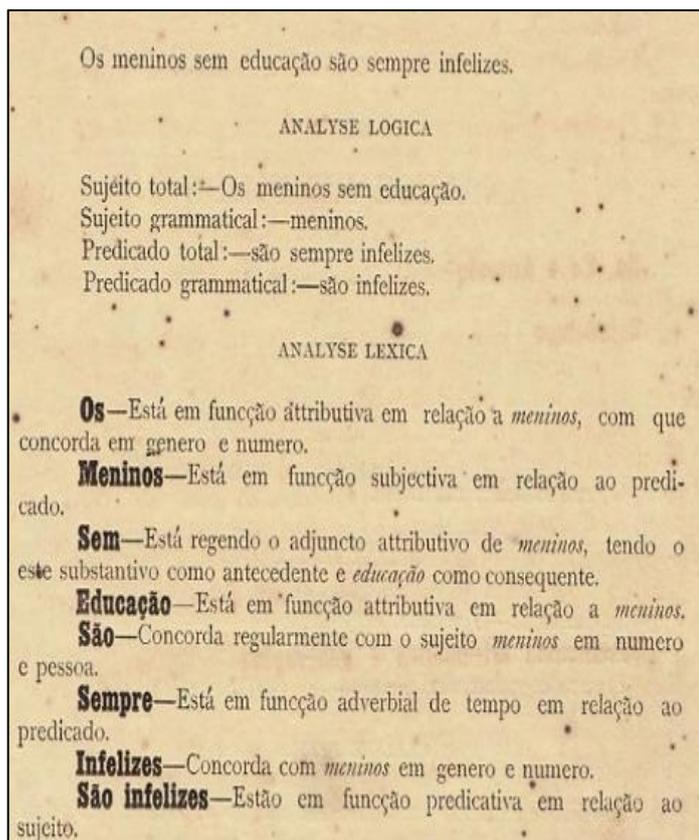
A parte prática da obra traz vários exercícios, nos quais segue uma ordem natural e pedagógica, ou seja, dos mais fáceis para os mais difíceis.

Imagem 111: Modelo de Analyse lexicologica.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Imagem 112: Modelo de Analyse syntactica: lexica e logica.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Vilhena Alves (1895b) na quinta parte da obra apresenta noções acerca de estilo, composição e recitação:

1) O *estilo* é a forma geral que se dá ao dizer, segundo se concebem, ordenam e exprimem os pensamentos. Este pode ser considerado quanto ao desenvolvimento dos pensamentos e da expressão; quanto ao grau e qualidade do ornato; e quanto a forma das frases.

2) A *composição* seria qualquer produção literária. Mas para que os alunos pudessem fazer regularmente era necessário que o professor dissertasse sobre o assunto, fornecendo aos alunos as linhas gerais como, o quadro sinóptico, o esqueleto da composição, só assim os alunos coordenariam as ideias gerais desenvolvendo-as de forma eficaz.

3) A *recitação* diz respeito a articulação das sílabas e das palavras, dando a cada uma o som usado pelas pessoas que bem falam, não arrastando nem atropelando a dicção, fazendo pausas convenientes, fazendo a inflexão própria das ideias e pensamentos. Essas seriam condições necessárias não só a uma boa recitação, mas também a uma boa leitura.

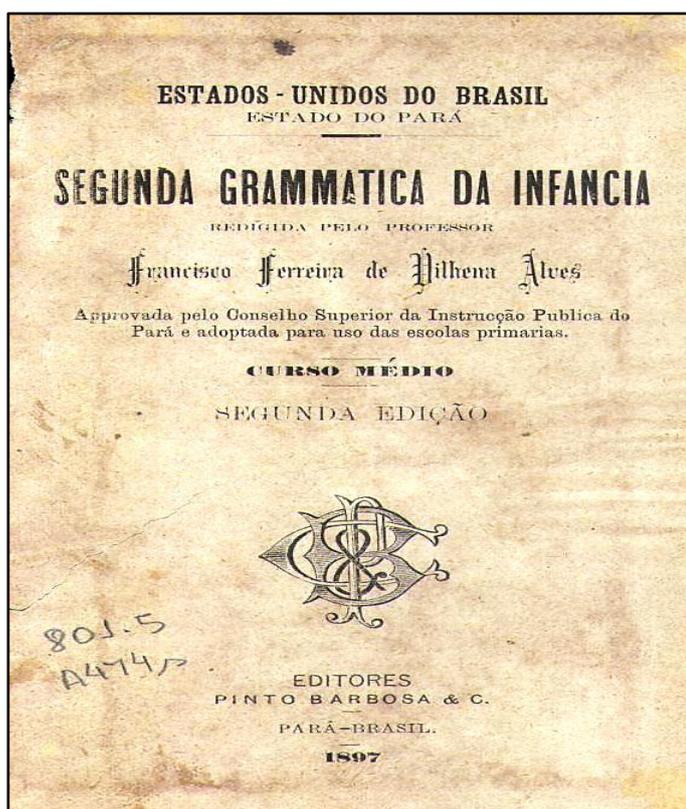
Conforme Eidorfe Moreira, o senso prático do autor, pode ser facilmente verificado em suas obras, especialmente, na obra *Compendio de analyse moderna*, na qual dos exemplos empregados nas 9 classes de sugestões que ele apresenta, 4 fazem referência à cidade de Belém (Moreira, 1979).

Dentre as referências do autor estão autores reconhecidos: entre os portugueses estão Alexandre Herculano, Garrett, Camillo Castelo Branco, Castilho, Guerra Junqueiro, Mendes Leal e latino Coelho; entre os brasileiros José de Alencar, Pereira da Silva, Gonçalves Dias, Macedo, Sylvio Romero, Moreira Pinto, Quintino Bocayuva, Luiz Guimarães Junior, Machado de Assis, Afonso Celso, Antonio Raiol, Santa Helena Magno e Julio Cezar.

O intelectual conclui dizendo que se preencheu ou não o fim que teve, o qual era facilitar à mocidade paraense o estudo da própria língua, são as pessoas autorizadas que o dirão, “pois me podem servir de guia ainda mesmo quando indiquem e censurem os meus erros” (Vilhena Alves, 1895b, p. VIII).

❖ *Segunda Grammatica da Infancia*

Imagem 113: Segunda Grammatica da Infancia, 1897.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A *Segunda Grammatica da Infancia*, foi destinada ao curso primário médio, e editada, também, pela Pinto Barbosa & Cia. A primeira edição da obra, intitulada *Primeira Grammatica da Infancia*, lançada em 1895, rendeu oito mil exemplares que se esgotaram em dois anos, e conforme Vilhena Alves (1897) este resultado deve-se mais ao favor público do que pelo mérito da obra, pois era um trabalho um tanto primitivo, e assim o autor viu-se na obrigação de corrigir

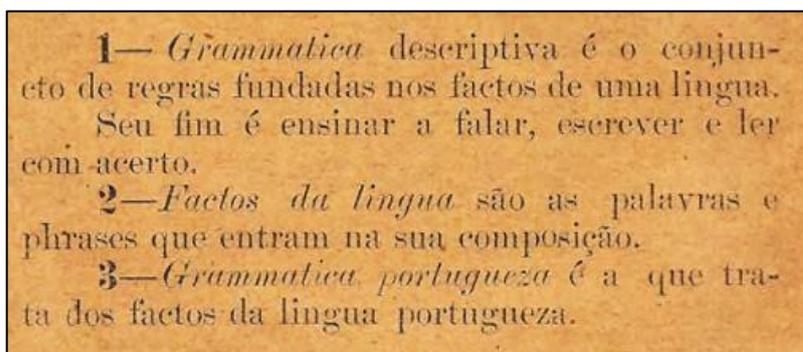
do melhor modo possível, a fim de torná-lo mais adaptado à aprendizagem das crianças. Nesse sentido, esta é uma segunda edição da *Primeira Grammatica da Infancia*, com o nome de *Segunda Grammatica da Infancia*. O autor justifica essa motivação dizendo que

Como já entrou em circulação uma grammatica elementar por mim organizada, que é o resumo d'esta, e á qual intitulei Primeira Grammatica da Infancia, ampliei por isso o titulo d'esta, com permissão do Conselho Superior de Instrucção Publica, denominando-a Segunda Grammatica da Infancia, visto conter doutrinas um tanto mais desenvolvidas (Vilhena Alves, 1897, p. 177).

Em 1900, a obra ainda estava em uso nas escolas e a revista oficial de ensino *A Escola* traz informações de que fora solicitado o pagamento da importância de sete contos e trinta mil réis à Pinto Barbosa pelo fornecimento de 500 exemplares da *Segunda Grammatica da Infancia*, de Vilhena Alves (Pará, *A Escola*, 1900).

Conforme o intelectual, esta gramática é descritiva, também conhecida como sincrônica, pois estuda o conjunto de regras fundadas nos fatos da língua em um dado momento. Para o autor, língua é o sistema de palavras peculiares aos indivíduos de uma nação, ou de muitas da mesma origem. Já a linguagem, seria a expressão do pensamento por meio das palavras ou gestos (Vilhena Alves, 1897).

Imagem 114: Introdução da Segunda Grammatica da Infancia.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Quanto a divisão da gramática, a concepção do autor não mudou. Dessa forma, na introdução, Vilhena Alves (1897) expõe o quadro sinóptico da gramática explicando a função de cada parte apresentada e dividi-a em duas partes:

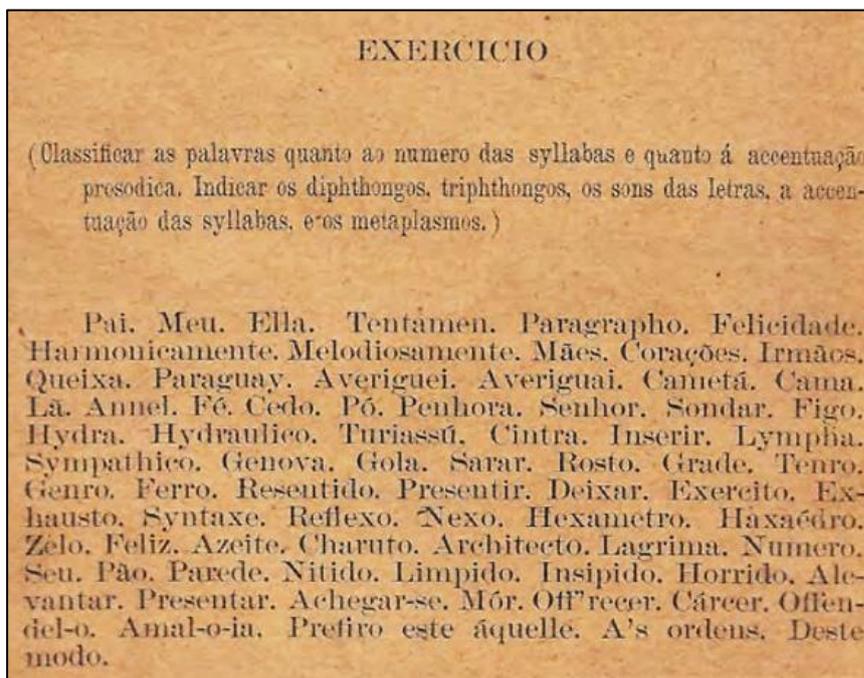
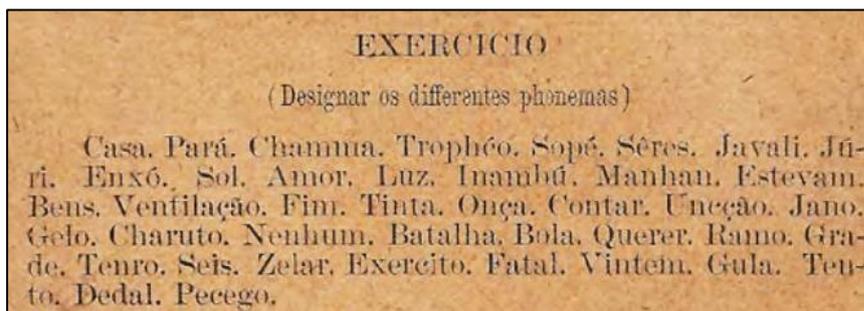
1) *Lexicologia*, é a parte da gramática que estuda as palavras de modo isolado, e está dividida em: a) *Fonologia*, sendo a parte da lexicologia que trata dos sons com que se formam as palavras, da sua pronúncia e representação. Além disso, esta parte engloba a *Fonética*, a qual estuda os sons elementares da língua, a *Prosódia* que trata da pronúncia dos sons e das palavras

por eles formadas, e a Ortografia que trata da representação dos sons e das palavras por meio da escrita; b) Morfologia, sendo a parte que trata das formas das palavras como elementos dos pensamentos; c) Taxinomia, parte que estuda propriamente a classificação das palavras.

2) *Sintaxe*, é a parte da gramática que estuda as palavras reunidas e relacionadas formando proposições, a qual o autor dividi em: a) Fraseologia, estuda as proposições de modo isolado ou relacionadas na formação do período; b) Sintaxe de funções, trata das relações e emprego funcional das palavras na proposição; c) Sintaxe de concordância, trata da harmonia flexional das palavras variáveis; d) Sintaxe de regência, regula a dependência das palavras para completarem o sentido da frase; e) Sintaxe de construção, trata da colocação das palavras na proposição; e f) Pontuação, é o tratado da leitura correta.

Os exercícios propostos pelo autor seguem o mesmo padrão das demais gramáticas.

Imagens 115 e 116: Exercícios da Segunda Grammatica da Infancia.



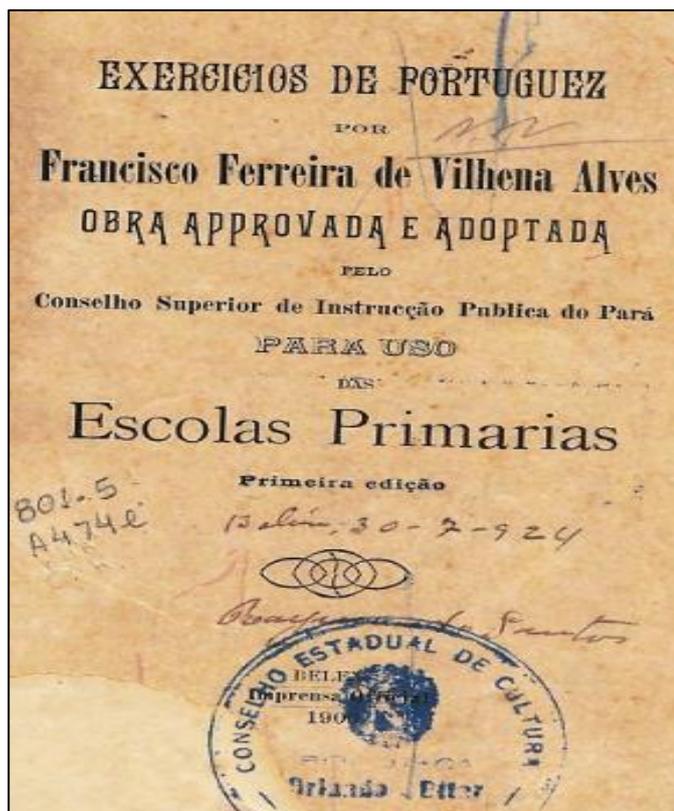
Dentre as diversas alterações realizadas entre a primeira e a segunda gramática da infância, conforme Vilhena Alves (1897), estão: a) distribuição das consonâncias quanto ao órgão em que são formadas, quanto à duração da pronuncia e o esforço na pronúncia; b) Supressão da parte referente aos sons vocálicos, pois era matéria já exposta no quadro de vozes; c) Supressão do que se referia à quantidade das sílabas, pois conforme João Ribeiro, na degeneração do latim foi pouco a pouco obliterando a noção de quantidade em proveito do acento, que se tornou o centro de gravidade das palavras; d) Exposição sucinta dos sistemas de ortografia; e) Supressão da representação dos fonemas, salvo alguns, pois o autor entendia que era matéria para aprender unicamente com a prática; f) Adição de um quadro contendo vocábulos divididos em seus elementos mórficos; g) substituição das denominações das linguagens verbais - pretérito imperfeito, perfeito e mais que perfeito, por outras que o autor considerava mais apropriadas apoiando-se, mais ou menos, em Grivet; h) Acréscimo de um quadro resumido contendo as diversas denominações da proposição simples; i) Supressão da classe de proposições subordinadas de sentidos, as quais incluiu entre as subordinadas adverbiais de grau; j) Substituição, quase que total, do capítulo que trata da sintaxe de regência e do parágrafo que se refere aos elementos acidentais da preposição.

Assim, nessa edição houve a substituição de algumas definições e adição de várias notas explicativas, e muitas outras alterações que Vilhena Alves julgou necessárias para um melhor aprendizado. Com toda certeza, essa gramática é uma versão melhorada da outra, bem mais detalhada, o que se atesta na quantidade de páginas, enquanto a primeira tinha somente 72 páginas, esta possui 176, sendo que a maior parte é sobre lexicologia, totalizando 122 páginas, enquanto que a parte da sintaxe totaliza 54 páginas.

❖ *Exercicios de Portuguez*

A obra *Exercicios de Portuguez*, lançada em 1900, surgiu junto com a Revista a Escola, e muitos capítulos foram publicados nesta, pois assim que a obra foi aprovada pelo Conselho Superior foi adotada para uso nas escolas primárias. A gramática é pequena, possui 64 páginas, e foi editada pela Imprensa Oficial.

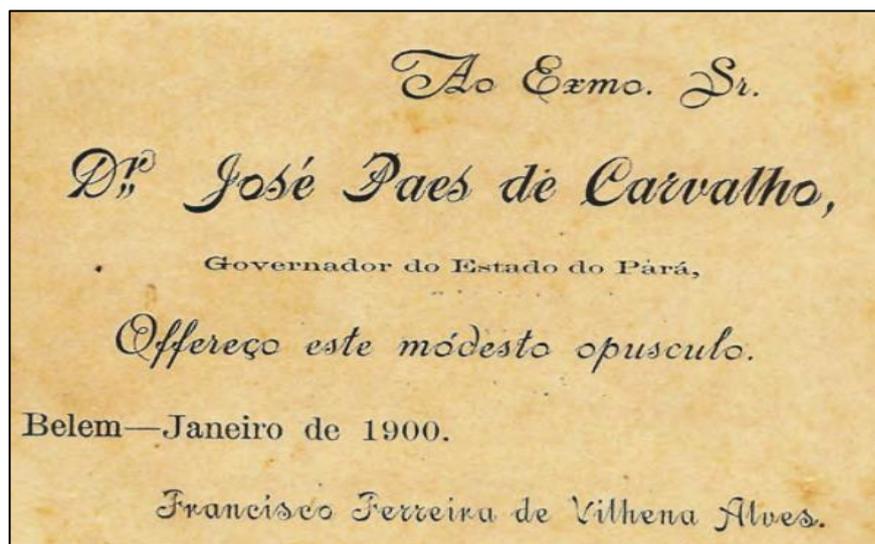
Imagem 117: Exercicios de Portuguez, 1900.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Na contracapa, Vilhena Alves, dedica a obra ao Dr. José Paes de Carvalho, governador do estado no período:

Imagem 118: Contracapa da gramática Exercícios de Portuguez.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Como esta obra foi lançada no mesmo ano em que a *Selecta Literaria*, em 1900, o parecer das duas obras foi realizado de forma conjunta. De acordo com os pareceristas Hilario Maximo de Sant'Anna, Raymundo Bertoldo Nunes e Dr. Antonio Marçal

Ninguém há que, tendo acompanhado o ensino da lingua patria nas nossas escolas primarias, desconheça que as modernas theorias grammaticaes, se bem que não sejam ignoradas, graças aos esforços e boa vontade dos nossos professores, ainda são na mór parte confundidas com as velhas theorias, e resentem-se de uma perfeita methodização.

Quer o ensino da analyse lexicologica em suas divisões em analyses taxeconomica, phonologica e morphologica, que o ensino da analyse syntactica, dividindo-se por sua vez em analyse lexica e logica, ainda não têm os seus limites perfeitamente compreendidos na escola primaria paraense.

E nenhuma outra disciplina, como a lingua portugueza, feita a sua aprendizagem, como já se disse, de acordo com as modernas theorias grammaticaes, precisa ser methodizada, adaptada mesmo ás novas doutrinas pedagogicas do ensino intuitivo, porque á primeira vista ella se afigura como eivada de dificuldades, não só aos olhos da creança, mas tambem do mestre (Vilhena Alves, 1900, p. 7-8).

Pelos motivos apresentados acima é que os pareceristas afirmam que o compêndio estava destinado a produzir resultados proveitosos no ensino da língua vernácula, pois estavam de acordo com os modernos princípios filológicos, conforme a comissão

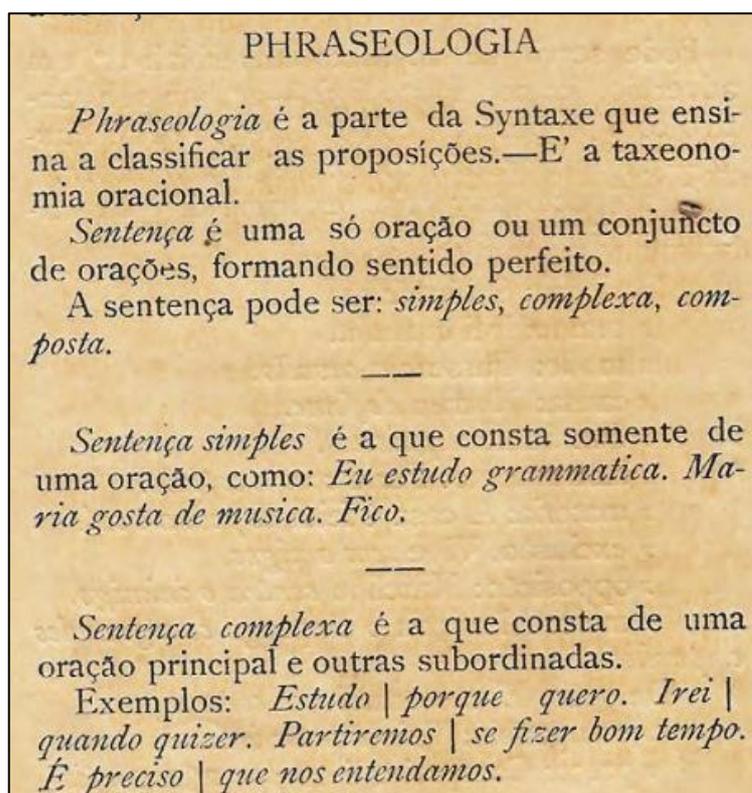
O sñr. Professor Vilhena Alves, um dos membros do magisterio paraense que mais tem estudado o portuguez moderno, conhecendo as dificuldades com que lucha o professor primario, organisou essa obra, onde, a par de uma methodização que parece a mais racional possivel, vêm-se perfeitamente delimitadas as diversas divisões das analyses lexicologica e syntactica (Vilhena Alves, 1900, p. 7-8).

A obra era bem vista porque trazia um grande número de exercícios, nos quais o autor exemplificava todos os casos e dificuldades que pudessem aparecer, de modo que isso amenizava o trabalho do professor, pois os inúmeros exemplos propostos vinham facilitar a compreensão do aluno. Portanto, os pareceristas afirmam que como o compêndio foi elaborado por um professor em quem muito confiava e esperava o ensino público, por isso deveria ser aprovado e adotado nas escolas complementares do estado (Vilhena Alves, 1900). A obra é dividida em sete partes.

Na parte I, o autor expõe *Breves Noções de Gramática* e traz explicações sobre Fonologia, Taxinomia e Morfologia, que seria um resumo da Lexicologia abordada nas outras gramáticas por ele compostas. Na fonologia ele dividi os sons gramaticais em vozes, que são sons livres que tem passagem livre pelo tubo vocal, e consonâncias, ou ruídos, que são os sons que em sua passagem são embaraçados pela língua, pelos dentes, etc. A taxinomia o autor dividi em oito classes: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, preposição, adverbio, conjunção e interjeição. A morfologia é dividia em duas espécies de elementos mórficos, o radical e os

afixos. Além disso, traz a Sintaxe, na qual explica que as palavras podem exercer seis funções: subjetiva, predicativa, atributiva, objetiva, terminativa e adverbial. O autor explica que as funções, subjetiva e predicativa, são elementos essenciais da proposição, porque toda oração possui necessariamente sujeito e predicado; as outras quatro funções são acidentais, porque nem sempre aparecem na oração (Vilhena Alves, 1900). O autor ainda traz explicações acerca da fraseologia, conforme imagem abaixo:

Imagem 119: Estudo da sintaxe em Exercícios de Portuguez.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Nas outras seis partes da obra o autor trabalha somente com exercícios dos assuntos abordados na primeira parte:

Na parte II, em exercícios de fonologia, o autor passa três tipos de exercícios.

Imagens 120, 121 e 122: Exercícios de fonologia.

DESIGNAR OS DIFFERENTES PHONEMAS: VOZES E CONSONANCIAS.

Somos filhos do Pará.—Pedro lê o jornal.—A casa foi devorada pelas chammas.—Isso não é difficil.—Estava ao sopé do monte.—Ficou reduzido a pó.—Antonio é professor.—O tinteiro é meu.—Tribunal do jury.—Falou de ti.

INDICAR OS METAPLASMOS E CLASSIFICAR-OS.

Alevantou-se.—Como a rosa em mez d'abril.—Nesta terra não tenho uma esp'rança.—Ha duas c'rôas na terra.—Té que o sol torne a brilhar.—Á mingoa definhaste em negro cárcer.—Assim disse Mavorte valoroso.—O afuzilar tremulo das espadas.—Não me foi dado salva-a.

CLASSIFICAR AS PALAVRAS QUANTO AO NUMERO DE SYLLABAS E QUANTO Á ACCENTUAÇÃO.

Parabens.—Amor.—Simples.—Saudade.—Justissimamente.—Concordar.—Concorde.—Concordia.—Tafetá.—Sopé—Avó.—Irmã.—

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Na parte III, em exercícios de taxinomia, o autor passa sete tipos de exercícios.

Imagens 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129: Exercícios de taxonomia.

INDICAR OS SUBSTANTIVOS, E CLASSIFICAR-OS.

O Amazonas é denominado rio-mar.—Recostou-se no sophá.—Ha circumstancias attenuantes.—É lindo o beija-flôr.—Feriu-se no antebraço.—Está cantando o bemtevi.—O marulho das ondas.—As pedradas continuam.—A pedra veiu ferir o pé da estatua.—Bonita mesa.—Vive de mesada.—O livreiro procurou-te.—O professorado da capital.—O justo e o bello.—

INDICAR OS PRONOMES E CLASSIFICAR-OS

«Elles tremiam por si, eu pela sorte de Hespanha».—«O que pôde haver em paz, não haja por guerra».—Alguem semcou e outrem colheu.—Ninguém veiu.—Quem bate?—Qual escreve, qual estuda, qual se diverte.—Isto não o faz quemquer.—Quemquer que tu sejas, ouve-me.—Cadaqual faz o que pôde.—O que eu te disse é verdade.—Eu trabalho; faze outrotanto.

INDICAR OS VERBOS, E CLASSIFICAR-OS. ESTUDO DAS VOZES.

A flauta era acordada por sopro de mestre.—Antonio está doente.—Elle ficou pezaroso.—Foste infeliz no negocio.—Estavam no theatro.—Meus paes são os meus melhores amigos.

INDICAR AS PREPOSIÇÕES, PALAVRAS E LOCUÇÕES PREPOSITIVAS, E DIZER A RELAÇÃO QUE EXPRESSAM.

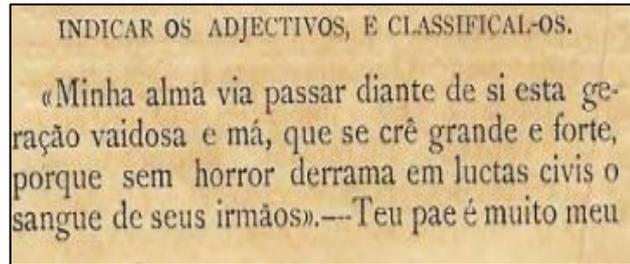
Entrou em casa.—As ondas rebentavam em flôr.—Nasceu em 1860.—Recorro a ti.—Vás ao Rio.—Obra acceta a Deus.—Casa de Pedro.—

INDICAR OS ADVERBIOS, E CLASSIFICAR-OS QUANTO ÁS CIRCUMSTANCIAS QUE EXPRESSAM.

Sentemo-nos alli.—Não sei onde isto se deu.—Vive longe dos seus.—Já estavam perto da cidade.—Quando vens?—Álfredo chegou hontem e volta amanhã.—Conclue o trabalho antes de anoitecer.—Partes agora mesmo.—Nunca vi tal

INDICAR AS CONJUNÇÕES, E CLASSIFICAR-AS.

«Sem que eu o diga, está dito por si mesmo que havemos de ter hoje o quarto juizo.»—«Antes queira mediocridade propria, que demasia alheia.»—«Como quereis melhorar de logar, se vos levais a vós comvosco?»—«Apenas estes homens desconhecidos eram levados ante o capitão arabe, elle enviava um dos seus cavalleiros ao logar onde tremulava o pendão de Juliano.»



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Na parte IV, em exercícios de morfologia, o autor passa um tipo de exercício.

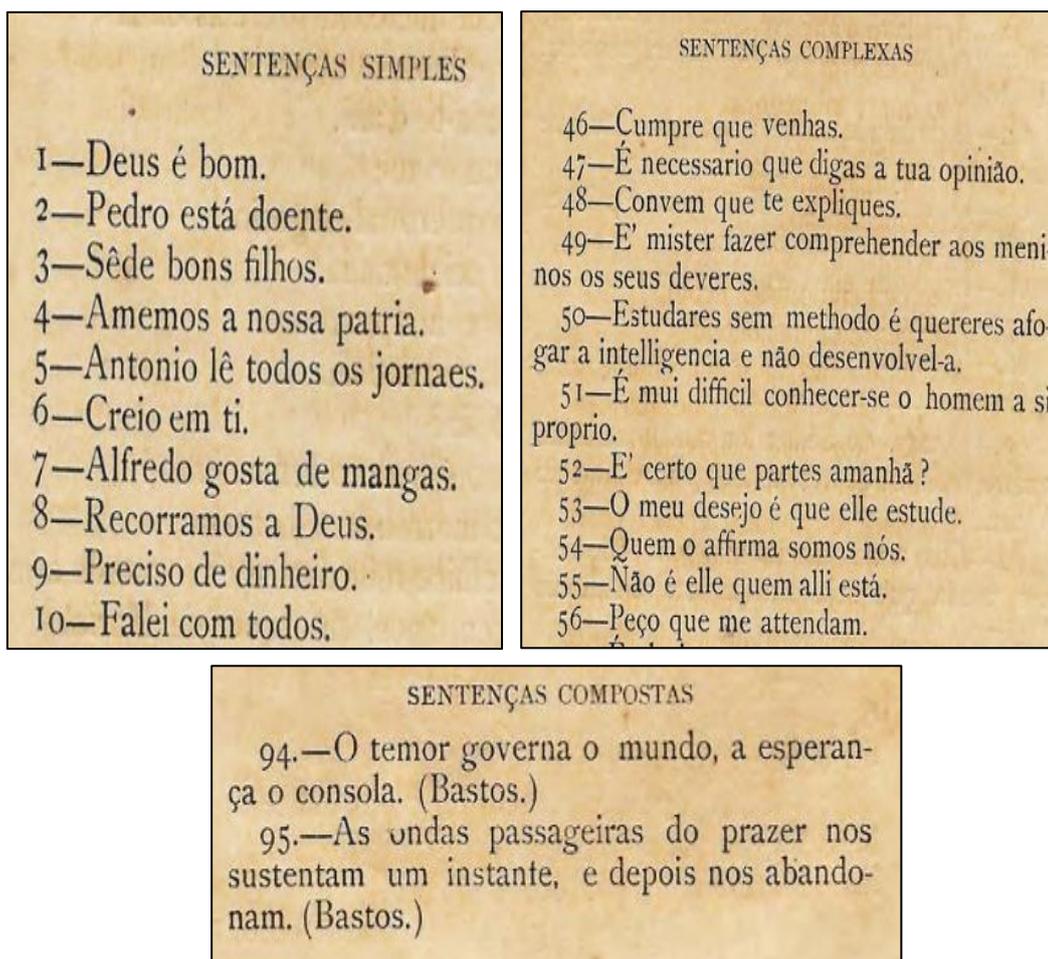
Imagem 130: Exercícios de morfologia.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Na parte V, em exercícios de sintaxe, o autor apresenta 45 tipos de sentenças simples, 47 sentenças complexas e 18 sentenças compostas.

Imagens 131, 132 e 133: Exercícios de Syntaxe.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Na parte VI, são apresentados alguns exercícios de análise lexicológica. O autor fez primeiro um uma abordagem das palavras de modo isolado, e agora traz a análise lexicológica para demonstrar como funciona os sete períodos de análise nas sentenças apresentadas. Abaixo serão apresentadas as imagens do primeiro e do último período de análise proposta por Vilhena Alves.

Imagens 134 e 135: Primeiro período de análise lexicológica.

PRIMEIRO PERIODO

Um livro é um legado precioso que seu auctor deixa ao genero humano.

Um—Adjectivo indefinito, na terminação masculina do singular.

Livro—Substantivo appellativo, masculino, singular.

É—Verbo copulativo ou substantivo *ser*.—3.^a pessoa do singular do presente do indicativo.

Um—(Analysado.)

Legado—Substantivo appellativo, masculino, singular.

Precioso—Adjectivo qualificativo restrictivo, no positivo. Terminação masculina do singular.

Que—Pronome relativo-conjunctivo; referido a *legado*.

Seu—Adjectivo determinativo possessivo, na terminação masculina do singular.

Auctor—Substantivo appellativo, masculino, singular.

Deixa—Verbo bitransitivo, da 1.^a conjugação. 3.^a pessoa do singular do presente do indicativo.

Ao—Junção da preposição *a* e o artigo *o*.

Genero—Substantivo appellativo, masculino, singular.

Humano—Adjectivo qualificativo restrictivo, no positivo; terminação masculina do singular.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Imagens 136, 137, 138, 139, 140: Segundo período de análise lexicológica.

SETIMO PERIODO

Quando os viajantes chegarão ao seu destino, brilhava no céu a estrella da manhã.

Quando—Dissyllabo paroxytono.—Consonancia guttural representada pela letra *q*. Voz pura *u* e voz nasal *an*, representada a nasalidade pelo *u*; diphthongo nasal *uan*. Consonancia linguo-dental representada por *d*. Voz pura e grave *o*.
Adverbio conjunctivo de tempo.
Um elemento morphico: o radical.

Os—Monosyllabo átono.—Voz pura e grave *o*; consonancia linguo-dental sibilante, representada por *s*.
Adjectivo determinativo artigo.
Flexão generica *o* e numerica *s*.
Não tem radical.

Viajantes—Tetrasyllabo paroxytono.—Consonancia labial representada por *v*. Vozes puras e graves *i*, *a*, formando hiato. Consonancia linguo-dental representada por *j*. Voz nasal *an*. Consonancia linguo-dental representada por *t*. Voz pura e grave *e*. Consonancia linguo-dental representada por *s*.
Substantivo appellativo, simples, derivado de *viajar*, concreto.

Elementos morphicos: radical *viaj*, suffixo *ante*, flexão numerica *s*.

Chegarão—Trisyllabo paroxytono.—Consonancia linguo-dental representada por *ch*. Voz pura e grave *e*. Consonancia guttural representada por *g*. Voz pura e aguda *a*. Consonancia linguo-palatal branda representada por *r*. Diphthongo nasal *ão* representado por *am*.
Verbo intransitivo.
Dous elementos morphicos: radical *cheg* e suffixo *aram*. 3.^a pessoa do plural do preterito absoluto do indicativo. Infinitivo *chegar*: 1.^a conjugação.

Ao—Junção da preposição *a* com o artigo *o*.—Monosyllabo átono. Diphthongo oral.

Seu—Monosyllabo oxytono.—Consonancia linguo-dental representada por *s*; voz pura e média *ê*; voz pura e grave *u*.
Diphthongo oral *eu*.
Adjectivo determinativo possessivo, referido á 3.^a pessoa.
Radical *s*; suffixo nominal *eu*. Genero masculino, numero singular: no feminino *sua*; no plural *seus*.

Destino—Trissyllabo paroxytono.—Consonancia linguo-dental representada por *d*. Voz pura e grave *e*. Consonancias linguo-dentales representadas por *s* e *t*. Voz pura e aguda *i*. Consonancia linguo-palatal representada por *n*. Voz pura e grave *o*.

Substantivo appellativo, derivado improprio, abstracto.

Thema *destin*, formado com o prefixo *des* e o radical *lin*; flexão generica *o*.

Brilhava—Trissyllabo paroxytono.—Grupo consonantal representado por *br*, formado de uma consonancia labial e uma linguo-palatal. Voz pura e grave *i*. Consonancia linguo-palatal, por *lh*. Voz pura e aguda *a*. Consonancia labial representada por *v*. Voz pura e grave *a*.

Verbo intransitivo.

Radical *brih*; flexão verbal *ava*. 3.^a pessoa do singular do preterito relativo 1.^a forma, do modo indicativo, do verbo *brilhar*: 1.^a conjugação.

No—Monosyllabo átono.—Consonancia linguo-palatal representada por *n*. Voz pura e grave *o*.

Contração da preposição *em* com o artigo *o*. Pela apherese supprimiu-se o *e* da preposição, e pela paragrammatise trocou-se o *m* por *n*.

Céu—Monosyllabo oxytono.—Consonancia linguo-dental representada por *c*; diphthongo oral *éu*, formado pela voz aguda *é* e a voz grave *u*. Vogal predominante, a prepositiva (*é*).

Substantivo appellativo, simples, primitivo, concreto.

Thema: o proprio radical *céu*. Genero masculino, numero singular.

A—Monosyllabo átono.—Voz pura e grave. Adjectivo determinativo artigo.

Flexão generica do feminino. Não tem radical.

Estrella—Trissyllabo paroxytono.—Voz pura e grave *e*. Consonancia linguo-dental representada por *s*. Consonancia linguo-dental, por *t*; e linguo-palatal branda, por *r*; formando ambas um grupo phonetico consonantal (*sr*). Voz pura e media *ê*. Consonancia linguo-palatal, por *ll*. Voz pura e grave *a*.

Substantivo appellativo, simples, primitivo, concreto.

Radical *estrell*; flexão generica do feminino *a*.

Da—Monosyllabo átono.—Consonancia linguo-dental representada por *d*; voz pura e grave *a*.

Contração da preposição *de* com o artigo *a*. Pela synalepha supprimiu-se o *e* da preposição, porque a palavra seguinte é uma vogal.

Manha—Dissyllabo oxytono.—Consonancia labial representada por *m*. Voz pura e grave *a*. Consonancia linguo-palatal representada por *nh*. Voz nasal *a*.

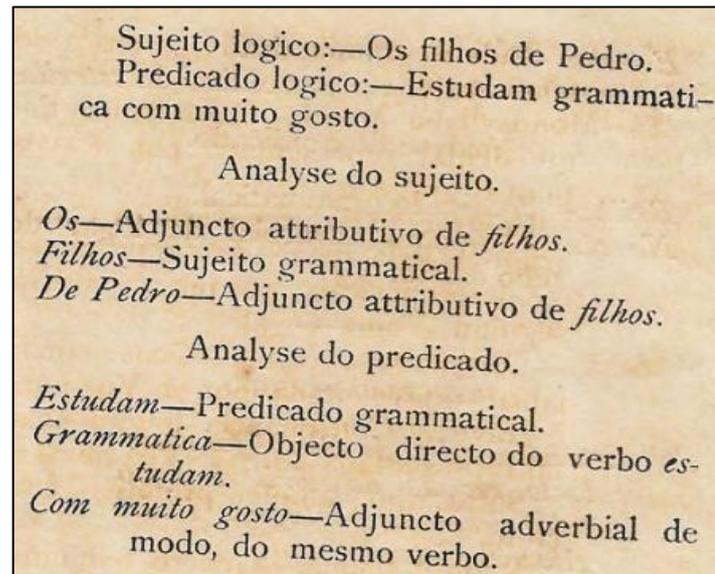
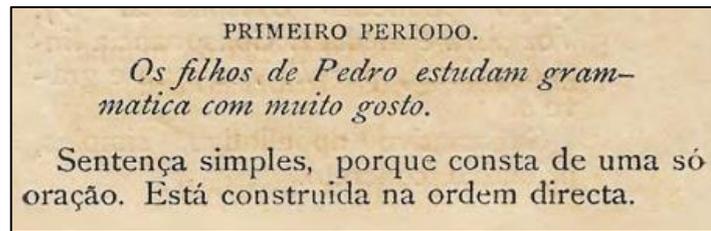
Subst. app., simples, primitivo, concreto.

Radical-thema.—Genero feminino, numero singular.

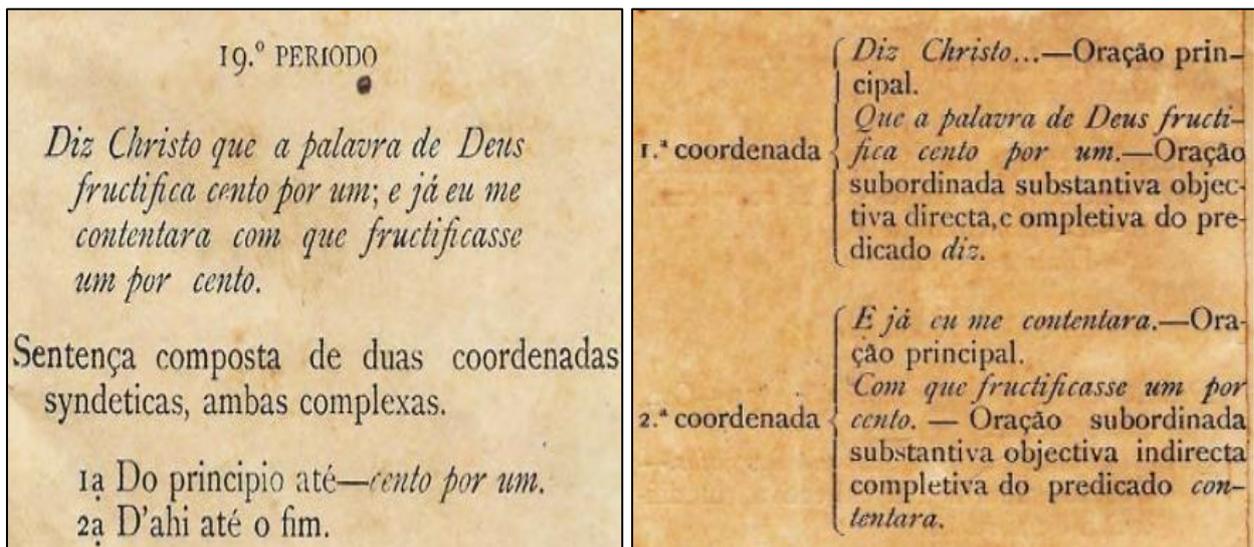
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Pode-se notar que o estudo de análises lexicológicas ocupa grande parte da obra. Nota-se, portanto, que a sintaxe ocupa um lugar muito menor na obra. Enquanto intelectual, ocorria que Vilhena Alves considerava a palavra como centro do seu estudo, tendo em vista que a ‘palavra’ sempre ocupou, nos estudos tradicionais, o centro da gramática, pois era por meio dela que vinha o ensino da leitura, dos elementos mórficos, etc., o que ficou definido como morfologia no século XIX. (Fávero e Molina, 2006).

Na parte VII da gramática, são apresentados alguns exercícios de análise sintática, na qual o autor apresenta 19 períodos de análise das sentenças.

Imagens 141 e 142: Primeiro período de análise sintática.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Imagens 143 e 144: Segundo período de análise sintática.

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

4.2.3 Artigos em Periódicos: jornais e revistas

Do ponto de vista de sua intelectualidade, os escritos que Vilhena Alves produziu não se resumiram às suas obras didáticas e literárias. O intelectual expunha seus saberes, sem retê-

los para si, e ao fazer isso assumia seu papel de produtor de conhecimento na sociedade, escrevendo não só para jornais como para as revistas que fazia parte, com temas que versavam sobre ensino de português, tanto no que se refere ao ensino de gramática quanto ao campo da leitura. Mas além da sua especialidade, o intelectual também escrevia sobre outras áreas como aritméticas elementares, geometria, astronomia e temas gerais sobre a escola primária. Escreveu diversas poesias, traços biográficos de intelectuais daquele período, exercícios e orientações didáticas escolares, legislação educacional, dentre outros temas.

No Brasil, sabemos que a imprensa periódica foi responsável pela divulgação da produção literária de muitos escritores no decorrer do século XIX. Até mesmo autores que alcançaram posteriormente um estatuto canônico chegaram a publicar poemas, crônicas, contos e romances primeiramente nas páginas de jornais e revistas para depois editá-los em livro [...] (Silva, 2019, p. 9).

Assim como tantos outros escritores conhecidos como José de Alencar, Machado de Assis, etc., muitos escritores estabelecidos na província do Pará deixaram uma parte significativa da sua produção literária lançada em periódicos, seguindo a mesma tendência que se arrolava no restante do Brasil, sobretudo, durante as duas últimas décadas do século XIX. Dessa forma,

Na Belém do Oitocentos, a imprensa sempre foi uma forte aliada para quem tinha a pretensão de se aventurar pelo caminho das letras, pois era o meio mais acessível para que esses jovens escritores pudessem se tornar conhecidos e, ao mesmo tempo, conseguissem divulgar criações literárias dos mais variados gêneros, como poemas, crônicas, contos e romances (Silva, 2019, p. 9).

Vilhena Alves também utilizou essa estratégia publicando muitos artigos e poesias em jornais e revistas, para posteriormente publicá-los em forma de livro, como aconteceu com as obras *Monodias* (1868), *Enlevos Poeticos* (1871) e *Miscellanea Litteraria* (189-?).

❖ *Jornal O Liberal da Vigia*

Vilhena Alves escreveu para muitos jornais, as fontes apontam que ele escrevia desde 1865, especialmente, poesias, e as endereçava para o *Liberal do Pará* desde sua fundação em 1869. No entanto, só obtemos produções dele nas edições do jornal *O Liberal da Vigia*, pois após se estabelecer como professor adjunto e a posteriori como professor normalista, passou a escrever sobre diversos assuntos direcionados para a instrução pública. Enquanto professor do Atheneu Vigienense escrevia sobre Astronomia Planetária para a seção ‘Sciencias, Letras e Artes’, desse jornal, no qual começou a escrever desde seu primeiro ano de publicação, em 1877.

No jornal de outubro de 1882, Vilhena Alves lança a continuação de um estudo sobre astronomia, com o título ‘A sciencia do ceo’, endereçado aos seus alunos do Atheneu Vigieense, e expõe: “Meus meninos. - Vamos hoje continuar as nossas lições de Astronomia planetaria, ha muito interrompidas” (O Liberal da Vigia, 1882, p. 2). Segue um trecho do artigo.

Imagem 145: Lições de Astronomia planetária.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

Este artigo, escrito e publicado em outubro de 1882, passou a integrar o livro *Miscellanea Literaria*. Neste, Vilhena Alves, tendo já falado em edições anteriores sobre a terra ser redonda desenvolve uma lição que gira em torno da posição da terra no espaço, no qual afirma que os antigos primeiramente julgavam que a terra se prolongava para baixo de forma indefinida, no entanto, ao verem que diariamente o sol sumia no ocidente e no dia seguinte aparecia no oriente, começaram a refletir sobre onde ele passaria durante a noite. O autor passa então a discorrer sobre o assunto em um extenso estudo que tem continuação na edição de 12 de novembro do ano citado, no qual aborda o isolamento da terra no espaço. Conforme trecho do artigo apresentado abaixo:

Imagem 146: Lições de Astronomia planetária



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

A pesquisadora Maricilde Oliveira Coelho (2013), em seu artigo, *Para despertar no coração da mocidade o sentimento de amor à Pátria: o livro Seleta Literária, do professor Francisco Ferreira Vilhena Alves*, aponta que escritos do intelectual acerca da astronomia, trazem sua percepção em relação às superstições e crendices populares que, no período, demonstravam que a instrução popular estava longe de alcançar o conhecimento científico dos países civilizados. Seu interesse pela astronomia também irá se refletir nos artigos que ele escreveu para a *Revista de Educação e Ensino* e para *A Escola*.

Além de professor de Astronomia do Atheneu Vigiense, o jornal também revela que Vilhena Alves colaborava com o Atheneu Paraense, localizado na capital. Em uma programação da instituição, 'Quermesse Redentora', o intelectual ficou responsável por fazer a tradução, da representação de um drama moral, do francês para o português, que seria encenado por alguns alunos.

Imagem 147: Programa da Quermesse Redentora do Atheneu Paraense.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

Muitas das poesias que compõem as obras *Monodias e Enlevos poéticos* também foram publicadas neste jornal, além disso, o intelectual escrevia sobre outros assuntos que julgava pertinentes, como por exemplo, a morte do seu amigo Dr. Santa Helena Magno. No artigo apresentado abaixo, o intelectual lamenta a morte do seu amigo de infância, relatando o grande apreço que este tinha por ele. Santa Helena chegou a convidar Vilhena Alves para ser professor da 1ª classe dos alunos do Ginásio da Capital, mas não aceitou por seu apego a cidade de Vigia, e diz que alguns meses depois o amigo veio a óbito, por isso escrevia este artigo para fazer um tributo à sua memória.

Imagens 148 e 149: Artigo Dr. Santa Helena Magno.

SOLICITADOS

O Dr. Santa Helena Magno.

Em data de 22 de fevereiro do corrente anno escreveu-me este illustre paraense, meu amigo de infancia, a seguinte carta:

«Como deve ter sabido, a 10 de janeiro fundei um collegio de instrucção primaria, no intuito de dar aos nossos jovens patriotas uma educação cuidada, e uma base larga e solida para outros estudos; infelizmente um dos meus melhores professores, alliciado pelas vantagens do commercio, vai deixar-nos em breve. Relaceando os olhos pelo quadro dos nossos jovens normalistas, poucos habitados distinguo, e esses poucos occupados.

«E a tal emergencia lembrei-me do amigo, cujas habilitações no magisterio estão provadas, e applaudo-me de tal lembrança, porque nem só attendo aos interesses relativos ao ensino, como aproveito o ensejo de ser talvez util a um amigo que estimo. . . .

«Nesta convicção, convidoro para professor dos alumnos de 1.^a classe do Gymnasio. . . (Geographia, Portuguez, Historia, etc.)

« . . . Far-lhe-hemos todas as concessões que exigir, contanto que venha »

Ah! mal sabia elle que, alguns mezes depois, havia de ser arrancado pela morte aos extremos de uma familia idolatrada, ás lides litterarias em que empenhou grande parte de sua actividade intellectual, e á patria que elle amava e á qual preston, como advogado, relevantissimos serviços!

Si não aceitei os offerecimentos do Dr. Santa Helena Ma-

gno, pelo apego que tenho á minha terra natal e que me fez outr'ora regeitar tambem a protecção cega que me dispensava o Exm. Sr Bispo do Pará e depois o Dr. Samuel,—não dei-xei por isso de confessar-me agradecido a s. s., e é por isso que, sabendo agora do prematuro passamento de tão illustre cidadão, venho derramar sobre a sua sepultura uma lagrima de saudade.

Razão teve de sobra o Dr. Magno para escrever os seguintes versos, que transcrevo d'uma poesia que me dedicou:

Não sei por que segredo inexcrutavel a luz da inspiração, como o relampago, é quasi sempre, precursora certa da precella da vida; e sobre as fronteas em que do genio tranverbera a chamar, pesa o sello ferrenho da desgraça, como as letras propheticas escritas de Balthasar nas fastuosas salas!

Vigia, 28 de Outubro de 1882.

F. F. de Vilhena Alves.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira, 2023.

O *Liberal da Vigia* era um espaço em que Vilhena Alves sempre publicava tanto poesias quanto estudos, mas também era espaço de muitas notícias acerca do vigiense. Grande parte das notícias coletadas foram encontradas nas páginas deste periódico, o que possibilitou a sistematização da trajetória do intelectual vigiense.

O periódico fazia oposição direta ao periódico do Partido Conservador, chamado *A Constituição*.

Como o jornal *O Liberal da Vigia* era um órgão oficial do Partido Liberal, ligava-se diretamente ao jornal *O Liberal do Pará* (1869 - 1889), que era o órgão oficial do partido em Belém. Havia um intenso diálogo entre os dois, principalmente quando debatiam críticas. O periódico *A Constituição* (1876 - 1886) era órgão do Partido Conservador na capital e principal rival político dos liberais (Santa Brígida e Seixá, 2019, p. 11).

Esse jogo político, entre os partidos Conservador e Liberal, que acontecia na região do salgado paraense, é fruto das constantes mudanças ocorridas no século XIX, nas quais a imprensa se tornou um dos principais meios para a veiculação de debates. Ferreira (2015), amparado em Gramsci (1991), afirma que esses órgãos noticiosos assumiam o papel de partido, facções de partido ou funções de um determinado partido, pois se tornavam o centro dos embates por meio das polêmicas travadas em suas páginas e não deixavam de se envolver nas disputas. Nesse sentido,

Tal esquema de debate intelectual e político caracterizou a imprensa do século XIX, visto que ela era utilizada por estes “novos intelectuais” como um veículo privilegiado e marcadamente pedagógico de ação política. Aderir e questionar causas sociais e publicar seus posicionamentos no jornal era a ação de intelectuais (Santos, 2021, p. 68).

Para Gramsci, a imprensa é a parte mais dinâmica de uma estrutura ideológica, conforme apontado por Santos (2021), pois tem influência ou pode influenciar a opinião pública de forma direta ou indireta. Além disso,

Os vestígios a que se pode ter acesso mostram que o embate político entre os conservadores e os liberais, no que tange às políticas públicas, era a questão da urbanização e “modernidade” da cidade. O jornal, cumprindo a função de órgão oficial do Partido Liberal, colocava-se adepto de que a maior parte do dinheiro público deveria ser investido na urbanização. Ele era taxativo nas acusações sobre a utilização dos recursos por terceiros, no caso, os conservadores, para o custeio de materiais da igreja Católica da cidade de Vigia. O jornal chamava o Conservador de “partido da ordem, do throno e do altar” (Santa Brígida e Seixá, 2019, p. 11-12).

No século XIX, esses embates políticos eram comuns na imprensa de todo o Brasil, dessa forma, a mídia impressa foi um palco propício para questões dessa natureza e imprensa paraense, especialmente a de Vigia, não estava fora desse contexto político de transição do Império para a República (Santa Brígida e Seixá, 2019).

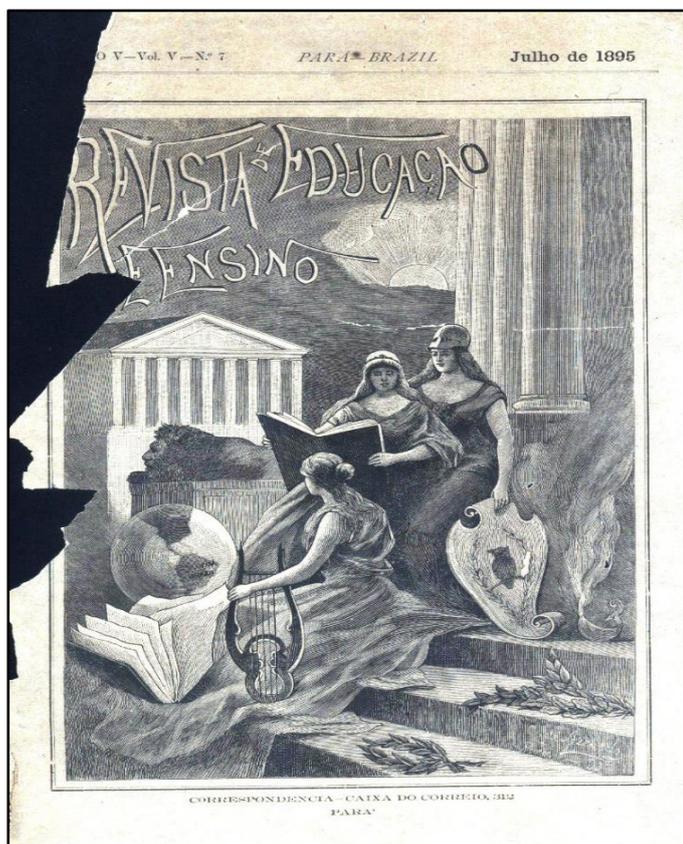
❖ *Revista de Educação e Ensino*

A Revista de Educação e Ensino, foi criada e direcionada, especialmente, para a classe do professorado paraense, conforme apontado por Octavio Pires, diretor do periódico, no exemplar de novembro de 1891. Sua circulação ocorreu do período de 1891 a 1895 e seu

principal objetivo era abordar assuntos educacionais do estado, especialmente, trazendo assuntos que dessem suporte ao trabalho de professores envolvidos no ensino primário.

Há uma grande probabilidade de a revista ter começado a circular em março de 1891, devido a numeração que se seguia nos volumes pesquisados, no entanto, só foram encontrados do volume 1 da revista, os exemplares de nº 8, nº 9 e nº 10, deste ano. Do volume 2 da revista foram encontrados quase todos os exemplares do ano de 1892, com exceção das revistas nº 6 e nº 12. Do volume 3, de 1893, foram encontrados 6 exemplares, a saber nº 2, 3, 5, 7, 8 e 9. Do volume 4, do ano de 1894, foram encontrados 9 exemplares que vão do nº 2 ao 10. E do volume 5 do ano de 1895, foram encontrados somente dois exemplares da revista nº 7 e 9. Sendo que cada ano correspondia à um volume.

Imagem 150: Capa da Revista de Educação e Ensino.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

A revista fez parte do projeto de educação nacional posto em prática a partir da implantação da República, em 1889 e por ser implantada nos primeiros anos da República brasileira estavam sob controle do estado republicano e acabaram tornando-se primordiais na formação de professores primários, tendo em vista que “suas páginas divulgavam orientações

para as práticas pedagógicas dos professores e afirmaram protagonismo dos impressos” (Santos e França, 2020, p. 1). Isso se deu, especialmente, porque no ano de 1891, o Dr. Lauro Sodré fez a adoção de um novo plano de ensino e regulamentou a escola normal, o que acabou propiciando um desenvolvimento tanto para a instrução profissional quanto para a formação docente. Esses e outros acontecimentos pós-proclamação contribuíram para que a imprensa pedagógica atuasse propagando os discursos do estado, a fim de contribuir e fortalecer a ordem republicana. Assim, a revista aqui pesquisada era em seu tempo um instrumento institucional e cultural utilizado para instruir, educar e civilizar a criança republicana.

Salienta-se que esta era a única revista pedagógica existente no estado, e segundo Pires (1891), era constituída nos mais modernos progressos pedagógicos. E era através das páginas desta revista que seriam conhecidos os atos mais importantes efetuados mensalmente pela diretoria que os regia, além disso, Pires explica para os professores que

Por ella sabereis todas as resoluções tomadas respeito vosso pelo Conselho Superior da Instrucção Publica, suprema autoridade da vossa classe; por ella tereis sciencia das modificações capitaes, em materia de instrucção e educação, havidas o paiz e nas principaes nações do globo; por ella recebereis lições fecundas dos mestres, sobre os varios assumptos de letras, sciencias e artes, que dizem respeito intimo ao que deveis aprender, ao que vos deve instruir, ao que deve constituir o vosso apanagio e orgulho intelectual (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1891, v. I, n. 9, p. 145-146).

Ao ser fundada, era enviado um exemplar da revista a todos os professores do ensino primário no estado, que caso aceitassem, tinham que assinar e fazer o pagamento mensalmente para poder utilizá-la, no entanto, quando não aceitavam era solicitado que os professores fizessem a devolução do exemplar, conforme exposto no noticiário da revista. Isso se deu porque muitas professoras não aceitaram a revista, por seu viés controlador, além de ser descontado automaticamente dos seus salários, que já era baixo, e por este motivo, no exemplar de nº 9, do ano de 1891, é feito a exposição de um artigo que não está assinado, mas que parece ser de Octavio Pires, diretor do periódico, criticando a postura daqueles/as que não aceitaram a revista (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1891).

É triste, é vergonhoso, é deploravel o modo como ha sido comprehendida a utilidade d’esta *Revista* por algumas representantes do magistério primário, n’esta capital. É incrível, é lastimoso, é revoltante mesmo, o menosprezo com que foi recebido este periódico no seio das que pretendam ganhar fóros de preceptora illustrada (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1891, n. 9, p. 145, grifo da revista).

No parágrafo seguinte o autor chama atenção para o objetivo da revista, que em suas palavras, era “[...] soerguer um pouco do pó em que até então rastejam os creditos do professorado primario; quando nos esforçamos por facilitar-lhe as fontes, os meios mais

comodos e certos de robustecer a sua anemiada intelligencia”, além disso, objetivava-se guiar os professores(as) aos conhecimentos de uma prática que fosse mais vantajosa para o desempenho de sua missão (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1891, n. 9, p. 145).

No ano de 1893, a revista passou a ser distribuída de forma gratuita, conforme consta no exemplar nº 7, de julho do referido ano.

Com o numero presente começa para a Revista de Educação e Ensino uma nova phase de vida. Creada por interesse intellectivo de nosso magisterio publico primario, e com o principal fim de incentivar os professores de ambos os sexos a utilizarem as suas horas vagas, em vez de as desperdiçarem no ócio em estudo e redacção de assumptos relativos ao seu ministerio, tendo francas e gratuitas as columnas da Revista para as publicações dos seus trabalhos, poucos entretanto, podemos dizer, são os que tem bem comprehendido este beneficio e d'elle se aproveitado (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1893, n. 7, p. 97).

Entre os intelectuais que contribuíram com artigos para a revista, estavam alguns professores do ensino primário, entre eles estão Francisco Ferreira de Vilhena Alves, R. Bertoldo Nunes, Severiano B. D’Albuquerque, Henrique de Sant’Anna, Odorico Lemos, Octavio Pires, outros professores e homens influentes no período que formam um grupo preocupado com a divulgação científica, com a popularização da educação, da cultura e da ciência. Também havia alguns autores do exterior que faziam parte da Revista de Educação e Ensino de Lisboa, como A. Schussler, E. Ferriere, A. Geikie, P. A. Secchi. Ademais, cada um escrevia sobre uma matéria que compunha o currículo, uns escreviam todo mês e outros esporadicamente. Majoritariamente, os estudos produzidos são escritos por homens, o que corrobora a assertiva da pesquisadora Veras (2021), que aponta a dupla invisibilidade das mulheres levando em consideração o engajamento político e notoriedade, pois ainda que as mulheres já estivessem envolvidas na instrução pública em diversas escolas, congressos pedagógicos, reuniões e decisões acerca da instrução Pública, os homens ainda tinham mais visibilidade nas estruturas de sociabilidade da vida pública.

Em geral, todos os números da revista seguiam um padrão de estudos. Os assuntos mais recorrentes eram Pedagogia, Assuntos gramaticais, Literatura, Ciências, e atos do governo sobre a Instrução Pública. Os conteúdos, por serem extensos, geralmente começavam em um número da revista e tinham continuação nos demais números do mesmo volume.

Assim sendo, Vilhena Alves estava entre os que desfrutavam deste privilégio e que escreveram vários artigos para a referida revista, dos quais foram encontrados dezesseis estudos, nas revistas catalogadas, a saber:

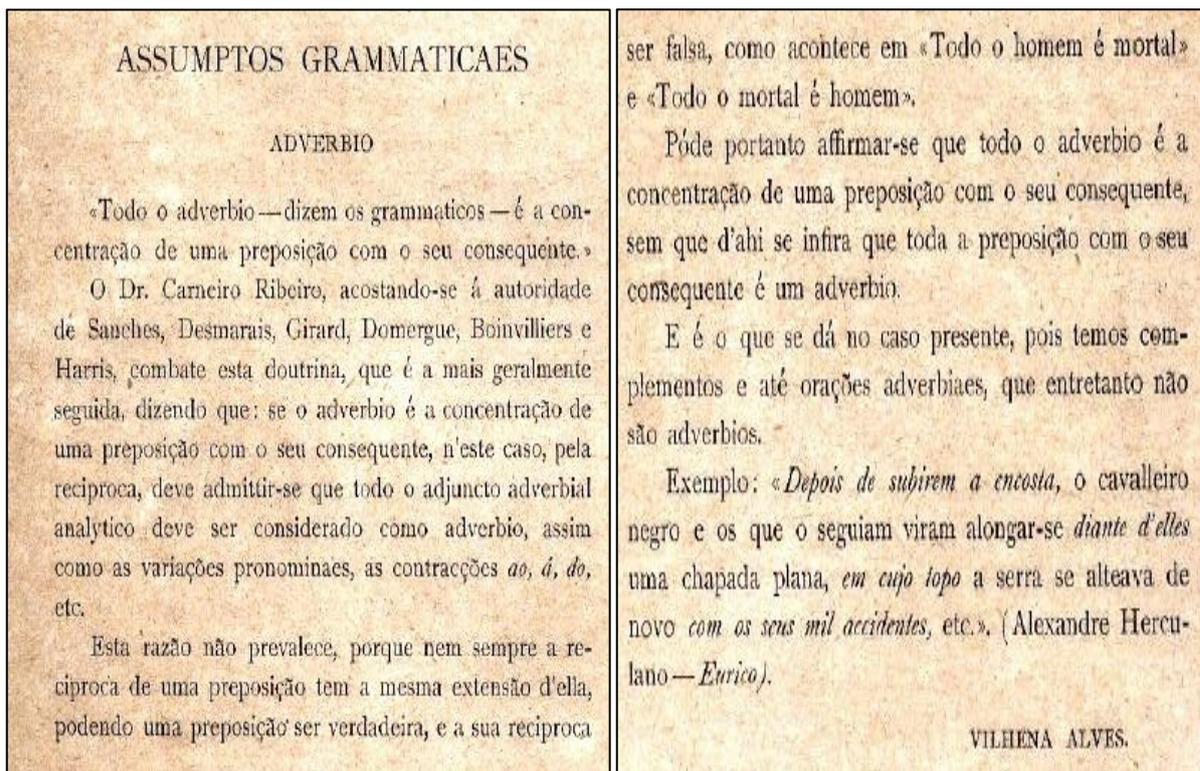
Quadro 2: Artigos produzidos por Vilhena Alves para a Revista de Educação e Ensino de 1891 a 1895.

| MÊS/ANO | VOLUME/NÚMERO | CONTEÚDOS |
|----------------|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Outubro/1891 | v. I / n. 8 | 1. Assumptos grammaticae: Adverbio 2. Artigo sobre Astronomia |
| Novembro/1891 | v. I / n. 9 | 3. Assumptos grammaticae: Concordancia do pronome “QUEM” |
| Dezembro/1891 | v. I / n. 10 | 4. Assumptos grammaticae: Voz passiva |
| Janeiro/1892 | v. II / n. 1 | 5. Assumptos grammaticae: A olho nu 6. Assumptos grammaticae: Lhe - Nelle |
| Fevereiro/1892 | v. II / n. 2 | 7. Assumptos grammaticae: Comparativo - Superlativo |
| Março/1892 | v. II / n. 3 | 8. Artigo sobre Ingratidão |
| Abril/1892 | v. II / n. 4 | 9. Variedade: Erros e Superstições populares |
| Julho/1892 | v. II / n. 7 | 10. Assumptos grammaticae: A olhos vistos |
| Outubro/1892 | v. II / n. 10 | 11. Exercícios de Analyse Moderna |
| Maiio/1893 | v. III / n. 5 | 12. Assumptos grammaticae: Plural dos nomes proprios. 13. Litteratura: Esposos |
| Julho/1895 | v. V / n. 7 | 14. Artigo sobre o Ensino Obrigatório |
| Setembro/1895 | v. V / n. 9 | 15. Assumptos grammaticae: Gentilicos 16. Assumptos grammaticae: Acerto - Asserto |

Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Pode-se perceber que a maioria dos estudos são sobre assuntos gramaticais, pois era nesta área que Vilhena Alves era especialista, e, reconhecidamente, um talentoso filólogo paraense, entre seus colegas (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1894). Abaixo uma lição de assuntos gramaticais do autor:

Imagem 151 e 152: Assumptos gramaticais - Adverbio.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Ainda que sua área fosse a língua portuguesa, ao fazer a leitura das fontes encontramos um *Compendio de Systema Metrico* formulado, pelo vigiense, exclusivamente para a *Revista de Educação e Ensino*. Este trabalho era voltado para o estudo do sistema métrico decimal e o seu parecer foi exposto na revista de agosto de 1892, mas o compendio só começa a circular, de fato, na revista *A Escola*, que seria lançada somente em 1900, a qual traz vários estudos aritméticos do autor.

O responsável pelo parecer da obra, o sr. Tenente Coronel Bezerril Fontenelle, afirma que a obra chegou em suas mãos através do amigo de Vilhena Alves, o sr. Raymundo Bertholdo Nunes, na época diretor do Atheneu Paraense, para que ele emitisse um juízo crítico sobre a produção. Segundo Fontenelle já havia adiantado ao amigo do intelectual vigiense acerca do compendio:

[...] achava-o excellente quanto ao methodo seguido na exposição da parte theorica, acompanhada da pratica immediata a cada uma das partes do trabalho, o que é muito vantajoso para os espiritos pouco acostumados ás abstrações de doutrinas theoricas sem applicação immediata, sempre fatigantes á memoria dos principiantes (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1892, v. 2, n. 8, p. 125).

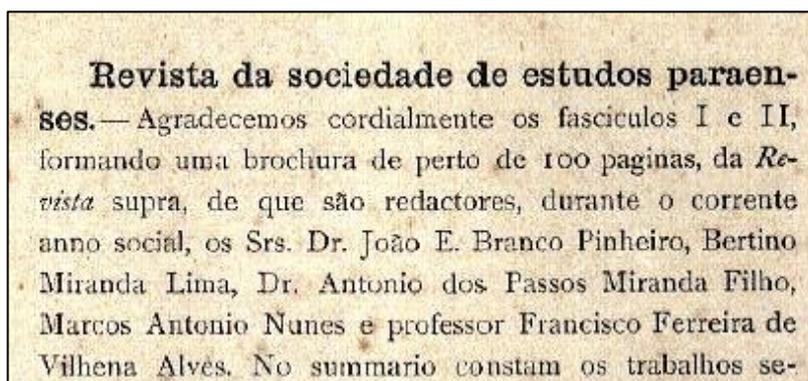
A obra também trazia boas definições que eram aliadas à exposições claras e metódicas, constituindo-se como uma boa obra para a instrução e difusão de conhecimentos exatos sobre

medidas do sistema metrológico decimal e suas relações com outras medidas, não só do próprio sistema, mas também com outros sistemas mais complexos, mas acaba criticando a falta de figuras ou representações gráficas, tanto das medidas quanto de unidades métricas, no entanto, concluiu que a obra era completa e útil para o ensino. Ainda conforme Fontenelle “Nem todos são tão felizes como o sr. Vilhena Alves, que não ignora essas cousas da phisica, porque valentemente e de coração se entrega aos estudos serios, tanto d’Arte quanto da sciencia” (Pará, Revista de Educação e Ensino, 1892, v. 2, n. 8, p. 125).

Dos anos de 1893 a 1894, Vilhena Alves escreveu somente dois estudos para a Revista de Educação e Ensino, e isso ocorre por dois motivos:

1) o intelectual estava dedicando-se à *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, que era impressa nas oficinas do Diário Oficial, na qual estava atuando como redator. Conforme informações obtidas na revista:

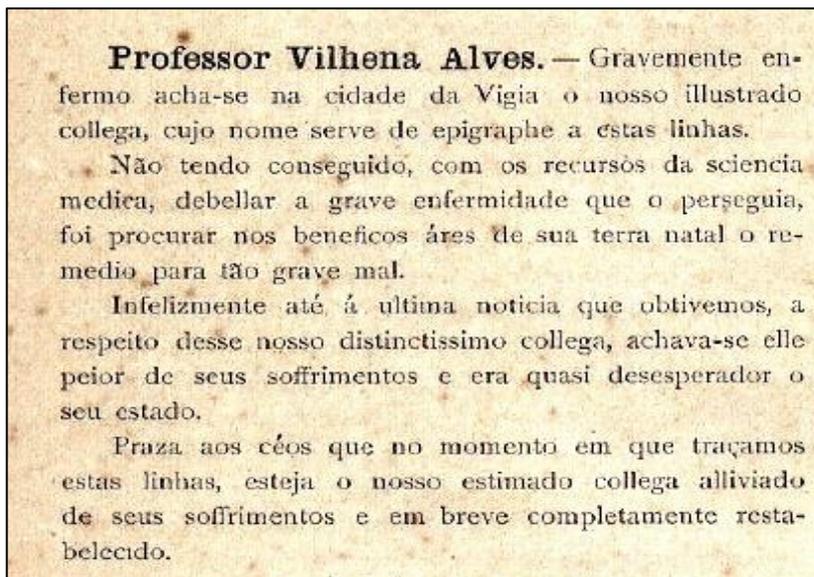
Imagem 153: Vilhena Alves como redator da revista da Sociedade de Estudos Paraenses.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

2) ele adoece gravemente, conforme foi anunciado na revista de nº 9 de setembro de 1894, assim viu-se obrigado a interromper todas as suas atividades profissionais.

Imagem 154: Vilhena Alves adoece.



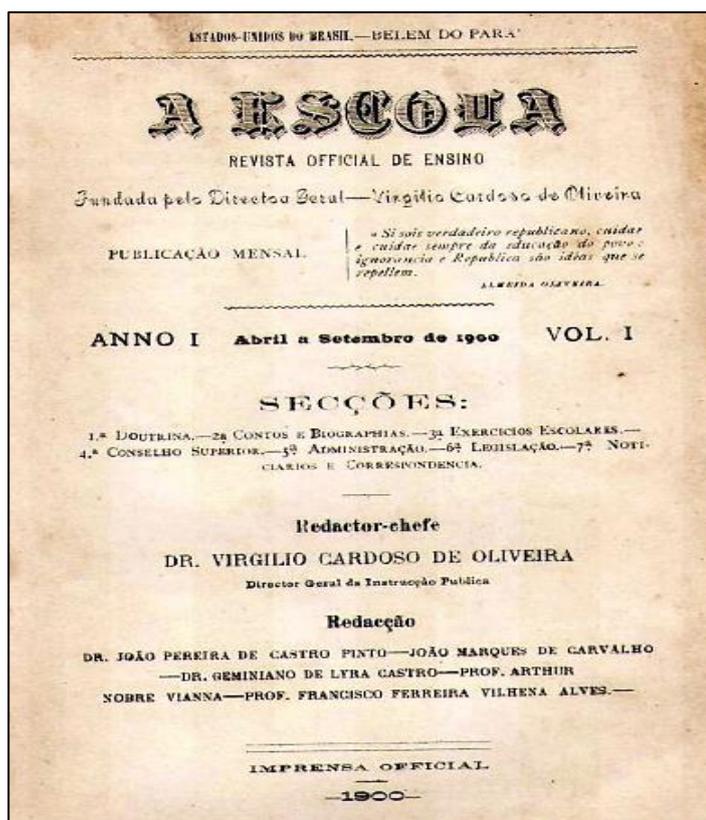
Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O estudioso retornou para as atividades da revista no ano seguinte, em 1895, último ano de sua circulação.

❖ Revista *A Escola*

A Revista foi fundada pelo diretor geral da Instrução Pública, Virgilio Cardoso de Oliveira, que também era redator chefe. Sua publicação era mensal e versava sobre diversos assuntos educacionais, sendo sua assinatura obrigatória para todos os professores do ensino primário. Segundo Santos e França (2020) sua circulação se deu de 1900 até 1904, entretanto, ao fazer uma busca sobre periódicos no estado, foram encontradas edições que circularam até março de 1905.

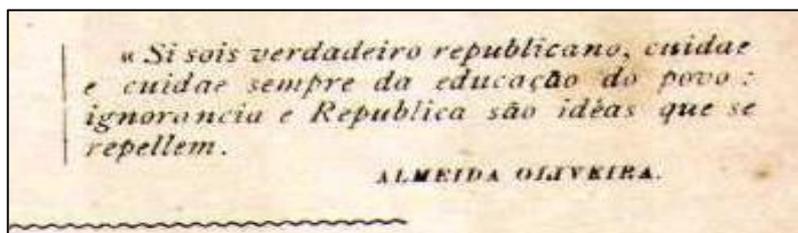
Imagem 155: Capa da Revista A Escola.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Sua epígrafe era “Si sois verdadeiro republicano cuidae e cuidae sempre da educação do povo: ignorancia e Republica são idéas que se repellem” (Pará, A Escola, 1900, v. I, n. 1, p. 1). Sabe-se que a necessidade de formação de professores era discutida desde o Império e essa revista tornasse um lócus ideal para essa finalidade no início da República, pois nutrir ideais patrióticos tornou-se uma missão atribuída ao professor primário, por isso ‘ignorância e republica’ não combinavam com os ideais propagados.

Imagem 156: Epígrafe da revista a Escola.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

O corpo de redação da revista era composto por Dr. João Pereira de Castro Pinto, João Marques de Carvalho, Dr. Geminiano de Lyra Castro, Prof. Arthur Nobre Vianna e Prof.

Francisco Ferreira de Vilhena Alves. Mas a partir de 1901, permanecem como redatores somente os dois últimos professores citados. O periódico era impresso pela *Imprensa Oficial*.

A revista contava com a colaboração de diversos intelectuais que, conforme Castro Pinto, um dos redatores, possuíam competências notórias, cada um segundo a sua especialidade, dentre os quais tinham engenheiros, médicos, advogados, funcionários públicos, comerciantes, juízes e sacerdotes, pois segundo ele, todos tinham algo a contribuir em relação à matéria que se ocupava a revista, a saber, a educação, além disso, um dos principais objetivos da revista era “o aperfeiçoamento do mestre para que elle saiba nos dar discipulos perfeitos”, portanto, tudo que diz respeito ao Conselho Superior de Instrução Pública, à administração pública de ensino do estado, tudo que diz respeito aos direitos e deveres do professorado, inclusive a legislação que os rege, estava disponível aos assinantes da revista (Pará, *A Escola*, 1900, v. I, n. 1, p. 5-6).

A revista contava com sete seções: 1) Doutrina; 2) Contos Biográficos; 3) Exercícios Escolares; 4) Conselho Superior; 5) Administração; 6) Legislação; 7) Noticiário e Correspondência.

Vilhena Alves estava entre os homens das letras que escreviam para o periódico, no qual foram encontrados 48 estudos, nas revistas catalogadas, a saber:

Quadro 3: Artigos produzidos por Vilhena Alves para a Revista *A Escola* de 1900 a 1905.

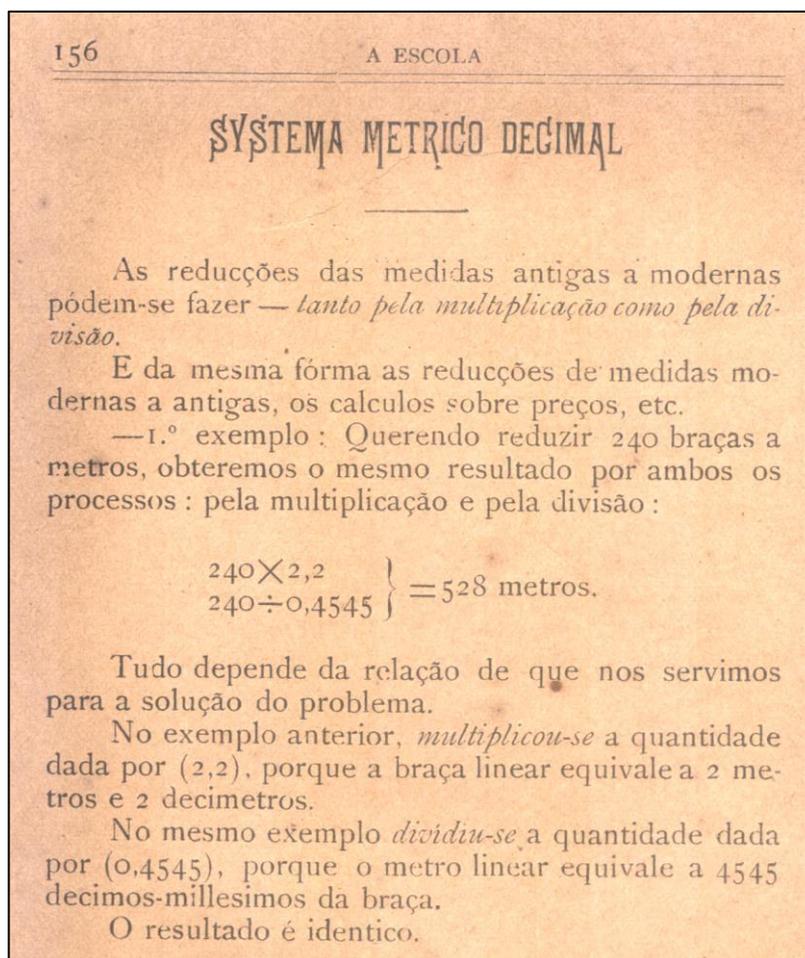
| MÊS/ANO | VOLUME/NÚMERO | CONTEÚDOS |
|-------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Maio/1900 | v. I / n. 1 | 1. Artigo sobre o Congresso de Professores 2. Exercícios Escolares de portuguez: Fallar ou Falar? |
| Junho/1900 | v. I / n. 4 | 3. Artigo sobre Ensino Obrigatório 4. Esboço Biographico de Frei Francisco de Mont'Alverne 4. Exercicos Escolares de Portuguez: A olho - A olho nu 5. Artigo sobre Astronomia |
| Agosto/1900 | v. I / n. 5 | 6. Artigo sobre a Escola Primária I: A condição fundamental do ensino é ser racional 7. Traços Biographicos do Maestro Carlos Gomes 8. Exercicios Escolares de Portuguez: Comprimenar ou Cumprimentar? 9. Astronomia: Diferença de horas 10. Exercicios Escolares de Arithimetica: Problema e solução 11. Exercicios Escolares de Geographia: Longitudes |

| | | |
|---------------|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Outubro/1900 | V. I / n. 7 | 12. Biographia do Dr. Carlos Hypolito de Santa Helena Magno. 13. Exercicios Escolares de Portuguez: Verbos (reunir, chamar, trabalhar, incorrer e obedecer), pronúncia Objektivo ou Objetivo?, pronúncia Vou-me embora ou vou embora?, infinito pessoal e futuro do subjunctivo, “A” craseado, locução, objecto indirecto duplo, graus de adverbios, pronuncia de sósinho. 14. Exercicios Escolares de Geographia: Duração do maior dia posição geographica, explicação 15. Exercicios Escolares de Arithmetica: frações, regras para as reducções metricas, observações. 16. Artigo sobre astronomia: Isolamento da Terra do Espaço 17. Artigo sobre a Escola Primária II: O ensino deve ser methodico 18. Biographia de Dom Romualdo Antonio de Seixas 19. Artigo sobre astronomia: Formação do Systema Solar 20. Postillas de Grammatica 21. Biographia do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca |
| Julho/1902 | v. III / n. 28 | 22. Brasileiros Illustres: Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva 23. Pontos de Portuguez |
| Setembro/1902 | v. III / n. 30 | 24. Estatistica Escolar - Grupos Escolares |
| Janeiro/1903 | v. IV / n. 34 | 25. Biographia do Marechal Floriano Peixoto |
| Janeiro/1904 | v. V / n. 46 | 26. Instrucção Popular 27. Estudos de Portuguez |
| Março/1904 | v. VI / n. 48 | 28. Artigo O governo e a Instrucção Publica 29. Artigo sobre o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas isoladas do estado 30. Artigo sobre Theodorico Magno 31. Estudos de Portuguez: Porque e Por que 32. Astronomia: Galileu |
| Maió/1904 | v. VI / n. 50 | 33. Artigo sobre Tibiriçá de Lemos 34. Estudos de Portuguez: Consultas e Respostas 35. Artigo sobre Ingratidão |
| Julho/1904 | v. VII / n. 52 | 36. Systema Metrico Decimal 37. Estudos de Portuguez: Desinencia “AM” 38. Estudos de Portuguez: Emprego da terceira pessoa pela segunda |
| Setembro/1904 | v. IX / n. 54 | 39. Estudos de Portuguez: Concordancia do verbo “SER” 40. Biographia de Manoel Pinto de Souza Dantas Variedades |
| Novembro/1904 | v. XI / n. 56 | 41. Artigo sobre 15 de Novembro 42. Artigo sobre Christovão Colombo 43. Artigo sobre Erros e Surpertições Populares 44. Estudos Grammaticaes: Superior, inferior, etc |
| Janeiro/1905 | v. XII / n. 58 | 45. Artigo sobre Mulheres Celebres 46. Charadas |
| Março/1905 | v. XIII / n. 60 | 47. Artigo sobre Mulheres Celebres 48. Licçõesinhas de Portuguez: Teem ou Têm? |

Fonte: Revista A Escola (1901 a 1905).

Abaixo um trecho do estudo desenvolvido por Vilhena Alves acerca do Sistema Métrico Decimal aprovado anos antes ainda na Revista de Educação e Ensino.

Imagem 157: Compendio de Systema Metrico Decimal.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2023.

Através da leitura dos estudos, para o levantamento de sua produção intelectual na revista A Escola, pudemos constatar o amor que Vilhena Alves tinha e se dedicava à educação. Para o intelectual, era por meio da educação que se alcançariam não somente o desenvolvimento da nação, mas também a liberdade, pois, em sua concepção, quem estuda compreende os seus direitos e deveres, e, desta forma, pode quebrar as cadeias com que pretendem acorrentá-lo por se curvar somente ao poder do conhecimento. Tanto é que os seus estudos, neste periódico, revelam sua multiplicidade de conhecimentos, tendo em vista que, para ele, era importante sempre nutrir o desejo ardente de aperfeiçoar o seu espírito e desenvolver sua inteligência, tentando transmitir esse modo de vida aos seus alunos.

4.3 A Hegemonia (ou luta de classes) por trás da produção gramatical no final do século XIX: as gramáticas do professor Francisco Ferreira De Vilhena Alves.

Quando Portugal se estabelece como a maior potência econômica nos séculos XV e XVI, o idioma português passa a ser um instrumento de superioridade portuguesa diante de outros povos e línguas. Nesse sentido, Batista (2008, p. 1) expõe que

Os primeiros gramáticos da língua portuguesa, Fernão de Oliveira (1507-1580/81?) e João de Barros (1496?-1570/71?), tornaram-se verdadeiros combatentes em favor da singularidade da língua portuguesa. Perseguindo o ideal de elevação da nação, Oliveira e Barros colocaram-se como combatentes ao estabelecer, via gramáticas, uma espécie de campo de batalha linguístico entre o português e outras línguas. Em meio aos empreendimentos em busca da elevação do português, a época também conheceu um certo desprezo pela língua de Oliveira e Barros, apontada como idioma de pobreza vocabular. Tal consideração gerou uma série de comentários por parte dos primeiros gramáticos e a necessidade de valorização do idioma.

Os gramáticos afirmavam que a grandeza da língua portuguesa estava em sua riqueza vocabular, além disso, apontavam que a mesma possuía “filiação latina; gravidade e majestade; sonoridade agradável; capacidade de abstração, possível alargamento do vocabulário por meio de empréstimos” (Batista, 2008).

Precisamos falar disso porque foi com a colonização que Portugal por meio do domínio ideológico, político, econômico e cultural exercido, através da imposição de uma língua que objetivava o apagamento das que aqui já existiam, como as línguas indígenas, acabou promovendo e estabelecendo um processo de Hegemonia. Certamente esse conceito é bem mais complexo, mas é certo que aparece atrelado como meio de fundação de uma nova ordem social, nessa direção, “o conceito de hegemonia não é somente um projeto de poder para substituir uma classe dirigente por outra, mas o projeto de construção de uma nova sociedade” (Batista, 2018, p. 36).

Quanto a isso, o filósofo Karl Marx “[...] estudou, ao mesmo tempo, tanto o processo da exploração, quanto da dominação. Sua teoria foi, contudo, castrada, reduzida unicamente a um deles”, no entanto, foi Gramsci que melhor definiu essa categoria, elaborando uma abordagem que buscou ressaltar a dimensão ideológica e cultural desse fenômeno, completando assim a obra de Marx (Kohan, 2000, p. 16). Por isso, o foco desta seção não está somente no conteúdo das obras gramaticais do intelectual Vilhena Alves em si, mas especialmente no contexto de produção dessas.

As gramáticas escritas pelo intelectual Francisco Ferreira de Vilhena Alves foram todas produzidas nos primeiros anos da República no Brasil, no final do século XIX. O final deste século foi marcado por inúmeras mudanças tecnológicas, educacionais, sociais e políticas, o

que propiciou o surgimento de importantes discussões em torno da língua nacional. Nesse sentido, os escritos de Vilhena Alves o revelam como um intelectual preocupado em produzir e apresentar estudos que pudessem refletir sobre a língua portuguesa falada aqui no Brasil, tornando-o participante ativo desse processo.

Com a instauração da República essas discussões estavam diretamente ligadas à formação de uma identidade nacional, e a produção de gramáticas, dicionários, enciclopédias, etc., iria contribuir não só para a oficialização da nossa língua como para a separação entre Brasil e Portugal, pois conforme Orlandi (2002), a história das ideias linguísticas nos mostra que a sistematização de nossa língua estava associada a constituição de um sujeito nacional, brasileiro e com características próprias em relação à sua língua, que poderia ser visível na gramática, para que assim ocorresse o processo de individualização do país, do sujeito social e político, dos saberes, etc., o que nos fora arrancado desde a colonização.

Com o intuito de se romper os laços de dominação com os modelos teóricos de Portugal alguns intelectuais do período começam a problematizar esse processo de individualização. O intelectual paraense, José Veríssimo (1985), por exemplo, ao falar sobre o livro escolar no período, afirma que não bastava que o livro fosse escrito por brasileiros, mas era de suma importância que este fosse brasileiro pelo assunto, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacionalista.

O intelectual paraense Vilhena Alves envolvido com esse nacionalismo, em sua *Selecta Litteraria*, busca utilizar somente autores brasileiros com o intuito de dar visibilidade aos mesmos e fomentar essa separação dos autores portugueses, pois para ele o povo brasileiro possuía uma literatura riquíssima, portanto, não era necessário buscar nos autores portugueses aquilo que tínhamos em abundância, assim constituiu sua obra somente com trechos de autores nacionais. O pensamento de Vilhena Alves se coaduna com o do filósofo italiano Antonio Gramsci no sentido de valorizar aquilo que se tem no âmbito nacional, pois na Itália a literatura era cosmopolita e valorizava mais os textos do exterior que os textos italianos, para ele era necessário valorizar a literatura nacional, pois isso iria influenciar diretamente na concepção de mundo do povo, bem como na identidade que se forma a partir desse contexto (Gramsci, 2002).

Conforme Lima e Carmo (2008), naquele período, diversos escritores começaram a ficar incomodados com a denominação ‘Língua Portuguesa’, pois essa nomenclatura ainda marcava os traços da colonização portuguesa, assim passaram a frequentemente substituí-la por língua brasileira, língua nacional, língua pátria ou idioma nacional. Nem língua portuguesa, nem língua brasileira, mas língua nacional, esta é a denominação que se torna oficial por algum

tempo no Brasil (Dias, 2019). O que não se manteve, pois no final das contas a primeira denominação foi mantida a nível nacional.

Esses sentimentos, que afloraram nos intelectuais do século XIX, acabaram se textualizando a partir de novas filiações e novas orientações para os estudos gramaticais.

O século XIX, no Brasil, é um momento crítico na reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma política dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República. A forma simbólica e a forma do sujeito que lhe corresponde não são menos decisivas. Essas práticas têm, de um lado, as Instituições, de outro, a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino (Orlandi, 2001, p. 8-9).

Esse processo chama-se gramatização, termo cunhado pelo filósofo da linguagem Sylvain Auroux (1992), que diz respeito ao entendimento acerca do processo de descrição e instrumentalização de uma língua na base de duas tecnologias, que se constituem ainda hoje como os pilares de nosso saber linguístico, a saber: a gramática e o dicionário. Anteriormente, havia a imposição da língua do colonizador, agora, havia a oportunidade de se instrumentalizar a língua falada aqui, propiciando um processo de gramatização do português brasileiro.

Complementarmente, do ponto de vista contextual (ou da história social da língua) tais processos linguísticos emergiram em um século perpassado, em diferentes graus, por ‘nacionalismo’, ‘cientificismo’, esforços por uma ‘fundação cultural’ do Brasil, por revoluções como a Independência, Abolição da Escravatura, a adoção de um regime republicano de governo, pelos fluxos migratórios de estrangeiros, pelo início de processos de urbanização, entre outros acontecimentos de enorme impacto social (Coelho; Danna e Polachini, 2014, p. 117).

Por esta razão, o século XIX foi profícuo em textos que trataram da língua portuguesa falada no Brasil. Essas produções apresentam-se de forma bastante heterogêneas. Tal heterogeneidade liga-se à natureza dos textos, a fatores relacionados a atmosferas de época, e a afiliações, especialmente, no último quartel do século, a correntes do pensamento linguístico (ou não) distintos (Coelho, Danna e Polachini, 2014). Mas

O que caracteriza esta nova instrumentação não é necessariamente o fato de que a gramática no Brasil seja outra gramática; é essencialmente o processo segundo o qual a gramática no Brasil se distancia do modelo da gramática filosófica do português Jerônimo Soares Barbosa, em particular, e da tradição gramatical portuguesa em geral (Orlandi e Guimarães, 2001, p. 24).

Esse processo foi impulsionado por uma elite brasileira branca, que na busca pela desvinculamento do incômodo papel de colônia tentava delinear uma nova imagem para a nação brasileira, nesse sentido, Jesuíta (2014, p. 28) afirma que “os gramáticos do século XIX, em sua maioria membros dessa elite cultural e política, também desempenharam um importante papel

no processo de constituição da nossa identidade”, tendo em vista que esses intelectuais tornaram-se responsáveis por articular o processo de gramatização da nossa língua. Nessa direção, Gramsci (2002) aponta que a língua também é um objeto de identificação nacional, e por conseguinte representa a cultura popular, as forças sociais, e a história de uma nação.

Pode-se dizer que essa organização representa uma luta em prol da articulação de valores e significações que contribuem para a direção político-ideológica desses indivíduos, ou seja, a luta pela hegemonia (Coutinho, 2011).

Nos cadernos do cárcere, Antonio Gramsci (2002) revela a importância dos estudos das línguas e das linguagens para se compreender como se dão as relações de hegemonia na sociedade burguesa, conduzindo estes com um caráter despreconceituoso e ideológico-histórico, não se prendendo somente ao sentido gramatical, para tanto, a língua seria tratada como uma concepção de mundo, pois conforme ele, toda língua é um conjunto de noções e de conceitos determinados. Assim, as formas históricas, nesse caso, a língua e a linguagem, são portadoras de conteúdos históricos (Coutinho, 2011).

Antonio Gramsci (2002) inclusive aponta que a linguagem também significa cultura e filosofia e por isso precisamos compreendê-la como um campo de força ideológico de diferentes grupos sociais devido às disputas de interesse, pois as classes sociais se esforçam para contar a história e impor sua visão de mundo a partir de suas próprias perspectivas (Coutinho, 2011). Em que pese, nesse campo de força ideológico, os autores brasileiros começam a trabalhar na construção de um saber linguístico produzindo gramáticas de brasileiros para brasileiros, com características próprias e não mais com a língua portuguesa de Portugal, dessa maneira, já não se seguia a imposição de uma gramática estabelecida para uma língua portuguesa universal, a saber, a língua da colonização, travando assim um processo de descolonização linguística (Orlandi, 2007).

Diante desse cenário, na segunda metade do século XIX ocorre uma expressiva produção e publicação de gramáticas no Brasil, e não por acaso esse período foi reconhecidamente o século da gramática (Jesuíta, 2014). As gramáticas do professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves foram todas produzidas no final deste século, durante a Primeira República.

No campo educacional havia um sentimento de luta contra a ignorância, pois esta representava um atraso social para a República, algo evidenciado na revista de ensino *A Escola* que elucidou na epígrafe de sua capa que o verdadeiro republicano cuidaria sempre da educação do povo, pois ignorância e República eram ideias que se repeliam (Pará, *A Escola*, 1900), assim,

nada melhor do que o ensino da língua erudita por meio do ensino gramatical para instruir o povo, especialmente a elite.

Diante disso, alguns linguistas na tentativa de organizar esse período de profusão gramatical em momentos distintos, ainda que esta representasse uma tarefa muito difícil, traçaram propostas fundamentadas em fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, e conforme Cristiano Jesuita (2014), tais estudiosos observaram que o desenvolvimento da gramática no Brasil foi perpassado pelas influências da gramática lusitana, mas isso mudou devido ao sentimento nacionalista que tomou conta dos intelectuais pela independência política e pela criação das instituições educativas.

As cinco obras gramaticais do intelectual Vilhena Alves datam de 1894 a 1900. Esse período em que o intelectual escreveu suas obras, é demarcado por Antenor Nascentes (1939), como período gramatical, com início em 1881 e fim em 1939, devido a intensa produção gramatical que ocorreu, bem como a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Já o linguista Sílvio Elia (1976) definiu esse momento como científico, com início em 1881 e término em 1960. E Ricardo Cavaliere (2001) também denomina esse período como científico indo de 1881 a 1941 (Jesuita, 2014).

Elucida-se que na primeira metade do século XIX, a gramática é vista como uma arte, por isso iremos encontrar definições como:

Gramatica portuguesa é a arte que ensina a fallar, ler e escrever corretamente a lingua portuguesa (Frei Caneca)

Gramatica portuguesa é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio das palavras (Pereira Coruja)

Gramatica portuguesa é a arte de falar e escrever corretamente a lingua portuguesa (Sotero dos Reis)

Gramatica é a arte de falar e escrever corretamente: o seu objeto é, portanto, a palavra (Grivet) (Orlandi, 2001, p. 62-63).

No entanto, na segunda metade deste século, período de recorte deste estudo, vários autores passaram a seguir a inaugurada linguística histórico-comparativa e buscaram romper com o modelo anterior que ainda estava fincado nas raízes de Portugal. A partir disso, veremos com mais frequência a gramática sendo vista como uma ciência, daí o motivo de alguns autores definirem o período como científico (Fávero e Molina, 2006).

Com a publicação, em 1881, da Gramática Portuguesa de Júlio Ribeiro, isto é, com a introdução do método científico, por influência de Epifânio da Silva Dias e Adolfo Coelho, passamos a encontrar:

Gramática é a ciência dos fatos da linguagem verificados em qualquer língua (Alfredo Gomes)

Gramática é a sistematização lógica dos fatos e normas de uma língua qualquer (Maximiano Maciel) (Orlandi, 2001, p. 63).

Claro que isso não se deu de forma simples, com o desaparecimento de uma e o aparecimento de outra, tendo em vista que a história é constituída de rupturas e continuidades, na verdade muitos autores tentavam sair do modelo antigo, mas hora ou outra voltavam a utilizar alguns preceitos da gramática geral e filosófica.

Para Além disso, o intelectual paraense Paulino Almeida de Brito em sua *Grammatica do Professor*, obra póstuma publicada em (1908), afirma que a gramática pode ser dividida em:

GRAMMATICA HISTORICA - Estudo dos factos d'uma lingua em relação ás suas fontes, ou aos seus antecedentes da mesma lingua. Exemplo: - a conexão das fórmulas actuaes da nossa linguagem com as do latim barbaro, com as de portuguez antigo, com as do portuguez quinhentista, etc. Considera a língua no tempo.

GRAMMATICA COMPARATIVA - Estuda os factos de uma lingua em relação aos seus concomitantes de outras linguas, pelos caracteres communs ou de afinidade, que entre as mesmas existam. Exemplo: - confronto de fórmulas entre o portuguez e o latim culto, o francez, o castelhano, o italiano, o provençal etc. Considera a lingua no espaço.

GRAMMATICA EXPOSITIVA - Estuda os factos de uma lingua pura e simplesmente, sem relacional-os com os seus antecedentes ou concomitantes, da mesma ou de outras linguas. Considera a língua no estado.

GRAMMATICA MIXTA - E' a que, estudando os factos de uma lingua, serve-se ao mesmo tempo da historia e da comparação, ou até a Grammatica Expositiva quando inclui noções de Grammatica Historica ou de Grammatica Comparativa (os compendios actualmente adoptados no ensino secundario em geral são mixtos) (Brito, 1908, p. 7, grifo do autor).

Notadamente, as cinco gramáticas produzidas por Vilhena Alves, já apresentadas na seção anterior, apresentam características dessa transição da gramática geral e filosófica para a gramática histórico-comparativa:

Como é o caso da sua primeira produção, a *Primeira Grammatica da Infancia* (1894). A obra apresenta a linguagem como expressão do pensamento por meio das palavras e a gramática portuguesa como o conjunto de regras para bem falar, escrever e ler a língua portuguesa, apresentando influências de gramáticos como Frei Caneca, Pereira Coruja, Sotero Reis e A. Grivet. A divisão binária dos estudos gramaticais em Lexicologia (que estuda as palavras isoladamente) e Sintaxe (que estuda as palavras reunidas e relacionadas) apresentada na obra de Vilhena Alves trazia uma inovação importante em relação aos demais que dividiam a gramática em quatro partes, conforme apontam Fávero e Molina (2006), apesar de representar uma herança do modelo gramatical renascentista, por ser descritiva e expositiva. Fica evidente que o intelectual, preocupado com o ensino primário, fez uma obra pequena para tão somente atender as particularidades das crianças e introduzi-las nas primeiras letras, tanto é que na segunda gramática ele explica que traz doutrinas mais desenvolvidas para atender as exigências do curso médio.

Infelizmente, sua segunda produção, a *Grammatica Portuguesa* (1895a), só tem as 7 páginas finais preservadas, que trazem um apêndice com exercícios de análise sintática, utilizando autores portugueses clássicos e autores contemporâneos, dentre eles alguns brasileiros. Para escrever essa obra, Vilhena Alves observou o Regulamento Geral da Instrução Pública que previa em seu artigo 55, n.º 2, que os compêndios direcionados para o curso superior deveriam trazer o novo sistema de análise, desprezando as classificações antigas (Pará, Revista de Educação e Ensino, Pará, 1894). Não por acaso, o intelectual, sabia que, para que sua obra fosse aprovada, precisava seguir os preceitos estabelecidos pelo programa de ensino adotado pelo Conselho Superior. E como seu compêndio foi produzido com a finalidade de receber tal aprovação, o autor se apropriou de diversos modelos para esboçar seu sistema de análise, recebendo uma aprovação unânime. Estabelecendo-se mais ainda como autoridade em matéria de gramática no estado.

A terceira obra publicada pelo autor é o *Compendio de Analyse Moderna* (1895b), que foi escrito no mesmo ano da obra tratada anteriormente, 1895. Interessante dizer que, no início da obra, o autor separa duas páginas para homenagear quatro nomes bastante conhecidos pelo público do período. Vilhena Alves começa oferecendo a obra ao amigo Alexandre Vaz Tavares, que por sinal era o Diretor Geral da Instrução Pública no período. Para Além disso, o intelectual dedica a obra a Severiano Bezerra, amigo de longas datas e professor do ensino primário, que, não por acaso, também foi o responsável por avaliar e redigir o parecer de aprovação da obra, pois fazia parte do Conselho Superior de Instrução Pública. Dedica também ao amigo Octavio Pires, que fora diretor da *Revista de Educação e Ensino*, de 1891 a 1895, da qual o intelectual fazia parte. E ao amigo Augusto Ramos Pinheiro, professor da Escola Normal de Belém e político bastante atuante. Quanto a essas relações orgânicas, Gramsci (2002) expôs que os intelectuais não são um grupo autônomo e independente, tendo em vista que não constituem uma classe social propriamente dita, muito pelo contrário, eles são sempre representantes de alguma classe, o que nos permite inferir que em algumas obras de Vilhena Alves essa representação é evidenciada em agradecimentos e dedicatórias.

Ademais, esse compêndio se diferencia dos outros por manter o foco nas análises lexicológica e sintática. E nas páginas iniciais o autor chega a criticar a forma irracional como essas análises eram desenvolvidas, pois o sistema antigo era dividido em análise gramatical e lógica, como se ambas não fossem gramaticais, deixando de fora a morfologia (estudo da estrutura, da formação e da flexão das palavras) e a fonologia (estudo do sistema de sons da língua). Dessa forma, o intelectual decide fazer uma reunião das obras gramaticais por ele organizadas e que já haviam sido aprovadas pelo Conselho Superior, a fim de apresentar

análises modernas, conforme exigência do Regulamento Geral da Instrução Pública, abolindo assim as classificações antigas. No entanto, o autor até traz autores brasileiros, alguns paraenses, mas não consegue se desvencilhar completamente dos clássicos recorrendo a Alexandre Herculano, Garrett, Camilo Castelo Branco, e outros, demonstrando seu apego ao modelo de gramática geral e filosófica e a autores portugueses.

A quarta obra produzida por Vilhena Alves foi a *Segunda Grammatica da Infancia* (1897), que é uma versão melhorada da *Primeira Grammatica da Infancia*. O autor pediu autorização do Conselho Superior de Instrução Pública para ampliar o nome da gramática de “Primeira Grammatica” para “Segunda Grammatica”, mas explica que é a mesma obra, numa versão que contém doutrinas mais desenvolvidas, tendo em vista que a primeira era muito resumida. Nesta ele apresenta concepções da gramática geral e filosófica ao dizer que o fim da gramática descritiva/expositiva era ensinar a falar, escrever e ler corretamente, e alguns traços da gramática histórico-comparativa ao definir que a gramática portuguesa é a que trata dos fatos da língua. O que fica claro é que como o intelectual vigiense fora um professor formado pelas obras de inspiração filosófica e na tradição greco-latina, possivelmente os pressupostos das obras fundamentadas no novo modelo histórico-comparativo ainda não estavam bem assentadas para o estudioso.

A quinta e última obra gramatical produzida por Vilhena Alves foi *Exercicios de Portuguez*, totalmente dedicada ao desenvolvimento de exercícios da fonologia, taxonomia, morfologia e sintaxe. Mais uma vez o intelectual oferece a obra a um nome influente no período, e desta vez é para o Governador do Estado do Pará, o Dr. José Paes de Carvalho. Retomando Gramsci, não existem grupos de intelectuais que não sejam representantes de alguma classe social, dessa forma, o intelectual, enquanto escritor, sempre demonstra a que classe é pertencente, ainda que guarde certa autonomia por ter consciência de como funciona a dinâmica da vida social.

Em suma, na primeira metade do século XIX, foi possível observar que as gramáticas seguiam a linha da gramática geral e filosófica, mas no final desse século, os compêndios estavam sob a influência da gramática histórico-comparativa, cujos autores buscavam romper com os modelos filosóficos deixados por Portugal e assim promover um processo de descolonização linguística, mas não tiveram muito sucesso, pois as influências da gramática geral e filosófica ainda eram bastante evidentes (Fávero, 2000), como é o caso das gramáticas do professor Vilhena Alves.

As gramáticas daquele período, inclusive as de Vilhena Alves, seguiam o preceito de que era necessário ensinar a falar, ler e escrever corretamente, essa normatividade, conforme

aponta Gramsci (2002) era necessária devido ao indivíduo precisar entender de alguma forma aquilo que uma pessoa diz, não havendo outras maneiras de explicar o que se quis dizer por vocábulos ou expressões distintas, por isso é importante que cada língua possua a sua gramática, e isso ocorre para que haja entendimento por meio de regras comuns a todos, no entanto, é aí que entra a questão das classes, pois Gramsci ressalta que essa gramática fica restrita a alguns grupos, que são as classes dominantes, e conseqüentemente estas a impõem às classes subalternas, assim o processo hegemônico vincula o ato pedagógico ao político.

Quanto a isso, Marx expôs que a burguesia possuía uma ciência, uma cultura e uma educação que eram dominantes, pois esta era a classe, economicamente, detentora de poder (Gadotti, 1995). O intelectual estudado até expõe essa questão, ao fazer análise do método de ensino aplicado em dois livros de leitura de Felisberto Carvalho, a pedido do Diretor Geral da Instrução Pública, em que aponta que para que o livro pudesse ser adotado e obtivesse bom êxito seria necessário que o poder competente, o Governo, fizesse aquisição dele para distribuir também aos alunos pobres, pois os livros eram caros e conforme Vilhena Alves, “sendo pobres a maior parte dos meninos das escolas primarias, cada um delles continuará a estudar pelos livros que já possui, ou procurará nas livrarias os de menor preço”, expondo assim tamanha desigualdade existente no período, ademais para o intelectual isso poderia promover uma evasão escolar desses alunos porque os pais vendo a insistência da compra de um livro mais caro teriam motivos para tirar seus filhos das escolas devido à falta de recursos para mantê-los (Vilhena Alves, 189?, p. 182).

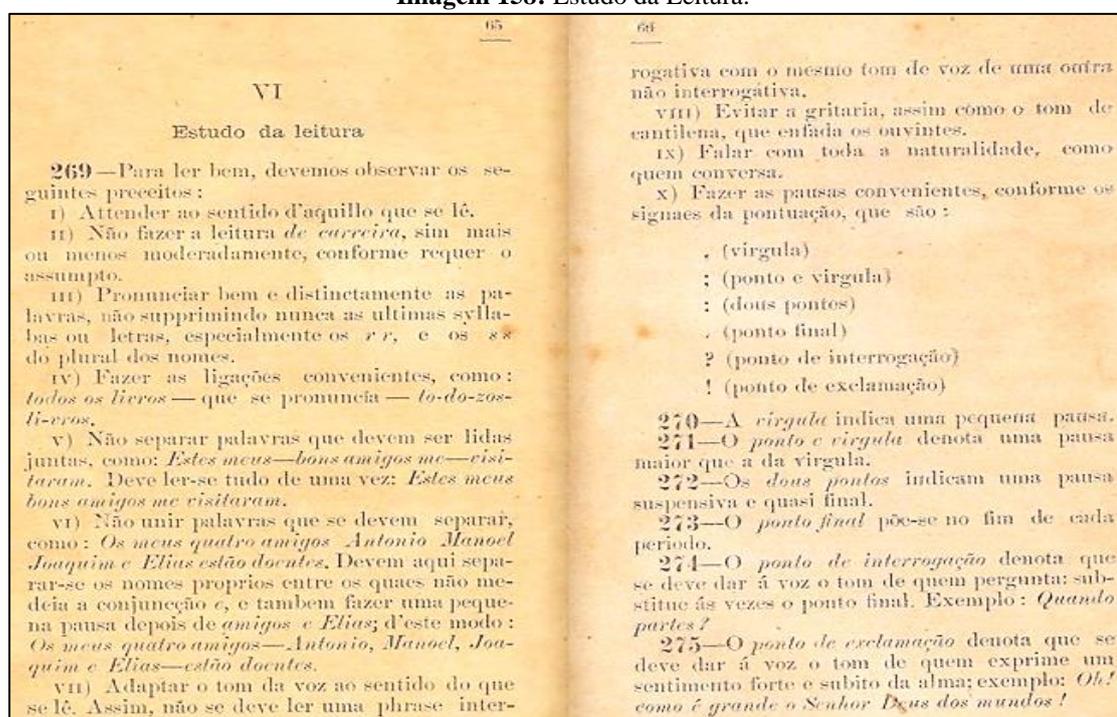
Vilhena Alves definiu suas gramáticas como a arte que ensina a fazer uso correto de uma língua, e insere-se no método de Gramática Descritiva/Expositiva, pois constitui o estudo das particularidades de um idioma, no qual a língua é considerada no estado em que se encontra (conhecido hoje como estudo sincrônico), não considerando outros estados. O que na atualidade conhecemos como gramática normativa. Para Gramsci as gramáticas normativas são dotadas de regras que devem ser cumpridas e são constituídas do controle recíproco, por meio do ensinamento e da censura, pois não admite erros e desajustes (Jesus, 2019), por isso as denominações de gramática como arte de falar, ler e escrever corretamente.

A gramática por si só traz elementos para se aprender as regras de falar, ler e escrever corretamente, mas do ponto de vista metodológico o intelectual parecia preocupado com o desenvolvimento dessas habilidades. Tanto é que ao final da *Primeira Grammatica da Infancia*, Vilhena Alves tenta deixar claro todas as regras apresentadas anteriormente ao retomar alguns elementos denominando-os de: Estudo das funções, no qual ele vai demonstrando a função das palavras nas proposições; Estudo da concordância, em que demonstra que a concordância é a

harmonia de flexões entre as palavras variáveis e que precisam concordar em gênero, número e grau; Estudo da regência, no qual explica que reger uma palavra é necessário para completar a sua significação; e Estudo da leitura, em que ele apresenta os elementos necessários para se desenvolver uma boa leitura. Todos esses estudos o autor apresenta, por meio de exemplos, o caminho para o aprendizado, sempre chamando atenção para as regras.

Na parte de Estudo da Leitura é interessante que, segundo o autor, serve para “bem ler”. Abaixo estão diversos preceitos que Vilhena Alves utiliza para instruir os alunos à uma boa leitura.

Imagem 158: Estudo da Leitura.



Fonte: Seção de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), 2024.

Talvez por se dedicar também aos livros de leitura, o autor julgou importante adicionar orientações em relação à leitura. Nas orientações, Vilhena Alves (1897) explica sobre a forma adequada da pronúncia, a importância da adaptação do tom de voz, evitando a gritaria e dando sentido ao que se lê, a fim de que os alunos efetuassem a leitura com naturalidade, como quem conversa. Aqui, percebe-se o foco na leitura em voz alta. A boa leitura está relacionada à articulação adequada dos sons, ao timbre, à modulação da voz, e ao ritmo.

Acerca da existência e do papel da gramática na língua, em seus cadernos do cárcere Gramsci (2002) reflete e afirma que o propósito da gramática seria estabelecer um conformismo linguístico, uma busca pela unificação territorial e identitária, dessa forma, “a manifestação da

própria tentativa de adequação da linguagem a essa norma gramatical demonstra a condição contraditória do uso da língua por diferentes estratos sociais” (Lenz, 2019, p. 4).

A unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre essas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação das escolas e seus programas) ocupa uma posição primordial. A gramática, enquanto um objeto histórico disponível para a sociedade brasileira, é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado) (Orlandi, 1997, p. 1).

Nesse sentido, Coutinho (2011) a linguagem é um dado social que estrutura a consciência. E no Brasil, a questão da constituição do Estado e da Nação se deu pela língua, todavia não necessariamente a constituição Estado-Nação é concomitante. Ademais, a passagem do século XIX para o XX, como salientado anteriormente, marcou uma mudança significativa de paradigma gramatical, com a passagem da perspectiva filosófica para a historicista, inaugurando assim o período científico. Anteriormente seguia-se a lógica da ordem racionalista, na qual a gramática tinha como objetivo principal a pedagogia normativa, mas mediante a mudança de paradigma, passou a ser a ordem histórico-comparatista, na qual prevaleceu a perspectiva investigativa e prescritiva (Cavaliere, 2014).

As gramáticas de Vilhena Alves, enquanto documentos históricos, fizeram parte de todo o processo de produção apresentado nesta seção e até hoje estão disponíveis para a sociedade brasileira, especialmente, a paraense. As mesmas, representam um objeto de reflexão da construção e representação da unidade e identidade nacional de uma luta pela desvinculação da língua do colonizador, que estabeleceu a língua portuguesa anulando a importância e inviabilizando as línguas que aqui já existiam, sendo o Tupi, o tronco linguístico mais utilizado para comunicação geral, e mais de mil línguas indígenas nos interiores. Em que pese, o tupi foi suplantado pela língua do colonizador que se fixou de forma definitiva como o idioma do Brasil, mas as disparidades no idioma foram ficando mais visíveis devido as diversas influências ocasionadas pelos fluxos migratórios no século XIX e XX. E como a variante brasileira do português já havia se estabelecido, os intelectuais do século XIX e início do XX encabeçaram uma luta que culminou na gramatização do português brasileiro, ou seja, a instrumentalização da língua falada no Brasil em gramáticas e dicionários. Portanto, os estudos gramaticais de Vilhena Alves fazem parte desse processo e constituem-se como um importante legado histórico deixado por um professor/intelectual que estava preocupado em apresentar e produzir conhecimento para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intelectual Francisco Ferreira de Vilhena Alves presenciou a segunda metade do século XIX e o início do século XX, como o palco de grandes acontecimentos. No Brasil surge no meio da sociedade um acanhado meio intelectual entusiasmado com o processo de modernização da sociedade. Nesse período houve uma renovação da vida intelectual brasileira que passou a ganhar força com as correntes do pensamento que traziam as novas ideias do século por meio do positivismo, do darwinismo, e do materialismo, em que os adeptos passaram a defender que o país necessitava passar por reformas de cunho político, social e cultural.

Esse processo ocorreu em todo o país e na província do Grão-Pará, na cidade de Belém, houve um enriquecimento que possibilitou um amplo processo de modernização, no qual toda a atividade econômica girou em torno da borracha e isso acabou reforçando a inserção da Amazônia no sistema capitalista, além disso, a valorização da borracha se refletiu fortemente em nossa literatura escolar. Ademais, esse contexto se refletiu em estruturas sociais que intensificaram a vida social e intelectual da sociedade paraense.

Todo esse processo acabou contribuindo para discussões que ajudaram no desenvolvimento da instrução pública no Brasil e no Grão-Pará. As propostas foram inúmeras e visavam sanar as críticas, no que se refere, às deficiências constatadas. Com a Proclamação da República as discussões acerca do modelo de ensino, da formação de professores, das instituições, etc. se intensificaram. Mas o que fica evidente é que o sistema educacional brasileiro foi historicamente construído para atender as demandas sociopolíticas da elite brasileira, nesse sentido a desigualdade se revela como um dos traços marcantes da sociedade brasileira, no que diz respeito à educação e à cidadania.

O final do século XIX e início do XX também foi marcado pela intensa presença pública dos intelectuais, retomo Gramsci para lembrar que todos os homens e mulheres são intelectuais ainda que não desempenhem essa função na sociedade (Gramsci, 1982), dentre eles estavam advogados, jornalistas, médicos, literatos, etc., e era majoritariamente, constituída por homens oriundos de estratos sociais mais altos, e ainda que algumas mulheres tenham se destacado, elas não aparecem com frequência nesse meio.

Esses intelectuais interessados no desenvolvimento intelectual da Amazonia Paraense se movimentaram em direção à criação e manutenção de espaços que pudessem se reunir, e como pudemos ver, fizeram parte disso o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará (IHGEP), A Academia Paraense de Letras, a Mina Literária, o Congresso Pedagógico do Estado do Pará, as revistas pedagógicas, os jornais, e outros. Essa organização dos intelectuais visava também a centralização de poder, pois era uma forma de ampliar o escopo do Estado, ao definir

como de interesse público a produção das ciências e das artes no Brasil e no Pará. Nesse sentido, assim como o Brasil do século XIX, o Pará, foi palco de intensa atividade intelectual, aliada à ação diretiva do Estado.

O intelectual estudado não estava inerte a todo esse movimento, pois participou ativamente de várias esferas culturais e constantemente ligava-se a muitas redes de sociabilidade. E com base nos estudos realizados inicialmente sobre intelectuais, pode-se inferir que Vilhena Alves é um intelectual orgânico ligado à classe burguesa, pois o intelectual estava intimamente ligado aos projetos do Estado Burguês de Vigia e Belém.

Salienta-se que em Gramsci, os intelectuais orgânicos surgem como um produto do desenvolvimento capitalista, figurando como uma criação da chamada burguesia, ainda que não se limitem a ela. Em que pese, ainda que o intelectual vigiense apareça, em alguns momentos, preocupado com as classes subalternas ele não se filiou às camadas populares, e sua trajetória demonstra sua constante ligação com a burguesia.

Bem novo, filiou-se ao Partido Liberal da Vigia, em 1869, optando por se afastar devido a muitas divergências, mas manteve relações de amizade com vários políticos influentes de Vigia e Belém, que não por acaso aparecem em seus discursos, dedicatórias, em momentos importantes como a aprovação de suas obras, etc. Ainda no mesmo ano passa a figurar como adjunto na escola pública de Vigia, sua cidade natal, até conseguir o título de professor normalista em 1889.

Enquanto poeta deixou dois livros de poesias que demonstravam seus mais profundos sentimentos, como o luto e a saudade de seus pais, além da exposição de sua fé que permeava grande parte de suas poesias

Suas contribuições para a instrução pública paraense foram inúmeras. Enquanto professor não podia assumir uma postura neutra quanto aos problemas detectados na instrução pública, passando a denunciá-los por meio de artigos. Enquanto escritor, estava preocupado em contribuir de forma significativa para a produção e difusão do conhecimento literário e gramatical na Amazônia paraense, além de produzir vários artigos para os jornais e revistas pedagógicas oficiais da época.

Sua produção gramatical, toda produzida com o fim de servir as escolas primárias do estado, fez parte do processo de gramatização brasileira do português iniciada no século XIX, a qual almejava a desvinculação definitiva com a língua do colonizador, que se distanciava grandemente da variante falada no Brasil. Esse processo culminou em uma explosão de produção de gramáticas e dicionários a fim de instrumentalizar a língua falada aqui, contribuindo para o que diversos linguistas chamaram de descolonização linguística, pois a

sistematização de nossa língua estava associada a constituição de um sujeito nacional, brasileiro e com características próprias em relação à sua língua. No entanto, há uma luta de classes por trás de sua produção gramatical, em que o processo hegemônico vinculava o ato pedagógico ao político, tendo em vista que essas gramáticas ficavam restritas a alguns grupos, que são as classes dominantes, e conseqüentemente estas a impunham às classes subalternas.

A guisa de conclusão, foi possível observar a atuação do intelectual vigiense, enquanto poeta, professor e escritor, em tempos e espaços diferentes, através de suas articulações, discussões, trajetórias, lugares de expressão e consagração, o que demonstra a grande relevância do entendimento da ação dos intelectuais, em especial desse sujeito, para a escola primária e para a sociedade brasileira/paraense. Portanto, enquanto intelectual orgânico este sujeito assumiu ativamente essa função na sociedade paraense ao se dedicar às questões educacionais do Estado, pois atuou na elaboração e veiculação de ideias e como figura pública, influenciava o meio acadêmico, literário e político da sociedade em que vivia. Sem sombra de dúvidas, Francisco Ferreira de Vilhena Alves era um intelectual de seu tempo.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALVES, Francisco Ferreira de V. **Monodias: collecção de poesias**. Typ. B. de Matos, 1868.

_____. **Enlevos poéticos: collecção de versos**. Ed. Seidl & Cia, 1871.

_____. **Miscellanea litteraria: collecção de artigos**. Pará: R. L. Bittencourt, [18-?].

_____. **Grammatica Portugueza**. Pará: Pinto Barbosa & Cia, 1895.

_____. **Compendio de analyse moderna, lexicologia e syntactica**. Pará: Typographia do Diário Official, 1895.

_____. **Primeira Grammatica da Infância**. Pará: Pinto Barbosa & Cia, 3. ed. 1897.

_____. **Segunda Grammatica da Infância**. Pará: Pinto Barbosa & Cia. 2 ed. 1897.

_____. **Selecta litteraria**. 2. ed. Belém: R. L. Bittencourt, 1900.

_____. **Exercícios de Portuguez**. Pará: Typographia do Diário Official, 1900.

Revistas oficiais de ensino

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno I, Vol. I, Num. 8, outubro de 1891.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno I, Vol. I, Num. 9, novembro de 1891.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno I, Vol. I, Num. 10, dezembro de 1891.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 1, janeiro de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 2, fevereiro de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 3, março de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 4, abril de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 7, julho de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 8, agosto de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 10, outubro de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno II, Vol. II, Num. 11, novembro de 1892.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno III, Vol. III, Num. 5, maio de 1893.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno IV, Vol. IV, Num. 7, julho de 1894.

PARÁ. **Revista de Educação e Ensino**. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia. Anno IV, Vol. V, Num. 9, setembro de 1895.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno I, Vol. I, Num. 1, maio de 1900.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno I, Vol. I, Num. 4, junho de 1900.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno I, Vol. I, Num. 5, agosto de 1900.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno I, Vol. I, Num. 7, outubro de 1900.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno III, Vol. I, Num. 28, julho de 1902.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno III, Vol. X, Num. 30, setembro de 1902.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno III, Vol. VI, Num. 34, janeiro de 1903.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno IV, Vol. VIII, Num. 46, janeiro de 1904.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno IV, Vol. VIII, Num. 48, março de 1904.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno IV, Vol. VIII, Num. 50, maio de 1904.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno IV, Vol. VIII, Num. 52, julho de 1904.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno IV, Vol. VIII, Num. 54, setembro de 1904.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno IV, Vol. VIII, Num. 56, novembro de 1904.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno V, Vol. X, Num. 58, janeiro de 1905.

PARÁ. **A escola**. Revista Oficial de Ensino. Belém: Imprensa official. Anno V, Vol. X, Num. 60, março de 1905.

Jornais

O Liberal do Pará (1869 a 1889). Disponível em: **Biblioteca Nacional Digital Brasil:** <www.hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 de mai de 2023.

A Constituição (1874 a 1893). Disponível em: **Biblioteca Nacional Digital Brasil:** www.hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 10 de mai de 2023.

A palavra (1895). Disponível em: **Biblioteca Nacional Digital Brasil:** www.hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 10 de mai de 2023.

A Pátria Paraense (1893). Disponível em: **Biblioteca Nacional Digital Brasil:** www.hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 de mai de 2023.

A Escola (1892). Disponível em: **Biblioteca Nacional Digital Brasil:** www.hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 de mai de 2023.

O liberal da Vigia (1882). Disponível em: **Biblioteca Nacional Digital Brasil:** www.hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 de mai de 2023.

Legislações

PARÁ. **Actos do Governo Provisório**. 1890a.

PARÁ. **Regulamento Escolar**, Programmas, Horario e Instrucções Pedagógicas. 1890b.

PARÁ. **Relatório do Diretor geral** da instrução publica ao governo. 1894.

PARÁ. Documentos da História da Educação Paraense. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 286-332**, out 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf. Acesso em: 02 de set de 2022.

Bibliografia

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Dilemas do conhecimento. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2010 (Coleção Contextos da Ciência). p. 69-104.

AZEVEDO, José Eustáquio de. **Antologia amazônica: poetas paraenses** / José Eustáquio de Azevedo. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/antologia-amazonica-poetas-paraenses/>. Acesso em: 06 de mai de 2023.

BARROS, José D Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**. n° 15, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321024813_A_Historia_Social_seus_significados_e_seus_caminhos. Acesso em: 02 de mai de 2023.

BENTIVOGLIO, Julio César; MERLO, Patrícia. **Teoria e metodologia da história: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia**. Julio Bentivoglio, Patrícia Merlo (org.). - Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2014.

BRABO, Sylvia Elieny Calandrini. **A letra nacional: análise discursiva do ensino de leitura na P República (1889-1930) no Pará na obra Selecta Litteraria, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves**. 2019. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação - UEPA, Belém, 2019. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2020/01/silvia_elieny_calandrini_brabo.pdf. Acesso em: 12 de dez de 2022.

BRAGA, Theodoro. **História do Pará**. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1913.

BRITO, Paulino Almeida de. A Grammatica do Professor [1908]. In: BRITO, Paulino Almeida de. **Grammatica Complementar da Lingua Portuguesa**. 7º ed. Pará, PA: Papelaria Suíço (Aillaud & Cie) 1928.

CARDOSO, Ciro Flamarion. HISTÓRIA E PARADIGMAS RIVAIS. In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.).- Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Firmo. Evolução da escola primaria no Pará. In: Moura, Ignacio (Org.). **Anuario de Belém: em comemoração do seu tricentenário; historico, Litterario e Commercial**. Imprensa Oficial, 1915. Disponível em: <http://177.74.2.88/anuario-de-belem-em-commemoracao-do-seu-tricentenario-1616-1916/>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. **“ALMA E CORAÇÃO”: o instituto histórico e geográfico do Pará e a constituição do corpus disciplinar da história escolar no Pará republicano (1900-1920)**. Dissertação (Mestrado). Disponível em: https://www.academia.edu/49887861/_ALMA_E_CORA%C3%87%C3%83O_O_INSTITUT_O_HIST%C3%93RICO_E_GEOGR%C3%81FICO_DO_PAR%C3%81_E_A_CONSTITUI

[%C3%87%C3%83O DO CORPUS DISCIPLINAR DA HIST%C3%93RIA ESCOLAR NO PAR%C3%81 REPUBLICANO 1900 1920](#) . Acesso em: 10 de abril de 2023.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Construtores da nação: os intelectuais do IHGP e os manuais didáticos no Pará republicano (1900-1920). **XII Jornada do HISTEDBR**. Disponível em: http://www.xijornadahistedbr.com.br/anais/artigos/12/artigo_eixo12_305_1410834019.pdf. Acesso em 04 de jul de 2023.

CAVALCANTE, Geraldo. **Você conhece a "Mina Literária"?** (2021). Disponível em: <https://www.estanteamazonica.com>. Acesso em: 23 de mar de 2023.

CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil**. Ideias, percursos e Parâmetros. Rio De Janeiro, Lexikon, 2014.

COELHO, Maricilde Oliveira. O livro didático no Pará da primeira república. In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação**. 3., 2002, Natal. Anais: História e memória da educação brasileira. Natal: SBHE, 2002. Disponível em: <https://sbhe.org.br/anais>. Acesso em: 07 de dez de 2023.

COELHO, Maricilde Oliveira. Para despertar no coração da mocidade o sentimento de amor à pátria: o livro Seleta Literária, do professor Francisco Ferreira de Vilhena Alves. **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Trabalho Completo. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.evento/FrmListaAvaliacaoTrabalhos.aspx?eventoUID=29&sit1=1&sit2=3&temaUID=94>. Acesso em: 07 de dez de 2023.

COSTA, Benedito Gonçalves. **A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888**. Belém, 2014. Dissertação. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/?page_id=895. Acesso em: 26 de jun de 2023.

COSTA, Célio Juvenal; MELO, Joaquim José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. – Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010.

COSTA, Maria Aparecida Alves da. As Contribuições do movimento de cultura popular (MCP) para a educação brasileira. *Revista Expedições: Teoria & Historiografia* | V. 6, N.2, agosto - dezembro de 2015. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/4121. Acesso em: 10 de jun de 2023.

COSTA, Mayco Bruno Cruz; NETO, Geraldo Magella de Menezes. Livros escolares e provas de “Portuguez”: formação civilizadora na instrução pública do Pará (1898-1912). **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 5, nº. 15 – Julho de 2016. Disponível em: 12 de jul de 2023.

COSTA, Jesus de Nazaré de Lima; ROSÁRIO, Maria José Aviz do. **HISTEDBR E GEPHE: uma década de história da educação da Amazônia**. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-29, e020036, 2020. Disponível: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/download/1260/696>. Acesso em: 20 de nov de 2022.

COSTA, João Lucio Mazzini da. O Higienismo Na Instrução Pública Paraense Entre 1890 E 1900. Universidade Federal do Pará. Dissertação de mestrado. Belém – PA, 2021. Disponível em:

<https://www.ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2021/JO%C3%83O%20LUCIO%20MAZZINI%20DA%20COSTA.pdf>. Acesso em: 11 de jul de 2023.

CLARK, Jorge Uilson. A Primeira República, as Escolas Graduadas a o Ideário do Iluminismo republicano: 1889-1930. In: **Vinte anos de Histedbr, 2006, Campinas**. p. 1-7. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo.html>. Acesso em: 5 de jun de 2023.

DAMASCENO, A. (2021). O Congresso Pedagógico do Pará: um projeto educacional na Primeira República (1895-1897). **Revista História Da Educação, 25, e104836**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/104836>. Acesso em: 29 de mai de 2023.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de Monodia**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/monodia/>. Acesso em: 23 de nov de 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Educação: a que(m) será que se destina? In: JESUS, Wellington Ferreira de (org.). **A Educação Básica Brasileira no Século XXI: Dilemas, Desafios, Limites e Possibilidades**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

DOURADO, V.; DAMASCENO, A. (2022). A Organização da instrução pública no início da Primeira República no Pará (1890 - 1896). **Educação Em Foco, 25(46)**, 86–103. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/eef.v25i46.6553>. Acesso em: 12 de jul de 2023.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de leitura na Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã**. Campina, SP: Pontes Editores, 2018.

FERREIRA, M. S.; DE AMORIM, R. P. Intelectuais, História E Educação: Os Professores Na História Intelectual. **Póiesis Pedagógica, Goiânia, v. 14**, n. 1, p. 77–93, 2016. DOI: 10.5216/rpp.v14i1.45053. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/45053>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FILHO, Fadel David Antonio. Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia brasileira: um olhar geográfico por intermédio de Euclides da Cunha. In: **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. 289 p. ISBN 978-85-7983-127-0. / Paulo R. Teixeira de Godoy (org.). – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnibpajpcgleclfindmkaj/https://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-10.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2024.

FRANCA, Maria do Perpetuo Socorro de Sousa Avelino de. **Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense**. 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

FRANÇA, M. do P. S. G. A. História da escola normal da Província do Grão-Pará no Império. **Revista Cocar, [S. l.]**, v. 6, n. 11, p. 29–40, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/211>. Acesso em: 4 jun de 2023.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4.a edição. Coleção Perspectivas Do Homem. Volume 48 - Série Filosofia. Editora Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JESUS, Simone Aparecida de. A QUESTÃO DA LÍNGUA NA OBRA GRAMSCIANA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES. Trabalho N.º 31503. **VIII Seminário Internacional de Teoria Política do Socialismo e II Colóquio Internacional Gramsci**: As categorias teóricas de Antonio Gramsci e a verdade efetiva das coisas. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201982282816.pdf>. Acesso em 10 de jun de 2024.

JUNIOR, A. F.; BITTAR, M. (2013). **Elitismo e exclusão: a trajetória de 500 anos da educação brasileira**. Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB, (09). Disponível em: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i09.605>

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOHAN, N. Gramsci e Marx: Hegemonia e poder na teoria marxista. **Tempos Históricos**, [S. l.], p. p. 15–70, 2000. DOI: 10.36449/rth.v0i0.1223. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/1223>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LOBATO, Ana Maria Leite. A Instrução Pública Paraense No Século XIX: Breve Percurso Histórico. **XIV ECHE – Encontro Cearense De História Da Educação IV ENHIME – Encontro Nacional Do Núcleo De História E Memória Da Educação Fortaleza – Ce** | 17 a 19 de setembro de 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41454>. Acesso em: 26 de jun de 2023.

MAUÉS, Cleiton Ponciano Santos. **A HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR DE ABAETÉ (1903 A 1923): Entre as Contradições na Arquitetura e na Organização Pedagógica**. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2020/CLEITON%20PONCIANO%20SANTOS%20MAU%C3%89S%20.pdf>. Acesso em: 10 de mai de 2023.

MACIEL, F. I. P.; DA ROCHA, K. G. H. Hygino Amanajás e sua produção de livros de leituras escolares para o ensino primário: fragmentos da história da leitura no Pará.

RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo. Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 48–67, 2015. DOI: 10.20888/ridphe_r.v1i1.9228. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9228>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MACHADO, Carlos Denizar de Souza. Tecendo Um Ideal De Liberdade: Festejos Do Abolicionismo Em Belém (1881-1888). **Artigo apresentado no 30º Simpósio Nacional de História – Anpuh – Brasil.** Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564687955_ARQUIVO_TextoANPUH2019.CarlosDenizar.Festejosdoabolicionismo.VersaoFinal.pdf. Acesso em: 12 de abr de 2023.

MALERBA, Jurandir. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX / Jurandir Malerba (Org.).** — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 492 p. Disponível em: https://www.academia.edu/30951153/Li%C3%A7%C3%B5es_de_hist%C3%B3ria_O_caminho_da_ci%C3%A2ncia_no_longo_s%C3%A9culo_XIX Rio de Janeiro FGV Porto Alegre e Edipucrs 2010. Acesso em: 12 de abr de 2023.

MALHEIROS, Rogério Guimarães. **Formação de professores na Província do Grão-Pará: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma Escola Normal (1838 – 1871).** 2012. 254 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3255?locale=en>. Acesso em: 07 jul de 2023.

MALHEIROS, Rogério Guimarães; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Escola Normal Do Pará: Aspectos Históricos, Econômicos E Sociais Acerca Da Constituição Dos Ideais De Instrução E Formação De Professores Entre A Classe Dirigente Da Província Do Grão-Pará (1850-1871).** Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2736> p. 207-224. Acesso em: 01 de mai de 2023.

MARI, C. L. . O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. In: Domingos Leite Lima Filho. (Org.). **Trabalho E Formação Humana: o papel dos intelectuais e da educação.** 1 ed. Curitiba: UFTPR, 2011, v. 1, p. 1-14.

MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições, Campinas, SP, v. 22,** n. 3, p. 131–148, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643249>. Acesso em: 24 maio. 2023.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: **Fontes e métodos em história da educação.** Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010, p. 13-34.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262**, jul/set, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de dez de 2022.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias: (subsídios para a história da educação no Brasil): 1834-1889**. 1º vol. - Das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/231>. Acesso em: 30 de jun de 2023.

MOREIRA, Eidorfe. **O Livro Didático Paraense**: breve notícia histórica. Belém: Imprensa Oficial, 1979.

NOSELLA, Paolo. Antonio Gramsci (caderno 12): Os intelectuais e a organização da cultura. Trabalho apresentado na XII Reunião Anual da ANPEd – Faculdade de Educação/USP – S. Paulo, 8 a 12 de maio de 1989.

NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. **v. 9 n. 47 (1990): Contribuições Das Ciências Humanas Para A Educação: A História**. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2104>. Acesso em: 23 de nov de 2022.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O Estado, a gramática, a autoria**. Relatos, n. 4. IEL/Unicamp, 1997. Disponível em: https://www2.iel.unicamp.br/webdocs/iel/hil//publica/relatos_04.html#o_estado. Acesso em: 20 de jun de 2024.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Mato Grosso: Pontes, 2001. p. 167-183.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Processo de descolonização linguística e lusofonia. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 10, n. 19, p. 9–19, 2007. DOI: 10.20396/lil.v10i19.8659723. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8659723>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PALHETA, Nélio; SOEIRO, Igor Palheta. **HISTÓRIA E RACISMO: Em Vigia, uma associação secular abrigou abolicionistas (2020)**. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/212764/em-vigia-uma-associacao-secular-abrigou-abolicionistas>. Acesso em: 06 de mar de 2023.

PEREIRA, Fábio Inácio. Sobre a educação de professores como intelectuais orgânicos, segundo Antonio Gramsci. In: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (Orgs.) **Intelectuais e Educação: contribuições teóricas à História da Educação** [recurso eletrônico] -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. UNESP, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/30353>. Acesso em: 15 de jun de 2023.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e “Utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: **História e História da educação: O debate teórico metodológico atual**. SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). – 3. ed. – Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea).

RÊGO, Clóvis Morais. **Obras de Domingos Antônio Raiol: Barão de Guajará** / Clóvis Silva de Morais Rêgo. Belém, PA: Conselho Estadual de Cultura, 1997. Disponível em: <http://177.74.2.88/publicacao/obras-de-domingos-antonio-raiol-barao-de-guajara/>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

RIZZINI, Irma. **O IMAGINÁRIO DIVINO E O AMOR DA PÁTRIA: tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas**. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/ENSINORELIGIOSO/artigos2/amor_patria.pdf. Acesso em: 01 de jul de 2023.

RIZZINI, Irma. **A Expansão Da Instrução Pública Pelas Fronteiras Remotas Da Amazônia (1870-1889)**. Revista Ver a Educação, v. 12, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/999>. Acesso em: 10 de jun de 2023.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. In: **Fontes e métodos em história da educação**. Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010, p. 35-48.

SANTOS, A., & DAMASCENO, A. (2019). A Instrução Pública No Grão-Pará Imperial: Os Relatórios Dos Presidentes E As Contradições De Um Modelo Elitista. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, 12(30), 65–88. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i30.9273>. Acesso em: 26 de jun de 2023.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3.ed. - Belém: Paka, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre Fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial**, p. 28-35, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4913/art5_22e.pdf. Acesso em: 10 de mar de 2023.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2009, vol.14, n.40, pp.143-155. ISSN 1413-2478. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141324782009000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 jul de 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2021.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. Coleção abertura cultural. Editora: É Realizações, 2011.

TURMENA, Leandro. Materialismo Histórico-Dialético e Pesquisa em fontes: Contribuições para a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 59, p. 24-36, out2014** – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640345>. Acesso em: 23 de nov de 2022.

VERAS, Loyde Anne Carreiro Silva. Do Pensamento Educacional à História dos Intelectuais: contribuições de Jean-François Sirinelli para a historiografia educacional brasileira. In: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (Orgs.) **Intelectuais e Educação: contribuições teóricas à História da Educação [recurso eletrônico]** -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIEIRA, C. E. Intelectuais e Educação. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-21, abr-jun/2015. Disponível em: <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wpcontent/uploads/sites/4/2017/04/>. Acesso em: 30 de mai de 2023.

VIEIRA, C. E. Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci. In: FARIA FILHO, L. M. de. (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. 2. ed. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 65-88.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: ALVES, C.; LEITE, J. L. (Org.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

PARÁ. (1872a). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872**. Presidente da província do Pará. Assembléia Legislativa. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/172?terms=&item_id=3913#?c=4&m=69&s=0&cv=0 &r=0 &x ywh=-1%2C-839%2C1440%2C3686. Acesso em 21 de ago de 2023.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas Sobre A Organização Dos Intelectuais No Brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - Vol. 22 Nº. 65. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BpNSFvYH9DjRF74Y8NZh8td/>. Acesso em 21 de ago de 2023.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA, 2014**. 425 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/AS%20DUAS%20FACES%20DA%20MORTE\(1\).pdf](chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/AS%20DUAS%20FACES%20DA%20MORTE(1).pdf). Acesso em: 15 de abr de 2024.

SILVA, Lohan Henrique. **Liberdade de imprensa: escorço histórico.** (2019). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/liberdade-de-imprensa-escorco-historico/522087718>. Acesso em: 17 de abr de 2024.

GONÇALVES, Priscila Petereit de Paola. Os Discursos De Inocêncio Serzedello Corrêa No Congresso Constituinte De 1890-1891 E A Sua Defesa Por Uma Reforma Constitucional Na Primeira República. In: **Anais Do 10º Coninter - Congresso Internacional Interdisciplinar Em Sociais E Humanidades.** Anais. Niterói (RJ) Programa de Pós-Graduação em, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/426692-OS-DISCURSOS-DE-INOCENCIO-SERZEDELLO-CORREA-NO-CONGRESSO-CONSTITUINTE-DE-1890-1891-E-A-SUA-DEFESA-POR-UMA-REFORMA>. Acesso em: 20 de abr de 2024.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. **Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956).** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200003>. Acesso em: 25 de abr de 2024.

PACHECO, Eduardo José. **Locke, Gramsci E A Educação: A Atualidade Dos Séculos XVII E XX No Século XXI. Cadernos da Fucamp,** v.16, n.26, p.01-10/2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Lu%C3%AA%20Gon%C3%A7alves/Downloads/945-Texto%20do%20Artigo-3798-1-10-20170528.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

SANTA BRÍGIDA, Jessé Andrade; SEIXA, Netília Silva dos Anjos. **No interior do Pará: a imprensa na Vigia do século XIX.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Belém - PA – 2 a 7/09/2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjcgclclefindmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2246-1.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2024.

SANTOS, Bárbara da Silva. Usos da palavra impressa: o papel dos intelectuais nos jornais brasileiros P – 61-86 IN: ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri (Orgs.) **Intelectuais e Educação: contribuições teóricas à História da Educação [recurso eletrônico]** / Evelyn de Almeida Orlando; Peri Mesquida (Orgs.) -- *Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.*

Giovanni de Lisboa Borges; Kedna Alves da Silva. A Reorganização Escolar No Período De 1870 A 18941. **Anais Do V Pesquisar** – V.5, 2016 – ISSN 2447-2239. Disponível em: https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/?page_id=1728. Acesso em: 25 de out de 2023.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar** / Maria Lufsa Santos Ribeiro — 12. ed. — São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção educação contemporânea).

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. – (Biblioteca básica).

UM BOM LIVRO. **Revista de Ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo.** São Paulo. n. 1, 1902.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de SCHUELER. Modernidade republicana, reformas urbanas e expansão da escola primária na Amazônia brasileira (1897-1910). In: **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, vol. II, núm. 4, 2014, pp. 201-222. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjcgclclefindmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2246-1.pdf>

extension://efaidnbmnnnibpcajpegclefindmkaj/https://somehide.org/wp-content/uploads/2023/04/RMHE-2-4-completa.pdf. Acesso em: 10 de jun de 2024.